

PESQUISA QUALITATIVA

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE
TEÓRICAS E PROCEDIMENTOS
DE PESQUISA QUALITATIVA

Anselm Strauss
e Juliet Corbin

A pesquisa qualitativa fornece conhecimentos básicos e procedimentos técnicos para pessoas que estão prontas a embarcar em seus primeiros estudos de pesquisa qualitativa e que querem construir teoria em nível nacional. de maneira clara e direta, este livro é voltado para os pesquisadores de disciplinas, além de responder questões relacionadas à análise qualitativa:

• Como obter algum significado de todo esse material?
• Como ter uma interpretação teórica ao mesmo tempo em que ela é fundamentada na realidade empírica refletida pelos materiais?
• Como ter certeza que os dados e as interpretações são válidos e úteis?
• Como lidar com os dados avançados e pessoas que querem exemplos e discussão geral sobre formas de fazer e lecionar análise qualitativa, sem desrespeito, considerando este livro um importante recurso.

PESQUISA QUALITATIVA Strauss Corbin

Métodos de Pesquisa

PESQUISA QUALITATIVA

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE
TEÓRICAS E PROCEDIMENTOS
DE PESQUISA QUALITATIVA

2ª edição

Anselm Strauss
e Juliet Corbin

043-5

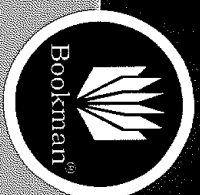
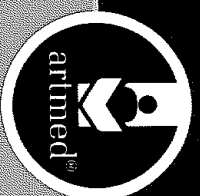


artmed®
EDITORA

RESPEITO PELO CONHECIMENTO



www.artmed.com.br www.bookman.com.br



- APA – Manual de estilos da APA: regras básicas
- APA – Manual de publicação da American Psychological Association (4.ed.)
- BELL, J. – Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais
- BISQUERRA, SARRIERA & MARTÍNEZ – Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS
- CALEGARI-JACQUES, S. M. – Bioestatística: princípios e aplicações
- CRESWELL, J. – Projeto de pesquisa (2. ed.)
- COLLIS & HUSSEY – Pesquisa em administração: um guia para alunos de graduação e pós-graduação (2.ed.)
- DOOPER & SCHINDLER – Métodos de pesquisa em administração (7.ed.)
- ANGELY & REIDY – Estatística sem matemática para psicologia
- ENZLIN & LINCOLN – O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens (2.ed.)
- HECK, U. – Uma introdução à pesquisa qualitativa (ed.)
- FEENHALGH, T. – Como ler artigos científicos: fundamentos da medicina baseada em evidências (ed.)
- IR & COLS – Análise multivariada de dados (5.ed.)
- IR & COLS – Fundamentos de métodos de pesquisa administrativa

PESQUISA QUALITATIVA

TESTE DE TÍTULO,
CARVALHO DIVULGAÇÃO/ENDEN
41 9218-195 ou (31) 3213-741
@yahoo

ARTMED EDITORA SA
DOAÇÃO

Anselm Strauss
University of California

Juliet Corbin
School of Nursing at
San Jose State University

PESQUISA QUALITATIVA

**Técnicas e procedimentos para o
desenvolvimento de teoria fundamentada**

2ª edição

TESTA EDITORA
CARVALHO DIVULGAÇÃO E VENDA
11 9218-195 ou (31) 3213-741
@vahr

Tradução:
Luciane de Oliveira da Rocha

Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição:
Marília Levacov
Doutora em Tecnologia e Mídia pela Boston University



S912p

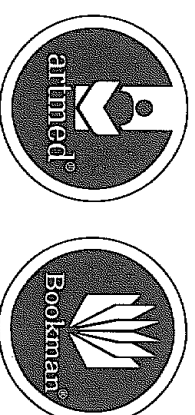
Strauss, Anselm

Pesquisa qualitativa : técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada / Anselm Strauss, Juliet Corbin ; tradução Luciane de Oliveira da Rocha. – 2. ed. – Porto Alegre : Artimed, 2008. – 288 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-363-1043-5

1. Metodologia de Pesquisa – Pesquisa Qualitativa.
I. Título.

CDU 001.891



Obra originalmente publicada sob o título: *Basics of Qualitative Research 2e*

ISBN 0-8039-5940-0

© 1998 by Sage Publications, Inc.

This work is originally published by Sage Publishers, Inc., United States of America, London and New Delhi.

This translation is published by arrangement with Sage Publications, Inc.

Capa: *Paola Manica*

Preparação de original: *Josiane Tibursky*

Supervisão editorial: *Mônica Ballejo Couto*

Editoração eletrônica: *Techbooks*

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à
ARTMED® EDITORA S.A.
(BOOKMAN® COMPANHIA EDITORA é uma divisão da
ARTMED® EDITORA S. A.)
Av. Jerônimo de Ornelas, 670 – Santana
90040-340 – Porto Alegre RS
Fone: (51) 3027-7000 Fax: (51) 3027-7070

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte,
sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação,
fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO

Av. Angélica, 1.091 – Higienópolis

01227-100 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3667-1100 Fax: (11) 3667-1333

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

TESTE
CARVALHO DIVULGAÇÃO/EMENDA
11 9218-196 ou (31) 3213-7411
vayah

Se o artista não aperfeiçoa uma nova visão em seu processo de criação, ele age mecanicamente e repete alguns velhos modelos fixados como uma fotocópia em sua mente.
– John Dewey, *Art as Experience*, 1934, p. 50

Para ANSELM

Dezembro 1916 – Setembro 1996

Acadêmico e Humanista

que tocou a alma e a vida de

todos aqueles que tiveram contato com ele

Prefácio

Escrever esta segunda edição trouxe a mim (Corbin) alegria e tristeza. Alegria porque a resposta dos leitores ao primeiro livro foi tão positiva que nos pediram para escrever uma segunda edição. Tristeza porque meu co-autor, Anselm Strauss, morreu antes que o livro estivesse terminado. Esta edição é um tributo à devoção perpétua de Anselm à pesquisa e ao seu desejo de compartilhar seus métodos com outras pessoas. Para Anselm, os procedimentos e as técnicas analíticos contidos neste livro eram mais do que apenas uma forma de fazer pesquisa. Eram uma forma de vida.

Embora Anselm tenha morrido antes de o livro estar pronto, seu texto foi verdadeiramente um esforço colaborativo. Durante anos, nós desenvolvemos um estilo intenso e cooperativo de interação baseado em experiências e conhecimento diferenciados, mas sobrepostos. Cada autor escrevia seu rascunho dos capítulos, e depois reescrevia e acrescentava à redação do outro. No final, o texto tornava-se tão entrelaçado que era difícil dizer quem escreveu o que, e tanto pouco queríamos que nossos leitores fizessem essa distinção desnecessária e enganosa.

Nesta segunda edição, esclarecemos e ampliamos a publicação original. Acrescentamos novos capítulos; reescrevemos outros; e revisamos o restante. Porém, a maior parte do material original foi mantido de uma forma ou de outra. Por exemplo, algumas questões abordadas originalmente no Capítulo 1 agora estão no Capítulo 17, sob o título “Perguntas dos alunos e suas respostas”. Alguns leitores podem sentir falta do formato do livro original; outros vão gostar da mudança. Acreditamos que a nova edição representa uma melhoria em relação à anterior e que nossas explicações mais amplas vão facilitar um maior entendimento. Também estamos empolgados porque, embora a primeira minuta desta segunda edição fosse muito longa, nossos alunos não perderão as partes que foram renovadas do livro, pois elas estão disponíveis na internet.

Esperamos que o livro revisado continue a influenciar leitores. Agradecemos qualquer retorno, positivo e negativo. As teses e os trabalhos estimulantes e muito úteis que estudantes e pesquisadores nos encaminham mostram que estamos atingindo nossa meta – ajudar outras pessoas a realizarem seus sonhos.

Como declarado na primeira edição, este livro é voltado para pesquisadores em várias disciplinas (ciências sociais e profissionais) interessados em construir teoria através da análise de dados qualitativos. Porém, por mais excitante que possa ser a experiência de coletar dados, chegará um momento em que os dados deverão ser analisados. Os pesquisadores sempre ficam perplexos com essa tarefa necessária. Eles não apenas ficam desanimados com as montanhas de dados que têm pela frente, como também são sempre perturbados pelas seguintes perguntas. Como posso obter algum significado de todo esse material? Como posso ter uma interpretação teórica ao mesmo tempo em que ela é baseada na realidade empírica refletida por meus materiais? Como posso superar as inevitáveis tendências, preconceitos e perspectivas estereotipadas que trago comigo para a situação analítica? Como reúno todas as minhas análises para criar uma formulação teórica concisa da área que está sendo estudada?

O objetivo deste livro é responder essas e outras questões relacionadas à análise qualitativa. Ele é escrito de uma maneira clara e direta. O objetivo é fornecer conhecimento básico e procedimentos necessários para pessoas que estão prontas a embarcar em seus primeiros projetos de pesquisa qualitativa e que querem construir teoria em nível substancial. Também acreditamos que temos algo a oferecer em termos de técnicas e procedimentos aos pesquisadores que querem fazer análise qualitativa, mas não querem construir teoria. Construir teoria não é a única meta da pesquisa. Descrição de alto nível e o que chamamos de *ordenamento conceitual* também são importantes para a geração de conhecimento e podem dar uma grande contribuição para a disciplina. Pesquisadores avançados e pessoas que querem exemplos e discussão adicional sobre formas de fazer e de lecionar análise qualitativa, sem dúvida, vão considerar este livro útil. Também sugerimos que pesquisadores avançados leiam *Qualitative analysis* (Strauss, 1987).

Como em qualquer outro conjunto de práticas, o nível de realização analítica vai variar entre os usuários. Por outro lado, a prática aprendida neste livro pode ser útil de formas originalmente não imaginadas por escritores ou leitores. Como observado anteriormente por Strauss (1987), ao se referir ao processo analítico: “Como qualquer conjunto de habilidades, o processo de aprendizado envolve trabalho duro, persistência e algumas, nem sempre na totalidade, experiências prazerosas” (p. xiii). Com certeza, também é sempre muito empolgante e agradável. Além disso, essas experiências são um requisito para descobrir como usar e adaptar qualquer método. O uso e a adaptação inevitavelmente serão um “composto dos contextos situacionais, e para [desenvolver] uma biografia pessoal [de

pesquisa], astúcia [para fazer o trabalho], mais sensibilidade teórica e social. Acima de tudo, é preciso um pouco de sorte e coragem” (p. xiii).

Isto *não* é um livro de receitas que podem ser aplicadas passo a passo à pesquisa. Nosso objetivo é oferecer um conjunto de ferramentas úteis para analisar dados qualitativos. Esperamos que, através de nossos exemplos, os leitores percebam a técnica fluida e flexível para a análise de dados feita por meio desse método. Para os leitores que gostariam de ver como outros pesquisadores usaram e modificaram essas técnicas para se ajustar a seus próprios objetivos de pesquisa e personalidades, sugerimos a leitura do livro *Grounded theory in practice* (Strauss e Corbin, 1997).

Visão Geral do Conteúdo

Este livro é dividido em três partes. A parte I consiste dos Capítulos 1 a 4. Esses capítulos prepararam o terreno para o que vem a seguir. Eles fornecem as informações necessárias para embarcar nessa forma de projeto de pesquisa com teoria fundamentada. O Capítulo 1 apresenta a metodologia e explica as características dos usuários desse método. O Capítulo 2 explora as diferenças entre descrição, ordenamento conceitual e teorização. O Capítulo 3 discute a relação entre formas qualitativas e quantitativas de análise. O Capítulo 4 apresenta algumas questões práticas a serem consideradas antes de começar um projeto de pesquisa – inclui seções sobre a escolha de um problema e a declaração da questão, a necessidade de manter um equilíbrio entre objetividade e criatividade e os usos da literatura.

A parte II apresenta técnicas e procedimentos analíticos específicos para uso no desenvolvimento de teoria. Essa parte consiste dos Capítulos 5 a 14. O Capítulo 5 dá uma visão geral do processo analítico. O Capítulo 6 destaca as operações básicas da análise, ou seja, fazer comparações e formular perguntas. O Capítulo 7 apresenta a idéia de ferramentas analíticas, um conjunto de mecanismos que os teóricos podem usar para facilitar a análise e melhorar a descoberta. O Capítulo 8 apresenta técnicas para codificação aberta, o Capítulo 9 discute procedimentos de codificação axial, e o Capítulo 10 discute procedimentos de codificação seletiva. O Capítulo 11 explica como vemos o processo e descreve como codificá-lo. O Capítulo 12 discute o modelo condicional/consequencial, uma ferramenta analítica para transpor a distância entre condições/consequências micro e macro. O Capítulo 13 revê o procedimento de amostragem. O Capítulo 14 descreve como usamos diagramas e memorandos na construção de teoria.

A parte III, que consiste dos Capítulos 15 a 17, explora questões de interesse de todos os pesquisadores, ou seja, que surgem após completar a análise. O Capítulo 15 explica como redigir teses e monografias e dar palestras sobre pesquisa. O Capítulo 16 fornece critérios que podem ser usados para avaliar o pro-

cesso de pesquisa descrito neste livro. O Capítulo 17 atua como um tipo de resumo de livro – é apresentado na forma das perguntas mais frequentemente feitas pelos alunos juntamente com a resposta a cada pergunta.

Na internet há exemplos mais detalhados dos vários tipos de codificação e também um capítulo sobre ensino e outras sugestões para aplicar a teoria à prática, à pesquisa e ao ensino.

Uma Nota de Conclusão

Depois de escrever a minuta original da primeira edição de *Pesquisa qualitativa* e usá-la para ministrar aula para alunos de graduação e para outros pesquisados, percebemos que o livro ia além do objetivo com o qual havia sido concebido, ou seja, ensinar aos alunos como fazer análise qualitativa. As pessoas preocupadas em encontrar novas formas de pensar sobre os fenômenos também podem achar o livro digno de mérito. Os profissionais que atuam nas equipes de revisão de jornais ou agências financiadoras sempre encontram propostas de pesquisa qualitativa ou propostas com uma combinação de estudos qualitativos e quantitativos. Eles podem dar uma olhada no livro todo para entender melhor a terminologia utilizada e os procedimentos básicos que destacamos, e depois se concentrar no Capítulo 16. Acadêmicos interessados no desenvolvimento de teoria, indutiva e dedutiva, podem considerar úteis algumas partes do livro para completar seus próprios métodos. Estamos abertos a todos esses possíveis usos do livro. Esperamos apenas que todos os que o usarem possam aprender tanto com a leitura como aprendemos ao escrevê-lo.

Como nota final, os leitores vão perceber que em todo o livro foi usado um sistema especial de itálico, de negrito e de sublinhado. O *itálico* foi usado para dar ênfase e quando queríamos chamar atenção para conceitos e terminologias especiais como *categorias*, *propriedades* e *dimensões*. O **negrito** foi usado quando queríamos enfatizar um ponto ou marcar uma frase para lembrar. As frases e sentenças em **negrito** devem ser úteis em uma leitura rápida do texto. As frases e facilmente visíveis. O sublinhado foi usado quando queríamos dar ênfase especial a um determinado ponto. Embora os leitores possam encontrar alguma inconsistência no uso dessas características, por favor, sejam pacientes conosco; no geral, o sistema deve funcionar bem.

Eu (Corbin) expressei minha gratidão aos alunos e aos colegas que revisaram e criticaram as minutas desta edição revisada. Seu estímulo e sua contribuição foram especialmente valiosos após a morte de Anselm, quando fiquei com a tarefa dupla de me lamentar e terminar este manuscrito. Agradeço especialmente a Lisa Jean More e Heiner Legewie por seus comentários em uma das primeiras minutas. Agradeço também a Leigh Star, cujas opiniões valorizo muito, por suas excelentes críticas e sugestões. Sou grata a Gerhard Reinmann pela atenção cuidadosa aos detalhes, seus comentários foram muito importantes para o desen-

volvimento deste manuscrito. Agradeço especialmente à minha querida amiga Julie Cherry, que, como novata na metodologia, não apenas fez uma leitura metódica e crítica do manuscrito, mas também esteve ao meu lado para me consolar durante os meses mais difíceis após a morte de Anselm. Sou eternamente grata a nosso colega e amigo Setsuo Mizuno, cujo suporte, encorajamento e retorno, especialmente durante os primeiros meses após a morte de Anselm, me mantiveram na ativa. Agradeço também ao meu marido Richard, que atuou como meu consultor de informática, sempre a meu lado para resolver problemas mecânicos, e Fran Strauss, que esperou pacientemente. Por último, mas não menos importante, agradeço a Peter Labella, o editor, que acreditou em mim e me deu tempo para que eu pudesse me recuperar.

Sumário

Prefácio

vii

Parte I Considerações básicas

- 1. Introdução 17
- 2. Descrição, ordenamento conceitual e teorização 29
- 3. A interação entre qualitativo e quantitativo em teorização 39
- 4. Considerações práticas 47

Parte II Procedimentos de codificação

- 5. Análise através de exame microscópico dos dados 65
- 6. Operações básicas: formular perguntas e fazer comparações 79
- 7. Ferramentas analíticas 91
- 8. Codificação aberta 103
- 9. Codificação axial 123
- 10. Codificação seletiva 143
- 11. Codificação para processo 161
- 12. O modelo condicional / consequencial 177
- 13. Amostragem teórica 195
- 14. Memorandos e diagramas 209

Parte III Concluindo

15. Redação de teses e monografias e palestras sobre pesquisa 235
 16. Critérios de avaliação 251
 17. Perguntas dos alunos e suas respostas 259

Referências

277

Índice

283

Parte I**Considerações Básicas**

A descoberta é o alvo da ciência desde o início da Renascença. Mas a maneira como essas descobertas são feitas varia de acordo com a natureza dos materiais estudados e a época do estudo. Galileu, na citação abaixo, descreve seu método para fazer descobertas:

O método é este: aponte o telescópio para o céu como se fosse observar aquele corpo celeste. Tendo focado e fixado o telescópio, coloque uma folha de papel em branco a cerca de 30 cm das lentes côncavas; nessa folha surgirá uma imagem circular do disco do sol, com todas as suas manchas, organizadas e dispostas exatamente com a mesma simetria que têm no sol. Quanto mais o papel for afastado do tubo, maior a imagem se torna e mais visíveis se tornam as manchas. (citado em Drake, 1957, p. 115).

Embora estudemos objetos mais terrenos do que o sol e as estrelas, ainda que freqüentemente tão elusivos quanto eles, nós, como Galileu, acreditamos ter um método efetivo para descoberta. Mas, antes de discutir os procedimentos analíticos reais que compõem nosso método, pedimos a nossos leitores que examinem atentamente os capítulos que compõem esta parte. Esses primeiros quatro capítulos são nossa forma de dar aos leitores um “telescópio” com o qual possam ver. Eles detalham alguns conhecimentos básicos necessários para entender este método e lançam as bases para os capítulos bastante analíticos que se seguem.



Introdução

Definição de Termos

Metodologia: uma forma de pensar sobre a realidade social e de estudá-la.

Métodos: um conjunto de procedimentos e técnicas para coletar e analisar dados.

Codificação: os processos analíticos por meio dos quais os dados são divididos, conceitualizados e integrados para formar a teoria.

Como Coleridge e Kubla Kan, acordei sonhando uma manhã; porém, como não era um sonho completo, mas apenas uma semente, considerei cuidadosamente as palavras, e aqui estão elas. (um dos autores)

Cada vez mais recebemos cartas de reconhecimento e notas que nos asseguram a utilidade de nossa maneira de fazer análise qualitativa. Receber essas expressões é gratificante, mas, refletindo melhor, isso nos lembra uma história inescrutável sobre dois pintores dos séculos XIX e XX, Cezanne e Monet. Diz a lenda que Cezanne teria dito sobre Monet: "Ele é apenas um olho – mas *que* olho!". Nossa própria interpretação dessa história é que ambos os pintores ofereceram a seus contemporâneos e às próximas gerações de pintores não apenas seus respectivos arsenais de técnicas efetivas, mas também maneiras de enxergar o mundo. A maneira de Monet era diferente da de Cezanne, mas na verdade, era tão valiosa e profunda quanto ela.

Nossa versão de análise qualitativa oferece um conjunto de procedimentos muito úteis – essencialmente diretrizes, técnicas sugeridas, *mas* não preceitos. Também oferecemos uma *metodologia*, uma maneira de pensar sobre a realidade social e estudá-la. Na verdade, somente Deus pode dizer infalivelmente

te aos seres humanos a natureza "real" da realidade. Como ensinaram pragmáticos norte-americanos como Dewey (1922) e Mead (1934), e como demonstram diariamente os cientistas naturais, a compreensão humana da realidade nunca pode ser a mesma de Deus, mas esperançosamente as pesquisas nos conduzem para um entendimento maior de como o mundo funciona. No âmbito da ciência social, os leitores podem pensar nessa metodologia como uma forma de reunir conhecimento sobre o mundo social. Reconhecemos que há muitas outras técnicas para análise qualitativa e que cada uma tem o seu valor. Ao dizer isso não pretendemos menosprezar a metodologia ou os procedimentos destacados neste livro. O ponto principal que desejamos abordar é: **neste livro, oferecemos mais do que um conjunto de procedimentos. Oferecemos uma forma de pensar sobre o mundo e de vê-lo que pode enriquecer a pesquisa daqueles que decidirem usar essa metodologia.** Neste capítulo, descrevemos as características de um teórico de base e definimos o que queremos dizer com pesquisa qualitativa e teoria fundamentada, preparando o terreno, por assim dizer, para o restante do livro.

Características dos Pesquisadores Qualitativos

Esta seção tem duas partes. Por um lado, explora como os usuários deste método foram moldados durante o processo. Por outro lado, descreve as características geralmente associadas aos pesquisadores qualitativos. Contudo, as duas coisas são tão interligadas que fica difícil separar uma da outra.

Pesquisadores e alunos que usaram esta metodologia sempre nos dizem que foram mudados beneficentemente durante a experiência. O processo envolve tanto o aprendizado, como em seminários, quanto a execução da pesquisa em si. Quais são algumas dessas mudanças?

Os pesquisadores nos dizem que realmente gostam de trabalhar com dados, não apenas com idéias abstratas. Eles apreciam a interação entre eles próprios e os dados. (Eles podem ou não gostar da coleta de dados, principalmente em interesse próprio, mas os pesquisadores gostam do que pode ser feito com os dados, uma vez que estejam coletados). Eles não temem se basear em suas próprias experiências ao analisar materiais porque percebem que esses materiais são a base para fazer comparações e descobrir propriedades e dimensões. A maioria dos pesquisadores sente-se tão segura com seus resultados que considera suas teorias, mesmo após a publicação, como quantificáveis, modificáveis e abertas, em parte, à negociação. (Dissemos abertas, em parte, à negociação porque, tendo baseado suas teorias em dados e validade suas declarações de relação entre os conceitos durante o processo de pesquisa, eles se sentem confiantes sobre as conclusões que tiraram.)

No trabalho em si, os pesquisadores que usam esta metodologia tendem a ser flexíveis, uma tendência enfatizada em seminários de treinamento e em pro-

jetos de pesquisa em grupo, nos quais os membros estão abertos a críticas úteis, podem aproveitar a troca de idéias e podem apreciar o intercâmbio que ocorre nas discussões em grupo. A maneira como esse aprendizado é levado para interações futuras pode ser visto na declaração que se segue, feita por uma de nossas ex-alunas, Leigh Star:

Faço parte de um grupo de redação que se reuniu cerca de uma vez por mês durante alguns anos. Compartilhávamos o trabalho em andamento e o criticávamos, algumas vezes auxiliados por pontos analíticos rudimentares. Recentemente, uma antiga participante do grupo retornou e nos descreveu sua tentativa fracassada de iniciar um grupo similar em outro local. Os participantes do grupo dela haviam seguido os mesmos procedimentos que seguíamos, na forma, mas haviam se tornado muito severos com o trabalho de cada um e mais focados em discursos competitivos do que em colaboração genuína. Nosso grupo tentou analisar porque tinha sido bem-sucedido e percebeu que isso estava muito relacionado ao fato de que quatro de nós tinham passado pela teoria fundamentada (seminário). Não era apenas por compartilharmos um foco analítico, entretanto, pois, na verdade, éramos muito diferentes. O fato notável era que tínhamos aprendido a trabalhar juntos de forma colaborativa e sustentada. (citado em Strauss, 1987, p. 303-304)

Flexibilidade e abertura estão associadas ao fato de ter aprendido a manter uma quantidade satisfatória de ambigüidade. Não é que os pesquisadores não queiram definir as coisas analiticamente, mas a insistência em evitar a incerteza e a pressa em finalizar uma pesquisa são temperadas com a percepção de que os fenômenos são complexos e de que seus significados não são facilmente entendidos ou assumidos como certos. Isso é muito parecido com os processos que eles estudam. A pesquisa em si é um processo sobre o qual nossos ex-alunos tendem a ser auto-reflexivos. Ao fazer suas pesquisas, eles aproveitam o fluxo de idéias, mas não apenas as substanciais, pois aprenderam que as idéias teóricas têm seu próprio valor precioso. Contudo, eles são céticos em relação a teorias estabelecidas, independente do quanto elas possam parecer atraentes, a não ser que sejam baseadas em interação ativa com os dados. A personalidade como um instrumento na coleta de dados e no processo de análise é um ponto enfatizado por Rew, Bechtel e Sapp (1993), que listaram os seguintes atributos como necessários para pesquisadores qualitativos: adequação, autenticidade, credibilidade, intuição, receptividade, reciprocidade e sensibilidade.

Há dois pontos adicionais importantes que queremos acrescentar aqui. O primeiro é que a maioria dos pesquisadores que usa esta metodologia provavelmente espera que seu trabalho tenha relevância direta ou potencial tanto para público não-acadêmico como acadêmico. Isso porque a metodologia ordena que se leve muito a sério as palavras e as ações das pessoas estudadas. Ou, como ex-

pressado intensamente por B. Fisher, "Vi que o fato de ser um intelectual não precisava ser removido da vida das pessoas, que isso poderia estar diretamente ligado ao local onde elas estavam no mundo e ao que elas pensavam sobre isso" (citado em Maines, 1991, p. 8).

Nosso segundo ponto é que, quase inevitavelmente, os pesquisadores treinados neste método tornam-se completamente absorertos no trabalho, o que "embora nem sempre esteja em primeiro plano [em nossa vida], nunca termina" (Adele Clarke, comunicação pessoal, junho 1993). Esse senso de absorção e devoção ao processo de trabalho como tal garante um senso de integridade acentuado, refletido em uma descrição escrita por outra aluna, K. Jurich. Citamos seu texto completo porque suas palavras enfatizam eloquentemente muitas de nossas afirmações sobre as características dos teóricos de base e de seu trabalho. Treinada em saúde pública, ela trabalhou por três ou quatro anos em uma reserva indígena Sioux, ocupando-se das seguintes questões: Quais são os conceitos básicos de saúde dessas pessoas, considerando que seus conceitos de saúde são tão diferentes dos nossos? Retornando ao seminário de pesquisa depois de vários meses no campo, ela fez o seguinte comentário em um memorando para o instrutor:

Essas considerações e temores [de que a classe iria interpretar mal seus dados multiculturais não-ocidentais] foram sistemática e cuidadosamente eliminados durante o curso da sessão de duas horas. Observei com muito cuidado e ouvi atentamente o que as pessoas diziam e como elas trabalhavam suas idéias e imagens através dos dados, questionando-me cuidadosamente quando precisavam de mais informações e não tirando conclusões antecipadas de adições importantes. Os alunos pareciam buscar cuidadosamente a riqueza dos dados, selecionando questões críticas e comparando-as umas com as outras em busca de mais significados, observando as diversas interpretações possíveis para muitas situações. A integridade dos dados não foi apenas emergente, ela também foi mantida. Eu fiquei muito satisfeita com o grau de ajuste entre o que esses analistas estavam identificando e o que eu tinha ouvido e visto enquanto fazia o trabalho. Tanto os aspectos de integridade como os de precisão dessas sessões foram respeitados e sustentados pelo estilo pedagógico, o que significa dizer (pois não dá para separar) as formulações da epistemologia dos interacionistas e a estrutura analítica conceitual da teoria fundamentada. (citado em Strauss, 1987, p. 302-303).

As aptidões exigidas para tornar-se um teórico de base são apresentadas no quadro que se segue. Os pesquisadores não precisam necessariamente iniciar seus primeiros estudos com essas características totalmente desenvolvidas. Porém, ao usar cuidadosamente os procedimentos destacados neste texto e tendo

consciência de seu caminho durante o processo, é possível que os pesquisadores desenvolvam as características resumidas neste quadro.

Características de um Teórico Fundamentado

1. Capacidade de retroceder e analisar criticamente as situações
2. Capacidade de reconhecer a tendência em direção aos *bias*
3. Capacidade de pensar abstratamente
4. Capacidade de ser flexível e aberto a críticas construtivas
5. Sensibilidade às palavras e às ações dos informantes
6. Um sentido de absorção e devoção ao processo de trabalho

Metodologia e Métodos

Essas características, porém, nunca se desenvolverão se os pesquisadores se concentrarem somente nos procedimentos apresentados neste texto, aplicando-os de maneira **mecânica**. Queremos que os leitores entendam o que dizemos para que entendam por que estão usando certas atividades, fazendo isso de maneira flexível e criativa. Queremos que eles adquiriram uma maneira de pensar sobre os dados e o mundo no qual vivem. Queremos que questionem, para que possam afastar-se facilmente daquilo que vêm e ouvem e elevar isso ao nível do abstrato, e depois retornar, voltando ao nível dos dados. Queremos que aprendam a pensar comparativamente e em termos de propriedades e dimensões, de forma que possam facilmente ver o que é igual e o que é diferente. A importância dessa metodologia é que ela garante um senso de **visão, no qual o analista quer seguir junto com a pesquisa**. As técnicas e os procedimentos (método), por outro lado, fornecem os meios para transformar essa visão em realidade. Por que providenciar um conjunto de procedimentos e técnicas se ele não será abordado passo a passo? Assim como os pinos precisam de técnicas e de visão para dar vida a novas imagens na tela, os analistas precisam de técnicas para ajudá-los a ver além do comum e para atingir uma nova compreensão da vida social. Há outros métodos de pesquisa disponíveis para pessoas que querem publicar uma descrição competente. Porém, se o objetivo dos pesquisadores é criar entendimentos novos e teoricamente expressos, então os métodos de construção de teorias como aqueles fornecidos neste texto, são indicados. O valor da metodologia que vamos descrever está em sua capacidade não apenas de gerar teoria, mas também de basear essa teoria em dados. Tanto a teoria como a análise de dados envolvem interpretação, mas, pelo menos, é interpretação baseada em investigação feita sistematicamente.

Os métodos qualitativos de coleta e análise de dados ganharam popularidade com o passar dos anos. Apresentamos apenas uma maneira de fazer análise e não seria realista assumir ou mesmo sugerir que os pesquisadores vão usar todos os procedimentos descritos neste livro. Embora o objetivo desses autores seja construir teoria, percebemos que construção de teoria não é a meta de todos os projetos de pesquisa, nem deveria ser (Peshkin, 1993). Conhecimento e entendimento assumem várias formas. Sabemos que os leitores vão tratar o material deste livro como itens em uma mesa de *buffet*, na qual podem escolher, rejeitar e ignorar segundo seus próprios "gostos" – e o fazem com certeza. Alguns vão usar nossas técnicas para gerar teoria, outros com o objetivo de fazer descrições muito úteis ou ordenamento conceitual (classificação e elaboração). Alguns vão juntar nossas técnicas com as suas próprias. Não apenas nossas técnicas e procedimentos analíticos são usados de forma diferente por diferentes pesquisadores, como também a metodologia encontrou seu caminho até os métodos, nossa técnica de pesquisa é usada por pessoas em campos de atuação como educação, enfermagem, administração de empresas e trabalho social, e também por psicólogos, arquitetos, especialistas em comunicação e antropólogos sociais. Como as pessoas dentro e fora do campo da sociologia sempre têm curiosidade em saber como a metodologia teve origem, parece apropriado contar resumidamente sua história.

Origem Histórica

A metodologia, geralmente conhecida como teoria fundamentada, foi desenvolvida originalmente por dois sociólogos, Barney Glaser e Anselm Strauss (Glaser, 1978, 1992; Glaser e Strauss, 1967; Strauss, 1987). Embora cada um deles viesse de uma tradição filosófica e de pesquisa diferente, suas respectivas contribuições foram igualmente importantes.

Strauss formou-se na University of Chicago, que possui um longo histórico e uma tradição forte em pesquisa qualitativa. Durante seus estudos, ele foi fortemente influenciado por textos interacionistas e pragmáticos. Suas idéias foram inspiradas por homens como Park (1967), Thomas (1966), Dewey (1922), Meade (1934), Hughes (1971) e Blumer (1969). As contribuições dessa formação para sua parte no desenvolvimento deste método foram: (a) a necessidade de sair a campo para descobrir o que está realmente acontecendo; (b) a relevância da teoria, baseada em dados, para o desenvolvimento de uma disciplina e como base para ação social; (c) a complexidade e a variabilidade dos fenômenos e das ações humanas; (d) a crença de que as pessoas são atores que assumem um papel ativo para responder a situações problemáticas; (e) a percepção de que as pessoas agem com base em significados; (f) o entendimento de que o significado é definido e redefinido através da interação; (g) sensibilidade para a nature-

za evolutiva e reveladora dos fatos (processo); e (h) consciência das inter-relações entre condições (estrutura), ação (processo) e consequências. Glaser veio de uma tradição sociológica muito diferente, mas com algumas características compartilhadas que, sem dúvida, permitiram aos dois homens trabalharem juntos. Ele formou-se na Columbia University e suas idéias sobre pesquisa foram influenciadas por Paul Lazarsfeld, conhecido como um inovador dos métodos quantitativos. Posteriormente, quando fazia análise qualitativa, Glaser viu especialmente a necessidade de fazer comparações entre dados para identificar, desenvolver e relacionar conceitos. A tradição da Columbia também enfatizou a pesquisa empírica em conjunto com o desenvolvimento da teoria. Tanto a tradição da Chicago como a da Columbia eram voltadas para a produção de pesquisa que pudesse ser usada por públicos profissionais e leigos. Por essa razão, muitos dos textos sobre teoria fundamentada que surgiram da colaboração Glaser-Strauss, incluindo a monografia original sobre a morte (Glaser e Strauss, 1965, 1968) eram dirigidos tanto ao público leigo como aos colegas de disciplina.

A primeira edição deste livro (Strauss e Corbin, 1990) surgiu de uma colaboração diferente – entre Strauss e Corbin. Embora grande parte da essência do método da teoria baseada original tenha sido mantida, houve algumas diferenças. Elas não foram intencionais; simplesmente surgiram à medida que Strauss continuava a conduzir, a ensinar e a discutir metodologia de pesquisa com colegas e alunos. A metodologia e os procedimentos descritos neste livro refletem a técnica de Strauss para fazer pesquisa. A primeira edição do texto foi escrita para fornecer um conjunto de técnicas e diretrizes para pesquisadores iniciantes, tanto nos Estados Unidos como em outros países, que lutam com o método e a questão de como analisar os dados. A intenção era ser um suplemento para outros textos de teoria baseada, especialmente *Qualitative analysis* (Strauss, 1987), e não tomar o lugar deles. Antes de definir o que esses autores querem dizer com "teoria baseada", revisamos alguns fatos básicos sobre pesquisa qualitativa em geral.

Pesquisa Qualitativa

Com o termo "pesquisa qualitativa" queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativa. Na verdade, o termo "pesquisa qualitativa" é confuso porque pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes. Alguns pesquisadores reúnem dados através

de entrevististas e observações, técnicas normalmente associadas aos métodos qualitativos. Porém, eles codificam os dados de uma forma que permita que sejam estatisticamente analisados. Esses são, na verdade, dados qualitativos quantificados. Ao falar sobre análise qualitativa, referimo-nos não à quantificação de dados qualitativos, mas, sim, ao processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico. Os dados devem consistir de entrevististas e de observações, mas também devem incluir documentos, filmes ou gravações em vídeo, e mesmo dados que tenham sido quantificados para outros fins, como dados do censo.

Há muitas razões válidas para fazer pesquisa qualitativa. Uma das razões é preferência e/ou a experiência dos pesquisadores. Algumas pessoas são mais orientadas e têm temperamento mais apropriado para fazer esse tipo de trabalho. Alguns pesquisadores vêm de disciplinas (ex.: antropologia) ou têm orientações filosóficas (ex.: fenomenologia) que tradicionalmente fazem uso de métodos qualitativos. Outra razão, provavelmente mais válida, para escolher métodos qualitativos é a natureza do problema de pesquisa. Por exemplo, pesquisa que tenta entender o significado ou a natureza da experiência de pessoas com problemas como doenças crônicas, vícios, divórcio e o ato de "tornar-se conhecido" servem para sair a campo e descobrir o que as pessoas estão fazendo e pensando. Os métodos qualitativos podem ser usados para explorar áreas subterâneas sobre as quais pouco se sabe ou sobre as quais sabe-se muito, para ganhar novos entendimentos (Stern, 1980). Além disso, métodos qualitativos podem ser usados para obter detalhes intrincados sobre fenômenos como sentimentos, processos de pensamento e emoções que são difíceis de extrair ou de descobrir por meio de métodos de pesquisa mais convencionais.

Basicamente, há três componentes principais na pesquisa qualitativa. Primeiro, há os *dados*, que podem vir de várias fontes, tais como entrevististas, observações, documentos, registros e filmes. Segundo, há os *procedimentos*, que os pesquisadores podem usar para interpretar e organizar os dados. Eles geralmente consistem de *conceitualizar e reduzir* os dados, *elaborar* categorias em termos de suas propriedades e dimensões, e *relacioná-los* por meio de uma série de declarações preposicionais. Conceitualizar, reduzir, elaborar e relacionar sempre são referidos como *codificação* (para exemplo, ver Becker, 1970; Charmaz, 1983, 1995; Lofland, 1971; Miles e Huberman, 1994). Outros procedimentos são parte do processo analítico e incluem *amostragem não-estatística* (ver Schatzman e Strauss, 1973), *a redução de memórias* e *diagramação*. *Relatórios escritos e verbais* são o terceiro componente. Eles podem ser apresentados como artigos em jornais científicos, em palestras (ex.: conferências) ou em livros.

Há muitos tipos ou técnicas diferentes para fazer pesquisa qualitativa (para exemplo, ver Cassell e Symon, 1994; Denzin e Lincoln, 1994; Gilgun, Daly

e Handel, 1992; Gubrium e Sankar, 1994; Morse e Field, 1995; Westbrook, 1994). Neste livro, apresentamos apenas uma técnica, que é geralmente referida como *teoria fundamentada*, e apenas uma versão dessa técnica, ensinada por Strauss.

Teoria Fundamentada

O que Strauss e Corbin querem dizer quando usam o termo "teoria fundamentada"? Eles querem dizer teoria que foi derivada de dados, sistematicamente reunidos e analisados por meio de processo de pesquisa. Neste método, coleta de dados, análise e eventual teoria mantêm uma relação próxima entre si. Um pesquisador não começa um projeto com uma teoria preconcebida em mente (a não ser que seu objetivo seja elaborar e estender a teoria existente). Ao contrário, o pesquisador começa com uma área de estudo e permite que a teoria surja a partir dos dados. A teoria derivada dos dados tende a se parecer mais com a "realidade" do que a teoria derivada da reunião de uma série de conceitos baseados em experiência ou somente por meio da especulação (como alguém acha que as coisas devem funcionar). Teorias fundamentadas, por serem baseadas em dados, tendem a oferecer mais discernimento, melhorar o entendimento e fornecer um guia importante para ação.

Embora fundamentar conceitos em dados seja a principal característica deste método, a criatividade dos pesquisadores também é um ingrediente essencial (Sandelowski, 1995a). Na verdade, Patton (1990), um pesquisador de avaliação qualitativa, fez o comentário: "Investigação de avaliação qualitativa se baseia em pensamento crítico e criativo – tanto na ciência como na arte da análise" (p. 434). Ele prosseguiu fornecendo uma lista de comportamentos que acreditava serem úteis para promover o pensamento criativo, algo que todos os analistas deveriam ter em mente. A lista inclui (a) ficar aberto a possibilidades múltiplas; (b) gerar uma lista de opções; (c) explorar várias possibilidades antes de escolher uma; (d) fazer uso de múltiplas formas de expressão, como arte, música e metáforas, para estimular o pensamento; (e) usar formas não-lineares de pensamento, como avançar, retroceder e elaborar um assunto para obter uma nova perspectiva; (f) divergir das formas usuais de pensamento e do trabalho de alguém, mais uma vez para conseguir uma nova perspectiva; (g) acreditar no processo e não retroceder; (h) não tomar atalhos, mas, sim, colocar toda a energia e o esforço no trabalho e (i) divertir-se enquanto trabalha (p. 434-435). Análise é a interação entre os pesquisadores e os dados. É ciência e arte. É ciência no sentido de manter um certo grau de rigor e por basear a análise em dados. A criatividade se manifesta na capacidade dos pesquisadores de competentemente nomear categorias, fazer perguntas estimulantes, fazer comparações e extrair um esquema inovador, integrado e realista de massas de dados brutos desorganizados. Ao fazer pesquisa, lutamos por um

equilíbrio entre ciência e criatividade. Há procedimentos para ajudar a garantir alguma padronização e rigor para o processo. Porém, esses procedimentos não foram criados para serem seguidos de forma dogmática, mas, sim, para serem usados de maneira criativa e flexível pelos pesquisadores, conforme julgarem apropriado. Os objetivos dos procedimentos de codificação estão reunidos no quadro que se segue:

Procedimentos de Codificação

1. Construir em vez de testar a teoria.
2. Fornecer aos pesquisadores ferramentas analíticas para lidar com as massas de dados brutos.
3. Ajudar os analistas a considerar significados alternativos para os fenômenos.
4. Ser sistemático e criativo simultaneamente.
5. Identificar, desenvolver e relacionar os conceitos que são os blocos de construção da teoria.

Como instrução final, recomendamos fortemente que depois de ler os capítulos posteriores sobre codificação (rapidamente para começar, se você desejar), os pesquisadores sérios retornem e **estudem cada capítulo mais detalhadamente**. Esses capítulos explicam os procedimentos analíticos básicos e dão explicações sobre sua lógica. Cada conjunto de procedimento **deve ser totalmente compreendido antes do prosseguimento para o próximo passo analítico**. Queremos que os alunos entendam o objetivo dos procedimentos em vez de memorizar as técnicas. Também defendemos a idéia de que os alunos pratiquem as técnicas, sozinhos ou em grupos, de forma que se sintam confortáveis com elas antes de aplicá-las a seus próprios dados. Percebemos que a análise dos dados brutos de alguém pode parecer assustadora se comparada à leitura dos exemplos dados no livro. Porém, acreditamos que, **se os analistas entenderem a lógica por trás de nossos procedimentos e desenvolverem autoconfiança em seu uso, então conseguirão aplicá-los de forma flexível e criativa em seus próprios materiais**. Fazer pesquisa é um trabalho duro. Também é divertido e excitante. Na verdade, nada se compara ao prazer da descoberta.

Resumo

Este livro oferece tanto uma metodologia como um conjunto de métodos para construir teoria. O livro foi concebido como um texto para analistas iniciantes, que geralmente precisam de orientação e de estrutura durante as fases iniciais de suas carreiras em pesquisa. Enfatizamos fortemente que téc-

nicas e procedimentos, embora necessários, são apenas meios para um fim. Não devem ser aplicados rigidamente, passo a passo. Ao contrário, seu objetivo é garantir aos pesquisadores um conjunto de ferramentas que lhes permita conduzir uma análise com confiança e aumentar a criatividade que é inata, mas geralmente pouco desenvolvida, em todos nós. A força condutora por trás dessa metodologia é a visão de novos entendimentos e a construção de teoria fundamentada útil.

Descrição, Ordenamento Conceitual e Teorização

Definição de Termos

Descrição: o uso de palavras para transmitir uma imagem mental de um fato, uma parte de um cenário, uma cena, uma experiência, uma emoção ou uma sensação; uma história relatada a partir da perspectiva da pessoa que faz a descrição.

Ordenamento conceitual: organização (e algumas vezes classificação) de dados segundo um conjunto seletivo e específico de propriedades e de suas dimensões.

Teoria: um conjunto de conceitos bem desenvolvidos relacionados por meio de declarações de relações que, juntas, constituem uma estrutura integrada que pode ser usada para explicar ou prever fenômenos.

No Capítulo 1, apresentamos a noção de *teoria* sem definir o que queríamos dizer com essa palavra. Como os pesquisadores iniciantes sempre têm dificuldade em entender as diferenças entre *descrição* e *teoria*, e como a teoria sempre é definida de maneira diferente por vários pesquisadores, aproveitamos a oportunidade neste capítulo para apresentar nossas visões sobre esses termos. Além disso, citamos outro modo de administração de dados que sempre é usado em estudos qualitativos, um modo que chamamos de *ordenamento conceitual*. (Para uma perspectiva similar – mas de alguma forma diferente – sobre os mesmos assuntos, ver Wolcott, 1994).

Descrição

As pessoas comumente descrevem objetos, pessoas, cenas, fatos, ações, emoções, humores e aspirações em suas conversas diárias. Não apenas as pessoas comuns descrevem, mas também o fazem, como parte de seu trabalho diário, por-

nalistas e novelistas, além de pessoas que escrevem sobre temas técnicos, viagens e outros assuntos de não-ficção. A descrição se baseia em vocabulário comum para transmitir idéias sobre coisas, pessoas e locais. Por exemplo, alguém pode ouvir: "As ruas estavam calmas de manhã cedo, e eu esperava ansiosamente chegar na auto-estrada com meu novo automóvel conversível". A descrição também faz uso de comparações e metáforas (Lakoff e Johnson, 1981) quando as palavras comuns não conseguem atingir o ponto ou são necessárias palavras mais expressivas. Veja a seguinte frase: "Ele andava com a dignidade de um príncipe árabe; falava como um trapaceiro e sentava-se como uma cobra enrolada".

As pessoas literalmente não poderiam se comunicar sem a capacidade de descrever; independente de quão inapta ou primitiva possa ser sua linguagem. A descrição é necessária para informar o que estava (ou está) acontecendo, como está o ambiente, o que as pessoas envolvidas estão fazendo, e assim por diante. O uso de linguagem descritiva pode fazer com que fatos comuns pareçam extraordinários. Os grandes escritores sabem disso e lutam para tornar seus detalhes tão vívidos que os leitores na verdade podem ver, sentir, cheirar e ouvir o que está acontecendo em uma cena. Mesmo os simples mortais, aqueles entre nós com habilidades de redação menos desenvolvidas, usam a descrição para relatar aos outros suas aventuras, seus pensamentos e seus sentimentos à medida que encontram situações novas e, algumas vezes, rotineiras. Considere a seguinte cena, relatada por um visitante de São Francisco:

Você tem que ver a rua principal de Chinatown às 5 horas da tarde. É fascinante! Eu facilmente podia me imaginar em uma cidade da China. A área é tão densamente povoada; as pessoas estão em todo lugar. Os carros tentam achar um lugar para subir e descer as ruas estreitas, com as buzinas constantemente acionadas para tirar as pessoas do caminho. As pessoas conversam animadamente, a maioria chineses, e as ruas estão cheias de prédios coloridos; muitos copiando as formas estruturais do Oriente.

Há muitos tipos de lojas com artigos e produtos incommuns. Tudo tem um cheiro e um aspecto diferentes, eu queria tocar e provar tudo. Há lojas com todos os tipos de peixe e moluscos que parecem estranhos. Algumas lojas têm patos assados que parecem suculentos, pendurados de cabeça para baixo nas vitrines. Há lojas com todos os tipos imagináveis de legumes, muitos dos quais são novos para mim. Há joalherias, lojas de chás exóticos, restaurantes convidativos e comerciantes vendendo quilharias e suvenires chineses. As lojas mais fascinantes para mim, entretanto, são as que vendem ervas chinesas. Garrafas, jarras e cestos cheios até a borda com objetos que não consigo identificar. Fico intoxicado pelos cheiros e visões estranhos. Como os nomes e os preços estão escritos em chinês, tudo que posso fazer é imaginar, e essas lojas continuam sendo um mistério exótico para mim. As pessoas em Chinatown também são fascinantes, uma mistura tremenda. Há jovens e velhos, chineses e não-

chineses, os assimilados e os que vestem roupas mais tradicionais chinesas (em sua maioria os mais velhos). Algumas mulheres carregam seus filhos nas costas em um tipo de tipóia feita com algo que parece um cobertor, enquanto outras empurram um moderno carrinho de bebê. Outros homens e mulheres têm suas mãos carregadas de sacolas enquanto correm pelas ruas, provavelmente indo para casa preparar o jantar. Era divertido observar mulheres e homens barganhando o preço de peixes ou legumes, mesmo que eu não conseguisse entender as palavras que eles diziam. Comprei uma jóia, mas, como nunca dominei a arte de negociar, paguei o preço solicitado, o que, suponho, foi uma tolice. Simplesmente não é parte de minha cultura barganhar um preço. Eu poderia ficar dias em Chinatown e, ainda assim, não absorveria tudo. Que experiêncial! (K. C., comunicação pessoal, junho 1993).

Uma descrição, como essa de Chinatown em São Francisco, tem que parecer objetiva – apenas um relato do que foi visto por esta pessoa. Contudo, mesmo as descrições básicas envolvem objetivo (se não, por que descrever?) e públicos (quem vai ver ou ouvir a descrição?) e o olho seletivo do espectador (Wolcott, 1994). Por exemplo, relatórios policiais são focados em questões criminais ou investigativas. Em geral, são relativamente diretos e devem ser lidos por superiores e outras partes interessadas, enquanto que relatos jornalísticos impressos sobre um fato, como uma rebelião ou a revelação de uma rede de espionagem, tendem a ser escritos de forma mais viva. Esses últimos também tendem a refletir alguma postura pessoal ou organizacional e devem informar leitores de jornais ou revistas.

Em resumo, os detalhes descritivos escolhidos por um contador de história geralmente são consciente ou inconscientemente seletivos, baseados no que ele vê ou ouve ou considera importante. Embora a descrição sempre deva transmitir confiabilidade e retratar imagens, ela também deve persuadir, convencer, expressar ou despertar paixões. Palavras descritivas podem possuir julgamentos morais explícitos ou implícitos. Isso pode ocorrer não apenas com frases, mas também com livros inteiros, como em relatos ou em volumes sérios que visam reforma. Mesmo relatórios aparentemente objetivos, como os da polícia ou de jornalistas, devem refletir preconceitos secretos e julgamentos morais sem que a pessoa esteja a par dessas atitudes e sentimentos. Um julgamento estético também é transmitido por meio das descrições, como por exemplo: "A voz da jovem soprano era delicada e graciosa, embora nas faixas mais altas ela ocasionalmente vacilasse apenas um pouquinho, mas, em geral, transmitia o espírito do personagem; ela tem um grande futuro na ópera". A estética e a moral algumas vezes são reunidas, como na linguagem usada pelos críticos e pelo público ao rejeitar o trabalho musical radicalmente dissonante de Stravinsky, o *Sacre de printemps*, e as primeiras mostras de pinturas Impressionistas, que depois se tornaram as preferidas dos visitantes de museus e colecionadores da classe média.

É importante entender que a descrição é a base para interpretações de dados mais abstratos e para o desenvolvimento de teoria, embora não tenha que ocorrer necessariamente assim. A descrição já incorpora conceitos, pelo menos implicitamente (ex.: tipos de lojas e categorias de pessoas, como na descrição de Chinatown). Mesmo nos níveis mais altos de ciência abstrata, poderia não haver hipóteses científicas e teóricas ou atividades de laboratório sem descrições prévias ou de acompanhamento. Contudo, devemos acrescentar que, embora a descrição seja importante, há uma diferença entre fazer descrições cuidadosas, digamos da mudança de continentes ou das muitas espécies de vida que habitam os recifes de corais, e fazer teoria. No último caso, não apenas os fatos e acontecimentos são descritos, mas também a análise é estendida para envolver interpretações (Wolcott, 1994) explicando por que, quando, onde, o que e como os fatos ou acontecimentos ocorrem. Essas explanações teóricas são sempre validadas através da coleta de dados adicional (algumas vezes sob condições variáveis). Assim, embora a descrição claramente *não* seja a teoria, ela é fundamental para teorizar.

Ordenamento Conceitual

A descrição também é básica para o que chamamos de *ordenamento conceitual*. Isso se refere à **organização de dados em categorias discretas** (e algumas vezes, classificação) segundo suas **propriedades e dimensões e depois usando a descrição para elucidar essas categorias**. A maior parte das análises de ciências sociais consiste de alguma variedade – e há muitos tipos – de ordenamento conceitual. Os pesquisadores tentam entender seus dados organizando-os segundo um esquema classificatório. No processo, os itens são identificados a partir dos dados e são definidos de acordo com suas várias propriedades e dimensões gerais. Ao apresentar essas interpretações dimensionalizadas, os pesquisadores estão quase certos de apresentar várias quantidades de material descritivo usando uma variedade de estilos comunicativos.

Mesmo na descrição diária há um ordenamento dos objetos descritivos. Por exemplo, na descrição acima de Chinatown em São Francisco, a pessoa que relata o fato organizou as lojas de acordo com os objetos vendidos e classificou-as segundo sua preferência, declarando que suas favoritas eram as lojas de ervas. Outra descrição poderia distinguir entre classes de compradores, classificando as pessoas segundo o valor, o tipo e os custos dos itens comprados. Outro esquema poderia classificar as pessoas segundo o grau de assimilação, usando dimensões como língua falada, roupas vestidas e gestos usados. A idéia importante a ser lembrada sobre dimensões e propriedades é que elas permitem aos pesquisadores diferenciar itens entre e dentro das classes, mostrando, assim, uma variação em um determinado âmbito. Recentemente lemos uma descrição, de um parágrafo ou pouco mais, comparando um amplo e belo parque nacional no Alasca com Yosemite, na Califórnia. O autor fez e respondeu as seguintes questões: Por que o par-

que do Alasca é literalmente desconhecido e pouco visitado em comparação ao imensamente popular parque da Califórnia? A questão já classificava cada local segundo o número de visitantes e a visibilidade pública. Então, por que a diferença entre os parques? A resposta dele foi dada em termos da dimensão de acessibilidade. O parque do Alasca é longe dos centros populacionais, enquanto que Yosemite pode ser visitado por milhões de turistas, pois está a poucas horas de distância da Bay Area, região densamente povoada da Califórnia.

As comparações feitas entre locais, grupos e fatos são explicitamente detalhadas, e essas comparações se tornam a base para que um objeto, local ou grupo receba classificações específicas. Considere os guias de viagem, como o famoso Michelin, que informam a seus leitores como se localizar na França ou em algum outro país com as melhores vantagens. Esses guias usam um **sistema de classificação** (para restaurantes, hotéis, monumentos, pontos turísticos, cidades, etc.) envolvendo **diversas dimensões** – custo, serviço, prazer proporcionado, conforto, acessibilidade e valor estético ou histórico. Eles sugerem que tal e tal cidade não pode deixar de ser visitada, enquanto outra cidade, embora interessante, pode estar encravada em um terreno difícil.

Para esse modelo de classificação e ordenamento, geralmente não são necessários muitos detalhes descritivos. Afinal, os leitores do Michelin estão familiarizados com preços baixos e altos e com facilidade ou dificuldade de acesso. Contudo, algumas vezes usa-se a descrição para preencher as classificações. Por exemplo, algumas vezes os guias turísticos Michelin dão detalhes consideráveis sobre como é maravilhosa a comida num determinado restaurante ou destacam que, considerando as restrições de tempo, alguns locais não devem deixar de ser visitados, enquanto que outros não são tão importantes.

A principal razão para discutir ordenamento conceitual aqui, porém, é porque esse tipo de análise é um **precursor da teorização**. Uma teoria bem desenvolvida é aquela na qual os conceitos são definidos segundo suas propriedades e dimensões específicas. O que chamamos de *ordenamento conceitual* também é o ponto final desejado de pesquisa para alguns investigadores.

Um exemplo de ordenamento conceitual em ciências sociais está na forma de alguns **relatos etnográficos**. As etnografias diferem em termos de ordenamento conceitual e grau de teorização. Além disso, há variações na quantidade de detalhes descritivos fornecidos em trabalhos e monografias, dependendo da perspectiva do escritor, da percepção do público e da familiaridade com a área substancial, além do significado inerente dos materiais. Porém, para nossos objetivos, o principal ponto sobre muitas etnografias é este: elas refletem tentativas de **descrever** as perspectivas e as ações dos atores retratados, **combinadas** com um **ordenamento** explícito daqueles em relatos plausíveis não-ficcionais. A apresentação final é organizada em torno de temas bem desenvolvidos e ordenados, mas os temas não são conectados para formar um esquema teórico integrado.

Um segundo tipo de ordenamento conceitual é ordenar os dados segundo passos ou estágios que sempre são habilmente descritos. Porém, em tais esquemas, sempre faltam os esquemas teóricos maiores, que explicam o que conduz o processo central ou organizador, ou seja, as condições que explicam como, quando, onde e por que pessoas e organizações avançam de um passo para outro. Também não há variação nos esquemas. Não mostrando diferenças em classificação, seqüência, etc. (embora talvez não conscientemente), fica implícito em tais esquemas que todas as pessoas e organizações se movem ao longo do processo da mesma forma e ao mesmo índice – o que, evidentemente, não é uma explicação totalmente acurada de como pessoas e organizações operam. Sempre há diferenças, desvios da média ou dentro de um padrão, e devemos levar em conta essas diferenças.

Um terceiro modo de ordenamento conceitual é aquele que se baseia principalmente na organização de materiais segundo os diferentes tipos de atores ou ações (incluindo tanto pessoas como organizações). Títulos e subtítulos pertencem a esses tipos. Os tipos geralmente representam conceitos bem ordenados e desenvolvidos, mas o que está faltando é um esquema teórico maior, que explique porque esses tipos (e não outros) surgiram e qual sua relação com o fenômeno maior sob investigação. Sempre está implícito que uma listagem de tipos constitui uma teoria ou explicação teórica sobre fatos; porém, uma listagem de tipos constitui apenas outro esquema de classificação, a não ser que esteja posicionada dentro de uma estrutura unificadora maior.

Teorização

Desenvolver *teoria* é uma atividade complexa. Usamos o termo “teorização” para denotar essa atividade porque desenvolver teoria é um processo, e sempre um processo longo. Teorizar é um trabalho que implica não apenas **conceber** ou **inventar** idéias (conceitos), mas também **formular** essas idéias em um esquema lógico, sistemático e explanatório. Independente do quão iluminada ou mesmo “revolucionária” possa ser a idéia da teorização, a transformação de uma idéia em teoria ainda exige que a idéia seja explorada completamente e **considerada de muitos ângulos ou perspectivas diferentes**. Também é importante **acompanhar as implicações** de uma teoria. Essas formulações e implicações resultam em “atividade de pesquisa”, que implica **tomar decisões** sobre e **agir** em relação a muitas questões durante todo o processo de pesquisa – o que, quando, onde, como, quem, e assim por diante. Além disso, quaisquer hipóteses e proposições derivadas dos dados devem ser continuamente “verificadas” em **comparação a novos dados** e modificadas, estendidas ou desconsideradas, conforme necessário. No núcleo da teorização está a **interação** de fazer induções (derivando conceitos, suas propriedades e dimensões, a partir dos dados) e deduções (criando hipóteses sobre as relações entre conceitos, as relações também são de-

rivadas dos dados, mas dados que foram abstraídos pelo analista dos dados brutos). (O que deveria ser um ponto óbvio, mas não é, é que há muitas maneiras de fazer todas essas coisas. Infelizmente, os pesquisadores algumas vezes são muito dogmáticos sobre as formas apropriadas de coletar dados, validar hipóteses, etc. Além disso, todas as vezes que um pesquisador deriva uma hipótese dos dados, como isso envolve interpretação, consideramos que seja um processo dedutivo). No final, espera-se, o pesquisador terá **transformado sistematicamente** os produtos da análise em uma teoria.

O que queremos dizer com *teoria*? Para nós, *teoria* denota um conjunto de *categorias bem desenvolvidas* (ex.: temas, conceitos) que são sistematicamente inter-relacionadas através de *declarações de relação para formar uma estrutura teórica que explique alguns fenômenos relevantes sociais, psicológicos, educacionais, de enfermagem ou outros*. As *declarações de relação* explicam quem, o que, quando, onde, por que, como e com que seqüências um fato ocorre. Uma vez que os conceitos estejam relacionados por meio de declarações de relação a uma estrutura teórica explanatória, os resultados de pesquisa vão além do ordenamento conceitual até a teoria. Esse último fato é importante porque “não importa o quanto possamos descrever [um] fenômeno social como um conceito teórico, não podemos usá-lo para explicar ou prever. Para explicar ou prever, precisamos de uma declaração teórica, uma conexão entre dois ou mais conceitos” (Hage, 1972, p. 34).

Uma teoria geralmente é mais do que um conjunto de resultados; ela oferece uma explicação sobre os fenômenos. Os fenômenos que se desenvolvem a partir de uma teoria e são explicados por uma teoria variam – trabalho, administração, liderança, consciência, evolução de doenças, segurança, estigma, etc. Gerar teorias sobre fenômenos em vez de gerar apenas um conjunto de resultados é importante para o desenvolvimento de um campo de conhecimento. Estudos qualitativos ou quantitativos adicionais sobre o mesmo fenômeno podem ampliar o conhecimento. Por exemplo, alguém pode estudar o trabalho em um ambiente organizacional. A partir do estudo, surge o conceito de “fluxo de trabalho”. O fenômeno do fluxo de trabalho poderia ser usado para explicar parcialmente como o trabalho é feito na organização sob investigação. Porém, a idéia mais geral de fluxo de trabalho tem uma possível aplicação além dessa organização. Ela pode se tornar um conceito valioso para explicar fenômenos similares em outras organizações. Ao fazer pesquisa adicional, os pesquisadores vão querer determinar quais partes do conceito aplicar ou quais são válidas nessas outras organizações, e quais novos conceitos ou hipóteses podem ser acrescentados à conceitualização original.

Além disso, as teorias têm várias propriedades e, quando analisadas, também podem ser localizadas ao longo de certas dimensões e ordenadas conceitualmente. Por exemplo, algumas teorias são mais **abstratas** do que outras, significando que os conceitos são altamente conceituais. Eles são derivados por meio de processos de aumento de conceitualização e redução, sempre se moven-

do em direção a níveis mais altos de abstração (Hage, 1972). Conceitos mais abstratos têm aplicabilidade mais ampla, mas também estão mais afastados dos dados brutos a que pertencem. Outra dimensão da teoria é o **escopo**. Outro termo para escopo é "generalidade". Quanto mais amplo o escopo de uma teoria, maior o número de problemas disciplinares com o qual ela pode lidar (Hage, 1972). Outros termos normalmente associados com teoria são "parcimônia", "precisão de previsão" e "acuidade de explicação" (Hage, 1972).

Outra forma de classificar as teorias é a seguinte. Algumas teorias podem ser consideradas substanciais, enquanto que outras podem ser consideradas formais (Glaser e Strauss, 1967, p. 32-34). Um estudo sobre como os *gyps* lidam com a revelação/não-revelação de sua identidade sexual para os médicos é um exemplo de teoria derivada de uma área substancial. Ela pode ser usada para explicar e administrar problemas de revelação ou não-revelação, por parte dos *gyps*, em um ambiente médico. Teorias mais formais são menos específicas para um grupo ou local e, como tal, aplicam-se a um âmbito mais amplo de ocupações e problemas disciplinares. Teorias formais geralmente são derivadas do estudo de fenômenos sob uma variedade de condições, como pesquisar a revelação/não-revelação sob condições de pessoas atuando como espãs, envolvidas em relações ilícitas, praticando atividades ilegais como o roubo, pertencentes a sociedades e grupos secretos, ou abordando alguém em um bar ou em uma esquina.

Há outras formas de pensar sobre teorias e de avaliá-las (Strauss, 1995), mas não estamos preocupados com elas aqui; o ponto principal é que as teorias são construídas, variam em sua natureza e não são todas iguais. Independente de como as teorias são **construídas**, cada uma é única.

Em ciências sociais, é verdade que algumas teorias são sistematicamente formuladas, mas têm pouca ancoragem na pesquisa real. Alguns sociólogos, como Parsons (1937, 1951), escreveram predominantemente o que chamamos de "teorias especulativas". Nossa crítica a esse tipo de teoria é que, embora sistemática e abstratamente formulada, ela não é empiricamente baseada em pesquisa (Blumer, 1969; Glaser e Strauss, 1967). Certamente, há conceitualizações diferentes sobre a natureza e o papel da "teoria" em ciências sociais (Daly, 1997) e muitos desacordos sobre como a teorização deveria de fato ser feita ou mesmo se ela deve ser feita (Hammerley, 1995). Há vários outros conceitos errados sobre teoria e teorização em pesquisa qualitativa que são mencionados brevemente aqui. Um é que uma estrutura teórica como o feminismo, o estruturalismo ou o interacionismo seja uma teoria. Não é; é uma postura, mais uma filosofia do que um conjunto bem desenvolvido e relacionado de conceitos explanatórios sobre o mundo funciona. O valor dessas estruturas é que elas podem fornecer informações ou uma perspectiva sobre um fenômeno e também ajudar a gerar questões teóricas. Por outro lado, elas também podem focar uma pessoa em uma perspectiva ou em um conjunto de idéias, de forma que a pessoa não consiga ver o que mais pode haver nos dados. Um segundo conceito errado é que a simples aplica-

ção de um conceito ou de uma teoria aos dados de alguém constitui teorização. Não constitui; é uma aplicação assumida de um conceito ou de uma teoria. A teorização implica construir teoria ou estender e ampliar uma teoria já existente. Um terceiro conceito errado é que a pesquisa qualitativa nunca "válida" a teoria. Alguns estudos qualitativos o fazem e outros não, mas mesmo aqueles que validam a teoria não o fazem no sentido de testar, como na pesquisa quantitativa. Ao contrário, é um processo de comparar conceitos e suas relações com os dados durante o ato de pesquisa para determinar o quanto eles são apropriados para tal investigação. Apropriadamente executada, a metodologia explicada neste texto é um exemplo desse último caso. (Para uma discussão muito produtiva sobre como desenvolver nova teoria a partir de uma velha teoria, ver Strauss, 1970.)

Resumo

Antes de começar o processo de desenvolvimento da teoria, um pesquisador deve entender um pouco o que constitui teoria. O primeiro passo em direção ao entendimento é ser capaz de diferenciar entre *descrição*, *ordenamento conceitual* e *teorização*. Um segundo passo é perceber que essas formas de análise de dados de fato constroem uma outra, com a teoria incorporando os aspectos das duas. Em resumo, *descrever* é representar, contar uma história, algumas vezes uma história muito gráfica e detalhada, sem retroceder para interpretar fatos ou explicar por que certos fatos ocorreram e outros não. *Ordenamento conceitual* é classificar fatos e objetos ao longo de várias dimensões explicitamente declaradas, sem necessariamente relacionar as classificações umas às outras para formar um esquema explanatório global. *Teorização* é o ato de **construir** (enfatizamos esse verbo também), a partir dos dados, um esquema explanatório que integre sistematicamente vários conceitos por meio de declarações de relações. Uma teoria faz mais do que gerar entendimento ou pintar um quadro vivo. Ela permite aos usuários explicar e prever fatos, fornecendo, assim, diretrizes para a ação.

A Interação entre Qualitativo e Quantitativo em Teorização

Desenvolvendo o que foi dito no Capítulo 2, podemos pensar em teorização como um processo envolvendo um fluxo de trabalho contínuo. Esse pensamento conduz logicamente a uma posição metodológica comparável relativa às relações entre procedimentos qualitativos e quantitativos criados para gerar teoria. Para não desapontar nossos leitores, queremos esclarecer que este não é um capítulo **sobre como** combinar dados qualitativos e quantitativos; deixamos isso para outras pessoas com mais experiência nesse processo (para exemplo, ver Fielding e Fielding, 1984). Tampouco estamos declarando que toda pesquisa exige ou deveria usar uma combinação dos dois. Ao contrário, este capítulo pretende apresentar algumas “idéias para meditar” e oferecer uma forma alternativa de pensar sobre a relação entre dois paradigmas de pesquisa aparentemente incongruentes. Resumidamente, afirmamos que o objetivo da teorização é desenvolver teorias úteis. Assim, *qualquer* tecnologia, seja qualitativa ou quantitativa, é apenas um meio para atingir esse objetivo. Não acreditamos na primazia de qualquer modo de fazer pesquisa (ver também Dzurec e Abraham, 1993; Porter, 1989; Power, 1996). Um instrumento é um instrumento, não um fim em si mesmo. A questão não é primazia, mas, sim, quando e como cada modo pode ser útil para a teorização (McKeganey, 1995).

Infelizmente, como alguns de nossos leitores sabem muito bem devido às suas próprias experiências, posições dogmáticas são sempre tomadas em favor da pesquisa qualitativa ou da pesquisa quantitativa. (Essas posições pertencem tanto ao ordenamento conceitual como à teorização). Posições extremas nessa questão espelham umas às outras. Muitos pesquisadores quantitativos tendem a descartar completamente estudos qualitativos alegando que não fornecem nenhum resultado válido – na verdade, alegando que são pouco melhores do que relatos jornalísticos. Eles afirmam que pesquisadores qualitativos ignoram a amostragem representativa, com seus resultados baseados apenas em um único caso ou em poucos casos. (Veja uma perspectiva diferente sobre esse argumento

em Kvale, 1994; Sandelowski, 1995b.) Iguamente obstinados são alguns pesquisadores qualitativos que rejeitam firmemente estatísticas e outros métodos quantitativos, alegando que geram informações superficiais ou completamente enganosas. Eles acreditam que, para entender valores culturais e comportamentos social é necessário entrevistar ou fazer observação de campo intensiva, sendo esses os únicos métodos de coleta de dados sensíveis o suficiente para capturar as nuances da vida humana.

Porém, há posições intermediárias. A combinação de métodos pode ser feita por razões suplementares, complementares, informativas, de desenvolvimento e outras. (Para exemplo, ver Greene, Caracelli e Graham, 1989, com uma excelente discussão sobre esse tópico. Ver também Cuevas, Dinero e Feit, 1996.) A combinação de métodos não é novidade. Dois eminentes criadores de métodos de pesquisa sociológica, Lazerfeld e Wagner (1958), promulgaram uma atitude de longa duração para pesquisadores, ou seja, que as entrevistas exploratórias devem preceder a formulação e o desenvolvimento final de instrumentos de questionário. Apenas com esse uso de materiais qualitativos, básico para (embora apenas suplementares para) procedimentos e análises estatísticos, os questionários poderiam penetrar a "realidade". Uma posição paralela, mas com uma ênfase diferente, é assumida por outros pesquisadores qualitativos. Contagem, mensuração e até mesmo procedimentos estatísticos podem ser úteis para suplementar, entender ou testar suas formas de fazer pesquisa (Murdaugh, 1987). Embora alguns pesquisadores façam um modo primário e outro suplementar (ver explicação de Morse, 1991), outros pesquisadores basicamente vêem os paradigmas de pesquisa como complementares. Cada um acrescenta algo essencial aos resultados finais, até mesmo à teoria final, se esse for o objetivo de um determinado projeto de pesquisa (Breitmayer, Ayers e Knaff, 1993). Também no caso das estatísticas, como ocorre com a coleta e a análise de dados qualitativos, nunca podemos ter certeza se capturamos a essência da situação (Gephart, 1988).

Mesmo essas posições intermediárias representam uma enganosa visão simplista das realidades de fazer de fato uma pesquisa, especialmente quando começamos a ver teorização como algo que contém um fluxo de trabalho complexo. Além disso, os pesquisadores querem saber mais especificamente quando e como usar cada modo.

Antes de abordar essas questões, vamos voltar a nosso ponto básico sobre a pesquisa ser um "Fluxo de trabalho" que se desenvolve durante todo o curso de qualquer projeto investigativo. Cada um dos tipos de trabalho (ex.: coleta de dados, análise, interpretação) acarreta escolhas e decisões relacionadas à utilidade dos vários procedimentos alternativos, sejam eles qualitativos ou quantitativos, mas, também, mais especificamente, ao fazer escolhas, quais procedimentos qualitativos e quais procedimentos quantitativos seriam mais apropriados.

Pense, como um exercício de reflexão, nas muitas decisões envolvidas na coleta de dados. Devemos fazer entrevistas? Que tipo ou tipos de entrevista? Quantas entrevistas devemos fazer e em que bases? Onde encontraremos os entrevistados? Considerando as dificuldades encontradas em uma situação de pesquisa, como vamos ter que alterar as noções originais do que procurar em nossas entrevistas? Ou, como poderíamos ter que mudar nossa amostragem inicial de população? Por outro lado, alguém poderia perguntar, faria mais sentido usar questionários para coletar os dados? Esses dados deveriam ser coletados levando em conta os tipos de procedimentos estatísticos que podem ser efetuados, incluindo os analíticos? Se os instrumentos de coleta de dados parecem melhores ou mais viáveis, então que instrumentos seriam mais apropriados para obter o tipo de informação que estamos procurando? Além disso, qual é a validade e a confiabilidade dessas medidas? E quais as possibilidades de combinação de quaisquer ou de todos esses métodos, qualitativos ou quantitativos? Como as várias mudanças nas condições durante o processo de pesquisa vão afetar nossa coleta de dados – durante todo o processo, desde obter acesso a nossos respondentes até assegurar a cooperação deles e obter informações confiáveis e úteis. Como mantemos o fluxo de dados movimentando-se? Não há, para destacar o ponto principal deste exemplo, um final para as opções, escolhas e decisões que temos. Pensar de outra forma, impondo como o critério-padrão apenas um tipo de entrevista, insistindo total ou predominantemente em observações de campo ou adotando como apropriadas apenas medidas de escalonamento restringe enormemente nossos esforços. Tal decisão não considera as complexidades do mundo lá fora e nossa capacidade de entendê-lo.

É verdade que diferentes projetos de pesquisa são afetados por diferentes condições. Alguns enfrentam limitações consideráveis em, digamos, técnicas de coleta de dados ou em populações disponíveis para os pesquisadores devido a regulamentações burocráticas, custos, falta de tempo ou barreiras de linguagem. Alguns aspectos de um projeto podem ser executados sob condições particularmente difíceis, de forma que contingências inesperadas têm mais probabilidade de afetar os planos iniciais. Entretanto, todos os estudos de pesquisa envolvem os principais passos, geralmente sobrepostos, formados pelos diferentes tipos de trabalho, incluindo coleta de dados, análise, algum grau ou tipo de verificação e, finalmente, a apresentação ou a publicação de resultados. Correndo o risco de ser repetitivos, enfatizamos que há muitas escolhas e decisões e elas são diferentes para os vários aspectos do processo geral de pesquisa. É quase impossível preparar-se antecipadamente para todas as contingências que podem surgir durante o processo de pesquisa em ciências biológicas e sociais. Na verdade, de várias formas, a pesquisa pode ser concebida como um processo circular, que envolve muitas idas e vindas e caminhadas em círculo antes de finalmente atingir um objetivo.

Isto posto, os pesquisadores podem e devem fazer **combinações** de procedimentos. Não há um conjunto-padrão de métodos igualmente útil para cada passo da pesquisa, e nem sempre é útil usar as mesmas técnicas específicas para todos os passos de todos os projetos de pesquisa. Assim, a não ser que os pesquisadores sejam extremamente restringidos por pressões externas ou por ordens internas, eles são pragmáticos, conectando várias técnicas disponíveis para obter os resultados desejados (Creswell, 1994).

Estudos contemporâneos de cientistas físicos e biológicos revelam como os pesquisadores reúnem partes úteis de instrumentos e procedimentos, além de conceitos, modelos e determinadas teorias baseadas em suas próprias disciplinas e em outras. (Isso é mostrado na pesquisa de Clarke, 1990; Fumimura, 1988; Star, 1989.) Além disso, há diversas disciplinas cruzadas em sociologia (e provavelmente em outras disciplinas) nas quais há interação para frente e para trás entre métodos qualitativos e quantitativos, como, por exemplo, em "demografia qualitativa" e nas áreas de ciências sociais que analisam as implicações dos computadores para a sociedade (Star e Ruhleder, 1996). Os pesquisadores em ciências humanas e sociais são pragmáticos operacionais. Quanto maior a flexibilidade que os cientistas têm para trabalhar, mais criativa tendem a ser suas pesquisas.

As implicações desses pontos para a relação de procedimentos qualitativos e quantitativos são diretas. A não ser que seja indevidamente restrita, rotinizada ou ideologicamente blindada, pode-se fazer pesquisa útil com várias combinações de procedimentos qualitativos e quantitativos. Isso é válido para todas as fases da pesquisa, não importa se os pesquisadores estão coletando dados, formulando hipóteses, tentando verificá-las ou dando exemplos ao redigir publicações.

Indo ao centro da questão, nosso conselho aos leitores em relação a esse assunto é pensar em termos de **interação entre métodos qualitativos e quantitativos**. Posições confortáveis, mas excessivamente simples, como "eles se complementam" e "eles se complementam", não garantem diretrizes suficientes para seu trabalho se você deseja construir uma teoria. É verdade que alguns materiais de entrevista podem ser suplementados por análises estatísticas e, reciprocamente, os dados estatísticos tendem a ser analisados qualitativamente em parte. Contudo, o ponto mais operacional é que coleta e análise de dados podem ser feitas das duas formas, e em várias combinações, durante todas as fases do processo de pesquisa.

Tão importante quanto isso é que *pode* haver interação para frente e para trás entre as combinações dos dois tipos de procedimentos, com dados qualitativos afetando análises quantitativas e vice-versa. A seguir, damos apenas um exemplo de ideologias psiquiátricas defendidas pelo pessoal que trabalha em hospitais para doentes mentais (Strauss, Schatzman, Bucher, Ehrlich e Sabshin, 1964). Três sociólogos obtiveram dados básicos por meio de obser-

vações de campo em diversas alas de dois hospitais e por meio de entrevistas feitas com médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. Além disso, um psicólogo foi contratado para desenvolver instrumentos de pesquisa que diferenciassem os médicos segundo a ideologia psiquiátrica que tendiam a usar entre as três ideologias dominantes na época. Neste estudo, os questionários foram constituídos após coleta de campo durante cerca de seis meses, através de observações e entrevistas informais, e depois de fazer análises preliminares desses dados. Assim, os aspectos qualitativos da pesquisa influenciaram diretamente tanto a construção do questionário como a posterior análise estatística associada.

Infelizmente, não há um fluxo de retorno da análise do instrumento para o trabalho de campo. Na verdade, um trabalhador de campo (Leonard Schatzman) estranhamente lembrou-se, vários anos mais tarde, que havia sido compreendido por um psiquiatra que tinha tido uma pontuação alta na escala psicoterapêutica, mas aparentemente agia como um médico típico, somaticamente orientado, ao aplicar a terapia de choque a um paciente idoso. Questionado sobre isso, o psiquiatra respondeu o sociólogo dizendo: "Você pesquisadores são tão estúpidos. Perguntam em seus questionários no que acreditamos, mas não o que *fazemos*". O sociólogo ficou perplexo, percebendo somente naquele momento que, na verdade, o trabalho de campo era focado na ação, enquanto que o questionário era elaborado para capturar as crenças psiquiátricas básicas. Infelizmente, naquele momento, não ocorreu aos sociólogos incluir perguntas adicionais no questionário, destacando as discrepâncias entre crença e ação, e eles também não pensaram em explorar as diferenças de comportamento observadas entre aquelas posições idealistas e o que eles chamavam de "filosofias operacionais" verdadeiras, demandadas pelas exigências da vida diária nas alas hospitalares. O projeto de pesquisa certamente poderia ter se beneficiado do fato de pensar em termos de interação genuína entre procedimentos quantitativos e qualitativos – e talvez até vários intercâmbios entre eles.

Idealmente falando, e como destacado em muitos livros de metodologia, a pesquisa é planejada, elaborada e, em geral, habilmente "executada". (A maioria das propostas de pesquisa também assume essa sequência.) Mas, como qualquer pesquisador experiente vai lhe dizer se for pressionado a pensar sobre a questão, pesquisa realmente é um "assunto confuso". Isso não significa que os resultados sejam dúbios ou inúteis; ao contrário, significa que a pesquisa raramente se desenvolve totalmente de acordo com o planejado.

Você poderia perguntar, então, o que faz uma situação de pesquisa diferente, se é que isso ocorre, quando teoria, e não resultados ou o ordenamento conceitual, é o objetivo? Em geral, a resposta é que ela não é diferente. Acontece apenas que alguns procedimentos, especialmente os analíticos, são mais extensos e elaborados. Em termos das discussões deste livro, a análise não termina ne-

cessariamente com o ordenamento conceitual, e, assim, com a codificação abertaxial; ao contrário, pode prosseguir para incluir codificação seletiva integrada. O ponto desta discussão é que os pesquisadores não devem pensar em procedimentos quantitativos como um inimigo, mas, sim, como um potencial aliado para a construção de teoria quando seu uso parecer apropriado. Exatamente quando e como os procedimentos quantitativos seriam apropriados? A seguir damos apenas um breve exemplo.

Um grupo de pesquisadores pode identificar várias condições que parecem ter ligação com um fenômeno, digamos, uma tendência para a delinquência juvenil. Porém, seus dados qualitativos não informam o grau em que essas condições geram delinquência, como elas interagem umas com as outras, que condições têm uma relação mais forte com o fenômeno do que outras, e assim por diante. Ao fazer um estudo quantitativo neste ponto, os pesquisadores podem usar as informações para construir hipóteses adicionais. Essas hipóteses poderiam ser examinadas e refinadas através de amostragens teóricas mais dirigidas usando procedimentos qualitativos.

Um ponto foi omitido desta discussão até agora: a preferência pessoal do pesquisador; sua familiaridade e facilidade de lidar com um modo de pesquisa vai certamente influenciar suas escolhas. Embora o objetivo da pesquisa e a natureza das perguntas feitas sempre determinem o modo, um pesquisador tem que trabalhar com aqueles modos com os quais se sente mais confortável. Essa é a razão pela qual, nos grandes projetos, é bom trabalhar em uma equipe formada por representantes de todos os estilos de pesquisa. Questionado por um pesquisador qualitativo (Strauss) sobre a razão pela qual alguém deveria aprender técnicas estatísticas para uso em pesquisa social, um teórico estatístico altamente respeitado (Leo Goodman) respondeu afirmando que, uma vez absorvido, o conhecimento dessas técnicas sensibilizaria a pessoa para novos aspectos dos dados e, na verdade, para a própria coleta de dados em si. O mesmo ocorre em nosso trabalho qualitativo. Cada modo de pesquisa deve ser reconhecido e valorizado por sua contribuição única.

Quememos deixar claro que, quando falamos sobre combinação de métodos, não estamos falando especificamente sobre triangulação no sentido tradicional (Denzin, 1970), embora reconhecamos isso como uma ferramenta de pesquisa valiosa e defendamos seu uso onde e quando apropriado. Ao contrário, queremos destacar que, para construir uma teoria densa, bem desenvolvida, integrada e ampla, o pesquisador deve fazer uso de todo e qualquer método disponível, tendo em mente que uma verdadeira interação de métodos é necessária. **O mais importante**, considerando que nossa técnica de construção de teoria é de emergência, é acreditarmos que, a não ser que o pesquisador esteja construindo ou continuando seus próprios estudos prévios, ele não conseguirá entrar no projeto com um conjunto de conceitos pré-estabelecidos ou com um projeto bem estruturado. Ao contrário, o projeto, como os concei-

tos, deve ter permissão para **emergir** durante o processo de pesquisa. À medida que conceitos e relações emergem dos dados por meio de análise qualitativa, o pesquisador pode usar essas informações para decidir onde e como conseguir dados adicionais que ajudem na evolução adicional da teoria. As decisões tomadas em qualquer uma dessas articulações de pesquisa críticas serão variadas. Algumas vezes, poderá ser necessário fazer uso de medidas quantitativas; outras vezes, coleta e análise de dados qualitativos pode ser o mais apropriado. Admitimos que essa técnica aberta de projeto pode representar alguns problemas ao tentar obter permissão de comitês de seres humanos ou ao redigir propostas para subsídios. Para satisfazer a demanda de terceiros, um projeto de pesquisa deve ser apresentado como uma série de investigações menores, cada uma delas baseada nos resultados de estudos prévios antes de ser integrada em um todo que é a teoria. Independente da técnica escolhida, a força condutora sempre deverá ser a teoria derivada. Os métodos representam os meios para atingir esse fim.

Resumo

As formas de pesquisa qualitativa e quantitativa têm seus papéis a desempenhar na teorização. A questão não é usar uma forma ou outra, mas, sim, como essas formas devem trabalhar juntas para promover o desenvolvimento da teoria. Embora a maioria dos pesquisadores tenda a usar métodos qualitativos e quantitativos nas formas suplementares ou complementares, o que estamos defendendo é uma verdadeira interação entre os dois. O método qualitativo deve dirigir o quantitativo, e o método quantitativo resulta no qualitativo, em um processo circular, mas, ao mesmo tempo, evolutivo, com cada método contribuindo para a teoria a maneira como só ele pode fazer. Porém, devemos lembrar que, como a **emergência** é a base de nossa técnica para construção de teoria, um pesquisador não pode iniciar uma investigação com uma lista de conceitos preconcebidos, uma estrutura teórica orientadora ou um projeto bem elaborado. Conceitos e projetos devem ter permissão para emergir dos dados. Uma vez que tenham surgido conceitos e hipóteses relevantes e que eles tenham sido validados em relação aos dados, o pesquisador pode voltar-se para medidas e análises quantitativas, se isso for melhor para o processo de pesquisa. Lembre-se, a idéia por trás da variação de métodos é pôr em prática os meios mais parcimoniosos e vantajosos para chegar a uma teoria. Tal tarefa exige sensibilidade para as nuances dos dados, tolerância para ambigüidade, flexibilidade no projeto e uma grande dose de criatividade.

Considerações Práticas

Definição de Termos

Problema de pesquisa: a área de foco geral ou substancial para a pesquisa.

Questão de pesquisa: a questão específica a ser abordada por uma pesquisa que estabelece os parâmetros do projeto e sugere os métodos a serem usados para coleta e análise de dados.

Objetividade: a capacidade de atingir um certo grau de distância dos materiais de pesquisa e de representá-los de forma justa; a capacidade de ouvir as palavras dos informantes e de dar a eles uma voz independente da voz do pesquisador.

Sensibilidade: a capacidade de responder às nuances sutis de, e sugestões para, significados nos dados.

Literatura técnica: relatórios de estudos de pesquisa e trabalhos teóricos ou filosóficos característicos da redação profissional e disciplinar que podem atuar como material de apoio contra os quais é possível comparar resultados dos dados atuais.

Literatura não-técnica: biografias, diários, documentos, manuscritos, registros, relatórios, catálogos e outros materiais que podem ser usados como dados primários, para complementar entrevistas e observações de campo ou para estimular o pensamento sobre propriedades e dimensões dos conceitos que surgem dos dados.

Enquanto os Capítulos 1, 2 e 3 prepararam o terreno para o que vem a seguir, este capítulo é transicional, movendo a discussão de um nível teórico para um nível mais prático. Ele combina os Capítulos 2, 3 e 4 da primeira edição do livro para formar uma discussão sobre tópicos importantes a serem considerados ao começar. Os tópicos garantem uma base para a posterior coleta e análise de

dados. Este capítulo consiste de três seções principais: (a) escolher um problema e declarar a questão de pesquisa, (b) manter um equilíbrio entre objetividade e sensibilidade e (c) uso da literatura. Como este é um livro sobre análise e não sobre trabalho de campo, a última questão não é discutida aqui. (Alguns textos que os leitores podem consultar incluem Adler e Adler, 1987; Punch, 1986; Schatzman e Strauss, 1973; Stringer, 1996; Wolcott, 1995.)

Escolher um Problema e Declarar a Questão de Pesquisa

Uma das partes mais difíceis de fazer pesquisa é decidir o tópico. As duas principais questões que parecem mais problemáticas são as seguintes. Como encontrar um problema pesquisável? Como posso reduzi-lo o suficiente para torná-lo viável? Essas questões podem parecer especialmente difícil se o pesquisador for novato em pesquisa qualitativa, pois, à primeira vista, o processo de fazer escolhas e comprometimentos parece menos bem, estruturado e mais ambíguo do que nas investigações quantitativas. O objetivo deste capítulo é esclarecer alguns princípios básicos que fazem parte dessas escolhas iniciais.

Fontes de problemas de pesquisa

As fontes dos problemas de pesquisa em investigações qualitativas geralmente não são muito diferentes daquelas em outras formas de pesquisa. Primeiro, há **problemas de pesquisa sugeridos ou atribuídos**. Uma forma de chegar a um problema é pedir sugestões a um professor que faça pesquisa em uma área de seu interesse. Esse professor sempre terá projetos de pesquisa em andamento e vai gostar de ter um aluno de graduação para fazer uma pequena parte de um projeto. Essa forma de encontrar um problema tende a aumentar a possibilidade de envolver-se em um problema de pesquisa factível e relevante. Isso porque o pesquisador mais experiente já sabe o que precisa ser feito em uma determinada área substancial. Por outro lado, uma escolha feita dessa maneira pode não ser a mais interessante para o aluno. É importante lembrar que, qualquer que seja o problema selecionado, o pesquisador terá que conviver com ele durante um período, por isso a escolha final deve ser algo que desperte seu interesse.

Uma variante da fonte atribuída ou sugerida é **dar prosseguimento a um comentário profissional ou universitário** de que uma investigação sobre tal e tal assunto seria útil e interessante. Essa é sempre uma fonte mais palatável de problemas de pesquisa, especialmente se o pesquisador tiver alguma inclinação em direção àquela área. Por exemplo, o interesse de uma mulher atleta pode ser despertado por esse comentário: "Como as mulheres que fazem ginástica se sentem em relação a seu corpo?". Essa declaração ampla e aberta pode gerar todos os tipos de questões, incluindo as que se seguem. As mulheres que freqüentam academias têm um sentimento diferente em relação a seu corpo comparadas

àquelas que não freqüentam? As mulheres que fazem levantamento de peso têm um sentimento diferente em relação a seu corpo comparadas a mulheres que praticam corrida ou a homens que fazem levantamento de peso? Como a imagem do corpo das mulheres é definida, e como a ida à academia entra nessa definição? Qual é o processo através do qual as mulheres passam a conhecer seu corpo e seus limites? O que acontece quando elas ultrapassam esses limites?

Outra variação do problema atribuído é **se há ou não fundos disponíveis para pesquisa sobre certos tópicos**. Na verdade, padrinhos acadêmicos podem guiar os alunos nas direções em que haja fundos disponíveis. Essa é uma sugestão bastante legítima, pois geralmente essas áreas têm problemas com necessidades especiais.

Uma segunda fonte de problemas é a **literatura técnica e não-técnica** (Silverman, 1993). Isso pode ser um estímulo à pesquisa de diversas maneiras. Algumas vezes, aponta para uma área relativamente inexplorada ou sugere um tópico que precisa de desenvolvimento adicional. Outras vezes, há contradições ou ambigüidades entre os estudos e textos acumulados. As discrepâncias sugerem a necessidade de um estudo que ajude a resolver essas incertezas. Alternativamente, a leitura de um pesquisador sobre um assunto pode sugerir a necessidade de uma nova técnica para resolver um velho problema, mesmo que ele já tenha sido bem estudado no passado. Alguma coisa sobre a área de problema e o fenômeno associado a ela permanece ilusória, e essa coisa, se descoberta, poderia ser usada para reconstruir entendimento. Além disso, enquanto lê a literatura, um pesquisador pode ser afetado por um resultado dissonante de sua própria experiência, que pode gerar um estudo para resolver essa dissonância. Finalmente, a leitura pode simplesmente estimular a curiosidade sobre um assunto. No momento em que alguém faz a pergunta: "Mas, e se...?" e descobre que não há resposta, temos uma área com problema.

Uma terceira fonte de problemas é **experiência pessoal e profissional**. Uma pessoa pode se divorciar e imaginar como outras mulheres ou homens passariam por seus divórcios. Ou alguém pode ter um problema em sua profissão ou local de trabalho para o qual não há uma resposta conhecida. A experiência profissional freqüentemente resulta no julgamento que alguma característica da profissão ou sua prática não é tão efetiva, eficiente, humana ou justa. Assim, acredita-se que um bom estudo de pesquisa deve ajudar a corrigir essa situação. Alguns profissionais voltam à escola em busca de graus avançados porque estão motivados por uma ambição de reforma. Os problemas de pesquisa que eles escolhem são baseados nessa motivação. Escolher um problema de pesquisa por meio da experiência profissional ou pessoal pode parecer mais perigoso do que escolher um através das rotas sugeridas ou da literatura. Esse não é necessariamente o caso. O critério da experiência própria de alguém pode ser um indicador mais valioso de um esforço de pesquisa potencialmente bem-sucedido do que outra fonte mais abstrata.

Uma quarta fonte é a **pesquisa em si**. Um pesquisador deve entrar no campo com uma noção geral sobre o que quer estudar, mas sem uma área de problema específica. Uma boa maneira de começar é fazer algumas entrevistas e observações iniciais. Se o pesquisador estiver ouvindo cuidadosamente ou observando o discurso e as ações dos respondentes, então a análise deve levá-lo a descobrir questões importantes ou problemáticas na vida dos informantes. **O teste ácido de prestar atenção às preocupações dos informantes é a chave para onde o foco de um projeto de pesquisa deve se voltar.** Reconhecidamente, não há um único foco relevante, mas aquele encontrado por meio do exame respos- tosito das preocupações dos informantes reduz os riscos de ser irrelevante ou meramente trivial. Considere o seguinte exemplo.

Uma aluna de Botswana, que estava tendo aula de trabalho de campo, ficou desesperada ao estudar “idosos norte-americanos” em um asilo de velhos. Para começo de conversa, as idéias que ela tinha quando entrou no campo não pareciam se ajustar com o que ela estava ouvindo e observando. Mas, se era assim, então quais eram as questões “reais”? O que ela trouxe inicialmente para essa situação de pesquisa foram suposições provavelmente derivadas de três fontes diferentes. Ela era jovem e tinha alguns conceitos incorretos – e até mesmo este-reotipados – sobre idosos. Além disso, ela era de um país estrangeiro e pensava em termos de sua própria cultura. Para completar, era uma pesquisadora iniciante e não tinha ainda aprendido a entender as dicas dos informantes sobre suas preocupações, deixando essas informações orientarem sua escolha do problema de pesquisa. No caso desta aluna em particular, houve uma dificuldade adicional enfrentada por ela. Ela trabalhava voluntariamente para uma agência de trabalho social que tinha sua própria agenda, incluindo uma avaliação de seu trabalho com esses idosos. Então, a agência estava pressionando-a para obter determinadas informações que ela descobriu que tinham pouco ou nada a ver com a vida ou os interesses dos idosos. Contudo, ela tinha suas responsabilidades para com a agência. Finalmente, ouvindo atentamente os idosos, ela formulou um problema de pesquisa significativo.

Certamente, qualquer pessoa curiosa ou preocupada com o mundo ao seu redor e que esteja disposta a assumir riscos não deveria, após alguma deliberação, ter muitos problemas para encontrar uma área de problema para estudo. O próximo passo é fazer a questão de pesquisa apropriada.

A questão de pesquisa

A maneira como se formula a questão de pesquisa é importante porque determina, em grande parte, os métodos de pesquisa que são usados para respondê-la. Aqui temos um dilema. Alguém escolhe análise qualitativa porque a área de problema e a questão derivada dela sugerem que essa forma de pesquisa será mais produtiva? Alguém decide usar um método qualitativo e depois estrutura

a questão para se ajustar ao método? São perspectivas teóricas conscientes ou inconscientes que alteram as técnicas (Pierce, 1995). Essas questões são difíceis de responder porque não há respostas prontas. Embora a premissa básica seja que a questão de pesquisa deve ditar o método, muitas pessoas são orientadas para a pesquisa quantitativa. Assim, mesmo quando a área de problema sugere que um estudo qualitativo pode ser uma técnica mais vantajosa, esses pesquisadores estruturam suas questões de maneira quantitativa. Outros pesquisadores, devido a suas orientações pessoais, treinamento ou convicções, tendem a ver os problemas a partir de uma perspectiva qualitativa. As perguntas que eles fazem sobre quaisquer áreas de problemas são expressas em termos qualitativos porque eles simplesmente não vêem os problemas de outra forma. Não há razão para insistirmos nesse assunto; queremos apenas enfatizar que algumas áreas de problema claramente sugerem uma forma de pesquisa em vez de outra e que um investigador deve ser fiel ao problema que tem em mãos. Por exemplo, se alguém quer saber se uma droga é mais eficaz do que outra, então um teste clínico duplamente cego é a técnica apropriada. Porém, se o pesquisador está interessado em saber como é participar de um estudo sobre drogas ou em conhecer alguns dos problemas inerentes à adesão a um protocolo de drogas muito rígido, então é mais sensato que ele faça uma pesquisa qualitativa. Evidentemente, preferência e treinamento fazem parte dessas decisões, mas isso não deve cegar os investigadores para outras opções metodológicas (Hathaway, 1995). Além disso, mesmo quando alguém decide usar uma técnica qualitativa, permanece a questão sobre qual método em particular o investigador deve usar (Morse e Field, 1995).

Outro aspecto importante da questão de pesquisa é estabelecer as fronteiras em relação ao que será estudado. É impossível para qualquer investigador cobrir todos os aspectos de um problema. A questão de pesquisa ajuda a reduzir o problema a um tamanho viável.

Formulando a questão de pesquisa

Como são as questões nos estudos qualitativos? No que elas diferem daquelas dos estudos quantitativos, e por quê? O principal objetivo dessa forma de pesquisa qualitativa é desenvolver teoria. Para fazer isso, é necessário estruturar a questão de pesquisa de forma a garantir flexibilidade e liberdade para explorar um fenômeno em profundidade. Além disso, na base desta técnica para pesquisa qualitativa está a suposição de que todos os conceitos pertencentes a um determinado fenômeno ainda não foram identificados, pelo menos não nesta população ou neste local. Ou, se foram, então a relação entre os conceitos não é bem compreendida ou é conceitualmente subdesenvolvida. Ou talvez haja a suposição de que ninguém jamais formulou essa determinada questão de pesquisa exatamente da mesma forma, e assim é impossível determinar quais variáveis pertencem a essa área e quais não pertencem. Esse raciocínio cita a necessida-

de de formular um tipo de questão que permita aos pesquisadores encontrar respostas para questões que parecem importantes mas que permanecem sem resposta.

Embora a questão inicial seja ampla, ela progressivamente se estreita e torna-se mais focada durante o processo de pesquisa à medida que conceitos e suas relações são descobertos. Assim, a questão de pesquisa começa como uma questão aberta e ampla, mas não tão aberta, evidentemente, para permitir todo um universo de possibilidades. Por outro lado, não é tão estreita e focada que exclua a descoberta. Pesquisa qualitativa não significa fazer declarações sobre as relações entre uma variável dependente e uma variável independente, como é comum em estudos quantitativos, pois seu objetivo não é testar hipóteses. A questão de pesquisa em um estudo qualitativo é uma declaração que identifica o fenômeno a ser estudado. Ela diz aos leitores especificamente o que o pesquisador quer saber sobre esse assunto. A seguir temos um exemplo de como se pode formular uma questão de pesquisa qualitativa. “Como as mulheres lidam com gravidez complicada por uma doença crônica?” Essa questão (pelo menos nessa forma global), embora muito ampla e desestruturada para um estudo quantitativo, é perfeitamente boa para um estudo de pesquisa qualitativa. A questão diz aos leitores que o estudo vai investigar mulheres durante a gravidez e que a gravidez será complicada por uma doença crônica. Além disso, o estudo vai analisar o controle da gravidez da perspectiva das mulheres, ou seja, o que elas fazem e pensam, não o que os médicos ou outras pessoas relevantes fazem e pensam. Evidentemente, em uma investigação qualitativa, também é importante investigar o que os médicos e outras pessoas relevantes fazem e dizem, pois essas ações/interações podem influenciar a forma como as mulheres controlam sua gravidez e isso pode ser uma fonte importante de dados. Porém, o foco do estudo permanece nas mulheres, e ter isso em mente evita que o pesquisador se distraia com questões não-relacionadas e improdutivas e siga por caminhos que possam afastá-lo do problema.

Além disso, uma investigação pode ser focada em organizações, indústrias, interações, etc., não apenas em pessoas. Um exemplo de uma questão de interação poderia ser o seguinte: “O que acontece quando um paciente reclama de estar com dor mas a enfermeira não acredita nele?”. Nesse caso, o foco das observações, revisões de gráfico e entrevististas, além da análise, será a interação entre enfermeira e paciente.

Um pesquisador que está estudando organizações, como um laboratório que faz uso de drogas ilegais ao fazer alguns de seus experimentos, pode formular uma questão como a que se segue: “Quais são os procedimentos ou políticas (explícitas ou implícitas) para lidar com drogas ilegais nesta organização?”. O foco da coleta e da análise de dados será nos processos organizacionais mais amplos de monitoramento e controle das quantidades e tipos de drogas utilizadas. Os dados serão reunidos não apenas por meio de entrevistas, mas também por meio

do estudo de políticas escritas, observando depois como essas políticas são postas em prática. Nem todas as políticas organizacionais serão estudadas; ao contrário, somente aquelas relacionadas ao manuseio de drogas ilegais o serão.

Uma pessoa interessada em estudos biográficos ou histórias de casos pode redigir uma questão que seja mais ou menos como segue: “Que diferença faz para a resposta dos pacientes à dor o fato de eles terem longas histórias (pelo menos dois anos) com controle de dor e tratamentos?”. Não apenas o foco estará nas formas atuais de experimentar e controlar a dor, mas também será examinado através de histórias verbais que lancem luz a experiências passadas de dor e seu tratamento.

Mantendo um Equilíbrio entre Objetividade e Sensibilidade

Nessa metodologia, coleta e análise de dados ocorrem em seqüências alternativas. A análise começa com a primeira entrevista e observação, que conduz à próxima entrevista ou observação, seguida por mais análise, mais entrevistas ou trabalho de campo, e assim por diante. É a análise que conduz a coleta de dados. Por conseguinte, há uma interação constante entre o pesquisador e o ato de pesquisa. Como essa interação exige imersão nos dados, ao final da investigação, o pesquisador é moldado pelos dados, assim como os dados são moldados pelo pesquisador. (Isso não significa que o pesquisador “virou um nativo”; ao contrário, ele é sensível às questões e aos problemas das pessoas ou do locais que estão sendo investigados.) O problema que surge durante esse processo de moldagem mútua é como alguém pode se imergir nos dados e ainda manter um equilíbrio entre objetividade e sensibilidade. A objetividade é necessária para chegar a uma interpretação imparcial e acurada dos fatos. A sensibilidade é exigida para perceber as nuances sutis e os significados dos dados e para reconhecer as conexões entre conceitos. Tanto a objetividade como a sensibilidade são necessárias para fazer descobertas. Como escreveu o famoso biólogo Selye (1956), “Não é ver algo primeiro, mas estabelecer conexões sólidas entre o previamente conhecido e o até agora desconhecido, que constitui a essência da descoberta específica” (p. 6).

Mantendo uma postura objetiva

É difícil dizer o que é mais problemático – manter a objetividade ou desenvolver a sensibilidade. Durante o processo analítico, pedimos aos pesquisadores para deixarem de lado seu conhecimento e sua experiência, permitindo novas interpretações sobre os fenômenos. Contudo, em nossa vida diária, baseamo-nos em conhecimento e experiência para fornecer os meios para ajudar a entender o mundo no qual vivemos e para achar soluções para os problemas que encontramos. Felizmente, com o correr dos anos, os pesquisadores aprenderam que um estado de objetividade completa é impossível e que, em cada parte da pesquisa,

— quantitativa ou qualitativa — há um elemento de subjetividade. O importante é reconhecer que a subjetividade é uma questão e que os pesquisadores devem tomar medidas apropriadas para minimizar sua intromissão nas análises.

Na pesquisa qualitativa, a Objetividade não significa controlar as variáveis. Ao contrário, significa abertura, disposição para ouvir e “dar voz” aos informantes, sejam eles pessoas ou organizações. Significa ouvir o que os outros têm a dizer, ver o que os outros fazem e representar isso da forma mais accurada possível. Significa ter um entendimento, ao mesmo tempo reconhecendo que o entendimento dos pesquisadores é sempre baseado nos valores, na cultura, no treinamento e nas experiências que eles trazem para as situações de pesquisa e que podem ser muito diferentes daqueles dos informantes (Bresler, 1995; Cheek, 1996). Com o correr dos anos, temos lutado com o problema da objetividade e desenvolvemos algumas técnicas para aumentar nossa consciência e para nos ajudar a controlar os desvios na análise, ao mesmo tempo em que continuamos sensíveis àquilo que é dito pelos dados.

A primeira técnica é pensar comparativamente. (Isso é explicado melhor no Capítulo 7.) Ao comparar incidente por incidente nos dados, ficamos mais aptos a permanecer baseados neles. Porém, comparar uma parte dos dados com outra não remove totalmente o potencial de ocorrência de desvio nas interpretações. Assim, também devemos nos voltar para a literatura ou para experiências em busca de exemplos de fenômenos similares. **Isso não significa que usamos a literatura ou as experiências como dados em si.** Ao contrário, o que fazemos é usar os exemplos para estimular nosso pensamento sobre propriedades ou dimensões que podemos usar para examinar os dados à nossa frente. Por exemplo, se nos mostram uma esfera redonda de uso desconhecido, podemos compará-la com uma bola de beisebol para encontrar similaridades e diferenças. Não estamos dizendo que o objeto desconhecido é uma bola de beisebol; estamos dizendo que uma bola de beisebol é dura e redonda, tem o tamanho aproximado de uma laranja e viaja bem através do ar quando arremessada. Agora podemos considerar essas propriedades e examinar os dados à nossa frente em busca de similaridades e diferenças. Embora talvez ainda não sejamos capazes de nomear o objeto, pelo menos sabemos que não é uma bola de beisebol. Além disso, podemos começar a descrever o objeto desconhecido em termos de tamanho, grau de firmeza, forma e capacidade de viajar pelo ar, e depois podemos lhe dar um nome. O exemplo comparativo não nos fornece dados. Ao contrário, estimula nosso pensamento e nos sensibiliza para que possamos reconhecer exemplos de propriedades nos dados reais. Em outras palavras, fazer comparações força o analista a examinar dados em um nível dimensional. Enfatizamos que a lógica por trás do uso de comparações é estimular o pensamento em um nível de propriedade e de dimensão para ter alguma perspectiva ao examinar uma parte dos dados.

Outra técnica para ganhar distância é obter pontos de vista múltiplos sobre um fato, ou seja, tentar determinar como os vários atores em uma situação a

vêm. Outra, ainda, é reunir dados sobre o mesmo evento ou fenômeno de diferentes maneiras, como entrevistas, observações e relatórios escritos. Também é importante entrevistar e/ou observar representantes múltiplos e variados de pessoas, locais, fatos e épocas. (O processo de variar técnicas e métodos de coleta de dados é chamado de triangulação [Begley, 1996; Sandelowski, 1996].) Não estamos defendendo a triangulação neste capítulo tanto quanto a necessidade de obter significados e interpretações variados de fatos, ações/interações e objetos, de forma que possamos construir essas variações em nossa teoria. Também queremos saber como as situações são negociadas e como atingir e manter consenso ou divergência de significados. Por exemplo, médicos (digamos um cirurgião e um especialista em câncer) sempre têm técnicas diferentes para cuidar dos pacientes, e, às vezes, é necessário haver muita discussão e negociação antes que cheguem a um acordo para a intervenção. Mudanças diferentes em uma organização sempre geram diferentes tipos de trabalho ou fazem o mesmo trabalho de maneiras diferentes. Por conseguinte, quanto mais pessoas, locais ou fatos forem entrevistados ou observados, mais fácil é para o pesquisador verificar suas interpretações com as explicações alternativas dos fatos, ao mesmo tempo em que também descobre propriedades e níveis dimensionais de conceitos relevantes. Os leitores familiarizados com o processo de entrevistas sabem que, embora alguns informantes sejam educados e digam ao pesquisador o que pensam que ele deseja ouvir, sempre há aqueles que querem dizer ao investigador o quanto sua interpretação está errada. Dessa forma, outra estratégia analítica é ocasionalmente verificar suposições, e posteriormente hipóteses, com os informantes e em relação aos dados recebidos; ou seja, simplesmente explique aos informantes o que você acha que encontrou nos dados e pergunte a eles se sua interpretação está de acordo com as experiências deles em relação a esse fenômeno — e, se não estiver, por quê.

Além disso, é importante retroceder periodicamente e perguntar, “O que está acontecendo aqui?” e “O que eu acho que vejo está de acordo com a realidade dos dados?”. Os dados em si não mentem. A forma como um de nós (Corbin) aprendeu essa difícil lição é descrita a seguir. Ao fazer um estudo sobre como as mulheres com alguma doença crônica lidavam com sua gravidez, tornou-se rapidamente evidente que suas ações visavam fazer o que fosse necessário para ter bebês saudáveis. Além disso, observou-se que os riscos variavam durante o curso da gravidez; algumas vezes os riscos eram mais altos; outras vezes, eram mais baixos. Era de se esperar, então, que as estratégias de controle das mulheres estivessem de acordo com o nível de risco. O que a pesquisadora descobriu, para sua frustração, foi que a ação nem sempre se equiparava ao nível de risco. Por mais que tentasse, ela não poderia forçar a hipótese nos dados. Por que não? O que a pesquisadora finalmente descobriu foi que ela estava categorizando as mulheres grávidas segundo sua própria percepção de risco, que não era necessariamente a mesma percepção das mulheres. Em outras palavras, devido a seu

treinamento como enfermeira, a pesquisadora considerava o modelo médico de riscos, enquanto que as mulheres geralmente não faziam isso. Ao contrário, elas tinham suas próprias interpretações do que os riscos representavam e, embora essas interpretações incluissem ou fossem baseadas em percepções médicas, elas não se limitavam a isso. Na verdade, algumas vezes as percepções das mulheres sobre o que constituía risco eram bem diferentes das percepções dos médicos. Uma vez que a pesquisadora retornou aos dados e categorizou as mulheres novamente segundo a forma como *elas* definiam os riscos, suas ações de controle passaram a fazer sentido.

Uma outra estratégia para conseguir objetividade é manter uma atitude de ceticismo. Todas as explicações teóricas, categorias, hipóteses e questões sobre os dados obtidas por meio de análises devem ser consideradas como provisórias e subsequentes. Esse processo de validação é especialmente importante para pesquisadores que usam categorias derivadas da literatura de pesquisa (variáveis identificadas em estudos anteriores) porque as categorias sempre são contextos específicos. Os conceitos devem se ajustar aos estudos dos quais eles derivam. Eles podem até ter alguma relevância ou poder explanatório para o problema atualmente sob investigação; porém, suas propriedades e o modo como elas são expressas podem ser bem diferentes com um conjunto de dados diferente. A razão para isso é que formas de conceitos (ou seja, suas propriedades e escopo dimensional) tendem a variar com as condições.

O último conselho é seguir os procedimentos de pesquisa. Embora os pesquisadores possam escolher entre as várias técnicas analíticas que oferecemos, os procedimentos para fazer comparações, formular questões e fazer amostragem baseadas nos conceitos teóricos derivados são características essenciais da metodologia. Eles se diferenciam dos outros métodos e fornecem os meios para desenvolver a teoria. A idéia não é adesão rígida aos procedimentos, mas, sim, uma aplicação fluida e habilidosa. A codificação não pode ser feita casualmente ou ao capricho do analista. Há uma razão para alternar coleta e análise de dados. Isso não apenas permite validação com base em conceitos emergentes, mas também permite validação de conceitos e hipóteses à medida que são desenvolvidos. Aquelas consideradas como “não-ajustáveis” podem então ser descartadas, revisadas ou modificadas durante o processo de pesquisa.

Desenvolvendo sensibilidade aos significados dos dados

Ter sensibilidade significa ter discernimento e ser capaz de dar sentido aos fatos e acontecimentos dos dados. Isso significa conseguir ver além do óbvio para descrever o novo. Essa qualidade do pesquisador ocorre enquanto ele trabalha com os dados, faz comparações, elabora questões e sai para coletar mais dados. Através desses processos alternados de coleta e de análise de dados, significados que

geralmente são ilusórios se tornam mais claros. A imersão na análise leva a esses discernimentos súbitos, experiências “aha” tão familiares para aqueles entre nós que fazem pesquisa qualitativa.

Mas discernimentos não ocorrem casualmente; ao contrário, acontecem nas mentes preparadas durante a interação com os dados. Admitindo isso ou não, não podemos nos divorciar completamente do que somos ou do que sabemos. As teorias que temos em mente instruem nossa pesquisa de formas múltiplas, mesmo se utilizadas de maneira inconsciente (Sandelowski, 1993). Conhecimento associado à objetividade, como explicado anteriormente, prepara um analista para entender. Para citar Dey (1993), “Em resumo, há uma diferença entre uma mente aberta e uma cabeça vazia. Para analisar os dados precisamos usar conhecimento acumulado, e não prescindir dele. A questão não é usar ou não o conhecimento existente, mas, sim, como utilizá-lo” (p. 63). Quando encontramos um fato de interesse em nossos dados, perguntamos: “O que é isto?” Posteriormente, à medida que avançamos em nossa análise, nosso conhecimento e nossa experiência (profissional, de gênero, cultural, etc.) é que nos permite reconhecer incidentes como conceitualmente similares ou diferentes e dar a eles nomes conceituais. É usando aquilo que levamos para os dados de forma sistemática e consciente que nos tornamos sensíveis ao significado sem forçar nossas explicações sobre os dados.

Como profissionais, a maioria de nós está familiarizada com a literatura de campo. Literatura pode ser usada como uma ferramenta analítica se tomarmos o cuidado de pensar sobre ela em termos teóricos. Usada dessa forma, a literatura pode ser uma rica fonte de fatos para estimular o pensamento sobre propriedades e para formular questões conceituais. Ela pode fornecer idéias iniciais a serem usadas para amostragem teórica (ver Capítulo 13).

A experiência profissional é outra potencial fonte de sensibilidade. Embora ela possa facilmente bloquear a percepção, também pode permitir ao pesquisador mover-se mais rapidamente para uma área, porque ele não precisa gastar tempo para se familiarizar com o ambiente ou com os fatos. É importante lembrar duas coisas. A primeira é sempre comparar o que a pessoa pensa que vê com o que ela vê no nível de propriedade ou dimensional, pois isso permite que o analista use a experiência sem colocar a experiência em si nos dados. A segunda é que não é a percepção ou a perspectiva do pesquisador que importa, mas, sim, como os participantes da pesquisa veem os fatos ou acontecimentos. Por exemplo, um dos autores (Corbin) poderia saber que um determinado equipamento em um hospital é usado para tirar raios-x. Mas outros podem ver esse equipamento como uma máquina ultrapassada, uma ameaça física, ou como algo que gera mais trabalho. São essas outras interpretações que o pesquisador está buscando. O que ajuda é que o pesquisador tem uma base comparativa contra a qual pode medir o âmbito de significados dados pelos outros e uma

lista inicial de propriedades e dimensões, que pode usar para entender melhor suas explicações.

A experiência pessoal pode aumentar a sensibilidade se usada corretamente. Embora nunca tenha passado por um divórcio, ter sofrido a perda de uma pessoa querida ajuda o pesquisador a entender o significado da tristeza e da perda. Novamente, isso dá uma base comparativa para fazer perguntas sobre as tristezas e as perdas no divórcio. Uma vez que se tenha as propriedades gerais, pode-se utilizá-las para começar a definir os significados de tristezas e de perdas no divórcio. Também devemos procurar sempre pelos opostos. Por exemplo, alguém pode ficar feliz com a morte de uma pessoa porque aquela pessoa era abusiva (embora não seja socialmente aceitável dizer isso), da mesma forma como deve ser libertador estar divorciado.

É surpreendente como compreensão resulta em mais compreensão e como a descoberta se constrói. Algumas vezes, os analistas se deparam com alguns dados e empacam, incapazes de discernir seu significado. O que descobrimos é que os pesquisadores sempre têm seus problemas analíticos em mente enquanto desempenham suas atividades diárias. Então, talvez enquanto lêem o jornal, falam com colegas pelo telefone ou via e-mail, ou despertam de seus sonhos, a compreensão ocorre e os analistas sejam capazes de entender dados previamente inexplicáveis. Tecnicamente, essas compreensões emergem a partir dos dados, mesmo quando o entendimento foi estimulado por outras experiências. No final, o processo essencial para se ter em mente é manter um equilíbrio viável entre objetividade e sensibilidade.

Usando a Literatura

O pesquisador traz para a investigação um conhecimento considerável da literatura profissional e disciplinar. Esse conhecimento pode ser adquirido ao estudar para exames ou simplesmente por meio de esforços para se manter “atualizado” na área. Durante a pesquisa em si, o analista sempre descobre biografias, manuscritos, relatórios ou outros materiais que parecem pertinentes à área sob investigação. A questão é como esses materiais podem ser usados para aumentar, e não para restringir, o desenvolvimento da teoria. Evidentemente, a disciplina, a escola e a perspectiva do pesquisador vão influenciar muito o quanto de literatura ele trará e como ela será usada. Para começar, deixe-nos assegurar a nossos leitores que não há necessidade de rever toda a literatura da área antecipadamente, como é freqüentemente feito por analistas que usam outras técnicas de pesquisa. É impossível saber antes da investigação quais serão os problemas salientes ou quais conceitos teóricos vão surgir. Além disso, o pesquisador não deseja ficar tão mergulhado na literatura a ponto de ser reprimido ou sufocado por ela. Não é incomum que os alunos fiquem enamorados de um estudo (ou estudos) anterior, antes de ou durante suas próprias investigações, de tal

forma que fiquem quase paralisados no sentido analítico. E é só depois que conseguem se soltar e ter confiança em suas habilidades de gerar conhecimento que, finalmente, são capazes de fazer descobertas por conta própria.

Fazendo uso de literatura não-técnica

Embora a lista seguinte não seja de forma alguma completa, ela descreve como usamos a literatura técnica.

1. Conceitos derivados da literatura podem ser uma fonte para comparar dados no nível dimensional. Se um conceito que emerge de dados parece similar ou oposto a um evocado pela literatura, então os conceitos podem ser comparados em termos de suas propriedades e dimensões (ver Capítulos 8 e 9). Isso permite a um analista diferenciar e dar especificidade ao conceito emergente.
2. Familiaridade com a literatura relevante pode aumentar a sensibilidade para nuance sutis nos dados, assim como pode bloquear a criatividade. Embora o pesquisador não queira entrar no campo com uma lista completa de conceitos, alguns conceitos podem aparecer várias vezes na literatura e *também* nos dados e, assim, podem parecer importantes. As perguntas importantes que o pesquisador deve fazer incluem o seguinte. Esses conceitos são realmente emergentes ou estou vendo esses conceitos nos dados porque estou muito familiarizado com eles? São de fato emergentes e relevantes, então quais suas similaridades e diferenças em relação aos conceitos encontrados na literatura?
3. Há um sentido especial no qual os materiais descritivos publicados podem ser usados para aumentar a sensibilidade. Esses textos sempre dão descrições muito acuradas da realidade, com pouca interpretação além de, talvez, organizar as seções de materiais de acordo com alguns poucos temas. É quase como ler notas de campo coletadas por outro pesquisador para o mesmo ou para outro propósito. Ler essas notas pode tornar o analista sensível ao que procurar nos dados e ajudá-lo a gerar perguntas para fazer aos informantes. Quaisquer temas ou conceitos emprestados de outros estudos podem ter relevância para o problema sob investigação. Porém, o pesquisador deve ter muito cuidado ao buscar exemplos de incidentes em seus dados e ao delinear as formas que os conceitos assumem no presente estudo.
4. O conhecimento de textos filosóficos e teorias existentes pode ser útil sob certas circunstâncias. Não há dúvida que a perspectiva teórica de um pesquisador influencia a posição que ele assume em relação ao es-

tudo. Por exemplo, uma pessoa que vê a si mesma como um interacionista simbólico pode investigar interação e estrutura e as relações entre elas. Um fenomenologista pode estudar os significados dos vários tipos de experiências. Um marxista pode considerar o poder de investigação e exploração inerentes em uma situação. Se o pesquisador está interessado em ampliar uma teoria já existente, então ele deve entrar no campo com alguns conceitos e relações em mente e procurar saber como suas propriedades e suas dimensões variam sob um conjunto diferente de condições. Por exemplo, o investigador pode querer começar com o conceito de "consciência". Esse conceito pertence às estratégias interacionais usadas para administrar níveis de conhecimento sobre a morte (a manutenção ou revelação de segredos) e surgiu de estudo sobre a morte (Glaser e Strauss, 1965). O pesquisador que deseja ampliar essa teoria poderia estudar como essas pessoas envolvidas com infidelidade conjugal, e *gays* e lésbicas "no armário" fazem para esconder ou relevar seus segredos. Sem dúvida vão surgir novas categorias e informações adicionais sobre categorias de consciência já existentes.

5. A literatura pode ser usada como fonte secundária de dados. As publicações de pesquisa sempre incluem materiais citados em entrevistas e em notas de campo, e essas citações podem ser usadas como fontes secundárias de dados para os objetivos próprios de um pesquisador. As publicações também podem incluir materiais descritivos relacionados a fatos, a ações, ao ambiente e as perspectivas dos atores, que podem ser usados como dados e analisados por meio dos métodos descritos nos capítulos subsequentes deste livro. Na verdade, uma forma de pesquisa qualitativa é a análise de declarações e de textos teóricos ou filosóficos.

6. Antes de começar um projeto, o pesquisador pode consultar a literatura para formular questões que atuam como um ponto de partida durante observações e entrevistas iniciais. Depois da(s) primeira(s) entrevista(s) ou observação(ões), o pesquisador volta-se para questões e conceitos que surjam da análise dos dados. Questões iniciais derivadas da literatura também podem ser usadas para satisfazer comitês de relações humanas, fornecendo a eles uma lista de áreas conceituais que serão investigadas. Embora surjam novas áreas, as questões iniciais demonstram o objetivo geral da pesquisa.

7. A literatura técnica também pode ser usada para estimular questões durante o processo de análise. Por exemplo, quando houver uma discrepância entre os dados do pesquisador e os resultados reporta-

dos na literatura, a diferença deveria estimular o pesquisador a fazer as seguintes perguntas. O que está acontecendo? Estou deixando passar alguma coisa importante? As condições são diferentes neste estudo? Se são, qual é a diferença e como isso afeta o que estou procurando?

8. Áreas para amostragem teórica (ver Capítulo 13) podem ser sugeridas pela literatura, especialmente no primeiro estágio da pesquisa. A literatura pode fornecer critérios (local, tempo, documentos, etc.) que o pesquisador pode usar para investigar certos conceitos relevantes. Em outras palavras, ela pode dirigir o pesquisador para situações que ele não teria considerado de outra forma.

9. Quando um investigador termina sua coleta e sua análise de dados e está no estágio de redação, a literatura pode ser usada para confirmar resultados e, exatamente ao contrário, os resultados podem ser usados para ilustrar onde a literatura é incorreta, excessivamente simplista ou explica o fenômeno apenas parcialmente. Trazer a literatura para a redação não apenas demonstra sentido acadêmico, mas também permite ampliar, validar e refinar o conhecimento no campo. O que o pesquisador deve evitar é ficar inseguro sobre suas descobertas. Consultar a literatura publicada para validar ou para negar tudo que se descobre retarda o progresso e reprime a criatividade.

Como usar a literatura não-técnica

Literatura não-técnica consiste de cartas, biografias, diários, relatórios, vídeo, jornais, catálogos (científicos e outros) e uma variedade de outros materiais. A literatura não-técnica pode ser usada para todos os fins listados na subseção precedente. Além disso, tem os seguintes usos.

1. Pode ser usada como dados primários, especialmente em estudos históricos ou biográficos. Como é sempre difícil autenticar e determinar a veracidade de alguns documentos históricos, cartas e biografias, é muito importante verificar os dados, examinando uma ampla variedade de documentos, complementando-os, se possível, com entrevistas e observações.

2. Pode ser usada para suplementar entrevistas e observações. Por exemplo, pode-se aprender muito sobre uma organização, sobre sua estrutura e sobre como ela funciona (o que pode não ser imediatamente visível nas observações ou nas entrevistas) ao estudar seus relatórios, correspondências ou memorandos internos.

Resumo

Este capítulo cobriu três áreas importantes: (a) escolher um problema e declarar a questão de pesquisa; (b) manter um equilíbrio entre objetividade e sensibilidade; e (c) uso da literatura. Cada uma dessas áreas deve ser considerada antes de começar a investigação de pesquisa.

Escolher um problema e declarar a questão de pesquisa. A questão de pesquisa original e a maneira como ela é redigida levam o pesquisador a examinar os dados de uma perspectiva específica e a usar certas técnicas de coleta de dados e modos de análise de dados. A(s) questão(ões) dá(ão) o tom para o projeto de pesquisa e ajuda(m) o pesquisador a se manter focado, mesmo quando há massas de dados. A questão original em um estudo qualitativo é sempre ampla e aberta. Ela tende a se tornar mais refinada e específica à medida que a pesquisa progride e as questões e os problemas da área sob investigação emergem. As questões de pesquisa originais podem ser sugeridas por um professor ou por um colega, podem ser derivadas da literatura ou derivadas da experiência do pesquisador. Qualquer que seja a fonte do problema, é importante que o pesquisador tenha entusiasmo pelo assunto, pois terá que conviver com ele durante um certo período de tempo.

Manter um equilíbrio entre a objetividade e a sensibilidade. A interação entre a pesquisa e o pesquisador significa que o pesquisador é um instrumento de análise nos estudos qualitativos. Dessa forma, é importante manter um equilíbrio entre as qualidades de objetividade e de sensibilidade ao fazer análise. A objetividade permite ao pesquisador ter a confiança de que seus resultados são uma representação razoável e imparcial do problema sob investigação, enquanto que a sensibilidade permite a criatividade e a descoberta de uma nova teoria a partir dos dados.

Usando a literatura. A literatura tende a ser útil de formas diferentes e específicas. Pesquisadores habilidosos, além de usar a literatura técnica usual, algumas vezes usam vários outros tipos de materiais publicados e não-publicados para complementar suas entrevistas e suas observações de campo. Embora relatos e biografias sempre venham à mente, catálogos (especialmente os científicos) também são fontes de dados. A literatura não-técnica pode fornecer questões, conceitos iniciais e idéias para amostragem teórica. Ela também pode ser usada como fonte de dados (primários e complementares) ou para fazer comparações, e pode agir como base para desenvolvimento da teoria geral. O ponto importante para o pesquisador se lembrar é que a literatura pode impedir a criatividade se lhe for permitido colocar-se entre o pesquisador e os dados. Mas, se for usada como uma ferramenta analítica, então pode promover a conceitualização.

Parte II

Procedimentos de Codificação

No começo da minha jornada, eu era ingênuo. Eu ainda não sabia que as respostas desaparecem enquanto a pessoa continua a viajar, que há apenas mais complexidade, que há ainda mais inter-relações e mais perguntas (Kaplan, 1996, p. 7).

Embora Kaplan estivesse escrevendo sobre viagens, suas palavras também são aplicáveis à pesquisa. O que descobrimos ao fazer pesquisa é exatamente o quanto o mundo é complexo. Quando respondemos algumas perguntas, formulamos outras. E não importa o quanto pensamos que nosso projeto é bem elaborado no início, sempre há mudanças e reviravoltas inesperadas ao longo do caminho que nos levam a repensar nossas posições e a questionar nossos métodos, mostrando que não somos tão sábios como pensávamos.

São nossos olhos analíticos que nos fazem ver, não importa o quão imperfeita seja essa visão. Nesta parte do livro, oferecemos algumas diretrizes e técnicas para ajudar os pesquisadores durante o processo analítico. Oferecemos sugestões para formular e para responder perguntas. Discutimos a arte de fazer comparações, pois isso é uma arte. Exploramos os vários tipos de codificação e explicamos o que os analistas estão tentando atingir com cada tipo. Esperamos que nossas explicações garantam uma compreensão da lógica por trás dos procedimentos, permitindo aos analistas utilizá-los de forma flexível e inovadora.

Embora não criemos dados, criamos teoria a partir dos dados. Se fizermos isso corretamente, então não estaremos falando para nossos participantes, mas, sim, permitindo que eles falen com vozes claramente entendidas e representativas. Nossas teorias, embora incompletas, fornecem uma linguagem comum (conjunto de conceitos) por meio da qual participantes da pesquisa, profissionais e outros podem se reunir para discutir idéias e encontrar soluções para os problemas. Sim, seremos ingênuos se pensarmos que podemos “saber tudo”. Porém, mesmo uma pequena parcela de compreensão pode fazer a diferença.

5

Análise Através de Exame Microscópico dos Dados

Definição de Termos

Microanálise: a análise detalhada linha por linha, necessária no começo de um estudo para gerar categorias iniciais (com suas propriedades e suas dimensões) e para sugerir relações entre categorias; uma combinação de codificação aberta e axial.

Este capítulo demonstra como conduzimos a análise, dando a nossos leitores uma idéia do processo real. Acreditamos que um tipo detalhado de análise, como o exemplificado aqui, seja necessário no começo de um projeto para gerar categorias iniciais (com suas propriedades e suas dimensões) e para descobrir as relações entre conceitos. Embora a microanálise algumas vezes seja chamada de análise “linha por linha”, o mesmo processo também pode ser aplicado a uma palavra, a uma frase ou a um parágrafo.

Observe as diversas características da microanálise enquanto lê este capítulo. Primeiro ela vem com características tanto da codificação aberta como da axial, que são descritas com mais detalhes nos Capítulos 8 a 12. Segundo, isso demonstra que análise *não* é um processo estruturado, estático ou rígido. Ao contrário, é um processo de fluxo livre e criativo, no qual os analistas se movem rapidamente para frente e para trás entre os tipos de codificação, usando técnicas e procedimentos analíticos livremente e em resposta à tarefa analítica que têm em mãos. **Este capítulo ilustra o que é, de fato, a codificação.** Ela contrasta consideravelmente com a seqüência de operações passo a passo apresentada nos capítulos subseqüentes, designada para separar o processo de codificação e dividi-lo artificialmente para explicar a lógica e os passos de procedimento envolvidos. Este capítulo mostra como juntamos tudo isso. Pode parecer estranho que tenhamos posto isso em primeiro lugar, mas temos uma razão muito boa para isso. Queremos

mos dar aos leitores uma idéia do que devem fazer antes que fiquem atolados em detalhes. Esperamos que os leitores mantenham nossos exemplos em mente enquanto prosseguem com a leitura. Claramente, este capítulo ilustra que **técnicas e procedimentos são apenas ferramentas**. Eles estão aí para ajudar na análise, *mas* nunca devem conduzir a análise eles mesmos.

A microanálise, por conseguinte, inclui codificação aberta e axial e faz uso de muitas técnicas analíticas apresentadas nos capítulos subseqüentes e também nos anteriores. A microanálise envolve muito **exame e interpretação de dados**, cuidadosos e geralmente precisos. Quando dizemos "dados" queremos dizer entrevistas, notas de observações de campo, vídeos, jornais, memorandos, manuais, catálogos e outras formas de materiais escritos ou ilustrados (Silverman, 1993). Isolamos os dados e trabalhamos com fotos, palavras, frases, sentenças, parágrafos e outros segmentos de materiais.

Inclusos nesse exame microscópico estão dois grandes aspectos da análise: (a) os dados, sejam eles relatos dos participantes de fatos e ações reais como são lembrados, ou textos, observações, vídeos, etc., reunidos pelo pesquisador; e (b) as interpretações de observadores e de atores desses fatos, objetos, acontecimentos e ações. Também há um terceiro elemento: a interação que ocorre entre dados e pesquisador ao coletar e ao analisar dados. Essa interação, por sua natureza, não é totalmente objetiva, como alguns pesquisadores gostariam que acreditássemos. Interação, por sua própria natureza, significa que um pesquisador está reagindo ativamente aos dados e trabalhando com eles. Acreditamos que, embora um pesquisador possa tentar ser o mais objetivo possível, em um sentido prático, isso não é totalmente possível. Assim, é preferível trazer conscientemente a experiência disciplinar e de pesquisa para a análise, mas fazê-lo de forma a aumentar os aspectos criativos da análise, e não de conduzi-la. Experiência e conhecimento é que sensibilizam o pesquisador para problemas e questões importantes nos dados, permitindo-lhe ver explicações alternativas e reconhecer prioridades e dimensões de conceitos emergentes. **Porém, não estamos dizendo que a experiência é usada como dado. Ao contrário, estamos dizendo que podemos nos basear nela com o objetivo de sensibilizar o pesquisador para as propriedades e as dimensões dos dados, sempre com considerável autoconsciência do que o pesquisador está fazendo.**

Exemplos de Aula

Os exemplos de microanálise apresentados neste capítulo foram tirados de sessões em sala de aula. Ao **lecionar** análise, especialmente codificação aberta, geralmente começamos com uma demonstração de análise linha por linha. Fazemos isso de forma que os alunos tenham uma visão do que é o processo analítico antes de começar a aprender os procedimentos individuais. Dessa forma,

também transmitimos parte do prazer que os pesquisadores experimentam ao fazer análise qualitativa.

Fazer microanálise é algo que abre os olhos dos estudantes, pois ilustra concretamente que a **análise qualitativa envolve uma forma radicalmente diferente de pensar sobre os dados**. É diferente de qualquer outra tradição de pesquisa na qual eles possam ter sido treinados. Aprender esse novo modo de pensar algumas vezes cria dificuldades para os alunos. Eles têm que aprender a ouvir, deixando os dados falarem com eles. Devem aprender a relaxar, adotando uma postura mais flexível, menos pré-planejada e menos controlada em relação à pesquisa.

Uma aula sobre microanálise em geral é assim. Primeiro, pedimos a uma turma para examinar uma seção de uma entrevista. Depois, fazemos perguntas do tipo "Como você interpretaria o que o entrevistado está dizendo?" e "O que há neste material?". Em geral, os alunos citam facilmente seus temas, pois suas experiências pessoais e disciplinares os tornaram sensíveis a um leque de questões e de "problemas". Escrevemos cada tema na lousa e depois destacamos seu alcance considerável. Mas também observamos que as conexões entre questões, problemas ou temas, como de fato declaradas, são apenas implícitas e certamente não são sistematicamente trabalhadas.

Então pedimos à turma para examinar um pequeno parágrafo retirado de uma entrevista citada em um artigo, geralmente escrito por um pesquisador qualitativo (embora algumas vezes examinemos as palavras de uma pessoa citada por um jornalista). Depois, dizemos que estamos em vias de fazer juntos uma análise linha por linha, que consiste em discutir cuidadosamente como a pessoa citada usou palavras, frases e parágrafos.

Nossa discussão/exame geralmente começa com a primeira palavra da citação. "O que esta palavra parece significar, ou o que ela poderia significar?" Além disso, "Pense sobre isso **isoladamente**, como se você não tivesse lido o restante do parágrafo, mesmo que, na verdade, isso seja impossível. A idéia é mantê-lo focado precisamente nos dados que estão à sua frente". Geralmente, a discussão sobre esta primeira palavra leva vários minutos, talvez até uma hora, dependendo da riqueza da discussão e do escopo de possíveis significados da palavra explorados. Como dissemos na primeira edição deste livro,

Geralmente, quando uma pessoa vê palavras, atribui a elas significados derivados do uso comum ou da experiência. Sempre acreditamos que, como agimos e sentimos de uma determinada maneira, isso é, evidentemente, o que os informantes querem dizer com essas palavras. Essa crença não é necessariamente acurada. Pegue uma palavra – qualquer palavra – e pergunte às pessoas o que isso significa para elas. A palavra "vermelho" é um bom exemplo. Uma pessoa pode dizer "tontos, batom e sangue". Outra pode responder "paixão". Talvez para você ela signifique um

vestido favorito, uma rosa, um carro esporte deslumbrante, ou nenhuma dessas opções. Como um exercício, sugerimos que você liste todas as idéias que lhe vierem à mente quando você pensa sobre a palavra “vermelho”. Surpreendentemente, não é? Vermelho é muito mais do que uma cor. A palavra tem sentimento, sensibilidade, textura, sensação, cheiro e ação. Essas associações são derivadas dos significados que passamos a associar a essa palavra com o passar dos anos, por razões pessoais ou culturais. (Strauss e Corbin, 1990, p. 81).

Durante a discussão, os alunos invariavelmente se surpreendem com quantos significados diferentes conseguem atribuir a um objeto ou fato. Esse exercício/técnica de pesquisa na verdade tem muitas funções importantes, mas talvez a mais crítica seja que cada pessoa interpreta diferentemente e que nenhuma das interpretações está potencialmente correta. Antes de detalhar as funções da microanálise, reproduzimos parte de uma aula. Embora a sala tenha discutido o parágrafo inteiro durante cerca de três horas, reproduzimos aqui apenas alguns poucos pontos das primeiras frases.

Aula

Citação de nota de campo:

Quando ouvi o diagnóstico, foi assustador. Entrei em pânico. Tudo estava correndo bem no início desta gravidez e eu me sentia bem – não sentia enjôo matinal e tinha muita energia. Então, de repente, fui informada que tinha diabetes. Foi um choque, pois era meu primeiro filho. Minha principal preocupação é com o bebê. Eu me preocupo com o bebê. Eu quero tanto esse bebê. Estou realmente assustada, pois esperci tanto para ter esse bebê e não quero que nada dê errado.

Discussão e comentários:

Professor: Vamos nos concentrar na primeira palavra, “quando”. O que significa “quando”?

Aluno: Para mim significa tempo. Um ponto no tempo. Algum momento, indefinido, no passado.

Professor: Bem, poderia significar algum momento no futuro. Como em “Quando o telefone tocar, vou atender porque prevejo que ele vai ligar.”

Aluno: “Quando” também representa uma *condição*. [Indica que] alguma coisa está acontecendo. [É uma] questão [que] força você a buscar [respostas].

Professor: Suponha que a palavra não fosse “quando”, mas [sim] “sempre que”. E então?

Aluno: Então significaria para mim um tempo repetido. Um padrão de algo acontecendo.

Professor: Então, esse é um tipo de *condição* diferente para alguma coisa que acontece em decorrência de algum fato ou fatos... Suponha que, ao invés de “quando”, o locutor falasse “no momento”?

Aluno: Ah, então poderia significar contar uma história com o “quando” retrocedendo no tempo, talvez.

Professor: OK, até agora nos concentramos precisamente em uma única palavra e algumas variantes alternativas. Agora, quais as possíveis *propriedades* de “quando”?

Aluno: Poderia ser súbito ou não súbito... Ou inesperado [ou não]... Ou os fatos que acompanham serem percebidos só por você e não pelos outros, ou percebidos pelos outros também... Ou poderiam não ter importância ou ser muito importantes.

Professor: Poderíamos imaginar muitas propriedades desse “quando” e dos fatos que o acompanham. Não há um fim para essas propriedades, e somente algumas delas serão relevantes para sua investigação e para os dados, embora isso tenha que ser descoberto. Mas observem como minhas *perguntas* forçam vocês a procurarem *propriedades e dimensões*. [Ver Capítulo 7 para uma explicação sobre propriedades e dimensões]... Agora, vamos pensar sobre a frase “eu ouvi o diagnóstico”. E essa primeira palavra, “eu”?

Aluno: Poderia ser nós que ouvimos – soubermos do diagnóstico – ou eles, como os pais. Isso faria diferença.

Professor: E *sob que condições* isso teria sido dito a um parente, a um dos pais ou ao paciente? E quais seriam as diferentes consequências disso? Agora, e o verbo “ouvi”?

Aluno: Ah, um diagnóstico pode ser escrito ou mostrado para o paciente [também], como um raião X se ela tivesse sido diagnosticada com tuberculose ou tivesse o quadril quebrado.

Professor: Presumivelmente, haveria condições diferentes nas quais cada uma dessas situações poderia ocorrer, e também com diferentes *consequências* [para] eles. Tuberculose é interessante porque o diagnóstico é sempre acompanhado de ceticismo do ouvinte; por essa razão, o médico mostra o raião X. Evidentemente, o paciente provavelmente não conseguirá interpretar o exame, de forma que aceitará o diagnóstico do médico – ou rejeitará se não acreditar –, então estamos falando sobre a ques-

tão de legitimidade do diagnóstico. Isso nos leva metodologicamente à questão das *propriedades* possivelmente diferentes do diagnóstico. Quais poderiam ser algumas delas?

Aluno: Uma lista parcial de propriedades citadas pelos alunos: “dificuldade de chegar ao diagnóstico, obscuro *versus* bem conhecido, simbólico como câncer ou não particularmente simbólico, importante [para a pessoa, para terceiros, para o médico ou para todos], esperado ou não, horrível ou de fato tranquilizador quando o pior é esperado ou precedido por dias de ansiedade esperando, facilmente crível”.

Professor: Então, há algumas *questões teóricas* importantes sobre o anúncio de diagnósticos e as *questões estruturais* por trás da resposta a cada uma. *Quem* [o por quê]? Seu médico de família bem conhecido, um especialista estranho, um residente no hospital, ou [se você for uma criança] sua mãe? *Como* [o por quê dessa forma]? Pense nas diferenças entre um anúncio abrupto, repentino, em um atendimento de emergência, feito pelo residente de plantão, dizendo a uma mãe que “seu filho morreu”, e como os médicos legistas regulam seus comunicados de morte depois de bater à porta de uma esposa. Outra questão poderia ser *Quando?* Imediatamente, após um intervalo judicial, etc., ou sempre que o pai tenha chegado, de forma que ambos sejam informados sobre a morte de seu filho? Em hospitais, se alguém morre à noite, a enfermeira geralmente não anuncia por telefone, mas apenas sinaliza que as coisas pioraram e espera que a esposa ou um parente chegue para que o médico possa comunicar. “Quando” aqui também inclui um parente ou esposa anunciando a morte a outros parentes – mais tarde, algumas vezes horas mais tarde, e perguntas sobre como fazer isso, se pessoalmente ou por telefone, etc... Esse tipo de pergunta também pode estimular perguntas a serem feitas nas entrevistas? Sim, certamente pode estimular *questões descritivas*... Agora, na próxima fase desse parágrafo, observe “tudo estava correndo bem”. Isso possivelmente se transformaria em um *conceito in vivo*, uma frase usada repetidamente por mulheres grávidas, representando fatos possivelmente importante para elas – e assim também devem ser para nós como pesquisadores. Então, anotamos esses fatos, apenas para o caso de passarem a ser importantes para o nosso trabalho... O que essa frase, como tal, poderia significar analiticamente?

Aluno: Bem, me parece indicar temporalidade, um curso de alguma coisa... E o curso é antecipado; há um curso normal [e também um que sai fora do curso]... o que significa que eles estão avaliando se é normal ou não.

Professor: Sim, mas isso significa que deve haver critérios [propriedades], o que de fato ela cita posteriormente no parágrafo... Mas observe também, que é ela quem se localiza dimensionalmente nesse curso. Analiticamente, podemos perguntar por que ela [usando critérios de senso comum] e não

o médico ou uma enfermeira está fazendo a localização. O que falamos aqui é de um processo de localização e de agentes de localização. Se você pensar comparativamente, pode ver rapidamente que em outras situações, por diferentes razões estruturais, haverá diferentes agentes de localização. Assim como os economistas informando que você está entrando em uma recessão; você poderia nunca reconhecer isso de outra forma... Agora uma frase relacionada aqui é “no início desta gravidez”. Deixando de lado a palavra “desta” – pois aqui ela está certamente comparando esta com outra ou outras – pense sobre “no início”. Como ela sabe disso?

Aluno: Toda mãe sabe que há nove meses no curso de uma gravidez e assim ela pode se localizar – é cultural, conhecimento do senso comum.

Professor: De novo pensando *comparativamente* – e para surpreendê-los um pouco com uma comparação extrema, mas analiticamente interessante, – pense sobre o que aconteceu na Alemanha quando Hitler assumiu o comando. As pessoas interpretam esse fato de diferentes formas, embora com uma percepção tardia possamos ver que a Alemanha na época estava profundamente envolvida na evolução do nazismo. Quem eram os agentes de localização? Como eles sabiam em que posição do curso a Alemanha estava? Como eles atingiam legitimidade para os outros – ou não? Quais eram as consequências para uma pessoa [digamos que você fosse judeu] de interpretar corretamente incorretamente esse curso evolucionário? Tais questões, que são levantadas por esses tipos de casos comparativos [e até casos extremos são úteis no começo da pesquisa], podem estimular seu pensamento sobre as propriedades de mulheres como a entrevistada, que está pensando sobre e reagindo à sua gravidez no sentido de aplicar as mesmas questões sobre “localização” à sua situação [não a idéia sobre o nazismo]... Observe também que esse tipo de comparação, mesmo quando não é tão extrema quando essa sobre Hitler, pode estimular você a fazer mais perguntas sobre suas próprias suposições e interpretações dos dados da gravidez. Esse tipo de questões tira você do seu padrão, das idéias dadas como certas sobre gravidez e sua natureza, e forçam você a considerar as implicações de suas suposições ao fazer a análise.

Aluno: Parece-me que há um cruzamento de dois cursos temporais. Há o curso da mãe em uma gravidez esperanzosamente bem-sucedida, e há o curso do bebê, que certamente depende biologicamente da fisiologia da mãe, mas envolve um conjunto de preocupações diferentes. [O restante do parágrafo citado certamente sugere isso]. Socialmente, também envolve diferentes ações, como preparar-se para a entrada do bebê na família e agir “certo” durante a gravidez para o bem-estar previsto para o bebê.

Professor: Você está apontando para fenômenos diferentes e poderia cunhar dois *conceitos* diferentes para representá-los – também um conceito para representar o que você chama de “cruzamento”. Eu chamaria isso de “inter-

seção” ou de “associação”, como em uma codificação axial. Você também está apontando para seqüência e fases de ações e fatos, outro aspecto da temporalidade observada anteriormente. Também há *processo* [ver Capítulo 11] ou movimento através de fases de ação.

Pontos principais sobre microanálise

O que esse tipo de exame – de palavras individuais, ou frases, ou parágrafos – faz pelos alunos e também por pesquisadores experientes pode ser inestimável. Para estudantes iniciantes, torna-os conscientes do **quanto está contido** em pequenas quantidades de dados. Também os deixa conscientes de que fica a critério deles **explorar esses dados**; as partes não se revelam por si mesmas. Também mostra aos alunos que esse tipo de análise representa um estilo ou uma técnica para os dados *muito* diferente de qualquer coisa que eles já tenham feito antes.

Resumindo rapidamente a discussão analítica sobre o parágrafo citado, enumeramos agora diversas funções adicionais importantes do exame microscópico dos dados. Você pode vê-las facilmente na discussão em si.

1. Acima de tudo, este procedimento é muito **focado**. O foco força os pesquisadores a **considerarem o leque de plausibilidade, evitando do que tomem partido ou que assumam uma posição em relação aos dados**. Observe que dizemos que é o pesquisador que está sendo tirado de seus modos usuais de pensamento. Não são os dados que estão sendo forçados. Os dados não estão sendo forçados; está se permitindo que eles falem.

2. A análise microscópica obriga o pesquisador a examinar informações específicas dos dados. Como disse um aluno: “Tenho tendência a olhar para os dados de uma maneira muito geral, mas isso me faz olhar os detalhes”. O instrutor respondeu: “Sim, mas não apenas detalhes em um sentido descritivo, mas também no **sentido analítico**”, ou seja, fazer comparações ao longo do nível de propriedades e dimensões, permitindo ao analista dividir os dados e reconstruí-los para formar um esquema interpretativo.

3. Fazer microanálise obriga o analista a **ouvir cuidadosamente o que os entrevistados estão dizendo e como eles estão dizendo isso**. Isso significa que estamos tentando entender como eles interpretam certos fatos. Isso evita que tiremos conclusões teóricas precipitadas, **levando em conta as interpretações dos entrevistados**. Isso nos ajuda a evitar lançar nossas primeiras interpretações sobre os dados, forçando-nos a considerar explicações alternativas. Além disso, se tivermos sorte, os

participantes nos darão **conceitos in vivo** que vão estimular ainda mais nossa análise.

4. Movemo-nos através da microanálise fazendo **perguntas, muitas perguntas**, algumas gerais e outras mais **específicas**. Algumas dessas questões podem ser descritivas, ajudando-nos a fazer perguntas melhores para a entrevista durante as entrevistas subsequentes. Mais importante, somos estimulados a fazer **perguntas teóricas** abstratas (questões investigativas que estimulam a descoberta de propriedades, dimensões, condições e seqüências do tipo quem, quando, o quê, como e por quê). Essas perguntas teóricas são especialmente importantes durante as fases iniciais de nosso projeto de pesquisa para revelar conceitos e suas relações.

5. É muito importante entender que, do ponto de vista analítico, **os dados é que são relevantes, não os detalhes específicos** de um caso ou uma pessoa ou um grupo. O uso sistemático de técnicas e procedimentos analíticos, apresentados nos capítulos sobre codificação aberta e axial (ver Capítulos 8 e 9), ajudam a dar **distância analítica**. Há uma diferença radical entre os tipos de “audição” fechada para os dados (ou seja, abstração a partir dos dados) e o oposto, que é a aplicação ou posicionamento no topo de teorias de dados e conceitos.

6. Ao fazer nossa análise, **conceitualizamos e classificamos** fatos, ações e resultados. As categorias que surgem, junto com suas relações, são as bases para nosso desenvolvimento de teoria. Essa abstração, redução e relação é o que faz a diferença entre **codificação teórica e descritiva (ou construir teoria e fazer descrição)**. Fazer codificação linha por linha, por meio da qual as categorias, suas propriedades e suas relações surjam automaticamente, nos leva para além da descrição e nos coloca em um **modo conceitual de análise**.

7. Classificação indica agrupamento de conceitos segundo suas propriedades evidentes, ou seja, conforme suas similaridades e diferenças. Estamos perguntando não apenas o que está acontecendo em um sentido descritivo, mas também como esse incidente se compara dimensionalmente ao longo de propriedades relevantes com outros já identificados.

8. Como você verá no Capítulo 6, nossos conceitos (classificações) são “categorias” que, quando desenvolvidas, mostram variação segundo suas várias propriedades e dimensões.

9. O uso imaginativo de *fazer comparações teóricas* (diferente do que é algumas vezes chamado de *comparações constantes*) é um instrumento subsidiário essencial para levantar questões e para descobrir propriedades e

dimensões que podem estar nos dados, aumentando a sensibilidade do pesquisador. Comparações teóricas são uma parte vital de nosso método para construção de teoria e são uma das importantes técnicas que usamos ao fazer análise microscópica.

10. Comparações são adicionalmente importantes porque permitem a identificação de *variações* nos padrões encontrados nos dados. Não é apenas uma forma de uma categoria ou de padrão que nos interessa, mas também como aquele padrão varia dimensionalmente, o que é discernido por meio da comparação de propriedades e dimensões sob diferentes condições. Algumas vezes, essas diferenças são imediatamente visíveis em nossos dados. Outras vezes, temos que fazer amostragem teórica, ou seja, observar ou entrevistar propositalmente enquanto buscamos exemplos de similaridades ou diferenças. Mas ao invés de ir para fazer amostragem teórica é deduzido pelo pesquisador. Por exemplo, um conceito que pode emergir dos dados sobre gravidez com complicações médicas é a noção de riscos, que parece variar com o tempo e segundo o tipo e o grau dos fatores complicadores. Para saber onde, quando e como fazer amostragem teórica (ou seja, onde procurar para saber como as percepções de risco variam dimensionalmente sob diversas condições), o pesquisador tem que se basear no conhecimento de situações (basear-se em experiência, falar com os outros ou ouvir alguma coisa por acaso) conhecidas por produzir riscos durante a gravidez, como, por exemplo, ter diabetes não-controlado. Depois, o pesquisador vai querer fazer algumas entrevistas e/ou observação de mulheres grávidas diabéticas para determinar o que elas dizem sobre sua gravidez e seus riscos, e como elas administram a gravidez e o diabete. Ao fazer amostragem teórica em mulheres com diabete e outras condições médicas em diferentes estágios de gravidez, e ao comparar conceitos ao longo de propriedades e dimensões, o pesquisador vai verificar, modificar, esclarecer, expandir ou descartar hipóteses relativas às percepções de risco e como elas afetam o controle de gravidez complicada. Embora a noção de riscos surja dos dados, o pesquisador não vai saber aonde ir para buscar dados comparativos adicionais sem se basear em experiências, fazer perguntas ou consultar possíveis textos.
11. *Hipóteses provisionais* (declarações sobre como os conceitos se relacionam) também tendem a surgir durante a análise linha por linha. Sob tal e tal condição, tal coisa vai acontecer ou tal resultado vai ocorrer. No início, essas hipóteses serão declaradas muito cruetamente. Depois, serão declaradas mais precisamente.

12. Finalmente, fazer microanálise permite aos pesquisadores examinarem que suposições sobre os dados eles estão **aceitando como certas**. Comparar as próprias suposições com os dados dessa forma dirigida pode não ajudar, mas traz essas suposições para a superfície. Suposições falsas não se mantêm quando são rigorosamente comparadas com os dados, incidente por incidente. Os dados falam por si. Fazer comparações constantes e teóricas também força a pesquisa a confrontar as **suposições dos informantes** e provisionalmente levantar hipóteses sobre as implicações dessas suposições.

Para ilustrar graficamente esse último ponto, usamos o seguinte exemplo:

Entrevistador: Agora, quando você diz que todas as garotas têm um pouco de "prosti", o que você quer dizer com isso?

Entrevistado: Uma "prosti" vai vender o corpo dela, certo? Uma prosti vende seu corpo. Mas uma garota é menos óbvia com isso. Eu poderia não convidar ela para sair. Eu poderia nunca comprar algo para ela, você sabe, nunca gastar um centavo com ela. Ela não ia querer me dar nada. Ela não ia querer fazer nada por mim. Então, o que eu fiz por ela, ela faz por mim. Então se eu, digamos se eu, eu tivesse meu próprio dinheiro, eu poderia conseguir dinheiro para mim. Eu não preciso de dinheiro. E como se, bem, vou comprar alguma coisa para ela. Ela, ela não acha, no começo, que me deve algo, mas como eu digo, eu vou ficar, assim, por que não transamos? Ou algo assim. E ela vai pensar, não. Então eu compro mais alguma coisa para ela. E então ela vai pensar, cara, ele está comprando tudo isso pra mim e eu não estou fazendo nada por ele. Ele tem seu próprio dinheiro. Ele tem seu dinheiro. Ele não, ele tem suas próprias roupas. Ele pode comprar, ele tem dinheiro para comprar suas próprias roupas. Então, qualquer coisa que eu comprar para ela, ela vai pensar, bem, ele pode comprar isso pra ele. Então ela vai pensar, bom, o que mais eu posso dar pra ele? Ou eu digo, já tenho tudo, o que mais você tem pra me oferecer? Você não tem nada pra oferecer. E isso vai fazer uma garota pensar, cara, eu tenho algo para oferecer. É tipo assim, e então o cara joga o jogo, tipo jogar junto, tipo, o quê? E ela vai dizer, você sabe, ela vai dizer, bem, eu poderia fazer sexo com você, sabe. E eu vou ficar, tipo assim, vou ficar, oh, sério? Você quer mesmo fazer isso? (nota de campo, cortesia de Steve Eyer, University of California, Departamento de Medicina Adolescente).

Comentário

Durante a aula, os alunos leram e discutiram a citação. Esses dados eram de um estudo com adolescentes negros em São Francisco, feito por um dos alunos, Ste-

ve Eyer, um pesquisador jovem, mas experiente, com treinamento em antropologia e em psicologia. Ele comentou que não conseguia tirar da cabeça a idéia da teoria de intercâmbio; essa declaração do informante era claramente sobre troca de presentes por sexo e as manobras do garoto. Na verdade, esse processo era extremamente freqüente entre os adolescentes do sexo masculino que foram entrevistados. Ele tinha dificuldade em não ver a teoria de intercâmbio nessas entrevistas; ele não podia derrubar essa idéia.

1. Outro aluno imediata e corretamente comentou que isso refletia a ideologia dos garotos adolescentes – *uma teoria popular* sobre intercâmbio. Mas essa teoria não poderia ser a visão do pesquisador porque os dados mostravam outras coisas também. “Além disso”, comentou o instrutor, “você vê a teoria do intercâmbio porque está mergulhado nessa perspectiva devido a seu treinamento em psicologia. Talvez seja relevante, talvez não seja. Uma teoria como essa deve encontrar seu caminho em *sua* interpretação, juntamente com um exame cuidadoso de seus dados”.
2. O instrutor disse também: “Mesmo se você, como pesquisador, cogitasse a idéia de que o intercâmbio estava refletido na citação, você deveria fazer perguntas sobre intercâmbio e os dados [em si] sugeririam algumas dessas questões. Qual é a verdadeira interação durante essa troca? O que é trocado? Quem começa a troca? Qual é a resposta imediata dos outros? Entre quantas pessoas? É visível para os outros? Quanto tempo leva essa troca? A troca é considerada igualmente e por todos? Quais são os critérios para o que está sendo proferido? E assim por diante”.
3. Então, o instrutor continuou: “O que mais está refletido na citação *alemãis ou alãin de troca?* Então, a classe tentou responder essa questão analiticamente. Entre as idéias levantadas pelos alunos havia uma dizendo que há manipulação e negociação, que há tradições culturais relativas às relações homem-mulher e sexo, que há a noção de intimidade e de como ela se desenvolve por meio da interação e que alguém pode até fazer a transição para o “domínio do consumo” na sociedade norte-americana e como isso transcende tudo – até a virgindade.

Através dessa discussão, Eyer (e os outros alunos da sala) conseguiram perceber que todos nós temos certos conjuntos de **suposições reconhecidas e não-reconhecidas** e que de alguma forma temos que quebrar isso, ou pelo menos aprender como trabalhar com elas, se desejamos fazer qualquer

avanco no conhecimento. Eyer conseguiu sair da sessão com novas idéias, formas diferentes de olhar para os dados, que o levaram além de sua idéia original de teoria de intercâmbio.

Onde a microanálise se ajusta no processo analítico?

Tendo dito isso, tem uma pergunta que os leitores devem estar fazendo a si mesmos neste momento: Quando se deve fazer essa microanálise – no começo da pesquisa, o tempo todo ou ocasionalmente? Sabemos que fazer microanálise demanda muito tempo e energia. As respostas gerais são as seguintes:

1. Certamente é necessário fazer esse tipo detalhado de análise no começo de um projeto de pesquisa para descobrir categorias (com suas propriedades e suas dimensões) e para descobrir as relações entre os conceitos. Uma vez que as categorias sejam estabelecidas, a análise se torna mais focada em preencher essas categorias e em verificar as relações.
2. Isso *não* significa que um pesquisador codifica regularmente cada parte dos dados, palavra por palavra ou frase por frase, em cada documento. Isso tomaria muito tempo e o analista acabaria com mais dados do que poderia usar ou do que o necessário para o assunto em epígrafe. Ao contrário, o pesquisador aprende a **examinar** uma entrevista ou quaisquer outros dados (ex.: dados de campo, vídeos, documentos), procurando materiais potencialmente interessantes ou materiais analíticos relevantes. Quando um parágrafo ou segmento é isolado, o procedimento linha por linha pode ser usado em parte ou no todo. Nos estágios finais da investigação de pesquisa, este procedimento é muito menos útil, mas pode ser usado ocasionalmente.
3. Quando? Quando uma parte dos dados parecer intrincada, ou quando dados antigos forem revisitados e achamos que eles tenham sido inadequadamente analisados ou que há mais a ser explorado neste determinado segmento de dados, ou quando novas categorias emergem, ou quando se descobre que as velhas categorias não são muito bem desenvolvidas.

Invariavelmente, esse exame minucioso de dados tende a ajudar o pesquisador, não importa o quanto ele seja experiente ou habilidoso. Na verdade, falando do estruturante, *sem essa análise microscópica* seria extremamente difícil descobrir sistematicamente as dimensões relevantes, relacionar categorias e subcategorias e acompanhar os aspectos mais sutis da causalidade.

Resumo

Fazer microanálise é um passo importante no desenvolvimento da teoria. É por meio do exame minucioso dos dados, linha por linha, que os pesquisadores conseguem descobrir novos conceitos e novas relações e desenvolver categorias sistematicamente em termos de propriedades e dimensões. Este capítulo demonstrou o fluxo livre e os aspectos criativos da análise e a interação que ocorre entre o analista e os dados durante o processo analítico. Porém, não se pode fazer microanálise sem entender algumas técnicas e procedimentos específicos que podem ser usados para abrir o texto e descobrir seus significados e variações. Os capítulos subsequentes apresentam uma série de ferramentas analíticas na forma de procedimentos e técnicas. Embora cada uma seja discutida separadamente e de maneira estruturada para facilitar o entendimento, é a capacidade de reuni-las de maneira flexível e criativa por meio da microanálise que permite ao analista ficar acima do lugar comum e desenvolver uma teoria realmente inovadora – mas embasada.

6

Operações Básicas

Formular Perguntas e Fazer Comparações

Definição de Termos

Formular perguntas: um mecanismo analítico usado para abrir a linha de investigação e dirigir a amostragem teórica (ver Capítulo 13).

Fazer comparações teóricas: uma ferramenta analítica usada para estimular o pensamento sobre propriedades e dimensões das categorias.

Amostragem teórica: amostragem com base em conceitos emergentes, com o objetivo de explorar o escopo dimensional ou as condições variadas ao longo das quais as propriedades de conceitos variam.

Duas operações são absolutamente essenciais para o desenvolvimento de teoria usando nosso método de análise. A primeira é *formular perguntas*. Todos os tipos de investigação se baseiam na formulação de perguntas efetivas. Em nossa metodologia, as principais questões são dirigidas ao avanço de nosso entendimento das questões teóricas. A segunda operação é *fazer comparações*. Formular perguntas e fazer comparações têm várias funções. Neste capítulo, abordamos algumas delas de uma maneira geral. Nos Capítulos 7 a 12, explicamos mais detalhadamente como usar essas operações durante a codificação.

O Uso de Questionamento

Todos os pesquisadores se preocupam em saber como fazer “boas” perguntas, que levem a pesquisa a uma conclusão positiva. Em todo o livro, há várias sugestões voltadas para essa preocupação. Porém, até mesmo os leitores que estão impacientes para chegar rapidamente a esses detalhes operacionais deverão se beneficiar com uma discussão mais geral sobre perguntas e seu papel na investigação de pesquisa.

Nosso velho, mas ainda útil, dicionário define “**averiguação**” como “uma solicitação de informações, uma investigação sistemática” (Merriam-Webster, 1984, p. 624). Usar perguntas para reunir informações e fazer averiguações (ou investigações) é uma atitude condizente. Observe que, embora perguntas e averiguações sejam expressas aqui como substanciais, elas na verdade envolvem *ações* como perguntar, fazer, localizar e procurar.

O especialista em lógica e filósofo John Dewey expressou parte da sutileza dessa associação de ações:

Averiguação e questionamento, até certo ponto, são termos sinônimos. Nós averiguamos quando questionamos e averiguamos quando procuramos qualquer coisa que responda à pergunta feita. Assim, isso é da natureza específica da situação indeterminada que faz a averiguação ser *questionável*... Situações indeterminadas... são perturbadoras, problemáticas, ambíguas, confusas, cheias de tendências conflitantes [e] obscuras. (Dewey, 1938, p. 105, ênfase acrescentada)

Dewey, então, está apontando para situações indeterminadas (ou problemáticas), mas, na verdade, elas só são assim porque alguém as **define** dessa forma; porém, pesquisadores experientes sabem que determinados atos de definição podem levar a algum lugar ou a lugar nenhum. Além disso, Dewey aponta para situações problemáticas como averiguação ou investigação estimulante, mas o que deve ser enfatizado é que a força condutora não é a situação em si, mas, sim, as perguntas que o investigador faz sobre a situação. Além disso, Dewey aponta para a interação de problema/investigação e resposta, estimulando a formulação de mais perguntas.

Além disso, há níveis múltiplos de perguntas – abstratas e teóricas, substanciais e mundanas. Em um esforço para responder algumas perguntas, podem ser exigidas atividades muito complexas, enquanto que outras perguntas podem ser respondidas rápida e facilmente. Diferentes tipos de tecnologias metodológicas também podem ser requisito para responder certas perguntas.

O parágrafo precedente apenas sugere a complexidade de idéias e ações exigidas para formular e responder perguntas. Cientistas sempre se apropriam de perguntas e respostas em forma de técnicas, procedimentos e tecnologias – mesmo de outras disciplinas ou especializações – para prosseguir com suas próprias investigações. Algumas perguntas (tanto em ciência social como em ciência natural) estimulam perguntas adicionais que, por sua vez, estimulam mais perguntas, em um encadeamento de investigações estendidas.

Além disso, algumas perguntas acabam sendo maravilhosamente produtivas, conduzindo-nos à resposta ou, mais interessante, causando mais problemas do que resolvendo. A descoberta da eletricidade, por exemplo, uniu gerações de perguntas e respostas teóricas e práticas. Infelizmente, como todos os pesquisa-

dores sabem, algumas perguntas acabam não levando a lugar nenhum. Outras são tão ideologicamente conduzidas que respondem a si próprias, embora incorretamente, fechando a possibilidade de investigações adicionais. “Boas” perguntas algumas vezes dependem de sorte, mas, mais frequentemente, são inspiradas pelo conhecimento relevante, um senso de “está faltando algo aqui” e (mais importante) sensibilidade para aquilo que os dados estão dizendo realmente. Contudo, mesmo as perguntas apropriadamente redigidas mas incorretamente respondidas podem ter conseqüências surpreendentes depois que os investigadores passam a duvidar dessas respostas.

Entre as sutilezas da relação pergunta e resposta, duas são especialmente relevantes para os leitores deste livro. A primeira é que diferentes perguntas e questões surgem em diferentes pontos da investigação. No começo, por exemplo, o pesquisador pode estar muito preocupado, ou mesmo perplexo, com a localização do foco apropriado da investigação, ou seja, sobre qual é o fenômeno central (problema) nesta área de pesquisa. Depois que isso é determinado, haverá muitas outras questões específicas sobre o fenômeno e como ele se relaciona com os fatos e os acontecimentos que estão sendo observados. Bem mais adiante, uma questão importante pode ser como integrar todas as idéias de alguém sobre os dados em uma formulação teórica coerente. Mesmo quando isso se torna claro, diversos detalhes podem exigir esclarecimentos adicionais, com perguntas e respostas específicas se desenvolvendo em torno desses detalhes.

Um segundo ponto muito importante foi abordado anteriormente. Algumas perguntas são voltadas para questões substanciais, como, por exemplo: “Quais são os tipos mais comuns de drogas que os adolescentes tendem a usar?”. Outras são voltadas para questões mais teóricas, como por exemplo: “Como as imagens de uma biografia futura afetam a decisão dos adolescentes de usar drogas ou não?”. Aqui, a questão é **como** e **se** duas categorias – “imagem biográfica futura” e “uso de drogas” – estão relacionadas. Essa questão demanda uma investigação teoricamente orientada; ou seja, o pesquisador deixa de ouvir simplesmente, como no caso dos tipos de droga, para examinar minuciosamente os dados em busca de pistas que indiquem como os adolescentes vêem a si mesmos e como essas percepções podem alterar ou afetar o momento em que as drogas são usadas, além da quantidade e dos tipos.

É necessário enfatizar que apenas algumas das perguntas que fazemos durante o processo de pesquisa são, de fato, “teóricas” (pertinentes ao desenvolvimento da teoria, como em “Como esses dois conceitos se relacionam?”). Muitas perguntas são de natureza prática, como, por exemplo: “Como obter acesso a essa organização?” ou “Como posso usar melhor este programa de computador para facilitar minha análise?”.

Considerando que todas as perguntas que fazemos e suas respostas estão ligadas, de alguma forma, ao curso de um projeto de pesquisa, as perguntas

sempre são transformadas como resultado de mudanças sociais que produzem novos fenômenos. Essas mudanças sociais, uma vez identificadas e definidas, estimulam investigações adicionais. Assim, dá-se continuidade a longas linhas de pesquisa com o surgimento de novas variações de velhos fenômenos. Por exemplo, o sociólogo alemão Max Weber analisou brilhantemente o funcionamento da burocracia governamental na Alemanha imperial (Weber, 1958). Seu texto estimulou inúmeros estudos de burocracias à medida que elas se desenvolviam nos Estados Unidos e em outros locais. Quando os pesquisadores depararam com fenômenos que diferem das percepções do que eles acham que deveria ser, ou quando novas concepções parecem mais apropriadas do que as explicações teóricas usuais, boas perguntas podem ser estimuladas ao olhar para análises mais antigas desses fenômenos. Um exemplo aqui são os conceitos gêmeos de “negociação” e “pedido negociado” (Strauss et al., 1964; Strauss, 1978).

Então, é fundamental para qualquer investigação de pesquisa fazer perguntas juntamente com a busca de respostas. Como saber o que é uma boa pergunta? Essa questão é difícil de responder porque depende muito da investigação em si e da experiência em pesquisa e profissional do investigador. Uma boa pergunta é aquela que conduz o pesquisador a respostas que trabalham para o desenvolvimento de formulação teórica. Muitas perguntas podem ser feitas, assim como muitas podem levar o pesquisador a um caminho secundário, que embora possa ser interessante, pode não atender a teoria derivada. Na verdade, algumas perguntas podem desencaminhar o pesquisador, colocando-o em caminhos que têm pouco ou nada a ver com a presente investigação. Embora relutemos em fornecer uma lista dos tipos de perguntas porque os novatos tendem a considerar pontos específicos em vez da essência do que dizemos, oferecemos umas poucas sugestões.

1. Primeiro, há perguntas *sensíveis*. Elas sintonizam o pesquisador àquilo que os dados indicam. Perguntas desse tipo podem ser mais ou menos assim: O que está acontecendo aqui (ex.: questões, problemas, preocupações)? Quem são os atores envolvidos? Como eles definem a situação? Qual é o significado para eles? O que os vários atores estão fazendo? As definições e os significados deles são iguais ou são diferentes? Quando, como e com que consequências eles estão agindo, e isso é igual ou diferente para os vários atores e para as várias situações?
2. Segundo, há perguntas *teóricas*. Essas são questões que ajudam o pesquisador a ver processo, variação e afins e a fazer conexões entre os conceitos. Elas são mais ou menos assim: Qual é a relação de um conceito com outro (ou seja, como eles se comparam e se relacionam em níveis de propriedade e dimensional)? (Ver seção posterior sobre com-

parações teóricas). O que aconteceria se...? Como fatos e ações mudam com o tempo? Quais são os maiores questões estruturais aqui, e como esses fatos participam do ou afetam o que estou vendo ou ouvindo?

3. Terceiro, há perguntas que têm uma natureza mais *prática e estrutural*. São as questões que garantem direção para a amostragem e que ajudam o desenvolvimento da estrutura da teoria resultante. Essas perguntas incluem, entre muitas outras, as seguintes: Quais conceitos são bem desenvolvidos e quais não são? Aonde, quando e como eu vou para coletar dados para minha teoria resultante? Que tipo de permissões eu preciso? Quanto tempo demora? Minha teoria evolutiva é lógica? Quais são as quebras na lógica? Já alcancei o ponto de saturação?

4. Quarto, há perguntas *orientadoras*. Essas são questões que guiam as entrevistas, as observações e as análises desses e de outros documentos. Essas questões mudam com o tempo, são baseadas na teoria evolutiva e são específicas de uma determinada pesquisa; dessa forma, é difícil dar exemplos. Elas começam abertas e tendem a se tornar mais específicas e refinadas à medida que a pesquisa se desenvolve. Uma pergunta no início de uma série de entrevistas pode ser assim: Você já usou drogas e, em caso positivo, como foi a experiência para você? Em entrevistas posteriores, a mesma questão geral ainda será relevante; porém, o pesquisador também vai querer fazer perguntas que dêem informações adicionais sobre conceitos específicos e suas propriedades e suas dimensões. As questões posteriores devem ser parecidas com esta, que coloca dois conceitos juntos: Como o fato de as drogas estarem “facilmente disponíveis” influencia a frequência, a quantidade e o tipo de “droga utilizada” por você? (Ver a seção sobre uso de questionamento no Capítulo 7 para mais exemplos).

Fazendo Comparações

Análise comparativa é uma característica importante da pesquisa de ciência social. Ela geralmente está incluída na elaboração de um projeto, explícita ou implicitamente. Por exemplo, um sociólogo compara o comportamento de homens e mulheres em relação à atividade sexual, um criminologista compara os índices de homicídio entre grupos étnicos ou um antropólogo comenta sobre as diferenças entre ritual e outros comportamentos culturais, tanto na sociedade que ele estudou como aqueles reportados sobre outras sociedades. Evidentemente, tais estudos comparativos sempre são muito valiosos.

Nosso método de análise também usa comparações, mas sua natureza e seu uso são, de certa forma, diferentes. Fazer comparações é uma característica es-

dos (ver Capítulo 7). Isso é possível porque sempre trabalhamos com conceitos e não com os específicos dos dados ou casos. Não é o incidente específico em si, mas, sim, o que o incidente simboliza ou representa. Por exemplo, suponha que em uma entrevista, uma enfermeira declare: “Ao trabalhar à noite, prefiro trabalhar com outra enfermeira experiente. Quando trabalho com uma enfermeira inexperiente, acabo assumindo a maior parte da carga de trabalho”. Para entender o que ela quer dizer com essa declaração, temos que pensar comparativamente sobre os termos “experiente” e “inexperiente”, e não sobre o fato de que esta enfermeira não gosta de trabalhar com algumas pessoas. Devemos dizer: “Vamos olhar para costureiras ou motoristas inexperientes em vez de enfermeiras para ver o que possamos aprender”. Porque são os conceitos “experiente” e “inexperiente” que nos interessam, e não as particularidades das costureiras ou dos motoristas; não importa do que consiste nosso grupo. Estamos buscando apenas uma lista de propriedades que podemos usar para examinar o incidente nos dados. **Essas propriedades não serão aplicadas aos dados; ao contrário, elas são um meio para examinarmos os dados.** Uma costureira ou um motorista inexperientes podem ter as seguintes propriedades: ser cautelosos, apreensivos, frequentemente buscando direção, receio de sair do padrão, propensos a cometer erros, inseguros de seu comportamento, receosos de agir em uma crise, etc. Agora, com uma idéia de quais poderiam ser as propriedades de alguém inexperiente, podemos procurar para ver se encontramos algumas delas nos dados, ajudando-nos, assim, a determinar mais especificamente o que a enfermeira quis dizer quando fez sua declaração. Sabemos o que procurar nos dados porque temos uma idéia do que significa ser inexperiente. Novamente, não estamos dizendo que essas propriedades estão nos dados ou que elas descrevem o que a enfermeira quis dizer. A diferença é que agora estamos pensando em níveis de propriedade e de dimensão. Isso é importante porque, para definir o significado de experiente versus inexperiente, devemos ser capazes de declarar as propriedade de cada um. (Porém, sempre achamos que talvez experiente e inexperiente não sejam o problema, mas, sim, alguma outra coisa. Mas podemos eliminar isso, ou pelo menos manter em suspenso, se não encontramos propriedades ou dimensões nestes ou em outros casos de dados.) Em entrevistas ou observações adicionais, podemos fazer perguntas ou observações que nos dêem informações mais específicas e definidoras. Por exemplo, podemos observar enfermeiras experientes e inexperientes, olhando como elas atuam e como lidam com problemas sob várias condições, como, por exemplo, situações de rotina e de crise, fazendo, assim, *amostragem teórica* ou amostragem com base em conceitos, e variando situações para maximizar diferenças. (Ver Capítulo 13 para mais informações sobre amostragem teórica.)

Nos capítulos sobre codificação aberta e axial (Capítulos 8 e 9), os leitores vão notar que fazemos comparações teóricas quando estamos em dúvida

ou confusos; porém, a natureza da atividade pode parecer diferente, dependendo do problema analítico que estamos tentando resolver. Algumas vezes, usamos comparações muito similares. Outras vezes, usamos o que chamamos de **comparações incommuns**. Ao fazê-lo, estamos seguindo o exemplo do sociólogo E. C. Hughes, que gostava de fazer comparações surpreendentes e algumas vezes chocantes, como aquela entre o trabalho dos psiquiatras e das prostitutas; ambos pertencem a uma categoria profissional, têm clientes, recebem por seu trabalho e “tomam cuidado para não se envolver pessoalmente com os clientes que os procuram com problemas íntimos” (Hughes, 1971, p. 316). Mas podemos fazer comparações, mesmo no começo do projeto de pesquisa, entre classes de objetos, incidentes ou atos. O propósito, então, é tornar-se sensível ao número e aos tipos de propriedades que podem pertencer a fenômenos que, de outra forma, não seriam observados ou só seriam observados bem mais tarde.

Gostaríamos de dar mais um exemplo de como as comparações teóricas nos ajudam a entender, ampliando nossas idéias sobre propriedades e dimensões. Observe como as comparações nos ajudam a fugir das formas padrão de pensamento e nos estimulam a fazer perguntas sobre os dados à medida que avançamos. O conceito que examinamos aqui é “jardins”. O que queremos é aumentar nosso entendimento desse fenômeno. Suponha que estejamos estudando a natureza de pequenos jardins na área rural inglesa. Observamos que alguns estão cheios de flores, plantadas aparentemente de forma confusa e sem ordem, localizados na frente das casas da classe média inglesa. Queremos achar respostas para perguntas do tipo por que eles são assim e não de outra forma, para que são usados, como ficaram da forma que são, e quem os aprecia. Uma pequena lista das propriedades desses jardins poderia incluir algo como pequenos, aparentemente sem ordem, coloridos e aleatórios, com as dimensões correspondentes (tamanho, *graú* e tempo) deixadas implícitas. Agora, suponha que você os compare com os famosos jardins visitados por turistas, que ainda enfeitam palácios e mansões francesas dos séculos XVII e XVIII. As características desses jardins incluiriam formalidade – algumas pessoas dizem “inflexibilidade” ou “estática” – além da simetria predominante em suas folhagens, os caminhos de cascalho que restringem o passeio dos visitantes exclusivamente a eles, suas fontes graciosas e suas esculturas, e seu senso de aristocracia e idade. Depois, pense em jardins de rosas, especializados em muitas variedades desta espécie de flor (muito simbólica e popular), organizados de forma que as pessoas possam encontrar e ver as flores – mas não colhê-las. Depois, há as vilas-jardim, como em Botsuana, que um aluno de Botsuana descreveu como “comunal”, permitindo muita “sociabilidade” e que, acrescentamos nós, são citados primariamente para produzir comida. Voltando para nosso foco nos jardins das casas inglesas, fazemos perguntas sobre eles com base nas propriedades evocadas ao examinar esses outros tipos de jardins. **Não estamos dizendo que os jardins ingleses**

necessariamente compartilham essas propriedades; estamos dizendo que eles usam as propriedades como ferramentas para examinar os jardins ingleses. Por meio desse processo comparativo, aprendemos a pensar e a fazer perguntas sobre os jardins muito mais rapidamente do que faríamos caso não nos ocorresse fazer tais comparações. Podemos perguntar por que não há estátuas ou vegetais nesses jardins, por que eles são privados e não públicos, e por que foram criados para olhar e não para colher – ou se são para olhar e colher as flores. Nosso exemplo não deseja enfatizar os aspectos do procedimento das comparações; ao contrário, é uma função importante de como isso acelera e facilita a análise.

Fazer comparações teóricas tem outra função que pode ser percebida em nosso exemplo. Isso afasta o pesquisador mais rapidamente do ato de descrever detalhes específicos de um caso, como, por exemplo, dizer que este determinado jardim é muito bonito, levando-o a pensar mais abstratamente sobre o que os vários jardins têm em comum e o que eles têm de diferente. Uma dificuldade que atrapalha os iniciantes em análise qualitativa é que eles se concentram em encontrar “Fatos” exatos. Dessa forma, gastam muita energia examinando e discutindo detalhe após detalhe em vez de pensar abstratamente e de forma mais geral, movendo-se, assim, do específico para o geral. A questão, alegamos, não é quantos dentes tem um determinado cavalo, mas, sim, o que a análise dos dentes (número, tamanho, formato, cuidado, cor da gengiva, etc.) e a comparação deles com os dentes de outros cavalos nos diz sobre a condição de saúde deste cavalo e de sua capacidade presumida de ganhar uma corrida. Queremos saber em que cavalo apostar.

Se você odeia ou ama qualquer um dos tipos precedentes de jardim, então as comparações tendem a forçá-lo a confrontar razões (tendências) para suas reações. Fazer esses tipos de comparações força o analista a questionar suas posições e a perguntar como isso pode afetar seu estudo. No final, esse tipo de exame induz à ruptura de visões estereotipadas de jardins, como essa de que eles são apenas para cultivar vegetais e devem ser ordenados, e também que são apenas para os ricos e não para os pobres, urbanos e não campestres, plantados em apartamento e não em casas, etc.

Devemos acrescentar que tais comparações podem ser feitas para quaisquer fenômenos. Suponha, por exemplo, que você deseja estudar a indústria de computadores. Esse segmento, que previamente era dominado por uma corporação (IBM), expandiu-se extraordinariamente durante a última década, com um número crescente de companhias, clientes, pontos de venda e conexões com uma indústria de *software* também crescente. Uma revisão rápida de alguns outros segmentos vai estimular sua visão para o que aparece – e deixa de aparecer – nos dados ou será coletado em breve sobre o segmento de computador. Pense no setor madeireiro. Ele tem uma longa história, está associado a locali-

zações regionais e entra em conflito freqüente com ambientalistas e outros grupos, geralmente localizados na mesma região. Ou pense na indústria petrolífera, que é internacional em escopo e de interesse vital para vários estados nacionais. Compreensivelmente, tanto o segmento de petróleo como o de madeira têm um *lobby* poderoso. Além disso, têm um consumo vasto e diversificado, associado a muitos outros segmentos e, evidentemente, são muito visíveis para o público. Ou considere certos segmentos que têm subsídios governamentais substanciais, e algumas vezes gigantescos, como a agricultura nos Estados Unidos. Com essa lista de propriedades, voltamos a nossos dados sobre computadores para ver se encontramos neles algumas dessas propriedades (ex.: relação com outros segmentos, *lobby*, conflito de interesses). Essas propriedades devem aparecer em nossa análise como condições que afetam as ações das pessoas e as ações voltadas para os segmentos, e também as ações dos representantes dos setores. O estímulo mental derivado de tais comparações amplia nossos horizontes (ou seja, nos sensibiliza para o que há em nossos dados) e nos permite delinear as propriedades e as dimensões que definem o significado dos fenômenos, dando especificidade à nossa teoria.

Resumo

Como forma de resumir este capítulo, apresentamos uma lista de funções das perguntas e das comparações teóricas.

Formular Perguntas e Fazer Comparações Teóricas

1. Ajuda os analistas a entenderem o significado de fatos ou de acontecimentos que poderiam, de outra forma, ser obscuros.
2. Ajuda a sensibilizar os pesquisadores para possíveis propriedades e dimensões que estão nos dados, mas que permanecem não-reveladas.
3. Sugere outras perguntas de entrevista ou observações com base na análise teórica resultante.
4. Ajuda os analistas a passarem mais rapidamente do nível de descrição para o nível de abstração.
5. Contraria a tendência de focar-se exageradamente em um único caso, levando a análise imediatamente a um nível mais abstrato.
6. Força os pesquisadores a examinar suposições básicas, suas tendências e suas perspectivas.
7. Força um exame mais detalhado da teoria derivada, algumas vezes resultando na qualificação ou na alteração da estrutura inicial.
8. Aumenta a possibilidade de que o analista descubra tanto variações como padrões gerais.

9. Assegura a possibilidade de uma postura mais fluida e criativa em relação à análise de dados.
10. Facilita a associação e a intensificação das categorias.

Como nota final, enfatizamos novamente que, ao fazer perguntas e comparações teóricas, *não* usamos as respostas às nossas perguntas ou as propriedades e as dimensões que identificamos como dados; usamos isso como ferramentas para nos ajudar a entender melhor os dados à nossa frente.

Ferramentas Analíticas

Definição de Termos

Ferramentas analíticas: mecanismos e técnicas usadas por analistas para facilitar o processo de codificação.

No Capítulo 6, apresentamos as operações básicas para fazer comparações e formular perguntas. Esses são os principais procedimentos desse método e devem ser usados consistente e sistematicamente durante a análise. Neste capítulo, apresentamos um conjunto de ferramentas analíticas. Elas são diferentes dos procedimentos básicos mas, à sua maneira, são tão importantes quanto o processo analítico. São mecanismos ou técnicas que podem ser usadas pelos analistas para auxiliá-los a fazer comparações e a formular perguntas. Todas os artesãos, sejam eles artistas ou carpinteiros, precisam de ferramentas para ajudá-los em seu trabalho. As ferramentas são usadas como extensão do corpo e permitem aos usuários fazer seu trabalho. Imagine um pintor de casa tentando pintar sem um pincel ou um rolo. Ou imagine um músico tentando tocar uma música sem um instrumento. Ele poderia murmurar o tom, mas não seria exatamente a mesma coisa. Ferramentas são usadas a critério do usuário e de acordo com a tarefa que se tem em mãos. O mesmo vale para “ferramentas analíticas”. Seu objetivo é aumentar a sensibilidade, ajudar o usuário a reconhecer “tendências” até certo ponto, e ajudá-lo a superar “bloqueios analíticos”. As técnicas analíticas que descrevemos aqui são exemplos de algumas que usamos durante a análise. Outros pesquisadores fazem uso de outras ferramentas analíticas para propósitos similares, e geralmente diferentes, como ordenar e organizar dados (para exemplo; ver Dey, 1993, que usa uma variedade de técnicas; Feldman, 1995, que se baseia em etnometodologia, semiótica, dramaturgia e desconstrução como téc-

nicas; Miles e Huberman, 1994, especialmente no uso de matrizes; e Weitzman e Miles, 1995, por seus exemplos de uso de computadores). Isso indica que mesmo pesquisadores experientes precisam de formas para investigar e para organizar dados. Eles também desenvolvem bloqueios analíticos ou barreiras durante a análise e precisam de técnicas para levar o processo adiante. A maneira como realmente usamos nossas ferramentas durante a análise foi de certa forma ilustrada no capítulo sobre microanálise (Capítulo 5).

Como já declarado, as ferramentas analíticas são muito úteis para nos mostrar as propriedades e dimensões relevantes de uma categoria. Lembre-se que anteriormente informamos que o objetivo de nossa análise é construir teoria. Nossa forma de construir teoria *não* é trabalhar apenas com um único caso, depois passar para o próximo, tratando-o como um caso separado, e assim por diante. Ao contrário, queremos saber o que este caso nos ensina sobre os outros casos. Queremos passar do **específico** para o **mais geral**. Dessa forma, usamos um caso para abrir nossa mente ao leque de possíveis significados, propriedades, dimensões e relações inerentes a qualquer parte dos dados. Assim, ao passarmos para o próximo caso e para os que se seguem, estaremos mais sensíveis tanto a essas possibilidades quanto a **qualquer outra coisa** que os novos possam nos ensinar. Em outras palavras, se estamos analisando flores em jardins e identificamos que as flores neste jardim têm uma certa cor, tamanho e formato, então queremos examinar as flores do próximo jardim e compará-las com essas mesmas dimensões, e possivelmente com outras. Assim, podemos ver quais as semelhanças e as diferenças em relação às flores que examinamos anteriormente. Isso nos permite definir um fenômeno muito precisamente.

O caso específico fornece diretrizes (propriedades e dimensões) para analisar todos os casos, permitindo aos pesquisadores passar da descrição para a conceitualização e do mais específico para o mais geral ou abstrato. Ao dizer que estamos codificando **teoricamente**, queremos dizer que estamos codificando com base em conceitos e na forma como suas variam segundo suas propriedades e dimensões. Não estamos nos fixando apenas em um caso. Ao contrário, **ao fazer perguntas teóricas sobre este caso e ao pensar comparativamente segundo as propriedades e as dimensões das categorias**, abrimos nossa mente ao leque de possibilidades, o que, por sua vez, pode ser aplicável, e tornar-se evidente, quando fizermos amostragem de outros casos. À medida que examinamos outros casos e comparamos incidente por incidente, temos mais chance de reconhecer igualdades e variações nas categorias e de ver como o que foi aplicado em um caso também poderia ser relevante no próximo, e no que os dois casos diferem. Novamente, lembramos nossos leitores da natureza provisional de nossa análise logo no começo do processo de pesquisa e da necessidade de validar nossas categorias (o que, na verdade, significa dar nome ou interpretar o que está acontecendo) ao fazer comparações constantes com os **novos casos**. O quadro a seguir traz um resumo dos objetivos das ferramentas analíticas.

Objetivo das ferramentas analíticas

1. Afastar o pensamento do pesquisador do confinamento da literatura técnica e da experiência pessoal.
2. Evitar formas padronizadas de pensar sobre fenômenos.
3. Estimular o processo indutivo.
4. Focar no que está nos dados e não assumir nada como certo.
5. Permitir esclarecimento ou desmistificação das suposições feitas por aqueles que estão sendo estudados.
6. Ouvir o que as pessoas estão dizendo e fazendo.
7. Evitar passar por cima de "diamantes brutos" ao examinar os dados.
8. Forçar as pessoas a fazerem perguntas e a darem respostas provisionais.
9. Permitir rotulação proveitosa de conceitos, embora provisionalmente.
10. Descobrir as propriedades e as dimensões das categorias.

O Uso de Questionamento

A primeira ferramenta analítica que discutimos é o uso de questionamento. Queremos fazer boas perguntas, que melhorem o desenvolvimento de nossa teoria derivada. Embora a formulação de perguntas tenha recebido atenção considerável no capítulo sobre operações básicas (Capítulo 6), o tipo de questionamento a que nos referimos aqui é mais específico e inclui perguntas como as que se seguem: **Quem? Quando? Por quê? Onde? O quê? Como? Quanto? Com que resultados?** Essas perguntas vão ganhar maior significado nos capítulos posteriores sobre codificação axial e seletiva (Capítulos 9 e 10). Essas perguntas são especialmente úteis para os analistas quando eles estão bloqueados em suas análises e não conseguem enxergar nada além das formas padronizadas de explicação dos fenômenos. Em um livro escrito por Lamont (1994), o uso de perguntas foi sugerido como forma de fazer um projeto decolar. Ela sugeriu que fazer perguntas ajuda um escritor a superar o bloqueio inicial de não saber por onde começar. Embora Lamont estivesse falando sobre redigir — e não sobre analisar dados, esse é o conceito de estar bloqueado ao qual respondemos e ao longo do qual fazemos comparações. Ficar bloqueado é algo que pode acontecer tanto aos analistas como aos escritores. Um ponto importante a ser lembrado é que usamos as perguntas não para gerar dados, mas, sim, para gerar idéias ou formas de olhar para os dados.

Para ilustrar o que queremos dizer, vamos nos antecipar um pouco e usar um dos conceitos que surgem a partir de um exercício de rotulação de conceitos no Capítulo 8, sobre codificação aberta. O conceito está relacionado ao uso de drogas ilegais. Os leitores podem ir em frente e ler este capítulo se o desejarem.

Porém, como a maioria das pessoas tem pelo menos algum conhecimento sobre drogas legais e seu uso, talvez não seja necessário antecipar a leitura. O conceito é “**rede de fornecimento obrigatória**”. As perguntas que devemos fazer sobre esse conceito incluem: **Quem fornece?** **Quem compra?** Temos que ver se podemos encontrar as respostas nos dados – outros alunos, amigos, um amigo ou amiga especial, alunos de outras escolas, estranhos, membros de gangues, revendedor de drogas pesadas? Fazer esse tipo de pergunta não apenas nos permite saber mais sobre o que está acontecendo aqui, mas também levanta outras questões que podem ser de nosso interesse ao continuarmos com nossas entrevistas e com a análise desse documento. Por exemplo, o uso de drogas pode variar consideravelmente, dependendo de quem fornece, de quem compra e do porquê. Um garoto pode sentir-se pressionado a experimentar uma droga se sua namorada ou um membro de seu time de futebol o pressionam a experimentar. Por outro lado, talvez um adolescente tenha curiosidade sobre drogas mas não queira que sua namorada ou seu time de futebol saibam; nesse caso, ele pode preferir comprar de alguém de fora da escola, desconhecido para seus amigos e conhecidos. Agora que levantamos essas questões, podemos começar a fazer amostragem teórica, neste conjunto de dados ou pela coleta de dados adicionais, das diferenças entre os tipos de drogas usadas e da quantidade de droga usada ao cruzar o conceito de “uso de droga” com o conceito de “fornecedor”. (Observe que estamos trabalhando com a propriedade de quantidade de uso de droga). A próxima pergunta é **onde**. Onde é mais provável que essa rede de fornecimento obrigatória opere – em festas, durante os intervalos escolares nos pátios, quando os alunos saem da escola para almoçar, ao redor da escola após a aula, em pontos de encontro de adolescentes? Essa questão nos ajuda a pensar sobre “lugares” e estímulos locais aonde ir para fazer amostragem teórica com o conceito de “fornecimento”. A próxima pergunta é **o quê**. Que drogas são fornecidas? Ou, para complicar um pouco a pergunta, que drogas são fornecidas em que locais? Agora estamos cruzando “tipos de drogas” com “fornecedor”. Agora voltamos nos para a questão do **como**. Como alguém entra em contato com essa rede de fornecimento? Ou, como alguém faz para informar aos outros que ele é um fornecedor? Há códigos verbais ou não-verbais que os jovens usam para indicar seu desejo de comprar ou vender? Há um processo de teste para determinar se alguém é um usuário ou vendedor legítimo, e não um policial? E a visibilidade da troca – drogas por dinheiro? Como isso é feito para se manter escondido? O que acontece aos jovens se não puderem pagar pelas drogas ou se forem pegos vendendo ou usando? Se as drogas supostamente estão disponíveis em todo lugar, por que é que nem todos sabem disso ou nem todos usam drogas? Outra questão ainda é **quanto**. Quanto há de fornecimento para cada tipo de droga? O fornecimento é limitado, ou seja, qualquer droga a qualquer momento do dia? Há drogas suficientes nas festas para que todos fiquem chapados ou o objetivo está

mais voltado para criar coesão no grupo, de forma que apenas uma batforada ou duas para cada pessoa seja suficiente?

Poderíamos continuar indefinidamente com esse tipo de questionamento. Ninguém está dizendo que as respostas estão disponíveis nos dados ou que as perguntas constituem dados. Ao contrário, as perguntas se tornam um estímulo para pensar sobre aonde ir para fazer amostragem teórica ou que perguntas adicionais alguém poderia fazer aos entrevistados e que outras observações alguém deveria fazer. O que se torna óbvio é que, ao fazer perguntas, percebemos que há mais para aprendermos sobre o conceito de “rede de fornecimento obrigatória”. Não é mais apenas um rótulo, o título de um evento ou de um acontecimento, mas, sim, um conjunto totalmente novo de idéias que pode nos dizer muita coisa sobre adolescentes e drogas, se for acompanhado de coleta de dados baseados nessas perguntas.

Outro tipo de pergunta útil são as questões **temporais**, como frequência, duração, índice e momento adequado. Outro tipo são as questões **espaciais**, como, por exemplo, quanto espaço, onde, circunscrito ou não, aberto ou fechado. Perguntas dessa natureza nos dão ainda mais informações. Onde os adolescentes que vendem e compram escondem a droga quando estão na escola? Onde eles vendem as drogas? Com que frequência? Quanto tempo dura uma venda? Ela é visível ou invisível para os outros? Alguém poderia fazer perguntas **tecnológicas** como as que se seguem. É necessário algum equipamento especial para vender ou usar drogas? Em caso positivo, de onde vem o equipamento e quem o vende? Ou poderíamos fazer perguntas **informativas**, como, por exemplo, quem sabe quem usa, quem vende e onde comprar. Além disso, alguém poderia fazer perguntas sobre **regras, valores culturais ou morais e padrões** (pureza, no caso das drogas). Todas essas questões estimulam nosso pensamento sobre adolescentes e drogas e nos tornam mais sensíveis ao que procurar nesses dados e em dados futuros.

Análise de uma Palavra, uma Frase ou um Parágrafa

Em seguida, demonstramos como, ao ficarmos presos em uma “rotina analítica”, sempre podemos sair da situação pela análise de uma palavra, uma frase ou um parágrafo. Essa técnica é especialmente valiosa porque permite ao analista levantar questões sobre possíveis significados, sejam eles assumidos ou pretendidos. Também pode ajudar a tornar conhecidas as suposições do analista sobre o que está sendo dito ou observado, ao mesmo tempo em que para ele haja outros possíveis significados e interpretações. Esse exercício é inestimável como maneira de abertura, mesmo para pesquisadores experientes, como forma de se comparar com suas pré-concepções.

Geralmente, quando uma pessoa vê ou ouve uma palavra, ela atribui um significado para essa palavra (interpretação), derivado do uso cultural comum ou

da experiência. Isso é o que nós, os analistas, acreditamos que o informante pretendia com essa ação ou o que o incidente indicava. Independente do quanto tentamos manter uma distância analítica, nossas interpretações podem ou não ser acuradas. Pegue a palavra “droga”. Para uma pessoa que precisa de um certo medicamento para sobreviver, o termo pode significar “dar vida”. Para outra pessoa, pode significar aquela pílula que compramos no balcão da farmácia para dor de cabeça. Para um viciado, pode significar “alívio”. Para pessoas ligadas ao viciado, pode significar “dor”. Algumas pessoas podem dizer que o uso de todas as drogas é “destrutivo” o tempo todo, enquanto que outras podem dizer que depende de quem usa, por que e quando. Evidentemente, o contexto no qual o conceito é usado pode indicar o significado. Porém, ele nem sempre é evidente, e algumas vezes o que um informante nos diz não é necessariamente o que ele queria dizer. Temos que procurar significados escondidos ou obscuros, que podem não estar tão evidentes para nós nos dados.

Fazer análise de uma palavra, uma frase ou um parágrafo consiste de examinar o documento, ou, pelo menos, algumas páginas dele, e depois voltar o foco para uma palavra ou uma frase que chame a atenção do analista por ser importante ou analiticamente interessante. Depois, o analista começa a listar todos os possíveis significados da palavra que lhe vêm à mente. Com essa lista em mente, o analista pode voltar-se para o documento e procurar incidentes ou palavras que indiquem o significado. Por exemplo, pegue uma frase citada por uma adolescente falando sobre consumo de drogas, dizendo especificamente que os adolescentes usam drogas como um “desafio à posição do adulto”. A palavra “desafio” pode ter muitos significados diferentes. Como nossa entrevistada não especificou o que queria dizer com isso, podemos apenas especular sobre o que ela pretendia. “Desafio” poderia significar um sentido de independência, uma forma de rebeldia, uma forma de aprender algo sobre si próprio ou sobre uso de droga, uma forma de escapar da autoridade paterna, ou uma forma de definir quem é a pessoa. Todas essas são interpretações possíveis. Fica a critério do analista discernir que interpretações são mais acuradas ao olhar para os dados e fazer uma análise comparativa. Outros adolescentes expressam a mesma idéia ao explicar as razões pelas quais usam drogas? Ou oferecem explicações alternativas? Podemos descobrir que nenhum desses significados se sustenta quando fazemos comparações com os dados. Mas, pelo menos, ao olhar para os dados, o analista tem algumas idéias do que procurar em vez de simplesmente ficar mirando o espaço, sem que nada surja porque ele não tem idéia do que está procurando.

Análise Adicional por Meio de Comparações

Como discutido no capítulo sobre operações básicas (Capítulo 6), fazer comparações é essencial para identificar categorias e para desenvolvê-las. Neste capítulo, discutimos dois tipos de comparações. O primeiro está relacionado à com-

paração de incidente por incidente ou de objeto por objeto, procurando similaridades e diferenças entre suas propriedades para classificá-los. Por exemplo, ao comparar duas flores por tamanho, forma, cor e outras características, descobrimos que uma flor tem as características do que conhecemos como rosa e a outra tem as características de uma violeta.

O segundo são comparações teóricas. Isso envolve **comparar categorias** (conceitos abstratos) em busca de conceitos similares ou diferentes para revelar possíveis propriedades e dimensões quando elas não são evidentes para o analista. (Elas podem estar lá, mas talvez o analista esteja bloqueado e não consiga identificá-las.) Dois tipos de comparações teóricas são discutidos a seguir, especificamente a técnica *flip-flop* e a comparação sistemática de dois ou mais conceitos, que podem ser divididos além da elaboração de comparações “fechadas” e comparações “incomuns”. Mais uma vez, **ninguém está dizendo que essas propriedades pertencem a essa parte dos dados ou podem ser encontradas em dados futuros ou estão nos dados em si, mas, sim, que essas são possibilidades e que devemos olhar os dados para ver o que há lá com mais sensibilidade e com maior consciência. Comparações teóricas também dão idéias para descobrir variações com a amostragem teórica.**

A técnica flip-flop

A primeira técnica comparativa é a técnica *flip-flop*. Isso indica que um conceito é virado “pelo avesso” ou “de cabeça para baixo” para obter uma perspectiva diferente sobre o fato, objeto ou ação/interação. Em outras palavras, olhamos para opositos ou extremos para descobrir propriedades importantes. Por exemplo, outro conceito pertencente a adolescentes e uso de drogas é “acesso”, que tem a característica de ser “fácil”. Para entender melhor o que está implícito em “acesso fácil”, podemos indagar o oposto. O que aconteceria aos adolescentes e ao uso de droga se o acesso fosse difícil, ou seja, se fosse necessário viajar uma longa distância para obter drogas, procurar muito, ou passar por um certo teste antes de obter uma droga? O “acesso difícil” faz diferença na quantidade ou no tipo de droga usada pelos adolescentes? Quando pensamos no que “acesso difícil” pode significar, podemos então retornar à nossa entrevista com mais perguntas sobre o que pode significar “acesso fácil” em termos de quantidade, tipo e frequência de uso de droga. Para continuar com este exemplo, se alguém pensar em “acesso difícil” pode concluir que poderia haver menos lugares para comprar drogas, que as drogas poderiam estar menos disponíveis nas festas e que as drogas poderiam ser mais caras. Retornando ao conceito de “acesso fácil”, podemos buscar propriedades como grau de acessibilidade das drogas, quanto custa a droga e locais para comprar droga. Isso levanta outras questões importantes. Se “acesso fácil” facilita o uso de drogas por parte dos adolescentes, então por que nem todos os adolescentes usam drogas? O que leva alguns adolescentes a apro-

veitarem o fácil acesso enquanto outros não o fazem? Seriam alguns mais aventureiros, mais rebeldes, mais curiosos e mais vulneráveis à pressão de seus pares? Essas questões resultam em amostragem adicional ao longo de linhas conceituais durante a coleta de dados. Outra abordagem seria deixar de lado o uso de droga por parte dos adolescentes e olhar para o “não uso de droga” por parte dos adolescentes para ver o que isso pode nos dizer: O pesquisador poderia entrevistar adolescentes que não usam drogas e comparar essas entrevistas com a dos adolescentes que usam – sempre, evidentemente, pensando não nas entrevistas especificamente, mas, sim, em termos de incidentes de conceitos e suas propriedades e suas dimensões.

Comparação sistemática de dois ou mais fenômenos

Outra técnica comparativa é fazer uma **comparação sistemática**. Isso significa comparar um incidente nos dados com outro, evocado a partir da experiência ou da literatura. O objetivo dessa comparação é sensibilizar o pesquisador para as propriedades e as dimensões nos dados que podem ter sido negligenciadas porque o pesquisador não sabia o que estava procurando. A comparação ou “outra” categoria estimula o analista a pensar em termos de propriedades e de dimensões. Lembre-se do que afirmamos anteriormente – ao fazer comparações teóricas, comparamos conceitos e não pessoas ou casos. **Não estamos interessados em quantas pessoas exibem esse conceito, mas, sim, na frequência com que o conceito surge e como ele é (ou seja, suas propriedades) sob diversas condições.** O conceito comparativo pode estar próximo (ou seja, similar em natureza ao conceito que o pesquisador quer explorar) ou afastado (ou seja, diferente do conceito que está sendo explorado). Um exemplo de comparação fechada seria comparar o conceito de “experimentação limitada” de drogas com o conceito de “usuário ocasional” de álcool, considerando os qualificadores “limitada” e “ocasional” como dimensões de propriedade de frequência e dores “limitada” e “ocasional” como dimensões de propriedade de frequência, considerando que álcool e droga têm o potencial de ser substâncias que viciam. Podemos perguntar o seguinte: O que significa ser um “usuário ocasional” de álcool? Quais são algumas das propriedades de uso ocasional? Uma vez que essas questões tenham sido levantadas e respondidas sobre o abuso de álcool, o analista pode então voltar-se para “experimentação limitada” de drogas para ver se há alguma propriedade nos dados, como frequência de uso, quantidade usada e intensidade do efeito. Um exemplo de comparação incomum seria comparar “experimentação limitada” de drogas com o conceito de “violonista profissional”. Primeiro, teríamos que listar as propriedades de “violonista profissional” (ex.: frequência de prática, intensidade do toque, demandas de tempo e viagem, grau de interesse em tocar em relação ao interesse em outras atividades). Depois, teríamos que ver se algumas dessas propriedades se aplicam ao uso de droga. Embora esse último exercício possa parecer estranho, na realidade ele resul-

ta em considerável milhagem analítica. Podemos pensar na frequência do uso de drogas, na intensidade da experiência, no tempo gasto para obter e para usar drogas, no grau de interesse nessa atividade, no grau de interesse em outras atividades quando usa drogas, etc. Todos esses pontos levantam questões sobre uso de droga e dão informações adicionais sobre como poderia ser o perfil de um “experimentador limitado”. **Embora as propriedades reais surjam dos dados, as técnicas ajudam os analistas a reconhecer as propriedades, suplantando os obstáculos analíticos que sempre obstruem nossa visão daquilo que está nos dados.**

Fazemos comparações teóricas com base no que sabemos, seja pela própria experiência, seja pela literatura. Por exemplo, alguém pode ler um excelente relatório de pesquisa sobre alcoolismo e então listar todas as propriedades dos alcoólatras citadas pelo artigo junto com suas dimensões. Depois, a pessoa pode verificar se alguma dessas propriedades tem qualquer relevância para o uso de drogas. Ao fazer isso, o analista olha para os dados em busca de indicações dessas propriedades e dimensões (ou seja, se elas são repetidas) junto com quaisquer variações emergentes. Sabendo o que procura, o analista começa a construir uma lista de propriedades e de dimensões a partir dos dados reais, validada e estendida pela análise e pela coleta de dados adicionais. **Ao final, as explicações teóricas do pesquisador são mais completas, mais específicas e mais densas, pois as propriedades e as dimensões que anteriormente talvez não estivessem visíveis para o pesquisador tornam-se evidentes quando ele se sensibiliza para elas.** Evidentemente, elas surgem a partir dos dados, mas surgem apenas para as mentes sensíveis, e não para mentes bloqueadas.

Acenando a bandeira vermelha

A última técnica que discutimos neste capítulo é o aceno da bandeira vermelha. Os analistas, assim como os participantes da pesquisa, trazem para a investigação tendências, crenças e suposições. Isso não é necessariamente uma característica negativa; afinal de contas, pessoas são produtos de suas culturas, dos tempos em que vivem, de seus gêneros, de suas experiências e seu treinamento. O importante é reconhecer se nossas próprias tendências, suposições ou crenças, ou as dos informantes, estão **interferindo na análise**. Reconhecer essa interferência é sempre difícil, pois, quando as pessoas compartilham uma cultura comum, os significados são sempre dados como certos. Os pesquisadores algumas vezes se tornam tão envolvidos em suas investigações que sequer percebem que precisam aceitar as suposições ou as crenças de seus informantes. Eles “tornam-se inerentes”, por assim dizer. Contudo, para fazer justiça aos nossos participantes e para dar a eles uma “voz” apropriada, devemos ser capazes de retroceder e de examinar os dados de forma objetiva. **Enfatizamos que não é possível ser**

totalmente isento de tendências. Porém, há certos indicadores brutos de que as tendências podem interferir na análise e, quando surgem certas situações, devemos retroceder e nos perguntar: "O que está acontecendo aqui?"

Um dos indicadores da interferência de tendências é o valor de aceitação das palavras ou das explicações dadas pelos informantes ou a rejeição completa delas sem questionar o que está sendo dito. Cada vez que ouvimos os termos "sempre" e "nunca" deveria acenar uma bandeira vermelha em nossa mente. O mesmo deve ocorrer com frases do tipo "Isso possivelmente não pode ser assim" e "Todos sabem que isso é assim". Lembre-se que estamos pensando em âmbitos dimensionais, e "sempre", "nunca", "todo mundo" e "não de outra forma" representam apenas um ponto ao longo de uma linha contínua. Também queremos entender as outras variações dimensionais como "algumas vezes" e "ocasionalmente" e as condições que nos levam a essas variações. Por exemplo, um aluno em uma de nossas turmas estava estudando o uso de intérpretes em clínicas de tratamento para mulheres asiáticas. O aluno explicou que um intérprete do sexo masculino pode ser chamado para interpretar uma cliente do sexo feminino se nenhuma mulher estiver disponível. O uso de homens nesses casos é proibitivo, porque algumas questões como aquelas envolvendo problemas sexuais ou ginecológicos são consideradas muito íntimas para serem discutidas em companhia de pessoas de outro sexo. Do ponto de vista analítico, os conceitos de "tabu" e "nunca" se destacam, fazendo acenar imediatamente uma bandeira vermelha em nossa mente. Seria muito fácil para pessoas familiarizadas com a cultura asiática aceitar essa posição e não levantar quaisquer questões adicionais sobre o assunto. Contudo, o conceito de "tabu" levanta algumas questões muito interessantes. O que acontece em situações de ameaça à vida, quando a vida de uma mulher está em risco? A mulher e/ou o intérprete deixariam que ela morresse porque ninguém quer falar sobre o que está acontecendo? Ou há maneiras sutis de evitar os tabus, fazendo inferências, dando dicas sutis ou usando comunicação não-verbal? Um médico sensível, familiarizado com essa população, perceberia o que não está sendo dito e faria o acompanhamento? A mulher encontraria uma desculpa para voltar outra hora? Simplesmente aceitar o que nos dizem e nunca questionar ou explorar as questões de forma mais completa impede o desenvolvimento de oportunidades mais abrangentes e de interpretações variadas.

A moral analítica é não aceitar situações ou informações como certas. É importante questionar tudo, especialmente as situações em que percebemos que nós mesmos, ou nossos informantes, estamos "virando inerentes" ou aceitando o ponto de vista ou a perspectiva comum. Além disso, quando ouvimos um termo como "algumas vezes", queremos explorar as condições que originam "algumas vezes" e determinar se há outras situações que também produzam "nunca" ou "sempre". Queremos olhar para casos contraditórios ou opostos, de forma que possamos encontrar exemplos de como os conceitos variam quando as con-

dições são alteradas. Mesmo que "nunca" seja a situação, queremos saber por que é assim e que condições permitem que isso ocorra. Temos que lembrar que as pessoas têm muitos recursos. Com os anos, elas parecem encontrar estratégias para gerenciar ou para lidar com muitos tipos diferentes de situações.

Certas palavras, como "nunca" e "sempre", são sinais para olhar os dados mais de perto. Devemos fazer perguntas como: O que está acontecendo aqui? O que significa "nunca" ou "sempre"? Nunca, sob que condições? Como uma condição de "nunca" é mantida (ou seja, com que estratégias de interação)? Ou com que estratégias as pessoas conseguem evitar isso? O que acontece se um estado de "nunca" não for mantido? Ou seja, o que acontece se uma pessoa inconscientemente quebrar as regras de interação ou os tabus? Finalmente, precisamos perguntar sob que condições as regras tendem a ser quebradas e mantidas e o que ocorre depois disso.

Isso conclui nosso capítulo sobre ferramentas analíticas. Ferramentas e procedimentos não têm importância sem um entendimento do objetivo para o qual foram criados. Discutiremos isso nos capítulos subsequentes.

Resumo

Neste capítulo, apresentamos um conjunto de ferramentas ou técnicas analíticas para facilitar a análise. Esperamos que os analistas as utilizem como qualquer bom artesão, flexivelmente e como extensão de suas próprias habilidades. Como analistas, queremos construir teoria criativa, fundamentada e densa. Fazer isso exige sensibilidade para aquilo que os dados dizem e capacidade de reconhecer quando nossas próprias tendências, ou as de nossos participantes, interferem em nossa análise. Embora alguns analistas aleguem ser capazes de "separar" suas crenças e suas perspectivas em relação aos dados, descobrimos que é mais fácil falar do que fazer isso. Sabemos que nunca podemos nos livrar completamente de nossas tendências, pois muitas são inconscientes e fazem parte de nossa herança cultural. Descobrimos que é mais útil reconhecer que elas influenciam nosso pensamento e então procurar maneiras de rompê-las ou deixá-las para trás. Manter um diário da experiência de pesquisa é uma forma útil de acompanhar o que uma pessoa está pensando durante a coleta e a análise de dados. Essa técnica é usada de forma bem-sucedida por muitos pesquisadores. Além disso, os analistas podem usar ferramentas como aquelas mencionadas neste capítulo. Embora não sejam uma garantia, elas podem estimular o pensamento, providenciar interpretações alternativas e gerar fluxo livre de idéias.

Codificação Aberta

Definição de Termos

Codificação aberta: processo analítico por meio do qual os conceitos são identificados e suas propriedades e suas dimensões são descobertas nos dados.

Fenômenos: ideias centrais nos dados representadas como conceitos.

Conceitos: os blocos de construção da teoria.

Categorias: conceitos que representam o fenômeno.

Propriedades: características de uma categoria, a delimitação do que define e dá significado a essa categoria.

Dimensões: âmbito ao longo do qual as propriedades gerais de uma categoria variam, dando especificação à categoria e variação à teoria.

Subcategorias: conceitos que pertencem à categoria, dando esclarecimentos e especificações adicionais.

No capítulo sobre microanálise (Capítulo 5), demonstramos que a codificação é um processo dinâmico e fluido. Neste capítulo, queremos que os leitores mantenham essa imagem em mente enquanto desdobramos o processo de codificação em uma série de atividades. Desdobrar o processo analítico é uma tarefa artificial, mas necessária, pois os analistas devem entender a lógica que está por trás da análise. Isso é o que a análise tenta atingir através do uso de técnicas e de procedimentos. Sem essa compreensão, os procedimentos e as técnicas tendem a ser usados de maneira mecânica, sem um sentido real de quando, onde e como devem ser usados; quando podem ser omitidos; ou como podem ser modificados. Este capítulo começa com uma discussão de conceitos e o ato de conceituação. Prossigue explicando como as categorias são

descobertas nos dados e desenvolvidas em termos de propriedades e dimensões (também derivadas dos dados). Termina com uma visão geral das diferentes técnicas para codificação aberta.

Ciência e Conceitos

A ciência não existiria sem *conceitos*. Por que eles são tão essenciais? Por meio do próprio ato de nomear fenômenos, concentramos atenção contínua neles. Uma vez que nossa atenção esteja fixada, podemos começar a examiná-los comparativamente e a *fizer perguntas* sobre eles. Tais perguntas não apenas nos permitem especificar sistematicamente o que vemos, mas, quando assumem a forma de hipóteses ou proposições, sugerem como os fenômenos podem estar possivelmente relacionados uns aos outros. No final, a comunicação entre os investigadores, incluindo a interação vital da discussão e dos argumentos necessários para melhorar o desenvolvimento da ciência, torna-se possível pela **especificação de conceitos e suas relações**. Esses pontos são discutidos com mais detalhes em Blumer (1969, p. 153-182).

A descoberta de *conceitos* é o foco deste capítulo. Por que, então, o capítulo se chama "Codificação aberta"? Porque para revelar, nomear e desenvolver conceitos, devemos abrir o texto e expor pensamentos, idéias e significados que ele contém. Sem esse primeiro passo analítico, o resto da análise e da codificação que se segue pode não ocorrer. Falando de forma geral, durante a codificação aberta, os dados são separados em partes distintas, rigorosamente examinados e comparados em busca de similaridades e de diferenças. Eventos, acontecimentos, objetos e ações/interações considerados conceitualmente similares em natureza ou relacionados em significado são agrupados sob conceitos mais abstratos, chamados "categorias". Um exame rigoroso dos dados em busca de diferenças e de similaridades nos permite uma boa discriminação e diferenciação entre as categorias. Nos passos analíticos posteriores, tais como codificação axial e seletiva, os dados são reagrupados através de declarações sobre a natureza das relações entre as várias categorias e suas subcategorias. Essas declarações de relações são comumente chamadas de "hipótese". A estrutura teórica que resulta nos permite criar novas explicações sobre a natureza dos fenômenos.

Este capítulo se baseia nos capítulos anteriores, especialmente os Capítulos 5 a 7. Porém, concentra-se mais em tarefas analíticas distintas do que em procedimentos e técnicas como tal. As tarefas analíticas incluem nomear conceitos, definir categorias e desenvolver categorias em termos de suas propriedades e de suas dimensões.

Conceituação

O primeiro passo na construção de teoria é a *conceituação*. Um conceito é um fenômeno rotulado. É uma representação abstrata de um fato, de um objeto ou de uma ação/interação que um pesquisador identifica como importante nos dados. O objetivo por trás da nomeação de fenômenos é permitir aos pesquisadores agrupar fatos, acontecimentos e objetos similares sob um tópico ou uma classificação comum. Embora fatos ou acontecimentos possam ser elementos distintos, o fato de compartilharem características comuns ou significados relacionados permite que sejam agrupados.

Conceituação conduzindo à classificação

Exemplos de conceitos incluem um tornado, um vôo e uma agência governamental. Cada um representa um determinado fenômeno. Quando os conceitos são usados na interação, sempre provocam uma imagem cultural comum. Isso porque os conceitos compartilham certas propriedades. Por exemplo, a palavra "vôo" tem a mesma conotação, não importa se estamos falando sobre um pássaro, uma pipa ou um avião. Embora os objetos possam diferir em formato e tamanho, cada um tem a propriedade específica de poder voar. Quando pensamos sobre qualquer um desses objetos, imaginamos algo voando no ar. Dessa forma, uma coisa rotulada é algo que pode ser localizado, colocado em uma classe de objetos similares ou *classificada*. Qualquer coisa sob uma determinada classificação tem uma ou mais propriedades (características) "reconhecíveis" (realmente definidas) como tamanho, formato, contorno, massa ou (nesse caso) a capacidade de voar. O que é menos aparente quando classificamos objetos é que a classificação implica, explícita ou implicitamente, em uma *ação* tomada em relação ao objeto classificado. Um vôo consiste de decolar e pousar, além de mover-se no ar, seja por meio de autopropulsão (como no caso dos pássaros) ou por meio de assistência de pessoas e/ou asas (como no caso de aviões e pipas).

Objetos classificados de formas múltiplas

Agora vamos olhar para um exemplo mais amplo de classificação. Uma vez, em um seminário, colocamos sobre a mesa uma pequena caixa plástica contendo cliques para papel. Perguntamos: "O que é este objeto e para que serve?". Naturalmente, todos responderam corretamente. Depois perguntamos: "O que mais é esse objeto?". Recebemos olhares interrogativos dos alunos. Então, continuamos, "O que mais ele poderia ser? Para que mais ele poderia ser usado?" Os alu-

nos rapidamente se animaram com esse jogo imaginário – um peso para papel, uma arma, um elemento em um projeto, um brinquedo ou um exemplo de um produto industrial eficiente. Eles acrescentaram que isso também era um exemplo de *classificações possíveis múltiplas*. Assim,

Qualquer objeto pode ser nomeado e assim localizado de inúmeras formas. O nome o coloca dentro de um contexto de classes diferentemente relacionadas. A natureza ou a essência de um objeto não está misteriosamente dentro do objeto em si, mas depende de como ele é definido (Strauss, 1969, p. 20).

Mas também,

A direção da atividade depende das formas específicas como os objetos são classificados... É a definição do que o objeto “é” que permite que a ação ocorra com referência ao que deveria ser. Mark Twain diz como, sendo um piloto aprendiz, ele confundiu um vento favorável (não-perigoso) com um furacão (mortalmente perigoso) e, para diversão de seu chefe, que leu “apropriadamente” os sinais, executou façanhas milagrosas de insensatez para evitar o pseudofuracão mortal. (p. 21-22).

Para nossos propósitos analíticos, também é importante entender que objetos, eventos, atos e ações/interações classificados têm atributos e que a maneira como alguém define e interpreta esses atributos (ou os significados dados a eles) determina as várias formas por meio das quais os conceitos são classificados. Por exemplo, a caixa de cliques tinha peso suficiente para ser usada como peso para papel. Ela também tinha bordas afiadas, de forma que podia funcionar como uma arma. Uma laranja madura tem uma certa quantidade de suco, além de tamanho, cor, forma, peso e talvez custo quando vendida no mercado.

Conceituação ou abstração

Agora vamos olhar para o ato de *conceituação*. Ao conceituar estamos abstraindo. Os dados são divididos em incidentes, idéias, eventos e atos distintos, e depois recebem um nome que os represente. O nome do objeto pode ser aquele dado pelo analista devido às imagens ou aos significados que evoluem quando examinados comparativamente e dentro do contexto, ou o nome pode ser retirado das palavras dos informantes. A última opção é chamada de “*códigos in vivo*” (Glaser e Strauss, 1967). À medida que continuamos com nossa análise de dados, se nos deparamos com outro objeto, evento, ato ou acontecimento que identificamos através de *análise comparativa*, que compartilhe algumas características comuns com um objeto ou um acontecimen-

to, então damos a ele o mesmo nome, ou seja, posicionamos no mesmo código. (Outra forma de dizer isso é que determinadas propriedades de um objeto ou evento evocam uma imagem similar em nossa mente e, por causa disso, agrupamos tudo junto. Por exemplo, quando vemos um pássaro, um avião ou uma pipa, devemos nos fixar em sua capacidade comum de perna-ner e mover-se no ar; dessa forma, classificamos todos como exemplos de vôo). Assim, quando classificamos coisas similares e separamos aquelas que acreditamos diferentes, estamos respondendo às características ou propriedades inerentes aos objetos que consideramos relevantes. As imagens que são provocadas em nossa mente podem ou não ser diferentes das perspectivas culturais comuns ou das noções sobre as coisas. Se nossas imagens são diferentes das formas usuais ou padronizadas de pensar sobre as coisas, e se conseguirmos ver objetos, fatos ou acontecimentos de novas formas, então podemos criar novas explicações teóricas. Essa é a razão pela qual, enquanto teóricos, temos que fazer tais análises detalhadas de dados. Queremos ver novas possibilidades nos fenômenos e classificá-las de uma maneira que outras pessoas talvez nunca tenham pensado antes (ou, se consideradas previamente, não foram sistematicamente desenvolvidas em termos de propriedades e dimensões).

Exemplo de conceituação

Nesta segunda edição de *Pesquisa qualitativa*, decidimos usar notas de campo reais para ilustrar o processo analítico. Fizemos isso porque acreditamos que notas de campo inalteradas assemelham-se mais aos materiais com os quais os pesquisadores trabalham. Trechos da mesma entrevista são usados neste capítulo e no Capítulo 9. Essa entrevista em particular foi feita com uma mulher que tem pouco mais de 20 anos e é sobre uso de droga pelos adolescentes. Observa-se que a informante precisou ser estimulada na forma de questionamento direto para verbalizar seus pensamentos. Com alguns informantes, talvez seja possível dizer: “Fale-me sobre adolescentes e drogas”. E os informantes falarão durante horas. Esse não é o caso aqui. Porém, é importante destacar que a entrevistadora não tinha uma lista de perguntas pré-estabelecidas para fazer. Ao contrário, ela fez as perguntas com base nas respostas dadas às questões anteriores. Essas notas de campo foram obtidas como parte de um estudo maior feito por nós, que buscava incidentes biograficamente relevantes na vida das pessoas.

O que queremos ilustrar nesta primeira seção do capítulo é a técnica de *nomeação* ou *rotulação*. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, conceituar é uma arte e envolve alguma criatividade, mas é uma arte que pode ser aprendida. Como nosso objetivo é ilustrar o ato de nomear e não como de fato analisamos dados, apenas as primeiras páginas da entrevista foram usadas. Nem

todas as possíveis ideias ou frases são conceituadas. Além disso, os nomes que usamos são arbitrários; outros pesquisadores podem usar outros rótulos, dependendo de seu foco, treinamento e interpretações. **Observe também** – e isso é muito importante – que o nome ou rótulo conceitual deve ser sugerido pelo contexto no qual um fato está localizado. Por “contexto” queremos dizer o histórico condicional ou a situação na qual o fato está incorporado. Por exemplo, estamos falando sobre uso de drogas pelos adolescentes e não pelos adultos, e é próprio dos adolescentes ter uma natureza exploratória, uma necessidade ou um desejo de desafiar valores adultos e algumas vezes rebelar-se contra eles; temos uma situação muito diferente daquela de uso pesado de drogas por parte dos adultos.

(Nota: nomes conceituais em negrito).

Entrevistador: Fale-me sobre adolescentes e uso de droga.

Informante: Acho que os adolescentes usam drogas como uma libertação de seus pais [“ato rebelde”]. Bem, não sei. Só posso falar por mim. Para mim, foi uma experiência [“experiência”] [código *in vivo*]. Você ouve muito sobre drogas [“informação sobre drogas”]. Você ouve que elas fazem mal para você [“conotação negativa” para “informação sobre drogas”]. Há muitas drogas por aí [“fornecimento disponível”]. Você só usa porque elas são acessíveis [“acesso fácil”] e porque é um tipo de novidade [“experiência nova”]. É legal! Você sabe, é algo que te faz mal, um tabu, um “não” [“conotação negativa”]. Todos são contra [“ponto de vista negativo adulto”]. Se você é um adolescente, a primeira coisa que você vai fazer é experimentar [“desafiar o ponto de vista negativo adulto”].

Entrevistador: Os adolescentes experimentam muitas drogas?

Informante: A maioria experimenta só algumas [“experimentação limitada”]. Depende de onde você está [e] do quanto elas estão acessíveis [“grau de acessibilidade”]. A maioria não se envolve com drogas pesadas [bom conceito *in vivo*] [“uso pesado de drogas” *versus* “experimentação limitada”]. Muito adolescentes consomem maconha, haxixe, coisas um pouco orgânicas [“tipos de drogas leves”]. Depende da fase da vida em que você está. [“estágio de desenvolvimento pessoal”]. É mais ou menos progressivo [“uso progressivo”]. Você começa com drogas básicas como maconha [“drogas básicas”] [código *in vivo*]. Depois você experimenta drogas mais intensas como alucinógenos [“drogas intensas”] [código *in vivo*].

Entrevistador: As drogas são facilmente acessíveis?

Informante: Você pode conseguí-las em qualquer lugar [“acesso fácil”]. É só falar com as pessoas [“rede de contatos”]. Você vai a festas e as drogas são passadas de mão em mão. Você pode conseguí-las na escola. Você pergunta

para as pessoas, e elas te conduzem a quem pode fornecer para você [“rede de fornecimento obrigatória”].

Entrevistador: Há algum estigma associado ao uso de drogas?

Informante: Não entre seus pares [“aceitação dos pares”]. Se você está em um grupo de adolescentes e todos fazem isso, se você não usar, fica marcado [“pressão dos pares”]. Você quer poder dizer que já experimentou isso, assim como as outras pessoas ao seu redor [“experiência compartilhada com pares”]. Não é um estigma entre o seu próprio grupo [“fazer parte do grupo”]. Obviamente, pessoas estranhas ao grupo, como as pessoas mais velhas, vão se preocupar com você [“intolerância externa”]. Mas dentro de seu próprio grupo de amigos, definitivamente não é um estigma [“aceitação dos pares”].

Entrevistador: Você disse que experimentou drogas pela experiência. Os jovens falam sobre a experiência?

Informante: É mais uma questão de compartilhar a experiência do que falar sobre a experiência [“fazer parte” *versus* “dialogar a respeito”]. Você fala mais sobre usar drogas do que sobre como é quando você usa drogas [“conversa sobre drogas”]. Depende do nível em que você está [“drogas pesadas” *versus* “experimentação limitada”], eu acho. A maioria dos jovens faz isso porque é uma tendência nas escolas secundárias [“parte do cenário social”]. Eles não fazem isso pela experiência em algum sentido superior [“não a autodescoberta”]. Eles fazem isso porque estão seguindo a multidão [“imitação dos pares” *versus* “autodescoberta”].

Entrevistador: Você disse que os adolescentes são atraídos para as drogas porque há alguns elementos de risco, coragem [e] teste associado a elas?

Informante: É como viver perigosamente [“destino tentador”]. Veja todas as pessoas em Hollywood. A maioria dos adolescentes idolatra essas pessoas que são famosas e vivem em um ritmo acelerado [“imitação do ídolo”]. Geralmente essas pessoas usam drogas.

Entrevistador: Você foi atraída para as drogas devido ao cenário de Hollywood?

Respondente: Até certo ponto, sim. Achei que era super legal [“coisa legal”]. Era parte de uma vida perigosa com ritmo acelerado [“destino tentador”]. Até certo ponto, eu também estava seguindo a multidão [“imitação dos pares”]. Eu queria ser igual a todo mundo. Mas também fiz isso porque estava cansada de ouvir as pessoas falarem de todos os males da droga e de não saber nada sobre o que elas realmente fazem com você [“desafiar a posição dos adultos”]. Eu via pessoas ao meu redor usando sem efeitos duradouros. Eles não eram maus ou viciados [“discrepância de fatos”]. Estava cansada de ouvir os adultos falando sobre drogas que

nunca tinham experimentado para que pudessem falar com conhecimento de causa [“apresentação de uma visão unilateral”]. Eles só falavam sobre os efeitos negativos [“conotações negativas”]. Porém, a maioria das pessoas ao meu redor não tinha esses efeitos negativos [“discrepância de fatos”].

Entrevistador: O que o uso de drogas fez por você?

Informante: Me deu uma perspectiva diferente sobre uso de drogas [“conhecimento experimental”]. Abriu minha mente [“experiência enriquecedora”]. Acho que o sermão que eles fazem exagera a questão [“disseminação do vício”]. Nem todo mundo que experimenta droga fica viciado [“refutando o argumento”]. Eu aprendi, sim, você pode usar drogas, e é igual a qualquer outra coisa; você pode deixar de usar [“autocontrole”]. Para ficar viciado é preciso mais do que apenas experimentar uma droga [“vício como um processo completo”]. Nem todo mundo que bebe é alcoólatra [“definição crítica”]. Se você beber o tempo todo, isso faz tanto mal quanto usar drogas o tempo todo [“análise comparativa”]. Muitas drogas não são tão devastadoras para seu corpo quanto o álcool. Maconha, por exemplo – sim, ela te afeta, mas você tem muito mais controle sobre si mesmo do que se estiver bêbado ou mesmo se tiver tomado alguns dringues [“controle como critério”].

Entrevistador: Voltando à sua experiência...

Informante: Comecei com maconha [“experiência inicial”]. Com maconha, você não fica chapado na primeira vez que usa [“experiência retardada”]. A maioria das pessoas precisa usar duas ou três vezes antes de sentir-se remotamente alta [“adaptação do corpo”]. Eu usei cinco ou seis vezes [“experimentação repetida”] antes de me sentir alta [“ficar chapado”]. Experimentei em uma festa [“ato social”]. Os jovens passam a maconha adiante [e] ninguém questiona [“aceitação dos pares”]. Fica sabendo que ela será passada adiante e todos vão experimentar [“pressão dos pares”]. Eu era muito jovem, 13 anos, eu acho. Descobri que era totalmente alérgica à maconha [“reação negativa”]. Nunca usei [“reforço da negativa”].

Cavando mais fundo na análise

Neste ponto, gostaríamos de interromper o ato de rotulação. Temos alguns conceitos agora, mas como resultado do fato de dar nomes a fatos, a objetos e a acontecimentos, descobrimos alguma coisa nova ou passamos a entender melhor o que os conceitos representam ou significam? A resposta a essa pergunta é **não realmente**. Para descobrir qualquer coisa nova nos dados e ganhar um melhor entendimento, devemos fazer mais daquele tipo de análise detalhada e discriminatória que chamamos de “microanálise”. Essa forma de análise usa proce-

dimentos da análise comparativa, a formulação de perguntas e faz uso de ferramentas analíticas para separar os dados e cavar abaixo da superfície. Queremos discernir o **legue de potenciais significados** contidos nas palavras usadas pelos informantes e desenvolvê-los mais completamente em termos de propriedades e dimensões. O ato de rotulação pode fazer uma parte disso. Toda vez que alguém classifica, seleciona ou dá um nome conceitual a alguma coisa, há certo grau de interpretação de significado derivado do contexto; ou seja, há alguma identificação de propriedade (ou propriedades) que, por sua vez, estimula o analista a dar nome a um evento e, ao fazê-lo, classificar esse evento e definir seu uso. (Por exemplo, se vemos um objeto que tem quatro pernas, uma superfície plana, um encosto e algum estofamento, podemos rotulá-lo como uma “cadeira” e tentar sentar nele para ver o que acontece. Outras pessoas que vêem o mesmo objeto podem chamá-lo de “obra de arte” ou “banco”, dependendo de suas interpretações). Porém, apenas dar nome aos objetos nem sempre explica o que está acontecendo em um sentido mais profundo ou completo. É importante **observar que não analisamos um documento inteiro, colocamos rótulos nos fatos e então voltamos e fazemos uma análise mais profunda. Os rótulos que produzimos são, na verdade, resultado de nossa análise profunda e detalhada dos dados.** Dessa forma, gostaríamos de pegar esses mesmos dados e usá-los para demonstrar como podemos abrir o texto. Nesta pequena seção analítica, fazemos uma microanálise dos dados, que reflete muito mais a maneira como fazemos nossa codificação inicial. Apresentamos aos leitores alguns novos termos como “memorandos”. Isso não deve causar preocupação. O importante é que os leitores percebam o que está acontecendo. Memorandos são explicados posteriormente no Capítulo 14. Observe também como usamos os procedimentos e as técnicas introduzidas nos capítulos anteriores para abrir o texto. Apresentamos apenas um pequeno exemplo aqui.

Definição de Termo

Memorandos: o registro do pesquisador de análises, pensamentos, interpretações, questões e direções para coleta adicional de dados.

Começamos nossa análise com o primeiro parágrafo, fazendo uma análise linha por linha.

1. **Entrevistador:** Fale-me sobre adolescentes e uso de drogas.
2. **Informante:** Acho que os adolescentes usam drogas como uma libertação de seus pais.

Memorando: A primeira coisa que me chama a atenção na frase é a palavra “uso”. Esse é um termo estranho, pois, quando retirado do contexto de uso de drogas, a palavra significa que um objeto ou uma pessoa está sendo empregada com algum objetivo. Implica um ato intencional e dirigido. Para **fazer uma comparação**, quando penso em um computador, penso sobre empregá-lo para realizar uma tarefa. Penso nele como algo que está à minha disposição. Tenho controle sobre quando, onde e como ele é usado. Eu o utilizo porque ele facilita a redação para mim. É uma ajuda, um objeto externo a mim que uso sob certas condições. Agora, quando recuo e penso sobre “uso” de drogas, a palavra pode significar simplesmente “tomar” ou “ingerir”. Mas também pode implicar algumas dessas idéias, por exemplo, ser usado por alguma razão, ter controle sobre o que alguém faz, facilitar as coisas, ou ser usado sob certas condições mas não sob outras. Isso abre uma interpretação mais ampla do termo “uso de drogas”, pois a conotação agora é que ele pode significar mais do que simplesmente ingerir; ele também pode englobar questões como auto controle sobre o uso, um ato proposital e dirigido que atua como um fim e que tem o efeito desejado, além de haver momentos e locais quando é usado ou não é usado. Embora nada disso ainda seja evidente nos dados, tenho algo para pensar enquanto continuo com minha análise.

Memorando: Acho que me ajudaria pensar mais sobre a palavra “uso” se eu **fizer uma comparação mais próxima, desta vez com álcool**. Se alguém disser “Eu uso álcool”, o que isso poderia significar? Poderia significar algumas vezes, como em ocasiões especiais, ou o tempo todo, como todos os dias. Eu poderia usar pouco ou muito. Eu poderia usar diferentes tipos de álcool, como cerveja e vodka. Poderia significar que eu ingiro álcool ou o utilizo para cozinhar, que o tenho em casa para oferecer às visitas ou que o levo como presente quando sou convidado para jantar. Depois tem a questão de há quanto tempo eu uso – há muito tempo ou há pouco tempo. Posso usá-lo em casa, em festas ou em bares. Talvez me dê confiança, me ajude a relaxar depois de um dia de trabalho duro, ou me ajude a pegar no sono quando estou tenso. Talvez eu o utilize para esquecer ou fugir de minhas preocupações diárias. **O que isso me diz é que o uso de álcool tem certas propriedades como frequência, duração, grau, tipo, objetivo, forma de uso e local de uso**. Eu poderia me localizar dimensionalmente ao longo de cada uma dessas propriedades. Essas propriedades também poderiam ser aplicadas ao uso de drogas. Dessa forma, quando eu prosseguir com a análise dessa entrevista e em entrevistas subsequentes, vou procurar saber com que frequência, há quanto tempo, que quantidade, para que finalidade, quando, onde e que tipos de droga são usadas e por quem. Assim, posso começar a ter alguma idéia de como o uso de drogas varia entre os adolescentes e ver se surge algum padrão de uso de droga.

Memorando: A próxima palavra interessante na frase é “libertação”. A primeira coisa que vem à cabeça é “rebelião”. Mas a palavra poderia significar outras coisas também, como fugir, escapar, deixar partir, ser diferente de, ou não estar sob controle paterno. Mas, nesse caso, não parece ser os pais que estão libertando o adolescente; ao contrário, parece que o adolescente está se afastando dos pais. Esse é um pensamento interessante. Quando penso em “libertação” da cadeia, penso sobre estar livre, capaz de ir e fazer o que eu quiser, **quando** eu quiser e **como** eu quiser. Já cumpri minha pena, paguei meu débito, ganhei ou até mesmo mereci minha independência. Agora tenho controle do meu destino; não tenho mais que viver de acordo com as regras da prisão. Mas, e se eu dissesse que **fugi** da prisão em vez de ter sido libertado? Eu ainda estaria livre, mas agora há o medo de ser pego e ter que voltar. Então, quais são as similaridades e as diferenças entre ser libertado da cadeia e nossa adolescente ser “libertada” de seus pais. Uma das similaridades é a idéia de liberdade e controle, a possibilidade de fazer suas próprias escolhas de vida e de fazer algo por sua própria iniciativa. Uma diferença é que, na prisão, a autoridade mais alta está concedendo a libertação, enquanto que aqui parece que a adolescente está tomando a iniciativa ou assumindo uma atitude que a distancia de seus pais. Isso levanta todos os tipos de perguntas como as que se seguem. Para os adolescentes, o que o termo “pais” representa? É autoridade, falta de independência ou incapacidade de fazer suas próprias escolhas? Libertação, então, implica uma forma de ganhar independência, caminhar com suas próprias pernas e fazer suas próprias escolhas? Em um sentido mais profundo, que implicações o uso de drogas tem para questões de identidade nos adolescentes? O uso de drogas ou uma atividade similar seria o primeiro passo em direção a uma maior independência de pensamentos e escolhas? Que outras atividades além do consumo de drogas poderiam ter o mesmo resultado (afinal de contas, nem todos os adolescentes usam drogas)? Além disso, por que usar drogas e não uma dessas outras atividades? É por que as drogas são acessíveis ou há outras conotações em seu uso que as tornam atraentes para os adolescentes? Essas são questões que eu posso querer ter em mente para ver se elas aparecem em entrevistas e na análise de dados adicionais.

Memorando: Agora, como analista, devo recuar e olhar para minha **conceitualização original de “libertação”**. Ela foi rotulada inicialmente como um “ato rebelde”. Depois de pensar nos vários possíveis significados diferentes da palavra, surge a pergunta: eu ainda classificaria isso da mesma forma? Quando penso sobre “ato rebelde”, traduzo isso como desafio. Talvez haja algum desafio implícito, e desafiar os pais pode ser uma razão pela qual os adolescentes usam drogas. Mas depois de pensar mais sobre “libertação”, acho que rebelião é apenas uma parte do que está acontecendo. Há algo muito mais profundo acontecendo, pelo menos com essa adolescente. Libertação também po-

de significar deixar ir, seguir adiante, passar da dependência para independência, tanto de idéias como de ação. É um passo a caminho do crescimento, embora talvez não seja a melhor escolha ou caminho. Acho que, por meio desse exercício analítico, agora tenho informações muito mais amplas sobre o que significa a palavra "libertação". Mesmo que eu decida chamá-la de "ato rebelde", alguém poderia fazer a seguinte pergunta. O que rebelião significa aqui? Quais são suas propriedades? Contra quem e o quê os adolescentes estão se rebelando? A medida que continuo com minha análise, vou procurar situações, fatos e exemplos que vão me ajudar a entender melhor o significado do termo "libertação".

Descobrimo Categorias

Depois de abrir o texto e ter alguns conceitos, qual é o próximo passo? No curso da análise, o analista pode derivar dezenas de conceitos. (Não é incomum que um aluno iniciante chegue a uma aula com três ou quatro páginas de conceitos). No final, o analista percebe que certos conceitos podem ser agrupados sob um conceito mais abstrato, de ordem mais alta, baseado em sua capacidade de explicar o que está acontecendo. Por exemplo, se uma pessoa observa 10 objetos no céu e os rotula como "pássaros", depois observa cinco objetos diferentes e os rotula como "aviões", e depois observa mais sete objetos e os chama de "pipas", mais cedo ou mais tarde ela pode se perguntar o que esses objetos têm em comum e chegar ao conceito de "vôo". Esse termo não apenas permite aos objetos serem classificados, mas também explica o que eles estão fazendo (em termos de ação). Agrupar conceitos em categorias é importante porque permite ao analista reduzir o número de unidades com as quais trabalha. Além disso, as categorias têm poder analítico porque têm o potencial de explicar e de prever. Por exemplo, quando falamos sobre o conceito de vôo, podemos perguntar o seguinte. O que faz pássaros, pipas e aviões voarem? Que atributos eles têm que lhes permite elevar-se do solo, permanecer no ar e voltar ao chão sem se espantarem? Por quanto tempo, em que altura e a que distância eles podem voar? Com essas informações, podemos começar a explicar que propriedades pássaros, aviões e pipas têm em comum que lhes permite voar, e o que acontece a essa capacidade se, digamos, uma dessas propriedades mudar, como por exemplo, se um pássaro tiver uma asa quebrada.

Categorias e fenômenos

Categorias são conceitos, derivados dos dados, que representam os fenômenos. Um exemplo é nossa categoria de "vôo". Fenômenos são idéias analíticas importantes que emergem de nossos dados. Eles respondem à pergunta "O que está

acontecendo aqui?" Eles representam problemas, questões, preocupações e assuntos que são importantes para aquilo que está sendo estudado. O nome escolhido para uma categoria geralmente é aquele que parece o descritor mais lógico para o que está acontecendo. O nome deve ser gráfico o suficiente para lembrar rapidamente o pesquisador de seu referente. Como as categorias representam fenômenos, elas devem receber nomes diferentes, dependendo da perspectiva da análise, do foco da pesquisa e (mais importante) **do contexto de pesquisa**. Por exemplo, um analista poderia rotular pássaros, planos e pipas como "vôo", enquanto outro poderia rotulá-los como "instrumentos de guerra" porque o contexto é totalmente diferente. No último caso, os pássaros podem ser usados como pombo-correio, levando mensagens para as tropas atrás das linhas inimigas, as pipas como sinalizadoras de um ataque iminente e os aviões para transportar tropas e suprimentos, levando o alívio muito necessário. Além disso, para voltar a nosso exemplo de adolescentes e uso de drogas, se olharmos para o primeiro parágrafo que analisamos, há muitos conceitos diferentes (ex.: fácil acesso, experiência nova, ato rebelde). Porém, se recuarmos e nos perguntarmos o que está acontecendo, então podemos dizer que os adolescentes estão "experimentando" drogas e a entrevistada está nos dando algumas razões para isso. Em outras palavras, todos os conceitos se tornam propriedades ou descritores explicativos da categoria "experimentação".

O importante é lembrar que, uma vez que os conceitos começam a se acumular, o analista deve começar o processo de agrupá-los ou de categorizá-los sob termos explicativos mais abstratos, ou seja, categorias. Uma vez que a categoria seja identificada, fica mais fácil recordá-la, pensar sobre ela e (mais importante) desenvolvê-la em termos de suas propriedades e suas dimensões e diferenciá-la, dividindo-a em *subcategorias*, ou seja, explicando quando, onde, por que, como, etc., uma categoria tende a existir.

Nomeando categorias e subcategorias

Os alunos sempre perguntam de onde vêm os nomes das categorias. Alguns nomes vêm do grupo de conceitos já descoberto nos dados. A medida que o analista examina as listas de conceitos, um deles pode se destacar como mais amplo e mais abstrato do que os outros. Por exemplo, o conceito de "vôo" é mais amplo do que "avião", "pássaro" ou "pipa" no exemplo anterior. Assim, rótulos mais amplos, mais completos e mais abstratos podem atuar como tópicos para classes de objetos que compartilham algumas características similares. Ou um analista pode estar trabalhando com dados quando subitamente tem uma idéia que parece explicar o que está acontecendo. Por exemplo, suponha que um pesquisador estava estudando crianças brincando e percebe atos que rotula como "pegar", "esconder", "evitar" e "descontar". Depois, ao observar o incidente subsequente, o pesquisador percebe subitamente que o que as crianças estão fa-

zendo é tentar evitar algo por meio dessas ações. Assim, pegar, esconder, evitar e descontinuar são agrupadas sob o tópico mais abstrato de “estratégias”. Mas estratégias para quê? A resposta mais provável é evitar “compartilhar brinquedo”. Dessa maneira, descobre-se que um dos fenômenos importantes a estudar em relação a grupos de crianças brincando é “compartilhamento de brinquedos”, e as “estratégias” para compartilhar ou não são uma subcategoria de conceitos sob esse tópico mais amplo.

Outra fonte de conceitos é a literatura. Termos como “fadiga do cuidador”, “experiência com doença” e “mudança de status” são todos conceitos fortes e vêm com significados analíticos estabelecidos. Se tiverem relevância comprovada para o presente estudo, surgindo a partir dos dados, então, ao usar esses conceitos já estabelecidos em vez de cunhar um novo nome, o analista pode entender o desenvolvimento de conceitos que podem já ser importantes para a disciplina ou a profissão. Por outro lado, o uso de conceitos estabelecidos pode apresentar um problema sério. Conceitos ou nomes “emprestados” para fenômenos sempre trazem consigo seus significados e associações comuns; ou seja, quando pensamos neles, certas imagens nos vêm à mente. Esses significados podem influenciar nossas interpretações dos dados, evitando que os analistas e seus leitores vejam o que há de novo nos dados. Dessa forma, embora possa ser vantajoso para o analista algumas vezes usar conceitos da literatura, ele deve fazê-lo com cuidado, sempre se certificando de que eles estão incorporados nesses dados e sendo preciso em relação aos significados (similaridades, diferenças e extensões) na presente pesquisa.

Outra fonte importante de nomes de categorias são os códigos *in vivo*. Quando aplicados às categorias, esses são termos facilmente lembrados, que imediatamente chamam nossa atenção para eles (Glaser e Strauss, 1967; Strauss, 1987). Novamente, ilustramos isso com um exemplo de um de nossos projetos de pesquisa. A cena era uma ala de um hospital, onde estávamos fazendo um estudo de articulação de trabalho pelas enfermeiras-chefe. Enquanto uma enfermeira-chefe e o investigador discutiam as políticas e os procedimentos da unidade, a enfermeira-chefe apontou para uma das enfermeiras vocacionais licenciadas (EVLs) e disse: “Ela é uma das mantenedoras da tradição da unidade”. A enfermeira-chefe explicou que a EVL tinha assumido a responsabilidade de iniciar todos os novos empregados e pacientes nas tradições, regras e políticas da unidade. A EVL também atuava como reforçadora das regras, reprimendo qualquer pessoa quando percebia que as regras estavam sendo quebradas. O termo “mantenedor da tradição” é um bom nome para uma categoria. É facilmente lembrado e explica o que está acontecendo. Sabemos ainda que é provável que outras unidades também tenham mantenedores da tradição, pois cada ala tem suas próprias políticas, procedimentos, regras e tradições, que devem ser observadas e reforçadas para que prevaleça a ordem social. Se não houver um mantenedor da tradição, o que acontece?

Desenvolvendo categorias em termos de propriedades e dimensões

Uma vez que a categoria seja identificada, o analista pode começar a desenvolver-la em termos de propriedades e dimensões específicas. Por exemplo, rotulamos “pássaro”, “pipa” e “avião” como objetos que compartilham características de vôo porque todos podem manter-se no ar. Departamos-nos com a palavra “vôo” porque, quando comparamos cada evento com ele mesmo e com outros eventos nos dados, observamos que esses objetos têm a seguinte característica em comum: eles permanecem no ar, e se movimentam no ar, enquanto carros e bicicletas permanecem no solo. O que queremos fazer agora é definir o que queremos dizer com “vôo” — por que, quando, por quanto tempo, a que distância, a que velocidade e a que altura. Queremos dar especificidade à categoria por meio de definição de suas características particulares. Também estamos interessados em saber como essas propriedades variam ao longo de seus escopos dimensionais. Por exemplo, pássaros voam mais baixo, mais devagar e por períodos de tempo menores do que muitos aviões. Esses objetos diferentes, embora similares no sentido de ter capacidade de voar, não são similares quando comparados uns com os outros em relação a propriedades e dimensões específicas, causando *variação* em nosso conceito de “vôo”. Identificamos que na propriedade de altura pode haver variação de alto até baixo, na propriedade de velocidade pode haver variação de lento até rápido, na propriedade de duração pode haver variação de longa até curta, e assim por diante. Observe que, com cada variação adicional de propriedade e dimensão, aumentamos nosso conhecimento em relação ao conceito de “vôo”.

Ao delinear propriedades e dimensões, diferenciamos uma categoria de outras categorias e lhe damos precisão. Por exemplo, se pegarmos os conceitos de “experimentação limitada” de drogas *versus* “uso pesado” de drogas, queremos saber que atributos distinguem cada um. É quantidade, duração, quando é usada e/ou tipo de droga usada?

Para esclarecer melhor, enquanto **propriedades** são características ou atributos, **gerais ou específicos**, de uma categoria, **dimensões** representam a localização de uma propriedade ao longo de uma linha ou de uma faixa. Por exemplo, podemos dizer que uma das propriedades que diferencia “experimentação limitada” de drogas de “uso pesado” de drogas é a “frequência” ou o número de vezes por semana que a pessoa fica “chapada”. Dimensionamos a propriedade **frequência** ao dizer que, com uso limitado, o usuário fica chapado apenas *ocasionalmente*. Se quiséssemos qualificar ou explicar melhor o termo “experimentação limitada”, poderíamos dizer que a adolescente usa drogas e fica chapada apenas quando está em uma festa com outros adolescentes, onde as drogas estão disponíveis e são passadas para todos, enquanto o usuário pesado fica chapado com muita frequência, usando drogas três ou quatro vezes por semana, tanto sozinho co-

mo acompanhado, obtendo as drogas por iniciativa própria e não porque elas são distribuídas em uma festa. Esse qualificador de categoria, ao especificar suas propriedades e dimensões particulares, é importante, pois podemos começar a formular *padrões* ao longo de *suas variações*. Por exemplo, podemos dizer, com base na frequência de uso e “tipo de droga usada”, que esta situação pode ser classificada no padrão de “experimentação limitada” de drogas. Se fizéssemos outra entrevista e o padrão de uso de droga e de ficar chapado não se encaixasse a nenhum dos padrões identificados, então o analista poderia desenvolver um terceiro padrão, como “uso recreativo” de drogas. **Padrões são formados quando grupos de propriedades se alinham ao longo de várias dimensões.** No exemplo anterior, observamos que os padrões de uso de droga entre adolescentes podem variar dimensionalmente de experimentação limitada até uso pesado.

Para explicar mais precisamente o que queremos dizer com propriedades e dimensões, damos outro exemplo usando o conceito de “cor”. Suas propriedades incluem tonalidade, intensidade, matiz, etc. Cada uma dessas propriedades pode ser dimensionada. Assim, a cor pode variar em tonalidade de escura para clara, em intensidade de alta para baixa e em matiz de brilhante para opaca. Tonalidade, intensidade e matiz são o que podemos chamar de “propriedades gerais”. Elas se aplicam às cores, independente do objeto sob investigação.

Sempre que nos deparamos com uma propriedade de uma categoria nos dados, tentamos posicioná-la ao longo de uma linha dimensional. Como cada categoria geralmente tem mais de uma propriedade ou atributo, podemos querer posicionar cada propriedade ao longo de suas dimensões. Por exemplo, uma flor não tem apenas cor, ela também tem tamanho, formato, duração, etc. Cada um desses atributos pode ser dividido em várias dimensões. Podemos querer agrupar as flores segundo um atributo específico como cor, qualificado em subdimensões de tonalidade, intensidade e matiz. Ou podemos querer fazer um agrupamento mais complexo, diferenciando as flores não apenas segundo a cor (tonalidade, intensidade e matiz), mas também segundo tamanho (grande, médio e pequeno), duração (longa duração *versus* curta duração), altura (alta *versus* baixa) e formato (pétalas circulares *versus* pétalas ovais). Uma vez que tenhamos especificado um padrão de atributos combinados, podemos agrupar os dados segundo esses padrões. Por exemplo, todas as flores com determinados padrões de característica podem ser rotuladas como “rosas”, junto com suas variações (os diferentes tipos de rosas como trepadeira e de florada precoce). **Observe que, quando um analista agrupa dados em padrões segundo certas características definidas, deve ficar entendido que nem todo objeto, evento, acontecimento ou pessoa se ajusta completamente a um padrão.** Sempre há alguns casos nos quais uma ou mais dimensões são

ligeiramente diferentes. Isso está OK dentro de determinados limites. Pessoas ainda são pessoas, tenham elas cabelos pretos, vermelhos ou amarelos. Dependendo da precisão que o analista quer ou do grau que ele deseja atingir com as classificações dos subtipos.

Para resumir o que dissemos até agora, quando comparamos incidente por incidente, sempre comparamos segundo as propriedades e as dimensões inerentes ao incidente ou evento, agrupando coisas parecidas com coisas parecidas. Por exemplo, se pegarmos um incidente de uso de drogas, examinamos sua frequência de uso, tipo de droga usada, talvez duração do uso, e depois rotulamos isso como um exemplo de “experimentação limitada” ou de “uso pesado” de drogas, dependendo das propriedades observadas em cada situação. São as propriedades do uso de drogas que nos permitem colocar o incidente em uma classificação maior, mais abstrata.

Subcategorias

Pouco se falou até agora sobre subcategorias. Esse assunto vai ficar mais claro à medida que continuarmos com as explicações sobre desenvolvimento de categorias na codificação axial. Basicamente, subcategorias especificam melhor uma categoria ao denotar informações do tipo quando, onde, por que e como um fenômeno tende a ocorrer. Subcategorias, como categorias, também têm propriedades e dimensões. Por exemplo, uma subcategoria de “uso de drogas” pode ser “tipos de drogas”. Isso explica o item “o que” do “uso de drogas”. Os tipos de drogas podem ser classificados segundo propriedades específicas que demonstram, como as formas em que vêm, a resposta do corpo ao uso, como a droga é usada (ex.: inalada, injetada, ingerida), etc.

Variações nas formas de fazer codificação aberta

Há muitas maneiras diferentes de fazer codificação aberta. Uma maneira é *análise linha por linha*. Essa forma de codificação envolve exame detalhado de dados, frase por frase, e algumas vezes palavra por palavra, como demonstrado no capítulo sobre microanálise (Capítulo 5). Essa talvez seja a forma de codificação que mais consome tempo, mas sempre é a que dá melhor resultado. Fazer codificação linha por linha é especialmente importante no começo de um estudo, pois permite ao analista gerar categorias rapidamente e desenvolver essas categorias por meio de amostragem adicional ao longo de dimensões das propriedades gerais de uma categoria, um processo de amostragem que chamamos de “amostragem teórica”. Embora a amostragem teórica seja explicada em detalhes no Capítulo 13, damos um pequeno exemplo aqui para ilustrar nosso ponto. Se um pesquisador está estudando restaurantes, então a análise de um restaurante

muito movimentado, de alto nível, com um grande número de funcionários e uma pessoa para coordenar o trabalho pode levar o analista a questionar o que acontece ao serviço em um restaurante muito movimentado no qual haja menos funcionários e nenhum coordenador. (Observe que estamos comparando ao longo de dimensões – movimento, número de funcionários, presença ou ausência de um coordenador). Se sairmos em busca de um restaurante com um número menor de funcionários, sem coordenador e com grande movimento no almoço, e observarmos o que acontece à qualidade e à quantidade do serviço, então estamos fazendo amostragem teórica. Observe que não estamos fazendo amostragem nos restaurantes em si, mas, sim, nas dimensões das diferentes propriedades de “serviço” (nossa categoria). Queremos saber o que acontece ao serviço quando as condições sob as quais ele ocorre variam.

Passando por diferentes formas de codificação, o analista também pode codificar ao analisar uma *frase ou parágrafo* inteiro. Ao codificar uma frase ou um parágrafo, ele deve perguntar: “Qual é a principal idéia revelada por essa sentença ou parágrafo?” Então, depois de dar um nome a isso, o analista pode fazer uma análise mais detalhada desse conceito. Essa técnica de codificação pode ser usada a qualquer momento, mas é especialmente útil quando o pesquisador já tem várias categorias e quer codificar especificamente em relação a elas.

Uma terceira forma para codificar é *ler atentamente o documento inteiro* e perguntar: “O que está acontecendo aqui?” e “O que torna este documento igual ou diferente em relação aos documentos anteriores que codifiquei?” Depois de responder a essas perguntas, o analista pode retornar para o documento e codificar mais especificamente as similaridades e as diferenças.

Redigindo notas de codificação

Uma forma de começar a codificação é anotar os conceitos nas margens ou em cartões à medida que eles surgem durante a análise. Isso basta se a pessoa estiver apenas rotulando. Descubrimos que trabalhamos melhor transcrevendo nossas análises imediatamente em memorandos, como ilustrado anteriormente neste capítulo. Alguns programas de computador recentes e mais complexos permitem ao analista passar do texto para conceitos, integrar conceitos, fazer memorandos, fazer diagramas, etc., no processo de desenvolvimento da teoria (Richards e Richards 1994; Tesch, 1990; Weitzman e Miles, 1995). A redação de memorandos é discutida com mais detalhes no Capítulo 14. Há muitas formas diferentes de registrar conceitos e idéias teóricas (para exemplo, ver Dey, 1993; Miles e Huberman, 1994; Schatzman e Strauss, 1973). Cada pessoa deve encontrar o sistema mais adequado para si mesma.

Resumo

Os objetivos dos procedimentos e das técnicas discutidos nos capítulos anteriores agora se tornam claros. Eles são criados para ajudar os analistas a dar os passos necessários para a construção da teoria – conceituar, definir categorias e desenvolver categorias em termos de propriedades e dimensões – e depois relacionar categorias por meio de hipóteses ou de declarações de relações. Conceituação é o processo de agrupar itens similares segundo algumas propriedades definidas e dar aos itens um nome que represente associação comum. Ao conceituar, reduzimos grandes quantidades de dados a blocos de dados menores, mais administráveis. Quando tivermos algumas categorias, vamos querer especificar suas propriedades. Também vamos querer mostrar como nossos conceitos (categorias) variam dimensionalmente ao longo dessas propriedades. Por meio de especificação e de dimensionamento, começamos a ver padrões como os padrões de vóo ou de uso de droga. Assim, temos a base e a estrutura inicial para a construção da teoria.

Codificação Axial

Definição de Termos

Codificação axial: o processo de relacionar categorias às suas subcategorias, é chamado de "axial" porque ocorre em torno do eixo de uma categoria, associando categorias ao nível de propriedades e dimensões.

O paradigma: uma ferramenta analítica criada para ajudar os analistas a integrar estrutura com processo.

Estrutura: o contexto condicional no qual uma categoria (fenômeno) está situada.

Processo: seqüências de ação/interação pertencentes a um fenômeno à medida que se desenvolvem com o tempo.

Os seres humanos em todo o mundo não conseguem deixar de dar explicações para fatos e acontecimentos. O desejo de entender é universal, embora as explicações possam diferir de acordo com a pessoa, o momento e o local. Enquanto algumas explicações seculares se baseiam em crenças religiosas ou mágicas, outras são derivadas da experiência prática ou da ciência. Esquemas explanatórios não apenas guiam o comportamento como também garantem algum controle e previsibilidade aos fatos. Os cientistas operam com tais esquemas, geralmente com aqueles altamente detalhados e sofisticados. Uma citação do trabalho do sociólogo Leonard Schatzman é bastante útil aqui para nos dizer o que tais explicações devem conter:

Uma explicação... conta uma história sobre as relações entre coisas ou pessoas e fatos. Para contar uma história complexa, a pessoa deve designar objetos e fatos, declarar ou deixar implícitas suas dimensões e suas proprie-

dades..., garantir algum contexto para elas, indicar uma condição ou duas para qualquer ação/interação que tenha sido selecionada como central para a história, e apontar, ou deixar implícitas, uma ou mais consequências (citado em Maines, 1991, p. 308).

O objetivo da codificação axial é começar o processo de reagrupamento dos dados que foram divididos durante a codificação aberta. Na codificação axial, as categorias são relacionadas às suas subcategorias para gerar explicações mais precisas e completas sobre os fenômenos. Embora a codificação axial tenha objetivo diferente da codificação aberta, esses passos não são necessariamente analíticos seqüenciais, não mais do que a rotulação é diferente da codificação aberta. **A codificação axial exige que o analista tenha algumas categorias, mas sempre começa a surgir durante a codificação aberta um sentido de como as categorias se relacionam.** Conforme declarado por Strauss (1987),

Entre as escolhas mais importantes a serem feitas durante essas sessões iniciais está a de codificar de maneira intensiva e combinada em torno de categorias simples. Ao fazer isso, o analista começa a construir uma textura densa de relações em torno do "eixo" da categoria que está sendo focada (p. 64).

Neste capítulo, descrevemos a lógica por trás da codificação axial e demonstramos como reunir dados nos níveis de propriedade e de dimensão, formando categorias densas, bem desenvolvidas e relacionadas.

O Processo de Codificação

Em termos de procedimento, a codificação axial é o ato de relacionar **categorias com subcategorias ao longo das linhas de suas propriedades e suas dimensões.** Ela examina como as categorias se cruzam e se associam. Como informado anteriormente, uma categoria representa um *fenômeno*, ou seja, um problema, uma questão, um fato ou um acontecimento que é definido como importante para os informantes. O fenômeno sob investigação pode ser tão amplo como negociar um acordo de paz entre duas nações ou tão restrito como mudanças percebidas no corpo após uma amputação. Um fenômeno tem a capacidade de explicar o que está acontecendo. Uma *subcategoria* também é uma categoria, como o nome implica. Porém, em vez de representar o fenômeno em si, as subcategorias respondem questões sobre o fenômeno, como, por exemplo, quando, onde, por que, quem, como e com que consequên-

cias, dando, assim, um maior poder explanatório ao conceito. No início da análise, o pesquisador pode não saber quais conceitos são categorias e quais são subcategorias. Isso geralmente se torna evidente à medida que a codificação prossegue.

Por exemplo, suponha que um analista pergunte a si mesmo, depois de cada entrevista conduzida com adolescentes sobre uso de drogas: "O que parece estar acontecendo aqui?". Se a resposta for repetidamente que a maioria dos adolescentes está "usando" drogas e fazendo isso na maior parte das vezes em "bases limitadas", significando que usam drogas apenas ocasionalmente e que restringem seu uso aos tipos menos potentes, então a "experiência limitada" de drogas pode ser designada como uma *categoria*. Outras categorias, tais como "conversa sobre droga", "experiência nova", "acesso fácil", e "desafio à posição dos adultos" ajudam a explicar por que os adolescentes usam drogas, como eles compartilham essa experiência e o que conseguem com o uso.

Um ponto importante deve ser destacado aqui. Embora o texto dê dicas sobre como as categorias se relacionam, a verdadeira associação não ocorre descritivamente, mas, sim, em um nível conceitual. Para ilustrar, vamos voltar ao primeiro parágrafo de nossa entrevista com uma adolescente sobre uso de drogas. Observe que nossa informante nos explica porque usou drogas.

Informante: Acho que os adolescentes usam drogas como uma libertação de seus pais. Bem, não sei. Só posso falar por mim. Para mim, foi uma experiência. Você ouve muito sobre drogas. Ouve que elas fazem mal para você. Há muitas drogas por aí. Você só usa porque elas são acessíveis e porque é um tipo de novidade. É legal! Você sabe, é algo que te faz mal, um tabu, um "não". Todos são contra. Se você é um adolescente, a primeira coisa que vai fazer é experimentar.

Embora essa adolescente esteja nos dizendo em formato de texto porque os adolescentes usam droga, quando analisamos os dados, convertimos esse texto em conceitos que representam palavras como **autolibertação** (libertar-se de), **acesso fácil**, **experiência nova**, **informação negativa sobre droga** e **desafio à posição dos adultos**. É por meio desses conceitos, que podem ser subcategorias, que o analista desenvolve explicações sobre por que alguns adolescentes usam drogas.

Em termos de procedimentos, então, a codificação axial envolve diversas tarefas básicas (Strauss, 1987), que incluem:

1. Organizar as propriedades de uma categoria e suas dimensões, uma tarefa que começa durante a codificação aberta.
2. Identificar a variedade de condições, ações/interações e conseqüências associadas a um fenômeno.
3. Relacionar uma categoria à sua subcategoria por meio de declarações que denotem como elas se relacionam umas às outras.
4. Procurar nos dados pistas que denotem como as principais categorias podem estar relacionadas umas às outras.

Cruzando no nível dimensional

Na codificação axial, o analista relaciona categorias em um nível dimensional. Observe que todos os códigos listados são qualificados dimensionalmente. Por exemplo, a pessoa é "liberada", o acesso é "fácil", as conversas sobre drogas são "negativas", a experiência é "nova" e os adolescentes "desafiam" a posição dos adultos. Quando relacionamos esses códigos à categoria de "uso de drogas", estamos de fato relacionando "experimentação limitada" com a "liberação" em si, a "facilidade" no acesso, a "novidade" da experiência, a "negativa" das conversas sobre droga, o "desafio" à posição dos adultos, etc. Dessa forma, podemos diferenciar "experimentação limitada" de drogas de, digamos, "uso pesado" de drogas, o que pode ser muito diferente se comparado dimensionalmente ao longo dessas mesmas subcategorias.

Análise em dois níveis

Como os leitores já devem ter observado, quando analisamos dados, existem dois níveis de explicações. Elas são (a) as palavras reais usadas por nossos informantes e (b) nossa conceitualização dessas palavras. "Experimentação limitada" é como o analista chama o tipo de uso de droga feito pela maioria dos adolescentes. Os adolescentes podem se referir ao uso de drogas como "usando só um pouco", ser cuidadosos sobre "que drogas usar", usar somente em "festas" e com "amigos", como parte de um "ato social", usar as drogas "menos potentes", etc. Em outras palavras, eles nos dizem quando, como, com quem e onde usam drogas. Nossa tradução e nossa definição desse fenômeno ou do que está ocorrendo nesta situação é que os adolescentes estão engajados em "experimentação limitada" de drogas. É a nossa interpretação dos fatos.

O Paradigma

Quando os analistas codificam axialmente, eles procuram respostas para questões do tipo por que ou de que forma, onde, quando, como e com que resultados e, ao fazê-lo, descobrem relações entre as categorias. Responder essas questões nos ajuda a contextualizar um fenômeno, ou seja, posicioná-lo dentro de uma estrutura condicional e identificar "como" ou os meios pelos quais uma categoria se manifesta. Posto de outra forma, ao responder as perguntas quem, quando, onde, por que, como e com que conseqüências, os analistas conseguem relacionar estrutura com processo. Por que alguém iria querer relacionar estrutura com processo? Porque a estrutura ou as condições prepararam o terreno, ou seja, criam as circunstâncias nas quais problemas, questões, acontecimentos ou fatos pertencentes a um fenômeno são situados ou surgem. Processo, por outro lado, denota a ação/interação de pessoas, organizações e comunidades em resposta a certos problemas e questões. A combinação de estrutura com processo ajuda os analistas a atingir um pouco da complexidade que faz parte da vida. Processo e estrutura estão intrinsecamente ligados e, a não ser que alguém entenda a natureza de sua relação (um com o outro e também com o fenômeno em questão), é difícil perceber de fato o que está acontecendo. Se alguém estuda somente **estrutura**, descobre **por que** mas não **como** certos fatos ocorrem. Se estuda apenas **processo**, entende **como** pessoas agem/interagem, mas, não o porquê. É necessário estudar estrutura e processo para capturar a dinâmica e a natureza evolutiva dos fatos.

As respostas a questões do tipo por que, quando e onde podem estar implícitas ou explícitas nas notas de campo; ou seja, as pessoas às vezes usam algumas palavras que nos dão uma deixa, como "desde", "devido a", "quando" e "como", seguida por algum fato ou ação, por exemplo, "Como não gostei da aparência da lanchonete [condições estruturais], sai rapidamente" e "Ai decidi ir ao meu local habitual, no final da rua" [estratégias de ação/interação para resolver uma situação problemática]. Em suas falas ou ações, as pessoas também nos fornecem conseqüências, como, por exemplo: "Lá, pude conseguir uma boa xícara de café, sentar e pensar sem aquele monte de gente e aquela barulheira da primeira lanchonete".

No exemplo anterior, a lógica é muito fácil de seguir. Porém, ao trabalhar com dados reais, as relações entre fatos e acontecimentos nem sempre são tão evidentes. Como as associações entre categorias podem ser muito sutis e implícitas, é útil ter um esquema que possa ser usado para classificar e organizar as conexões emergentes. Um desses esquemas organizacionais é o que

chamamos de **paradigma**. Na verdade, o paradigma não é nada além de uma perspectiva assumida em relação aos dados, outro ponto de vista analítico que ajuda a reunir e a ordenar os dados sistematicamente, de forma que estrutura e processo sejam integrados. A terminologia usada no paradigma é emprestada de termos científicos padronizados e garante uma linguagem familiar, facilitando a discussão entre cientistas. Além disso, os termos básicos usados no paradigma sempre seguem a lógica expressa na linguagem que as pessoas usam em suas descrições diárias (ex.: “por essa razão”, “o que aconteceu foi”, “minha reação foi”, “esse foi o resultado”). Os componentes básicos do paradigma são os seguintes. Há *condições*, uma forma conceitual de agrupar respostas às questões por que, onde, de que forma e quando. Juntas, elas formam a estrutura, ou conjunto de circunstâncias ou de situações, na qual os fenômenos estão incorporados. Sob essas condições, surgem *ações/interações*, as quais são respostas estratégicas ou rotineiras das pessoas ou grupos a questões, problemas, acontecimentos ou fatos. *Ações/interações* são representadas pelas questões quem e como. Há *conseqüências*, que são resultados das ações/interações. As conseqüências são representadas por questões do tipo o que acontece como resultado dessas ações/interações ou da falha de pessoas ou grupos em responder às situações através de ações/interações, que constituem um resultado importante em si mesmo.

Anote

Antes de prosseguir com nossa discussão sobre paradigma, há alguns pontos importantes a destacar:

1. Durante a codificação aberta, muitas categorias diferentes são identificadas. Algumas delas pertencem a um fenômeno. Outras categorias (que depois se tornarão subcategorias) referem-se a condições, ações/interações ou conseqüências. Os nomes conceituais reais dados às categorias não vão, necessariamente, informar se a categoria denota uma condição, uma ação/interação ou uma conseqüência. O analista tem que fazer essa distinção. Além disso, cada categoria e subcategoria terão seu próprio conjunto de propriedades e de qualificadores dimensionais.
2. Um analista codifica para obter explicações e entender os fenômenos e não para obter termos como condições, ações/interações e conseqüências. Esse é um equívoco comum entre analistas iniciantes, que tendem a ser muito dogmáticos em suas técnicas de análise. Eles codificam rigidamente os componentes do paradigma sem entender a

natureza e os tipos de relações que eles denotam. Depois, ficam confusos quando fatos ou acontecimentos são codificados como condições em um caso, mas como conseqüência em outro, como, por exemplo, por que o fato de passar mal após usar drogas em uma festa (uma conseqüência) afeta a vontade de usar drogas em uma festa subsequente (outro contexto situacional), ou quando conseqüências de um conjunto de ações se tornam condições na seqüência de ação/interação subsequente. Percebemos que os iniciantes precisam de estrutura e que colocar os dados em caixas distintas faz com que eles achem que têm mais controle sobre suas análises. Porém, queremos que percebam que tais práticas tendem a evitar que eles percebam o fluxo dinâmico dos fatos e a natureza completa das relações que, ao final, tornam as explicações dos fenômenos interessantes, plausíveis e completas. Os analistas que tornam os processos analíticos muito rígidos são como artistas que fazem muitas tentativas. Embora suas criações possam ser tecnicamente corretas, elas não capturam a essência do objeto representado, fazendo com que os observadores sintam-se ligeiramente enganados. Nosso conselho é deixar as coisas acontecerem. O rigor e o vigor vão aparecer.

3. Não estamos falando em uma linguagem de causa e efeito. Isso é muito simplista. O fácil acesso, sozinho, não leva ao uso de drogas, embora possa tornar as drogas mais imediatamente disponíveis. Os adolescentes podem fazer escolhas; assim, há fatores múltiplos operando em várias combinações para criar um contexto (conjuntos de condições que se reúnem para produzir uma situação específica) que aumenta a probabilidade de que certos adolescentes usem drogas, mas apenas determinados adolescentes, determinadas drogas, em determinados momentos, etc. Identificar, esquadriñar e organizar todos os fatores possíveis, mostrando a natureza das relações, não resulta em uma declaração simples “se... então”. A tendência maior é que o resultado seja uma discussão que conduz os leitores ao longo de um caminho complexo de inter-relações, cada uma em seu próprio caminho padronizado, que explica o que está acontecendo. Com isso em mente, agora estamos prontos para voltar a uma discussão mais completa sobre os componentes do paradigma.

Explicação dos componentes do paradigma

Fenômeno, como o declaramos, é um termo que responde à pergunta: “O que está acontecendo aqui?”. Ao procurar fenômenos, estamos procurando padrões

repetidos de acontecimentos, fatos ou ações/interações que representam o que as pessoas fazem ou dizem, sozinhas ou juntas, em resposta aos problemas e situações nas quais elas se encontram. Na codificação, *categorias* representam fenômenos. Por exemplo, "experimentação limitada" de drogas é uma categoria. Também é um fenômeno – nesse caso, um padrão de uso de droga entre os adolescentes. Outros padrões de uso de droga podem incluir "abstenção" e "uso pesado" que, em essência, representam diferentes padrões dimensionais de uso de droga entre os adolescentes. Cada padrão terá seu próprio conjunto de condições que lhe pertencem.

Condições são conjuntos de fatos ou acontecimentos que criam situações, questões e problemas pertencentes a um fenômeno e, até certo ponto, explicam por que e como pessoas ou grupos respondem de determinadas maneiras. Condições podem surgir a partir de fatores de tempo, local, cultura, regras, regulamentações, crenças, economia, poder ou gênero, e também como mundos sociais, organizações e instituições nas quais nos encontramos junto com nossas motivações pessoais e biografias. Qualquer uma dessas coisas (ou todas elas) é uma potencial fonte de condições. (Para discussão adicional sobre condições, ver Capítulo 12). A não ser que os participantes da pesquisa sejam extremamente perspicazes, eles podem não saber as razões pelas quais fazem coisas, embora possam dar aos pesquisadores algumas bases para seu comportamento. As condições podem ser descobertas nos dados e acompanhadas para que os analistas vejam seu impacto total. Embora os pesquisadores devam procurar descobrir todas as condições relevantes, eles nunca devem presumir que vão descobrir todas as condições ou que qualquer condição ou conjunto de condições é relevante até que isso seja provado ao associar essas condições ao fenômeno de uma forma explanatória.

As condições podem ter diferentes propriedades. Seu caminho de influência sobre ações/interações pode ser direto ou indireto, mais ou menos linear. As condições podem ser micro (ou seja, mais próximas da fonte de ação/interação, como pressão dos pares e desejo de desafiar a autoridade paterna) ou macro (como grau de disponibilidade de drogas na comunidade e atitudes culturais em relação ao uso de droga). Para serem completas, as explicações devem incluir tanto micro como macro condições, além de indicações sobre como elas se relacionam umas com as outras e com as ações/interações (novamente, ver Capítulo 12).

Condições de rotulagem

As condições, como já informamos, podem ser micro ou macro, mudar e alterar-se com o tempo, afetar umas às outras e combinar-se de várias formas

ao longo de diferentes dimensões. Além disso, pode haver novas condições acrescentadas ao longo do caminho. Rótulos colocados em condições como *causal*, *interventora* e *contextual* são formas de tentar organizar parte das relações complexas entre as condições e sua relação subsequente com as ações/interações.

Condições causais geralmente representam conjuntos de fatos ou acontecimentos que influenciavam os fenômenos, por exemplo, estar em uma festa e alguém lhe oferecer drogas. *Condições interventoras* são aquelas que mitigam ou alteram o impacto das condições causais nos fenômenos, como um adolescente subitamente achar que usar drogas não é a coisa certa para ele. Essas condições sempre surgem de contingências (fatos inesperados), que, por sua vez, devem ser respondidos com uma forma de ação/interação. Por exemplo, os adolescentes podem ir propositalmente a uma festa sabendo que haverá drogas, de forma que possam experimentar-las. Porém, se os pais do adolescente que está dando a festa voltarem para casa inesperadamente, então os adolescentes podem ter que mudar seus planos. Para evitar essa situação, eles podem ir a um ponto de encontro de adolescentes ao ar livre e distribuir as drogas lá. Ou podem decidir abster-se de usar drogas aquela noite, deixando seu uso para outra hora e local. Condições interventoras também podem ajudar a explicar porque alguns adolescentes continuam usando, enquanto outros não. Alguns adolescentes podem ser convidados para uma festa sem saber que haverá drogas lá, usá-las, decidir que uso de drogas é divertido e continuar usando. Outros adolescentes podem usar drogas, sentir-se mal e nunca mais usar. Tanto condições causais como interventoras podem surgir de condições de nível micro ou macro. *Condições contextuais* são os conjuntos específicos de condições (padrões de condições) que se cruzam dimensionalmente neste momento e local para criar o conjunto de circunstâncias ou problemas aos quais as pessoas respondem por meio de ações/interações. Eles explicam por que um fenômeno como porque o padrão de "uso de drogas" é "limitado" para alguns adolescentes, ao passo que pode levar a "uso pesado" de drogas para outros. Condições contextuais têm suas fontes nas condições causais (e interventoras) e são o produto de como elas se cruzam para combinar-se em várias padrões dimensionalmente. Por exemplo, se vamos especificar que o "grau de acessibilidade de drogas" é uma das condições causais relacionadas ao uso de drogas pelos adolescentes em geral, e sabemos que esse conceito pode variar dimensionalmente de "fácil" para "difícil", então devemos observar que a dimensão "fácil" da acessibilidade se torna uma condição para que os adolescentes usem drogas. Geralmente, há muitas condições diferentes que entram em um contexto, cada uma com suas próprias dimensões específicas. Ao agrupar condições ao longo de suas dimensões, o analista pode identificar padrões ou conjuntos de condições que criam

um contexto. (Para um excelente exemplo de contexto ao longo de uma discussão, ver Strauss, 1978.) A questão importante não é tanto identificar e listar condições causais, interventoras ou contextuais. Ao contrário, o analista deve focar-se no entrelaçamento complexo de fatos (condições) que levam a um problema, uma questão ou um acontecimento, aos quais as pessoas respondem por meio de alguma forma de ação/interação, com algum tipo de consequência. Além disso, o analista pode identificar mudanças na situação original (se houver) como resultado dessa ação/interação.

Outro ponto que podemos destacar em relação às condições é que as explicações exigem suposições sobre a relevância da causalidade. Porém, o que são essas suposições e qual é a "natureza" da causalidade têm sido pontos muito debatidos por filósofos da ciência e por alguns cientistas. Diferentes disciplinas e especialidades científicas diferem consideravelmente no que consideram causalidade, elementos causais e seqüências causais. Na biologia evolucionária, causalidade não é o mesmo que em biologia genética e certamente não se parece muito com idéias de probabilidade dos físicos subatômicos. Na ciência social e em muitas disciplinas práticas, também há, indubitavelmente, argumentos e discussões relativas à natureza da causalidade. Enquanto analistas, nossa preocupação não é tanto com a causalidade quanto com as condições dos vários tipos e a forma pela qual eles se cruzam para criar fatos que levam a ações/interações. Quando as pessoas agem, queremos saber por que, como e a que situações, problemas ou questões elas estão respondendo. Isso nos leva a nossa próxima característica paradigmática, que é ação/interação.

Táticas estratégicas ou de rotina ou a forma como as pessoas lidam com situações, problemas e questões que encontram são chamadas de *ações/interações*. Elas representam o que pessoas, organizações, mundos sociais ou nações fazem ou dizem. **Ações/interações estratégicas** são atos propositais ou deliberados praticados para resolver um problema e, ao fazê-lo, moldar os fenômenos de alguma forma. Por exemplo, se o fenômeno ou a categoria que estamos estudando é "manter o fluxo de trabalho" numa unidade hospitalar e um dos problemas que surge é que três dos cinco membros do grupo atribuído àquela unidade adoeçam um dia, então estaríamos interessados em observar como o problema da falta de funcionários foi resolvido de forma que o trabalho prosseguisse. A enfermeira-chefe chamou funcionários extras? Os cuidados aos pacientes foram reduzidos às necessidades básicas? Os pacientes foram transferidos para outra unidade?

Rotinas são ações/interações que tendem a modos mais habituais de responder às ocorrências na vida diária, como ter um protocolo estabelecido a seguir quando o número de funcionários é pequeno. Nas organizações, isso assu-

miria a forma de regras, de regulamentações, de políticas e de procedimentos. Embora os pesquisadores tendam a focar seus estudos na problemática, também é importante examinar questões de rotina, pois elas demonstram as ações/interações (que foram previamente trabalhadas estrategicamente) que tendem a manter a ordem social.

O termo "ação/interação" é um conceito importante. Ele não apenas denota o que acontece entre pessoas, grupos, organizações e similares (ex.: circular e compartilhar cigarros de maconha entre os adolescentes em algumas festas), mas também inclui questões como discussões sobre experiências com drogas, além de negociações e outros tipos de conversas que ocorrem em situações de grupo, como pressão dos pares. Além dos "acontecimentos" – verbais e não-verbais – que ocorrem entre as pessoas, as ações/interações referem-se às discussões e às revisões que ocorrem dentro das próprias pessoas, por exemplo, pesar os prós e os contras do uso de drogas (conselhos de professores e dos pais para evitar o uso de drogas medidos contra a rejeição dos pares se não usarem) e de uma baforada real, que pode ser uma tragada profunda ou apenas um gesto simbólico.

Ações/interações entre pessoas agindo em grupos podem estar ou não alinhadas, ou seja, coordenadas. Ações/interações se desenvolvem com o tempo à medida que as pessoas definem ou dão significados às situações. Sob algumas condições, o alinhamento não ocorre e a situação termina se transformando em um conflito, acabando por desmoronar completamente.

O termo paradigmático final é *conseqüências*. Sempre que houver ação/interação ou que sua falta for assumida em resposta a uma questão ou a um problema ou para administrar ou manter uma determinada situação, há limites de conseqüências, algumas das quais podem ser pretendidas e outras não. Delinear essas conseqüências, e também explicar como elas alteram a situação e afetam o fenômeno em questão, nos garante explicações mais completas. Por exemplo, embora, em alguns casos, usar drogas em bases "limitadas" possa ter um efeito prejudicial em algumas pessoas, nossa expectativa descreeva o uso de drogas como uma experiência de crescimento. Poderia ter sido uma experiência devastadora, uma experiência terrível, etc., mas, para ela, não foi. Ela conseguiu usar drogas, definir seu significado para ela, aprender o que são as drogas de fato e, quando chegou o momento, deixar de usá-las e continuar levando sua vida. Conseqüências, como condições, têm propriedades inerentes. Elas podem ser singulares (geralmente não são) ou múltiplas. Podem ter duração variada. Podem ser visíveis para a pessoa, mas não para os outros ou para os outros e não para a pessoa. Podem ser imediatas ou cumulativas, reversíveis ou não, previstas ou imprevisíveis. Seu impacto pode ser restrito (afetando apenas uma pequena parte da situação)

ou amplo (com as conseqüências afetando umas às outras para criar um rastro de fatos que alteram completamente um contexto). Como analistas, queremos capturar o máximo possível disso em nossas análises.

Declarações relacionais

Começando com a análise das primeiras entrevistas, o pesquisador não pode fazer nada além de observar como os conceitos se relacionam uns aos outros. Ao explicar essas relações, o pesquisador começa a associar categorias com suas subcategorias, ou seja, a perceber que elas parecem ser condições – essas ações/interações, essas conseqüências. Chamamos isso de pressentimentos iniciais sobre como os conceitos se relacionam às “hipóteses” porque unem dois ou mais conceitos, explicando o que, por que, onde e como de um fenômeno. Exemplos de tais declarações incluem os seguintes:

1. Quando as drogas estão *imediatamente* disponíveis, há pressão dos pares, as drogas são consideradas uma experiência *nova* e os adolescentes querem desafiar a posição *negativa dos adultos*, os adolescentes têm mais tendência a “usar” drogas.
2. “Conversas sobre drogas” são os meios de ação/interação por meio dos quais os adolescentes “adquirem e passam adiante informações” sobre drogas e sobre suas “experiências”.
3. Como conseqüência da “experimentação limitada” de drogas, os adolescentes tendem a adquirir “conhecimento em primeira mão” sobre drogas e a ganhar “aceitação dos pares”.

Embora as hipóteses sejam derivadas dos dados, pois são abstrações (ex.: declarações feitas em nível conceitual e não em nível dos dados brutos), é importante que sejam validadas e mais elaboradas por meio de comparações contínuas de incidente por incidente nos dados. Novos dados algumas vezes parecem contradizer uma hipótese. Isso não significa, necessariamente, que a hipótese está errada. Quando encontramos uma contradição, é importante observar se os dados representam uma verdadeira inconsistência ou se de notam uma dimensão extrema ou uma variação do fenômeno em questão. Descobrir contradições nos leva a questionar ainda mais nossos dados para determinar o que está realmente acontecendo, enquanto que descobrir variações aumenta o leque dimensional de uma categoria e lhe dá mais poder explanatório (responde por diferenças). Por exemplo, em um de nossos seminários, uma aluna que estava estudando o fenômeno da dor psicológica na-

queles que cuidam de pessoas com mal de Alzheimer ficou atordoada quando deparou com um caso no qual o informante expressava muito pouca dor psicológica. Depois de ouvir tanta dor expressa pelos outros informantes, ela ficou confusa com esse resultado. Finalmente, ela percebeu que esse caso representava uma dimensão extrema de “sofrer dor psicológica” (nesse caso, pouca). O importante, então, era determinar as condições que operavam nessa determinada situação para criar essa variação (Khurana, 1995).

Desenvolvimento adicional de categorias e subcategorias

Como mencionado no início deste capítulo, codificação axial e aberta não são atos seqüenciais. Uma pessoa não pára de codificar propriedades e dimensões enquanto desenvolve relações entre conceitos. As duas ações ocorrem juntas muito naturalmente, como demonstrou nosso capítulo sobre microanálise (Capítulo 5). Tanto dimensões como relações acrescentam densidade e poder explanatório à teoria e vão continuar a surgir durante a análise.

Uma categoria é considerada *saturada* quando parece não surgir nenhuma nova informação durante a codificação, ou seja, quando não se vê novas propriedades, dimensões, condições, ações/interações ou conseqüências nos dados. Porém, essa declaração é uma questão de grau. Na realidade, se a pessoa procurar com afinco, sempre vai encontrar propriedades ou dimensões adicionais. Sempre há potencial para surgimento do “novo”. A saturação é mais uma questão de encontrar um ponto na pesquisa no qual coletar dados adicionais parece contraproduzitivo; o “novo” que é revelado não acrescenta muita coisa à explicação naquele momento. Ou, como ocorre algumas vezes, o pesquisador fica sem tempo ou sem dinheiro, ou ambos.

Movendo-se entre indução e dedução

O conceito de indução sempre é aplicado à pesquisa qualitativa. Nossa posição sobre o assunto é a seguinte. Embora declarações de relação ou de hipóteses surjam a partir dos dados (vamos do caso específico para o geral), sempre que conceitualizamos dados ou desenvolvemos hipóteses, estamos interpretando até certo ponto. Para nós, interpretação é uma forma de dedução. Deduzimos o que está acontecendo com base nos dados, mas também com base na leitura dos dados junto com nossas suposições sobre a natureza da vida, a literatura que temos em nossa mente e as discussões que temos com nossos colegas. (É assim que nasce a ciência). Na verdade, há uma interação entre indução e dedução (como em todas as ciências). Não estamos dizendo que colocamos nossas interpretações nos dados ou que não deixamos

mos as interpretações surgirem. Ao contrário, estamos dizendo que recheemos o elemento humano na análise e o potencial para possíveis distorções de significado. Essa é a razão pela qual acreditamos ser importante para o analista validar sua interpretação por meio de comparação constante de uma parte dos dados com outra.

Demonstração da codificação axial

Em seguida, demonstramos brevemente como podemos fazer codificação axial. A categoria que codificamos é "ficar chapado". Usamos o mesmo formato de antes, apresentando uma seção de uma nota de entrevista e depois redigindo um memorando a respeito dessa entrevista. As notas foram tomadas na mesma entrevista sobre adolescentes e uso de drogas apresentada no Capítulo 8. Observe que, na codificação axial, como na codificação aberta, o analista continua a fazer todos os tipos de questões geradoras, fazendo comparações constantes e teóricas e usando as ferramentas analíticas descritas anteriormente. Observe também que é impossível codificar em torno da categoria "ficar chapado" sem trazer os conceitos e idéias que surgiram da codificação que fizemos no capítulo sobre codificação aberta (Capítulo 8).

Informante: Comecei com maconha. Com maconha, você não fica chapado na primeira vez que usa. A maioria das pessoas precisa usar duas ou três vezes antes de sentir-se um pouco alta. Eu usei cinco ou seis vezes antes de me sentir alta. Experimentei em uma festa. Os jovens passaram a maconha uns para os outros; ninguém questiona. Fica subentendido que ela será passada adiante e todos vão experimentar. Eu era muito jovem, 13 anos, eu acho. Descobri que era totalmente alérgica à maconha. Nunca mais usei.

Memorando: "Ficar chapado" pode ser descrito como um ato estratégico, uma ação/interação. Consiste da "ingestão de drogas" (uma relação entre uma pessoa e uma substância) e também da "experiência corporal" (tanto física como mental) que resulta da ingestão. Ficar chapado também é um *praxema*. É uma experiência aprendida que se desenvolve com o tempo. Essa adolescente precisou fumar maconha cinco ou seis vezes antes de atingir um estado de "ficar chapado"; você tem que trabalhar com a droga ou deixar a droga fazer seu trabalho. As condições destacadas nesse parágrafo não pertencem tanto a "ficar chapado" quanto a outro fenômeno, "usar drogas". Ela usou no contexto de uma "situação de grupo". As condições expressas eram "expectativa dos pares" e "disponibilidade fácil". O que não está expresso é que ela foi a essa festa porque quis, aparentemente sabendo que haveria drogas lá. Embora a idade seja mencionada, não está claro que papel esse conceito desempenha no uso de drogas. A rela-

ção de idade com "uso de drogas" tem que ser explorada nas entrevistas subsequentes. As *consequências* de "ficar chapado" são expressas aqui. No caso dela, incluem "ter tido uma reação adversa", que provavelmente, *por sua vez*, contribuiu para que ela usasse apenas em bases "limitadas", pelo menos no caso desta droga. Este parágrafo também destaca a relação entre dois fenômenos, "ficar chapado" e "usar drogas". É necessário ingerir uma substância ou usar drogas para ficar chapado.

Entrevistador: Explique.

Informante: Fiquei nauseada e vomitei. No começo, foi um desafio. Tentei cinco ou seis vezes e nada aconteceu. Você começa a pensar o que está errado com você. Você quer sentir a mesma coisa que os outros. Eu pensei, já cheguei até aqui; quero terminar e ficar alta. A primeira vez que me senti alta, foi realmente divertido. Me senti tonta. Eu estava com uma amiga. Parecia que estava em outro mundo. Foi divertido. Tive uma reação muito forte à maconha. A maioria das pessoas fica bem. Para mim, foi como ficar intoxicada com álcool. A segunda vez, eu também estava com minha amiga. Nós rimos muito e realmente nos divertimos. Depois dessa vez, deixei de ser divertido porque passou a me fazer mal. Ocasionalmente depois disso, usei algumas vezes só para ver o que acontecia e sempre me dava a mesma reação.

* * *

Memorando: Algumas propriedades de "ficar chapado" são destacadas nessas frases. Ela nos diz que "ficar chapado" pode ser uma experiência *prazerosa* (foi divertido) ou uma experiência *desagradável*. Além disso, ela explica que o processo de ficar alto pode ser *lento* ou *rápido*. Para ela, foi lento e veio com algumas consequências – "sentir-se diferente ou separada dos pares" – o que, por sua vez, tornou-se parte do próximo conjunto de *condições contextuais*, pois ela queria continuar usando maconha para ter a experiência de ficar alta como seus amigos. O que não foi dito diretamente, mas que está implícito, é que outros adolescentes compartilham suas experiências ou discutem "ficar chapado" por meio de "conversas sobre drogas". Outra propriedade destacada é que a reação de uma pessoa ao uso de drogas pode ser *forte* ou *fraca*. A dela foi forte. Ela também nos diz que *consequências* podem surgir com o tempo, que podem mudar de ser divertido (querer fazer isso novamente) para fazer mal (não querer usar drogas novamente). Passar mal é uma *consequência* imprevista que passou a fazer parte do próximo conjunto de condições contextuais que afetam o desejo de fumar maconha novamente, embora ela usasse ocasionalmente para determinar se os efeitos desagradáveis continuavam. Outro aspecto da propriedade "reação" é que ela pode ser

repetida (todas as vezes) ou não-repetida (algumas vezes ou nunca mais). Além disso, podemos acrescentar à nossa lista de condições que compõem o contexto de uso de drogas a de "imitação dos pares", ou seja, o desejo de experimentar a sensação de ficar alto como os outros.

Entrevistador: Fale-me mais sobre quando foi divertido.

Informante: Bem, você fica em um estado mental diferente, em um estado de consciência diferente. Tem algo em você que parece controlar o modo como você pensa, como vê o mundo. Tem essa substância estranha em você que mexe com seu cérebro. É diferente do divertimento normal de quando você não está sob efeito de drogas. Ao contrário, você está se permitindo ser influenciado por essa substância, deixando que ela te guie. A maioria das pessoas pode sair desse estado e reassumir o controle rapidamente, se quiser ou precisar. Elas apenas querem ficar relaxadas, felizes. Apenas nos sentamos e conversamos. Algumas vezes, dizemos coisas bizarras. É como se suas perspectivas de vida se abrissem, deixando que você veja as coisas de outras maneiras – formas sobre as quais você nunca pensou antes. Isso incentiva seu pensamento, deixa você perceber as coisas de forma diferente. Você fala sem reservas [e] sem tendências. Não sei explicar exatamente.

* * *

Memorando: Aqui, nossa informante nos descreve a experiência real de "ficar chapado", permitindo-nos definir o conceito em termos de suas propriedades. Ela está nos dizendo que "ficar chapado" é como ficar "em um estado alterado" da mente. É um processo de "deixar acontecer", de deixar a droga te influenciar. Provavelmente, essa é a razão pela qual "ficar chapado" é uma experiência de aprendizado; a pessoa tem que aprender como lidar com a droga e deixar acontecer. Ela também informa que as pessoas têm certo grau de controle sobre esse estado alterado por meio do qual podem sair se necessário. A pessoa também pode descrever a situação como "relaxante", dizer que "abre a mente", "encoraja a exploração" e "transforma percepções".

Entrevistador: Continue. Você está se saindo muito bem.

Informante: Enquanto o álcool derruba suas inibições, a maconha não derruba. Você não diz para as pessoas seus segredos mais sombrios e mais profundos quando está alto como você poderia fazer ao ingerir álcool. Com o álcool você perde suas inibições, mas com maconha você as mantém. A maioria das pessoas, mesmo quando estão altas, tem controle sobre si mesmas. Elas sabem exatamente o que estão falando e fazendo. Como eu disse, minha reação à maconha foi bastante rara. Tive uma reação forte.

[Pelo menos] 90% das pessoas mantêm o controle e não têm qualquer problema. Eu me senti nauseada. Não precisou muito para eu ficar superchupada. Então, caí fora. Não tenho controle total do que estou fazendo. Fiquei em um estado de torpor. Vomitei. Não foi uma experiência agradável para mim.

* * *

Memorando: Permanecer "no controle", tanto em relação a si mesmo como ao uso de drogas, parece ser uma *propriedade* importante de "ficar chapado". Ela nos diz que, para ela, "manter o controle" está relacionado a não "perder suas inibições" ou "revelar segredos" e "saber" o que a pessoa diz e faz. Ela também nos dá outro conceito, "superchapada", com "super" sendo uma dimensão do grau de "ficar chapado", que parece variar de ficar "superchapado" a "manter o controle", acrescentando maior definição à nossa categoria. Algumas das *conseqüências* de ficar "superchapado" (relacionando a dimensão de "super" com as *conseqüências*) são ter "uma experiência desagradável *versus* uma experiência agradável". Os específicos disso para ela foram "sentir-se em torpeda, não ter controle e sentir-se mal".

Uso de miniestructuras e outras técnicas de registro

Manter o registro da análise durante a codificação axial é importante. Dois mecanismos de registro que apresentamos aqui incluem o uso de miniestructuras e diagramas conceituais, ambos criados para mostrar relações entre conceitos. *Miniestructuras* são as estruturas teóricas diagramais pequenas que surgem como resultado de nossa codificação em torno de um conceito. Diagramas são mecanismos muito importantes. O uso deles deve começar já no início da análise porque ajudam o analista a pensar sobre possíveis relações. Dey (1993) deixou esse ponto muito claro quando disse: "Os diagramas não são apenas uma forma de decorar nossas conclusões, eles também nos ajudam a chegar a essas conclusões" (p. 192). No Capítulo 14 falaremos mais sobre memorandos e diagramas.

Tendo atingido este ponto em nossa análise, poderíamos resumir nossos resultados usando uma miniestructura (Figura 9.1). Isso nos ajudaria a manter em mente nossas relações entre conceitos à medida que prosseguimos com a análise. Também apontaria lacunas em nossa teoria derivada e indicaria quais dados adicionais precisaríamos coletar para desenvolver mais completamente as categorias. Observem como, nessa miniestructura, reunimos dois conceitos importantes – "uso de drogas" e "ficar chapado" – e indicamos como eles se cruzam em um nível dimensional.

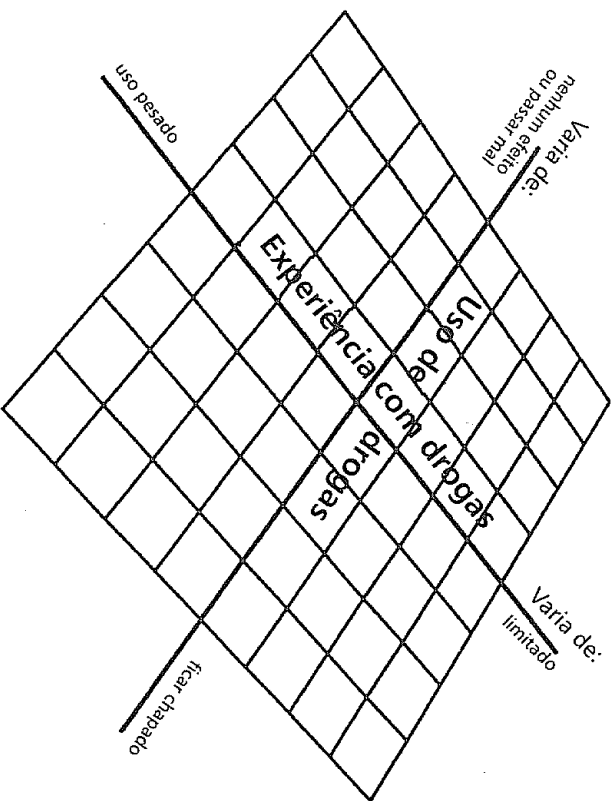


Figura 9.1 Miniestrutura mostrando o cruzamento entre dois conceitos importantes.

NOTA: As linhas mais grossas representam a interseção das categorias importantes. As linhas mais finas representam a interseção das categorias inferiores com as categorias importantes e umas com as outras.

Resumo

Este capítulo discutiu como codificamos em torno do eixo de uma categoria para acrescentar a ela profundidade e estrutura. Apresentou o paradigma como um mecanismo analítico conceitual para organizar dados e integrar estrutura com processo. Na codificação axial, nossa meta é desenvolver sistematicamente as categorias e relacioná-las. Esse passo da análise é importante porque estamos construindo teoria. Classificar as relações entre conceitos e subconceitos pode ser difícil. Os analistas iniciantes devem lembrar-se que o importante não é a noção das condições, das ações/interações e das consequências; ao contrário, o importante é descobrir formas por meio das quais as categorias se relacionam umas com as outras. O paradigma é apenas um mecanismo que os analistas podem usar para pensar sobre tais relações. Embora útil, o paradigma nunca deve ser usado de forma rígida; caso contrário, ele se torna o fim, e não o meio.

Também é importante os analistas lembrarem que a compreensão de como os conceitos se relacionam pode ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar – no meio da noite, enquanto lê o jornal ou enquanto conversa com os colegas. Tenha sempre por perto papel e caneta, anote essas “experiências *aha*” e traga-as para a análise. (Strauss sempre se referia a esse processo como nossa mente subliminar no trabalho). Alguns pesquisadores consideram útil manter diários nos quais registram seus processos de pensamento e a forma como seus conceitos foram desenvolvidos e transformados durante o curso dos projetos de pesquisa. Esses diários são consultados durante a fase de redação e ajudam a explicar ao público como os pesquisadores chegaram às suas conclusões.

Codificação Seletiva

Definição de Termos

Codificação seletiva: o processo de integrar e de refinar a teoria.

Saturação teórica: o ponto no desenvolvimento da categoria em que não surgem novas propriedades, dimensões ou relações durante a análise.

Limite de variabilidade: o grau em que um conceito varia dimensionalmente ao longo de suas propriedades, com a variação sendo construída na teoria por meio de amostragem em busca de diversidade e de amplitude de propriedades.

Na codificação aberta, o analista está preocupado em gerar categorias e suas propriedades e depois tentar determinar como as categorias variam dimensionalmente. Na codificação axial, as categorias são sistematicamente desenvolvidas e associadas às subcategorias. Porém, somente depois que as principais categorias são finalmente integradas para formar um esquema teórico maior é que os resultados de pesquisa assumem a forma de *teoria*. Codificação seletiva é o processo de integrar e de refinar categorias. Este capítulo descreve esses processos.

Integração

Dados transformando-se em teoria

Observar a teoria se desenvolvendo é um processo fascinante. Isso não acontece da noite para o dia (embora alguém possa ter uma “inspiração” súbita). Isso não brota de uma página, como mágica. Ao contrário, a integração é um

processo contínuo que ocorre com o tempo. Alguém poderia dizer que ela começa com a primeira parte da análise e não termina até a redação final. Como ocorre em todas as fases da análise, a integração é uma interação entre o analista e os dados. Dentro dessa interação, estão o formato analítico, que inclui não apenas quem o analisa e mas também a evolução do pensamento que ocorre com o tempo por meio da imersão nos dados e o conjunto cumulativo de resultados que foram registrados em memorandos e diagramas. Embora possamos encontrar nos dados dicas de como os conceitos se relacionam, elas só surgem depois que as relações são reconhecidas como tal pelo analista. Além disso, sempre que houver reconhecimento, há um certo grau de interpretação e de seletividade. Mas, acima de tudo, integração é um trabalho árduo. Como escreveu Paul Atkinson, co-autor de um excelente livro sobre pesquisa de campo (Hammersley e Atkinson, 1983), em uma comunicação pessoal:

Esse aspecto – reunir tudo – é uma das coisas mais difíceis, não é? Independente de realmente conseguir isso, é difícil injetar o *mix* correto de (a) fé que isso pode e será atingido e terá reconhecimento, (b) que isso precisa ser trabalhado e que não é baseado em inspiração romântica, (c) que não é como a solução de um quebra-cabeças ou de um problema de matemática, mas precisa ser criado, (d) que você nem sempre pode juntar tudo em uma única versão e (e) que qualquer projeto pode gerar diversas formas diferentes de reunir tudo.

Este capítulo apresenta diversas técnicas analíticas criadas para facilitar a integração. As técnicas são especialmente úteis quando um analista está perplexo, sentindo que os dados estão começando a “tomar forma”, mas sem ter certeza de como explicar esses sentimentos intuitivos. O capítulo também discute procedimentos para refinar a teoria desde que o analista esteja comprometido com um esquema teórico.

Pontos importantes

Há várias ideias importantes das quais devemos nos lembrar enquanto lemos este capítulo. Como informado antes neste livro, os conceitos que alcançam a posição de categoria são abstrações; eles não representam apenas a história de uma pessoa ou de um grupo, mas, sim, as histórias de muitas pessoas ou grupos reduzidos a e representados por, vários termos altamente conceituais. Embora não sejam mais dados específicos de uma pessoa, de um grupo ou uma de organização, as categorias são derivadas ao comparar dados de cada caso; dessa forma elas poderiam, em um sentido geral, ter re-

levância para, e ser aplicadas a, todos os casos no estudo. São os detalhes incluídos em cada categoria e subcategoria, por meio da especificação de propriedades e as dimensões, que destacam as diferenças e variações de caso dentro de uma categoria.

Segundo, se a construção de teoria é de fato a meta de um projeto de pesquisa, então os resultados *devem* ser apresentados como um conjunto de conceitos inter-relacionados, não apenas como uma listagem de temas. Declarações relacionais, como conceitos, são abstraídas dos dados. Porém, como são abstrações interpretadas e não detalhes descritivos de cada caso (dados brutos), elas (como os conceitos) são “construídas” pelo analista a partir dos dados. Por “construídas”, queremos dizer que um analista reduz dados de muitos casos em conceitos e em conjuntos de declarações relacionais que podem ser usados para explicar, em um sentido geral, o que está acontecendo. Raramente esses conceitos ou essas declarações são as palavras exatas de um informante ou de um caso, embora possam ser (ex.: códigos *in vivo*). Geralmente representam a voz de muitos.

Terceiro, há mais de uma forma de expressar declarações relacionais. Em nossas próprias publicações, elas não são apresentadas como hipóteses ou proposições explícitas. Ao contrário, tendem a ser entremeadas inocuamente na narrativa, como demonstrado no memorando integrador que se segue sobre uso de drogas pelos adolescentes. Porém, não há razão pela qual não se possa ser mais específico e fazer uso de declarações explanatórias como “sob essas condições”, “então” e “quando esse conjunto de fatos ocorrer”. É uma questão estilística, em grande parte resultado da perspectiva teórica e da disciplina para a qual o pesquisador está escrevendo. Não há apenas *uma* forma correta de declarar relações. O elemento essencial é que categorias são inter-relacionadas em um esquema teórico maior.

Descobrimo a Categoria Central

O primeiro passo na integração é decidir a categoria central. A categoria central (algumas vezes chamada de categoria básica) representa o tema principal da pesquisa. Embora a categoria central surja da pesquisa, ela também é uma abstração. Em um sentido exagerado, consiste de todos os produtos de análise, condensados em poucas palavras, que parecem explicar “sobre o que é a pesquisa”. Por exemplo, retornando a nosso estudo hipotético sobre uso de drogas pelos adolescentes, podemos conceitualizar a essência da pesquisa como sendo “Uso de drogas pelos adolescentes: uma fase de experimentação”. Essa explicação é a *massa* interpretada do que é a pesquisa, de quais parecem ser os itens ou os problemas importantes para os participantes. Outro pesqui-

sador, vindo de uma orientação teórica diferente e tendo outra questão de pesquisa, poderia chegar a uma interpretação bem diferente. Porém, uma vez que o analista explique em detalhes como chegou a uma conceitualização, outros pesquisadores, independente de sua perspectiva, podem conseguir seguir o caminho da lógica do analista e concordar que essa é uma explicação plausível para o que está acontecendo.

Crêterios para escolher uma categoria central

A categoria central tem poder analítico. O que dá a ela esse poder é sua capacidade de reunir outras categorias para formar um todo explanatório. Além disso, uma categoria central também deve ser capaz de responder por variação considerável dentro das categorias.

A categoria central pode surgir a partir da lista de categorias existentes. Ou um pesquisador pode estudar as categorias e determinar que, embora cada categoria conte uma parte da história, nenhuma delas captura a história inteira. Dessa forma, é necessário outro termo ou frase mais abstrata, uma idéia conceitual sob a qual todas as outras categorias possam ser agrupadas. Strauss (1987) forneceu uma lista de critérios que podem ser aplicados a uma categoria para determinar se ela se qualifica:

Crêterios para escolher uma categoria central

1. Ela deve ser central, ou seja, todas as outras categorias importantes podem ser relacionadas a ela.
2. Deve aparecer freqüentemente nos dados. Isso significa que em todos os casos, ou quase todos, há indicadores apontando para este conceito.
3. A explicação que resulta da relação das categorias é lógica e consistente. Os dados não são forçados.
4. O nome ou a frase usada para descrever a categoria central deve ser suficientemente abstrata, de forma que possa ser usada para fazer pesquisa em outras áreas substanciais, levando ao desenvolvimento de uma teoria mais geral.
5. À medida que o conceito é refinado analiticamente por meio de integração com outros conceitos, a teoria ganha mais profundidade e mais poder explicatório.
6. O conceito consegue explicar variações e também o ponto principal dos dados; ou seja, quando as condições variam, a explicação ainda é válida, embora a forma na qual um fenômeno seja expresso possa parecer um pouco diferente. Devemos ser capazes de explicar casos contraditórios ou alternativos em termos dessa idéia central. (p. 36)

Escolhendo entre duas ou mais possibilidades

Os analistas algumas vezes identificam dois possíveis temas ou idéias centrais nos dados. Nossa sugestão, especialmente para analistas iniciantes, é selecionar uma idéia como categoria central e então relacionar outra categoria (ou categorias) àquela idéia central. Por exemplo, embora "corpo" surja como um conceito importante em nosso estudo sobre pacientes com doenças crônicas e suas esposas, focamo-nos no trabalho do casal para controlar a doença. Somente mais tarde é que pegamos o conceito de "corpo" e, por meio da análise de outros dados, transformamos nossas idéias em um esquema teórico sobre o corpo.

Dificuldade de decidir sobre uma categoria central

Às vezes os alunos, especialmente aqueles atuando em campos práticos, acabam sendo pegos nos detalhes descritivos de um estudo. Ou ficam tão atolados nos dados que não conseguem obter a distância necessária para comprometer-se com uma idéia central. Para eles, todas as idéias nos dados têm a mesma importância. Ler memorandos não ajuda; o analista fica ainda mais confuso com todas as informações contidas neles. Quando isso acontece, é hora de consultar um professor, um colega ou alguma outra pessoa instruída, que esteja disposta a sentar com o analista e ajudá-lo em sua pesquisa. Algumas vezes, os alunos sentem-se inseguros e só precisam de confirmação que estão no caminho certo. Outras vezes, precisam de ajuda para distanciar-se dos detalhes dos dados. A "pessoa de fora" pode fazer uma série de perguntas dirigidas, forçando o analista a responder com comentários abstratos, mas diretos. O simples fato de ter alguém para ouvi-lo geralmente já ajuda o analista a ganhar essa distância.

Técnicas para Auxiliar a Integração

Há muitas técnicas que podem ser usadas para facilitar a identificação da categoria central e a integração de conceitos. Entre elas está a redação de um envelope, o uso de diagramas e a revisão e organização de memorandos, seja à mão ou por meio de um programa de computador (se estiver usando um).

Redigindo o envelope

No momento em que o pesquisador começa a pensar sobre integração, ele já está inmerso nos dados há algum tempo e geralmente tem uma "idéia" de qual é o tema da pesquisa, embora possa ter dificuldade de articular isso. Uma forma de

avancar nesse impasse é sentar-se e escrever umas poucas linhas descritivas sobre "o que parece estar acontecendo aqui". Podem ser necessários dois, três ou até mais começos para conseguir articular concisamente o pensamento de uma pessoa. No final, vai surgir uma história. Geralmente, retornar aos dados brutos e reler várias entrevistas ou observações ajuda a estimular o pensamento. Isso tende a dar certo se a **pessoa lê não em busca de detalhes, mas, sim, de um sentido geral**, reuando e fazendo as seguintes perguntas. Qual é a principal questão ou problema com o qual essas pessoas parecem estar lutando? O que está me atrapalhando seguidamente? O que resulta, embora talvez não seja dito diretamente?

Para entender como poderia ser uma história descritiva, considere o seguinte exemplo. A história surge de um estudo hipotético sobre uso de drogas pelos adolescentes.

Memorando: Identificando a história. Este estudo consistiu de cem entrevistas com jovens adultos com cerca de 20 anos que usaram drogas durante a adolescência. Estávamos interessados em descobrir por que os adolescentes usaram drogas e como percebiam ou descreviam aquela experiência agora que não eram mais adolescentes. Eles estavam fazendo uma retrospectiva; assim, tinham mais distância ou perspectiva do que se tratava e, devido a essa distância, conseguiam apresentar sua história com mais discernimento do que provavelmente teriam se fossem entrevistados durante sua adolescência. O fato de olhar para trás e falar a respeito disso de uma perspectiva "presente" talvez seja a razão pela qual obtivemos a seguinte história:

História descritiva. O que continua nos surpreendendo em relação a essas entrevistas é que, embora muitos adolescentes usem drogas, poucos se tornam usuários pesados. Parece ser um tipo de experimentação adolescente, uma fase de desenvolvimento na vida deles, que marca a passagem da infância para a adolescência e da adolescência para a vida adulta. Eles aprendem sobre drogas e também sobre si próprios, ganham aceitação de seus pares e desafiam a autoridade adulta por meio do uso de drogas. É um comportamento muito específico que os separa da família, mas, ao mesmo tempo, permite que façam parte do grupo de adolescentes. Eles usam drogas para descobrir quem são e para aprender que podem controlar seu próprio comportamento em relação ao uso de droga. Depois, quando assumem papéis mais adultos, descobrem que não têm mais desejo de usar drogas ou, se têm, usam de forma recreativa. Era uma coisa de adolescente que não interessa mais para eles. O uso de drogas por parte dos adolescentes é uma fase transicional para a maior parte deles – uma época de passagem entre a infância e a vida adulta, marcada por potencial experimentação com muitos tipos de comportamento, um deles sendo o uso de drogas. Muitos limitam o uso de drogas a festas ou aos momentos em que estão com os amigos.

Passando de descrição para conceitualização

Uma vez que o analista compreenda a essência da pesquisa, está pronto para dar um nome àquela idéia central e para relacionar outros conceitos a ela. Se nenhum conceito existente parece capturar a substância totalmente, então deve-se usar outro conceito mais amplo. Como tínhamos noções sobre a natureza experimental do uso de drogas por parte dos adolescentes em nossos memorandos, mas nenhum nome real para isso, tivemos que criar um conceito que capturasse a essência desse processo. Decidimos conceitualizar nossa idéia central como "Uso de drogas pelos adolescentes: um rito de passagem". Para nós, isso indica que o uso de droga era basicamente limitado e experimental e servia como um processo que marcava a transição da adolescência para a vida adulta. Evidentemente, essa idéia central deve se ajustar aos dados, então o próximo passo é escrever a história novamente, mas, desta vez, usando as categorias existentes. Ao usar conceitos, também construímos *associações* entre eles. A seguir temos um exemplo de um *memorando de enredo*, ou um memorando que conta a história usando conceitos e suas associações. Observe as declarações por meio das quais os conceitos são conectados e sua similaridade às características do paradigma apresentado no capítulo sobre codificação axial (Capítulo 9). Embora não necessariamente redigidas como "estas condições estão associadas a este fenômeno ou processo" ou "esta ação gerou este resultado", relações como essas estão implícitas. Observe também que as relações não são escritas em formato de causa e efeito. Os caminhos das associações não são tão diretos e há todos os tipos de variáveis intervenientes entrando no quadro analítico para influenciar o caminho da ação (tipo de usuário que a pessoa se torna).

Um memorando de enredo deve ser mais ou menos assim:

Memorando de enredo. Embora muitos adolescentes usem drogas, poucos continuam usando até tornar-se usuários pesados. A maioria dos entrevistados usou drogas por um tempo limitado e em quantidades limitadas e depois, quando a novidade se desgastou, parou de usar. Para eles, foi mais como um período transicional durante a adolescência, no qual experimentaram comportamentos diferentes e às vezes "arriscados", que descartaram quando o comportamento não lhes interessava mais ou deixou de atender seus propósitos. Esse foi um passo importante em seu desenvolvimento, pois lhes permitiu *desafiar a autoridade e assumir o controle* dos fatos em sua vida durante uma época em que estavam tentando definir "quem eles eram" enquanto seres independentes de seus pais, e ainda tinham muita necessidade de suporte e de aceitação de seus pares, porque não estavam prontos para andar com suas próprias pernas enquanto adultos. Usaram drogas como um tipo de experimento ou rito marcando esse período em sua vida. Ou seja, geralmente começavam experimentando

drogas em uma festa ou com os amigos, indicando sua natureza interacional social (exceto para aqueles que passaram a ser usuários pesados). Ao usar drogas, os adolescentes mostravam **solidariedade** com seus pares e **disposição** para desafiar a autoridade. Era uma forma de **ganhar** aceitação e, na maioria das vezes, era uma experiência **prazerosa**. Olhando para trás agora, enquadrando jovens adultos, eles podem dizer que isso também demonstrava sua **capacidade** de fazer escolhas e de **adotar medidas** para conter os riscos. Eles acham que **cresceram** emocionalmente com a experiência. As condições que levaram ao uso de droga foram: **o acesso era fácil**, houve **pressão dos pares** para usar e eles **ganham aceitação dos pares ao fazê-lo**. A maioria **não usava** drogas para **fugir** da realidade da vida, para **aliviar** dores físicas ou psicológicas, para **sentir-se melhor** ou para **lhes dar coragem**; essas razões geralmente eram citadas por aqueles que prosseguiram na droga e se tornaram usuários pesados. As quantidades e os tipos de drogas usadas por esses adolescentes variavam. Agrupando-os de acordo com suas dimensões, sugerim quatro tipos de padrões de usuários: os **não-usuários**, os **experimentadores limitados**, os **usuários recreacionais** e os **usuários pesados**. Para cada tipo de usuário, a passagem foi diferente. Uma condição típica que determinava o tipo de usuário e a natureza da passagem era a experiência de uso de droga, que conceitualizamos como **"ficar chapado"**. "Ficar chapado" criou o contexto a partir do qual surgiram os diferentes tipos de usuários. Era o "rito" que marcava a passagem deles, de certa forma iniciando-os no grupo e determinando o resultado. Um adolescente usou ou não usou drogas, ficou e não ficou **chapado**. Aquelos que ficaram chapados ficaram em vários graus com diversos resultados e frequências variadas. A maneira como a pessoa passou pela experiência de ficar chapado, por sua vez, influenciou o fato de ela continuar ou não usando drogas e seu grau de utilização. Ficar chapado é um processo aprendido. Uma de suas propriedades é o grau de controle que a pessoa mantém sobre seu comportamento. **Controle sobre comportamento** é uma propriedade e, ao mesmo tempo, uma subcategoria de **ficar chapado**. Ficar chapado e manter o controle sobre o comportamento variam, dependendo do tipo de droga ingerida, da **frequência** com que a droga é usada, de experiências prévias, de **motivações pessoais**, de **percepções** do que a droga parece fazer por aquela pessoa, da **quantidade ingerida**, etc. Ficar chapado era visto como uma **experiência positiva ou negativa**. Mesmo quando ficar chapado era visto como uma experiência negativa, algumas pessoas continuavam a usar porque não podiam dizer "não", queriam ser como os outros, achavam que aquela tinha sido apenas uma viagem ruim, ou tornavam-se física e psicologicamente dependentes da droga. As consequências de longo prazo estão relacionadas a uma retrospectiva e à percepção de que aquela foi apenas uma fase em suas vidas, um comportamento que era importante na época, mas que agora foi superado. Eles nunca se tornaram física ou psicologicamente viciados. Aquelos que mencionaram que foi uma frase de crescimento disseram que achavam isso porque podiam *man-*

ter controle sobre seu comportamento, minimizar os riscos através de comportamento cuidadoso e aprender por si mesmos o que significavam as drogas e ficar chapado. Era um comportamento arriscado, mas a maioria não se tornou viciado. Os meios de ação/interação por meio dos quais os adolescentes conheceram as drogas, os tipos de drogas, onde comprar, como usá-las e seus perigos, e por meio dos quais os adolescentes compartilhavam suas experiências com drogas com seus pares foram chamados de **"conversas sobre droga"**. Essas conversas eram uma parte muito importante do "rito de passagem". Porém, conversas sobre drogas não circulam apenas entre adolescentes. Também há conversas sobre drogas entre figuras de autoridade. Conversas sobre drogas podem assumir vários formatos. Elas podem ser **informativas, negativas, prementes ou ostensivas**.

Para os não-usuários, o que marcou o rito de passagem foi o fato de não sucumbir à pressão dos pares, ser capaz de dizer "não" às drogas e não desistir experimentalmente nem mesmo em bases limitadas. O "não" cerimonial foi a prova de que eles poderiam resistir à pressão dos pares e ganhar aceitação sem usar drogas. Então, para eles, a não experimentação e o não ficar chapado também foram um rito de passagem, assim como ficar chapado foi um rito para aqueles que usaram drogas. Para aqueles que se tornaram "usuários pesados", a experimentação inicial de drogas foi um rito de passagem, mas uma passagem para o vício (embora nem sempre irreversível). Para os "experimentadores limitados", usar drogas e ficar chapado fizeram parte de um rito ou cerimonial, atendendo um propósito específico durante um período transacional da vida. Para aqueles que acabaram se tornando "usuários recreacionais", o uso de drogas foi a iniciação em um processo social prazeroso que continuou posteriormente em suas vidas, mas apenas ocasionalmente e nunca interferindo no seu dia-a-dia.

Embora talvez possa haver uma explicação melhor, nossa conceitualização do que está acontecendo (ou seja, uso de droga pelos adolescentes como um rito de passagem) parece ajustar-se aos dados e oferece uma interpretação do tema da pesquisa. Nossas categorias se ajustam logicamente à categoria principal. A conceitualização também fornece uma explicação para nossos extremos dimensionais: os não-usuários e os usuários pesados. Também poderíamos usar o conceito para estudar outros tipos de comportamentos (ex.: sexo inseguro) entre adolescentes. Ver o uso de droga por parte dos adolescentes como um rito de passagem é uma idéia interessante, que retira parte da negatividade e do tom acusatório associado ao uso de droga por parte dos adolescentes. Talvez ao entender o significado do uso de droga pelos adolescentes, os adultos possam ajudar os adolescentes a encontrarem substitutos aceitáveis ou outros comportamentos mais aceitáveis que possam servir como um rito de passagem.

Usando diagramas

Há ocasiões em que, seja por questão de preferência ou porque o analista é uma pessoa mais visual, os diagramas são mais úteis do que o entredo para tratar as relações entre conceitos. Embora o assunto dos diagramas seja tratado com mais profundidade no Capítulo 14, é importante dizermos aqui algumas poucas palavras. Os diagramas podem ser ferramentas valiosas para a integração. Diagramar é útil porque permite ao analista ganhar distância dos dados, forçando-o a trabalhar com conceitos e não com os detalhes dos dados. Também exige que o analista pense muito cuidadosamente sobre a lógica das relações porque, se as relações não forem claras, os diagramas ficarão desordenados e confusos. Se o analista faz uso dos diagramas durante todo o processo de pesquisa, a sucessão de diagramas operacionais deve resultar em uma história integradora. Porém, se o analista tiver poucos diagramas ou, se após rever os diagramas anteriores, ele ainda não tiver certeza sobre a natureza das relações entre os conceitos, algo que pode facilitar o processo integrador é sentar-se com um professor, um consultor ou um colega para explicar, por meio dos diagramas, o que está ocorrendo. Novamente, fazer perguntas dirigidas ou “consultar” uns poucos casos representativos pode estimular o pensamento sobre as relações. Algumas vezes, há diversas tentativas antes que um diagrama “pareça correto”.

Diagramas integradores são representações muito abstratas dos dados. Eles não precisam conter todos os conceitos que surgiram durante o processo de pesquisa, mas devem focar-se naqueles que alcançam o *status* de categorias importantes. Os diagramas devem fluir com uma lógica aparente, sem muita explicação. Além disso, diagramas integradores também não devem ser muito complicados. Diagramas com muitas palavras, linhas e setas são difíceis de serem “lidos” pelas pessoas. Os detalhes devem ser deixados para a parte escrita (ver Figura 10.1).

Revendendo e classificando por meio de memorandos

Os memorandos são um registro das sessões analíticas. Eles são um armazém de idéias. Embora haja muitos tipos diferentes de memorandos (discutidos com mais profundidade no Capítulo 14), geralmente, à medida que a pesquisa prossegue, os memorandos se tornam mais abstratos. Eles também contêm os índices para integração, especialmente se o analista identificou sistematicamente as propriedades de conceitos ao longo de suas dimensões. Por exemplo, a consciência do pesquisador em relação aos diferentes padrões de uso de droga surgiu primeiro ao observar as diferenças dimensionais nos tipos de uso de droga, como por exemplo, por que, com que frequência, onde, com quem, que drogas, com que resultados, etc. Olhar para as diferenças entre as dimensões nos permitiu

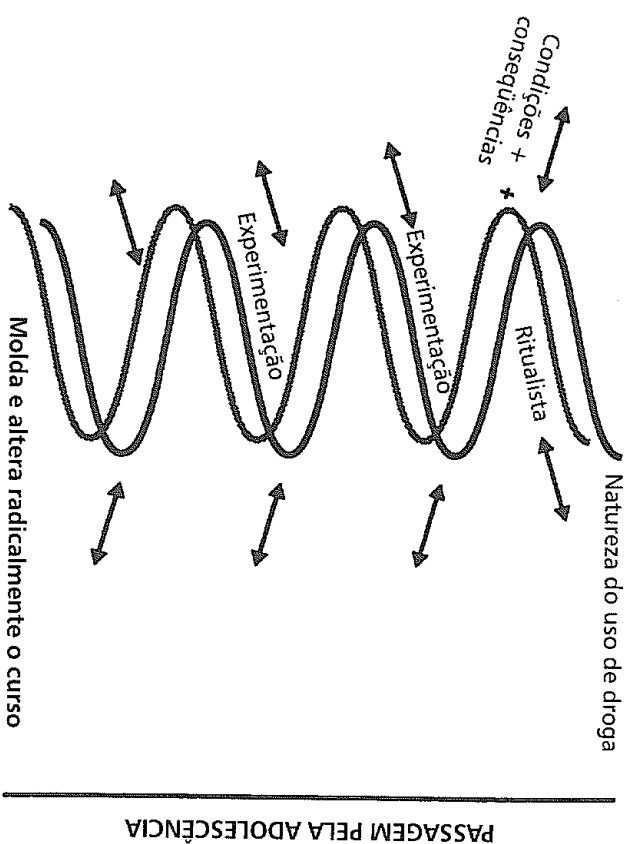


Figura 10.1 Uso de drogas: um rito de passagem.

identificar padrões de “tipos de usuários”. Olhando dimensionalmente para a experiência de “ficar chapado” (com que frequência, que drogas eram usadas, quando, onde, com quem, o que se falava sobre drogas, grau de controle mantido, etc.), conseguimos conectar essa categoria com tipo de usuário. Observamos que “usuários pesados” usavam drogas mais frequentemente, usavam drogas mais pesadas, como anfetaminas e heroína, e usavam principalmente sozinhos, comparados aos “experimentadores limitados”, que tendiam a ficar chapados apenas ocasionalmente, usavam maconha e drogas psicodélicas em vez de drogas pesadas, e tendiam a usar apenas em festas ou com amigos, como parte de um ato social.

Os memorandos geralmente são organizados por categorias. Porém, organizá-los por categorias torna-se mais e mais difícil à medida que as relações cruzadas entre as categorias se desenvolvem. O analista pode ficar confuso com a posição apropriada de um memorando e ficar preocupado em saber “em que pilha eu coloco isso?”. Se a pessoa tem cópias múltiplas de cada memorando, então pode colocar uma cópia na pilha de cada categoria à qual parece pertencer. (Sempre se pode tirar de lá depois). Uma vez organizados, os memorandos podem ser revistos. Pode ser divertido recuar e reler memorandos e, dessa forma,

observar o surgimento de um conceito (e notar nossos falsos começos e direções). Ao revisar e classificar os memorandos segundo as categorias e depois por suas associações multidimensionais, os pesquisadores podem conseguir uma quantidade considerável de integração.

Sabemos, por experiência, que os alunos se saem muito bem em sua redação de memorandos até o ponto de integração. Eles podem ter identificado um ou mais padrões (ex.: "tipos de usuários") e um processo (ex.: "ficar chapado") e talvez até alguma relação entre eles. As dificuldades que os alunos parecem ter é preparar esquemas teóricos mais abstratos que expliquem todos os seus dados. É com a integração final que a maioria dos analistas iniciantes parece precisar de ajuda. Contudo, a integração final é necessária. Sem ela, pode haver descrições interessantes e alguns temas, mas não teoria, pois não há declarações nos dizendo como esses temas se relacionam uns aos outros. Evidentemente, se o objetivo final de pesquisa da pessoa é chegar a um conjunto de resultados e não ao desenvolvimento de uma teoria, então a integração não é relevante.

Alguns pesquisadores procuram na literatura um conceito unificador que possa se ajustar a seus dados. Eles fazem isso quando já classificaram e leram todos os seus memorandos e têm um senso intuitivo de qual é a idéia central mas não têm um nome para ela. Algumas vezes, tentam localizar um conceito similar em natureza à idéia central identificada em sua pesquisa (ver, para exemplo, Miles e Huberman, 1994). Este sistema ajuda os analistas a posicionarem seus resultados no campo mais amplo de conhecimento profissional e contribui para o desenvolvimento adicional e para o refinamento dos conceitos existentes em sua área.

Porém, esta não é nossa técnica habitual, pois, com muita frequência, os conceitos existentes se ajustam apenas parcialmente aos dados. Isso também pode evitar que os pesquisadores enxerguem novas perspectivas e técnicas, e elas são importantes para o avanço do conhecimento em cada área. Preferimos que os alunos sejam mais criativos, que inventem nomes para o que está acontecendo e descrevam suas conceitualizações em termos das propriedades e das dimensões específicas que eram evidentes nos dados. Posteriormente, ao redigir seus resultados, eles podem fazer comparações descrevendo como suas conceitualizações de dados ampliam ou se ajustam à literatura existente. Algumas vezes, porém, um conceito existente descreve tão apropriadamente aquilo que está acontecendo que é impossível não usá-lo. Por exemplo, o conceito de "linha", que surgiu a partir de estudos anteriores sobre controle de doença crônica (Fagerhaugh e Strauss, 1977; Glaser e Strauss, 1975; Strauss, Fagerhaugh, Suczek e Wiener, 1985) era tão pertinente a nosso estudo de doença crônica em casais (foi encontrado em todas as entrevistas) que decidimos usá-lo como conceito organizador central, embora modificando-o e ampliando-o (Corbin e Strauss, 1988). Ou um pesquisador pode embarcar em um estudo com o objetivo de exa-

minar um conceito sob diferentes conjuntos de condições; por exemplo, ele pode usar o conceito de "consciência" (desenvolvido durante um estudo sobre a morte [Glaser e Strauss, 1965]) para fazer pesquisa sobre espíões, aumentando, assim, a generalização do conceito. Todas essas são variações das técnicas para dar nome ao conceito integrador central. Qualquer que seja o método escolhido pelo analista, o conceito unificador deve atender os critérios de categoria básica, descritos anteriormente neste capítulo.

Refinando a Teoria

Uma vez que o pesquisador tenha destacado o esquema teórico dominante, chegou a hora de refinar a teoria. Refinar a teoria consiste em rever o esquema em busca de consistência interna e de falhas na lógica, completando as categorias maldesenvolvidas e podando os excessos, e validar o esquema.

Reverendo o esquema em busca de consistência interna e lógica

Um esquema teórico deve fluir de maneira lógica e não deve ter inconsistências. Se o memorando de enredo e os diagramas forem claros, deverá haver consistência e lógica. Porém, algumas vezes durante a redação final, o pesquisador sente que algo não está muito certo e ainda precisa ser trabalhado. Sob essas condições, o pesquisador deve recuar e, mais uma vez, usar diagramas e rever os memorandos. Mas, a não ser que o analista saiba o que está procurando ou o que está faltando, a diagramação não vai ajudar.

Um bom lugar para começar é com a própria categoria central. Uma categoria central, como qualquer categoria, deve ser definida em termos de suas propriedades e de suas dimensões. Se chamamos o uso de droga pelos adolescentes de "rito de passagem", então devemos definir o que significam para nós os termos "rito" e "passagem". Como todas as categorias, a definição surge das propriedades e de suas dimensões. Mesmo que a categoria central não tenha sido nomeada em memorandos anteriores, quando o analista revê os memorandos, poderá encontrar referências à idéia nos dados, junto com propriedades e dimensões. Por exemplo, embora o termo "rito de passagem" não tenha sido usado anteriormente na pesquisa, os memorandos estão repletos de referências aos aspectos sociais do uso de drogas e de seu significado para os adolescentes, a descoberta de si mesmo e o processo de amadurecimento que ocorreu. Nos memorandos, podemos identificar que passagem variou em **natureza, tipo, duração, forma e resultados** (ou seja, as propriedades desta passagem). Assim sendo, devemos definir "rito de passagem" como um processo social interativo, que vai variar segundo o tipo de usuário, que é marcado por "ficar chapado" ou não, e que tem certos resultados em termos de crescimento. Prosseguimos para explicar melhor a definição quando redigimos o resto da teoria, mostrando como a

passagem variou dimensionalmente segundo o tipo de usuário e relacionando “tipos de usuário” a “ficar chapado”, acompanhando, então, as seqüências, a principal delas sendo ter um comportamento mais adulto ao fazer escolhas e lidar com a pressão dos pares.

Para procurar consistência e desenvolvimento lógico, o analista pode recuar e perguntar a si mesmo (porque neste momento ele está muito imerso nos dados) quais ele imagina que sejam as propriedades e depois retroceder, verificando o quanto disso foi colocado no esquema. Se ainda não estiver claro, ou se houver áreas que parecem estar incompletas, então o analista deve voltar para os dados e resolver isso. Algumas vezes, ocorre simplesmente que o analista está quase lá, mas, sem perceber, assume a posição errada em relação aos dados; ou seja, é fácil olhar para os dados da perspectiva do analista e não dos informantes enquanto pensamos estar fazendo exatamente o contrário. Por exemplo, enquanto um de nós (Corbin) escrevia sua dissertação, que tratava do controle de gravidez de alto risco por parte das mulheres, alguma coisa parecia estranha com a lógica; ela parecia não ser adequada; ou seja, o comportamento das mulheres nem sempre se ajustava às percepções de risco, que variava de alto a baixo, mudando algumas vezes durante o curso da gravidez. Finalmente ficou claro para ela que, embora estivesse sendo imparcial, na realidade, quando classificava os incidentes, definia o grau de risco da perspectiva de um profissional de saúde e não da perspectiva das informantes, que algumas vezes viam o risco de maneira bem diferente daquela vista por profissionais de saúde, agindo com base nessas percepções.

Completando as categorias mal desenvolvidas

Na construção de teoria, o analista busca densidade. Por “densidade”, queremos dizer que todas (dentro do bom senso) as propriedades e as dimensões importantes de uma categoria foram identificadas, construindo variação, dando precisão a uma categoria e aumentando o poder explanatório da teoria. Categorias mal desenvolvidas geralmente se tornam evidentes quando fazemos diagramas e classificamos memorandos. Por exemplo, se recuamos e descobrimos que redigimos muitos memorandos sobre “experimentadores limitados”, mas poucos sobre “usuários pesados” de drogas, então deveríamos retornar ao campo e reunir mais dados sobre esta categoria para preencher essa lacuna.

Esse preenchimento poderia ser feito por meio da revisão de memorandos ou dados brutos, buscando dados que possam ter sido omitidos. Ou o analista pode voltar ao campo e seletivamente reunir dados sobre aquela categoria através de amostragem teórica (ver Capítulo 13). O preenchimento de lacunas geralmente continua na fase de redação final. O analista sempre vai encontrar lacunas quando começa a escrever. O problema é decidir quando deixar como es-

tá. Nem todos os detalhes podem ser bem desenvolvidos ou postos no papel. Evidentemente, grandes lacunas devem ser preenchidas. Uma categoria deve ser suficientemente desenvolvida em termos de propriedades e de dimensões para demonstrar seu nível de *variabilidade* enquanto conceito. No exemplo anterior, atingir variação significaria ser capaz de mostrar que, mesmo dentro de uma categoria, há diferenças na maneira como a pessoa experimenta um rito de passagem e que tais diferenças podem responder pelo exame das dimensões dos tipos de drogas usados, com que frequência, etc.

O critério final para determinar se devemos ou não finalizar os processos de coleta de dados ainda é a *estrutura teórica*. Esse termo denota que, durante a análise, não surgem nos dados novas propriedades e dimensões, e que a análise responde por grande parte da possível variabilidade.

Podando a teoria

Algumas vezes, o problema não é dados insuficientes, mas, sim, excesso de dados; ou seja, algumas idéias parecem não se ajustar à teoria. Elas geralmente são conceitos estranhos, ou seja, boas idéias que nunca foram desenvolvidas, provavelmente porque não aparecem muito nos dados ou porque parecem não levar a lugar nenhum. Nosso conselho é deixá-las de lado. Se forem interessantes, então o analista pode adorá-las mais tarde, mas não há razão para associar uma teoria com conceitos que não levam a lugar nenhum ou que pouco contribuem para seu entendimento.

Validando o esquema teórico

Quando falamos de validação, não estamos falando em testar o sentido quantitativo da palavra. Isso pode ser deixado para estudos futuros, se desejado. O que queremos dizer com “validação” é o seguinte. A teoria surgiu a partir dos dados, mas, no momento da integração, ela representa uma interpretação abstrata desses dados brutos. Dessa forma, é importante determinar como a abstração se ajusta aos dados brutos e também determinar se algo importante foi omitido do esquema teórico. Há várias formas de validar o esquema. Uma forma é voltar e comparar o esquema com os dados brutos, fazendo um tipo de análise comparativa de alto nível. O esquema teórico deve ser capaz de explicar a maioria dos casos. Outra forma de validar é contar a história real aos informantes ou pedir a eles que leiam e depois comentem como ela parece se ajustar a seus casos. Naturalmente, ela não vai se ajustar em todos os aspectos de todos os casos, pois a teoria é uma redução dos dados, mas, em um sentido mais amplo, os participantes devem ser capazes de reconhecer a si mesmos na história que está sendo contada. Devem conseguir percebê-la como uma explicação razoável do que está

acontecendo, mesmo que nem todos os detalhes se ajustem a seus casos. Nesta pequena seção, levamos em conta apenas um aspecto de validação da teoria. Este tópico é discutido com mais detalhes no Capítulo 16.

O que fazer se um caso não se ajusta

Não é incomum encontrar casos extremos, aqueles que estão no limite dimensional extremo de um conceito ou que parecem bastante contrários ao que está acontecendo. Na maioria das vezes, esses extremos representam variações da teoria ou apresentam explicações alternativas. Por exemplo, no estudo sobre adolescentes e uso de drogas, suponha que encontremos casos em que os participantes se tornaram viciados em drogas e abandonaram os estudos. Como nos explica o uso de drogas como um rito de passagem se ajusta a eles? Foi uma passagem para eles também, mas uma passagem para o vício e não um passo em direção à vida adulta. Eles começaram como os outros adolescentes, sendo ceimomiosamente apresentados às drogas em uma festa. Porém, ficar chapa-do tornou-se um fim em si mesmo em vez de permanecer como um ato social através do qual compartilhavam uma experiência com outros adolescentes. A diferença está em para onde a passagem conduziu e não em saber se era ou não uma passagem. Algumas vezes, um caso representa um estado de transição entre tipos ou fases. Por exemplo, um adolescente pode não se ajustar ao perfil de usuário recreacional ou pesado; ou seja, ele pode ter propriedades dos dois tipos. Quando surge um fato estranho nos dados, geralmente há variáveis interven-toras ou condições que explicam essa variabilidade. Isso também deve ser identi-ficado. Descubrir esses casos extremos (algumas vezes chamados de “casos ne-gativos”) e incluir explicações para eles na teoria aumenta sua generalização e seu poder explanatório.

Construindo variação

Um dos problemas com alguns esquemas teóricos é que eles não respondem pe-la variação. Isso é problemático, porque faz a teoria parecer artificial, como se todas as pessoas ou organizações se enquadrassem nesses tipos ou passos nítidos e distintos de um processo. Sabemos que a vida não se ajusta a caixas qua-dradinhas. Sempre há variações em todos os processos. Algumas pessoas se mo-ven mais lentamente; outras mais rapidamente; algumas desistem e algumas to-mam um caminho diferente. Isso significa que, mesmo dentro de padrões e ca-tegorias, há variabilidade com diferentes pessoas, organizações e grupos que se encaixam em diferentes pontos dimensionais ao longo de algumas propriedades. Por exemplo, se pegássemos a categoria de “experimentadores limitados”, pode-ria haver muitas variações dentro dessa categoria: alguns adolescentes limitan-do seu uso a apenas um tipo de droga, outros adolescentes usando drogas, mas

ficando chapados apenas uma ou duas vezes, outros usando cinco tipos diferen-tes de droga, mas cada droga apenas uma vez, outros falando muito sobre dro-gas com seus pares em relação às suas experiências, e outros, ainda, mantendo sua experiência como algo pessoal. Ao redigir nossa teoria, queremos apresentar as variações tanto dentro das categorias como entre elas.

Resumo

Codificação seletiva é o processo de integração e de refinamento da teoria. Na integração, as categorias são organizadas em torno de um conceito explanató-rio central. A integração ocorre com o tempo, começando com os primeiros pas-sos da análise, e geralmente não termina até a redação final. Uma vez que se consiga um comprometimento com a idéia central, as principais categorias são relacionadas a ela por meio de declarações explanatórias de relações. Diversas técnicas podem ser usadas para facilitar o processo de integração, entre as quais falar ou escrever o enredo, usar diagramas, classificar e revisar memorandos e usar programas de computador.

Uma vez que o esquema teórico seja destacado, o analista está pronto para refinar a teoria, podando os excessos e completando as categorias maldesenvol-vidas. Categorias maldesenvolvidas são completadas por meio de amostragem teórica adicional. Finalmente, a teoria é validada através da comparação com dados brutos ou de sua apresentação aos informantes para ver a reação deles. A teoria baseada em dados deve ser reconhecida pelos participantes e, embora possa não se ajustar a todos os aspectos de seus casos, os conceitos mais amplos devem se aplicar.

Codificação para Processo

Definição de Termos

Processo: seqüências de ação/interação evolutiva, mudanças que podem ser associadas a mudanças nas condições estruturais.

Trazer o processo para a análise é uma parte essencial de nossa técnica de construção da teoria. No capítulo sobre codificação axial (Capítulo 9), apresentamos a noção de "processo". Neste capítulo, aprofundamos nossa discussão ao explicar o que queremos dizer com esse termo e como se pode descobrir processo nos dados. Reafirmamos a nossos leitores que não estamos apresentando uma nova forma de análise. Os procedimentos padrão de *fazer perguntas* e de *fazer comparações* permanecem como processos analíticos *essenciais*. O que muda um pouco é o foco analítico. Em vez de analisar dados em busca de propriedades e de dimensões, olhamos para ação/interação, acompanhando-a por um tempo para ver como ela muda, e se muda, ou o que permite que permaneça inalterada com mudanças nas condições estruturais. Mudanças em condições podem ser antecipadas, planejadas e previstas. Ou podem ocorrer de forma bastante inesperada (contingência) e exigir uma solução urgente. Então, para prosseguir com nosso objetivo, fazemos as seguintes perguntas. Qual é o processo? Por que ele é uma parte tão importante de nossa análise? O objetivo deste capítulo é responder essas perguntas. Ele começa com uma descrição geral de nossa visão de processo e termina com um exemplo de como se deve analisar os dados em busca de processo. Como processo é um termo muito evasivo, tão difícil de explicar como de capturar nos dados, talvez a melhor maneira de começar nossa discussão seja apresentando dois cenários.

Quando ouvimos uma determinada música (bem, a maioria das músicas, na verdade), é impossível não sermos envolvidos por todas as variações de tom e de som. Sabemos que música, seja *jazz*, popular ou clássica, é composta de uma série de notas, algumas mais rápidas, algumas mais lentas, umas mais altas, outras mais suaves, algumas vezes tocadas em um *leit*, outras vezes em outro, com um movimento constante de ida e volta entre as teclas. Mesmo as pausas têm um objetivo e fazem parte do som. É o toque dessas notas, com todas as suas variações e em seqüências coordenadas, que dá à música seu sentido de movimento, ritmo, fluidez e continuidade.

Para nós, processo é como uma música. Representa ritmo, formas mutantes e repetitivas, pausas, interrupções e movimentos variados que formam as seqüências de ação/interação. O próximo cenário talvez seja uma ilustração ainda mais gráfica de nossa noção de processo. Recentemente, um de nós (Corbin) estava sentado na sala de espera de um pequeno aeroporto. Não tendo outra coisa a fazer a não ser esperar, ela começou a observar o que acontecia na *lanchonete* próxima. Era uma *lanchonete* modesta, daquelas que podem ser encontradas em qualquer cidade pequena nos Estados Unidos. Havia entre 20 e 25 pessoas no local, nas mesas e no balcão. Tinha uma *garçoneite* e um *cozinheiro*. A *garçoneite* passava de mesa em mesa anotando os pedidos e levando-os ao *cozinheiro* que, depois de preparar a comida, passava à *garçoneite* para que entregasse ao cliente que estava esperando. A mesma *garçoneite* também recebia o dinheiro dos clientes, colocando-o na caixa registradora. De vez em quando, a *garçoneite* parava para falar com os clientes, servir mais café, limpar as mesas, e depois prosseguia, com seu olhar sempre atento aos sinais dos clientes. Embora suas ações/interações diferissem em formato e conteúdo durante o tempo que ela foi observada, tudo fazia parte de uma série de atos pertencentes a um fenômeno que podemos chamar de “trabalho de servir comida”. Enquanto a *garçoneite* fazia seu trabalho, os clientes estavam comendo, conversando e observando os pequenos aviões privados pousarem e decolarem.

A cena não é muito extraordinária. Na verdade, é bastante rotineira, certamente repetida dia após dia, de forma bem parecida, em *lanchonetes* do país inteiro. Embora rotineira, a ação/interação era um fluxo de atividade contínua, com uma seqüência de ações seguindo a outra. Isso não significa dizer que não houve interrupções ou problemas, mas eles tendiam a ser resolvidos como parte do fluxo contínuo de ação. Olhar a cena fez com que a observadora percebesse “Ah, sim, *isso é processo*”.

Processo, então, pode ser descrito como uma série de seqüências evolutivas de ação/interação que ocorrem no tempo e no espaço, mudando ou algumas vezes permanecendo inalteradas em resposta à situação ou ao contexto. A ação/interação pode ser estratégica, tomada em resposta a situações problemáticas, ou pode ser rotineira, executada quase sem pensar. Pode ser or-

denada, ininterrupta, seqüencial ou coordenada – ou, em alguns casos, uma bagunça completa. O que compõe o processo de ação/interação é sua natureza evolutiva e seus vários formatos, ritmos e compassos, tudo relacionado a algum objetivo.

A Interação entre Estrutura e Processo

Como mencionado no capítulo sobre codificação axial (Capítulo 9), a ação/interação ocorre dentro de um conjunto de condições ou de um contexto situacional. Como tal, estrutura e processo estão relacionados de maneiras muito complexas. Assim como o som de uma música muda com a mudança em um tom, a ação/interação evolui ou pode mudar em resposta a mudanças no contexto. Por outro lado, ação/interação pode gerar mudanças no contexto, tornando-se parte das condições que moldam a próxima seqüência de ação/interacional. Por exemplo, considere o mesmo restaurante descrito anteriormente e imagine como seria a ação/interação ou o “fluxo de trabalho” se mudássemos as condições. Poderíamos ter vários grupos grandes de pessoas entrando ao mesmo tempo e continuar com apenas uma *garçoneite* e um *cozinheiro* para servi-los. Imagine como isso iria mudar o ritmo do trabalho e a capacidade de conversar com os clientes, servir mais café, preparar a comida e servi-la antes que esfriasse, etc. O que aconteceria se o *cozinheiro* adocesse de repente e a *garçoneite* tivesse que preparar e servir a comida, ou se houvesse cinco *garçonetes* mas apenas 20 clientes? Suponha que a *garçoneite* fosse inexperiente e lenta e os clientes se cansassem de esperar pela comida. Será que a ação/interação prazerosa e amigável entre os clientes e a *garçoneite* passaria a ser de impaciência e de frustração? Cada um desses cenários diferentes tem o potencial de alterar ou mudar a natureza da ação/interação. A estrutura, então, cria o contexto para a ação/interação, sendo que esta última flui ou é interrompida à medida que pessoas ou grupos tentam alinhar seus atos à situação. Como a estrutura tende a mudar com o tempo (pense nos clientes entrando e saindo do restaurante), a ação/interação tem que mudar para ficar em linha com a estrutura. Dessa forma, processo e estrutura estão intrinsecamente ligados.

A natureza variável do processo

Alguém poderia dizer que, na melhor das hipóteses, o processo é igual a um balé coordenado ou a uma sinfonia, com cada movimento gracioso, alinhado, proposital, algumas vezes refletido e outras vezes habitual, com uma ação levando à outra. Na pior das hipóteses, poderia lembrar um tumulto em um jogo de futebol, com atos desalinhados, interrompidos, descontrolados, não-rígidos e algumas vezes lesivos. A maioria das ações/interações humanas, po-

rém, provavelmente está em uma posição intermediária. Nem sempre é tão graciosa como um balé ou tão caótica como um tumulto. Na verdade, pode ser tediosa e rotineira, mas também inusitada e criativa. O processo demonstra a capacidade de pessoas, organizações e grupos de responder às situações nas quais se encontram e/ou moldar essas situações. Além disso, o processo ilustra como os grupos alinham ou desalinham suas ações e, dessa forma, conseguem manter a ordem social, organizar um jogo, fazer uma festa, trabalhar, criar o caos ou lutar uma guerra. Enquanto pesquisadores, queremos capturar essas qualidades dinâmicas e esses cenários variados de ação/interação (ver Figura 11.1).

Conceitualizando processo

O processo nos dados é representado por acontecimentos e fatos que podem ou não ocorrer em formas ou seqüências contínuas. Ele sempre pode ser localizado em um contexto. A forma como conceitualizamos ou descrevemos o processo é variável. Embora o processo sempre seja descrito pelos analistas como estágios ou fases, ele também pode ser examinado em termos de seqüências ou de mudanças na natureza da ação/interação. A escolha da forma depende dos dados e da questão de pesquisa. Por exemplo, “experimentar drogas” é um processo. Poderíamos examiná-lo da perspectiva dos estágios ou das fases que levam à experimentação de drogas. Porém, estágios ou fases podem não ser o melhor caminho para explicar o que está acontecendo nesta situação. Talvez a ação/interação que cerca a “aquisição” e o “uso” de drogas seja mais descritiva do que está acontecendo. Nem tudo que é um processo pode ser reduzido a estágios ou a fases, nem deve ser.

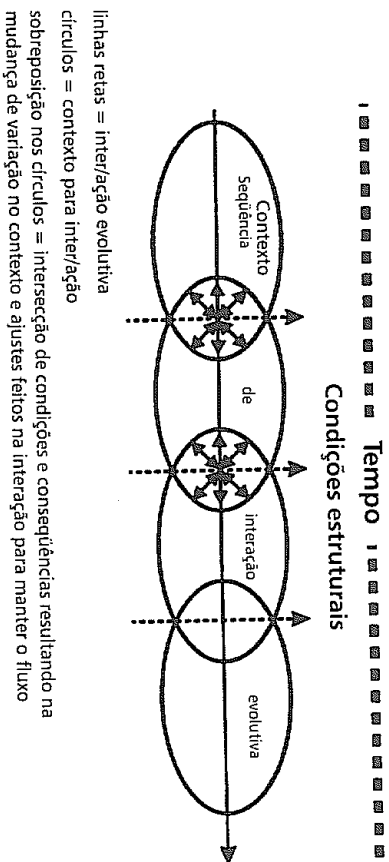


Figura 11.1 Processo.

Analisando Dados em Busca de Processo

Analisar dados em busca de processo não é um aspecto separado da análise. A codificação para o processo ocorre simultaneamente com a codificação em busca de propriedades e de dimensões e de relações entre conceitos. É parte da codificação axial e da construção de categorias. Em vez de buscar propriedades, observamos propositalmente ação/interação e notamos movimento, seqüência e mudança, além de ver como ela se desenvolve (muda ou permanece a mesma) em resposta às mudanças no contexto ou nas condições. Um exemplo seriam as mudanças nos movimentos de uma princesa bailarina quando o contexto muda com a entrada de um príncipe vilão, como no *Lago das cisnes*. A dança dela, que é pacífica e sonhadora, adquire uma qualidade mais terrível e intensa.

Analisar os dados em busca de processo tem certas vantagens. Além de dar à teoria um sentido de “vida” ou de movimento, ajuda na integração e na descoberta da variação. Examinar os dados para ver como a ação/interação muda no tempo e no espaço e em resposta às forças contingentes obriga um analista a procurar padrões. Além disso, ao relacionar processo à estrutura, estamos, na verdade, conectando categorias. Como exemplo, lembre-se que, no capítulo sobre codificação seletiva (Capítulo 10), declaramos que o “uso de drogas” poderia assumir várias formas. Havia os não-usuários, os experimentadores limitados, os usuários recreacionais e os usuários pesados. O tipo de usuário estava conectado à categoria “ficar chapado” (um processo). O fato de uma pessoa ficar ou não chapada, quando, com que freqüência, em que grau, com que drogas, etc., determinava a experiência dela com drogas e sua disposição de continuar ou não usando drogas, a freqüência de uso e quando usar; dessa forma, estava relacionado ao tipo de usuário de drogas que um adolescente se tornava. Observe novamente que as associações entre conceitos ocorrem no nível dimensional.

O fato de uma ação/interação ser repetida e rotineira não significa que ela não seja processual. Estudar a rotinização de ação/interação, especialmente nas organizações, e descobrir que condições possibilitam que ela permaneça rotineira em face das contingências (acontecimentos inesperados) pode ser uma contribuição tão importante para o desenvolvimento do conhecimento como é estudar a ação/interação inusitada e problemática.

Entre as perguntas que podem ser feitas aos dados quando analisamos em busca de processo temos as seguintes. No geral, o que está acontecendo aqui? Que problemas, questões, acontecimentos estão sendo conduzidos por meio da ação/interação, e que formatos eles assumem? Que condições se combinam para criar o contexto no qual a ação/interação está localizada? Por que a ação/interação permanece a mesma? Por que e como ela muda? As ações/interações estão alinhadas ou desalinhas? Que condições ou atividades conectam uma se-

quência de fatos à outra? O que acontece à forma, fluxo, continuidade e ritmo da ação/interação quando as condições mudam, ou seja, ela se torna desalinhada ou é interrompida ou rompida devido à contingência (mudanças não planejadas ou inesperadas nas condições)? Como a ação/interação assumida em resposta a problemas ou a contingências é similar à ou diferente da ação/interação rotineira? Que papel as seqüências de um conjunto de ações/interações desempenham na próxima seqüência de ações/interações para alterar as ações/interações ou para permitir que permaneçam inalteradas? A última questão é extremamente importante porque permite aos pesquisadores ver como as ações/interações têm seqüências, e isso geralmente se torna parte do contexto condicional no qual a próxima seqüência de ação/interação está localizada. Por exemplo, uma má experiência com "ficar chapado" pode ser o fator decisivo para transformar o usuário recreacional de drogas em um não-usuário, assim como uma experiência prazerosa com "ficar chapado" pode ser o fator decisivo que explica por que o usuário recreacional continua a usar drogas na vida adulta.

Subprocessos

Os processos geralmente podem ser divididos em subprocessos, que normalmente são táticas individuais, estratégias e ações rotineiras que compõem o ato maior. Podem mudar ou permanecer inalterados com mudanças nas condições. Se pegarmos o processo de uso de drogas, podemos dividi-lo em subprocessos, como "envolver-se em conversas sobre drogas", "obter drogas", "ingerir a substância", "passar pela experiência" e "compartilhar a experiência". Cada um desses subprocessos ainda pode ser dividido em táticas de ação/interações.

Uma técnica para análise

Não nos opomos à codificação em busca de estágios ou de fases quando isso se encaixa nos dados. O importante para nós é que o processo seja relacionado à estrutura, ou seja, o alinhamento de ações/interações com as condições, a forma como elas passam de um estágio para outro, variações dentro de uma fase, e como os resultados de um conjunto de ações/interações alimentam o contexto para fazer parte das condições que influenciam o próximo conjunto de ações/interações. O material que se segue é *biográfico*. Vamos dizer que a pergunta que fazemos é como fatos históricos importantes assumem significado pessoais para cada um. Nesse caso, o fato histórico foi a II Guerra Mundial. Chamamos o processo que estamos codificando de "personalização", significando que um fato assume importância pessoal. Apresentamos parte dos dados brutos de uma entrevista e depois uma breve análise para ilustrar como codificamos para processo.

Informante: Bem, você sabe, no começo estava tudo bem. Pearl Harbor foi bombardeada, mas era tão longe, não significava nada. Estava muito distante.

Análise: Aqui nossa entrevistada está nos dizendo que, para ela, o bombardeio de Pearl Harbor foi um "fato invisível". A palavra "invisível" aqui significa "distante", com a guerra não afetando diretamente.

Informante: Mas então começou a chegar mais perto de casa quando ouvimos as pessoas falar a respeito e dizer que o filho de alguém tinha que partir. Então meu irmão teve que ir. Meu irmão estava no exterior e não sabia sequer como disparar um revólver, mas eles o mandaram assim mesmo. A família de outros rapazes... foi terrível.

Análise: Agora, o fato se torna um "fato visível"; ou seja, chega mais perto de casa. As condições para que se tornasse um fato visível foram "ouvir as pessoas falarem a respeito" e "atingir um nível pessoal" (o irmão dela e filhos de amigos tendo que ir à guerra).

Informante: Então, nunca vou esquecer, estávamos fazendo compras na rua e minha mãe encontrou uma mulher que ela conhecia, minha mãe estava chorando porque seu filho tinha sido mandado para a guerra, e essa mulher disse: "Você deveria estar orgulhosa. Ele está lutando por seu país". Bem, algum tempo depois, o genro dessa mulher teve que ir. E aí ela não se sentia tão feliz, sabe.

Análise: Com seu irmão sendo convocado, a guerra estava começando a assumir um "significado importante". Como esta mulher está falando de fatos que provavelmente ocorreram há 50 anos, parece que a ida do irmão para a guerra, o choro da mãe e os comentários da vizinha afetaram-na o suficiente para ser mantidos na memória todos esses anos. Em termos do processo maior daquilo que parece estar ocorrendo, esse fato parece ser um "ponto de partida", um passo inicial no processo de incorporar a guerra, com todas as suas potenciais ramificações, em sua identidade.

Informante: Então você começa a ler nos jornais sobre os feridos. Esse amigo do meu marido era médico na Itália. A esposa dele tinha dois filhos. Ela foi no mercado para comprar algumas laranjas. Não me lembro exatamente, mas estavam vendendo apenas quatro por pessoa. Ela pediu mais duas. O homem gritou com ela: "Senhora, não sabe que há uma guerra acontecendo?". Coisas assim.

Análise: O “significado importante” do fato é reafirmado a cada dia por meio da leitura diária do jornal e da forma como ela e seus amigos estão sendo afetados em sua vida diária, como na capacidade de comprar comida. Fazer sacrifício tornou-se um fato compartilhado com outras pessoas. Esse fato em particular, ao contrário da convocação de seu irmão, não foi tanto um ponto decisivo, mas sim, um “reforçador”. A guerra a afetava cada vez mais em termos de identidade pessoal, em todos os tipos de “formas indiretas”. Embora haja uma série de fatos, podemos ver aqui como esses fatos são processados dentro da pessoa, de forma que cada um se torne parte da capacidade de passar para o próximo passo no processo de um fato histórico assumir um significado pessoal.

Informante: Você embrulha bandagens, meias e cachecóis de tricô. Você vai à Cruz Vermelha e ajuda.

Análise: Agora, nossa entrevistada está passando de “envolvimento passivo” para “envolvimento ativo ou direto”. Isso é uma mudança em ação/interação, pois ela começa a fazer sua parte no esforço comunitário de guerra. Todos se reúnem e trabalham em prol de um objetivo comum. Isso é esperado. Não temos certeza de que condições geraram essa mudança. Podemos apenas levantar hipóteses. Pode ser o fato de uma amiga ter pedido a ela que a acompanhasse, ou pode ter havido pressão social. Ou talvez seja porque seu marido foi convocado e ela precisava fazer algo para ocupar seu tempo. Para descobrir quais dessas condições (se houve alguma) estavam operando, temos que voltar e perguntar à entrevistada.

Informante: Então eu fui. Ben, primeiro meu marido foi convocado. Viajei com ele depois que ele recebeu sua missão. Mas antes de receber sua missão, ele estava em Camp Croft e eu fui vê-lo. Todas aquelas jovens mulheres no trem e todo mundo falando com elas.

Análise: Outro ponto crítico ocorreu quando o marido dela foi convocado. Não apenas ele passou a fazer parte da guerra, mas a guerra passou a ser uma experiência direta para ela. Ela não está apenas fazendo coisas como embrulhar bandagens, ela é parte do fato em si. Ela vai aos locais onde seu marido está, vivendo como esposa de um soldado. Cada um desses pontos críticos (condições) muda e leva nosso processo adiante. As palavras “eu fui” são muito interessantes porque não sabemos se ela quis dizer que foi vê-lo ou, de certa forma, achava que também estava indo para a guerra simbolicamente.

Informante: Ele foi para o exterior com seu melhor amigo. Eles estavam servindo juntos. Na época, ambos eram primeiro-tenente. Receberam sua patente ao mesmo tempo. Estávamos em Forth Smith então. Ai, eles tiveram que voltar rapidamente e queriam que voltássemos para casa. O outro casal tinha uma menininha. A única coisa que fizeram foi conseguir espaço para nós cinco, então pegamos o trem e eles decidiram que a esposa do amigo e o bebê dormiriam em um pequeno leito. Havia uma cama no outro lado que o amigo usaria. Então, meu marido e eu dormiríamos na parte de cima do beliche. Então eles [o outro casal] nos deixaram entrar primeiro quando a noite chegou e nos preparamos para dormir. Eles bateram na porta: “Vocês já estão prontos?”. Todo mundo no trem começou a rir, foi tão divertido. Foi a noite mais miserável da minha vida, pois fui amassada, empurrada, você sabe, em um beliche superior com um homem grande. Mas chegamos em casa e eles foram para Camp Mead e depois para o exterior. Foi simplesmente um inferno.

Análise: A experiência de guerra teve seus momentos mais leves, especialmente quando a entrevistada teve chance de viajar com seu marido. O incidente no trem foi um desses momentos mais leves. Porém, outro ponto decisivo no processo ocorre quando o marido dela é enviado para o exterior. A guerra agora assumiu um “significado importante” e muito direto, porque seu marido agora está “na” guerra. Ela descreve esse período como “simplesmente um inferno”.

Informante: O amigo de meu marido ficou preso por quatro semanas. Meu marido conseguiu ficar seis semanas sem ser ferido. Minha amiga ficava falando: “Não ouvi nada dele [o marido dela]. Seu marido falou algo nas cartas dele?”. Era realmente horrível. Li no jornal que Patten disse que a expectativa de vida de um pelotão é de quatro a seis semanas, então imaginei que meu marido não voltaria para casa.

Análise: As coisas que essa mulher lê no jornal agora assumem um “significado pessoal”, especialmente pelo fato de seu marido ter sido ferido e do amigo ser prisioneiro de guerra. Ela foi diretamente afetada. A guerra não é mais uma coisa “lá fora” ou uma época de viajar como esposa de um soldado, mas, sim, algo muito importante e, por causa disso, ela sente a “ameaça da perda”.

Informante: Continuei lendo o jornal diariamente, procurando nomes no jornal, porque eles listavam os nomes, você sabe. Não foi uma época boa.

Análise: Ler o jornal e olhar na lista de feridos ou mortos assumiu um novo significado para ela. Não era mais um ato abstrato de olhar nomes. Ela esta-

va olhando propositalmente para ver se o nome de seu marido ou do amigo dele estava na lista. Agora era também a guerra **dela**, indiretamente por meio da participação ativa de seu marido, e ela vive um "limbo biográfico" enquanto espera ansiosamente por seu retorno. A questão é "Ele vai voltar?" e, se voltar, "Ele será o mesmo mental e fisicamente?"

Informante: Quando ele foi ferido, eu recebia cartas escritas por alguém da Cruz Vermelha. Depois, ele mesmo escreveu. Ele tinha uma letra linda, mas estava parecendo um garrancho. Ele não conseguia controlar a caneta. Eles realmente não acreditavam que ele se recuperaria. Mas ele se recuperou. Ele se recuperou totalmente.

Análise: O marido dessa mulher "voltou", não apenas vivo mas também sem limitações físicas causadas por seus ferimentos. Assim, ela conseguiu por um "ponto final" no fato. A importância da guerra em sua vida permanece, pois, 50 anos depois – ela citou isso em uma entrevista biográfica que não se centrava na guerra.

Resumo

Embora haja muitas formas diferentes de conceitualizar o processo precedente, para os objetivos deste livro, referimo-nos a ele como "personalização". Mantendo nossa questão de pesquisa (o fenômeno que estamos estudando), podemos dizer que a entrevistada está "personalizando um fato histórico". Neste caso é uma guerra, mas poderia ser um terremoto, uma revolução, etc. Podemos dividir o processo em vários passos. Novamente, para os objetivos deste capítulo, o primeiro passo é chamado de "trazer o fato para casa"; ou seja, o fato não é mais invisível ou distante, mas, sim, algo que chega cada vez mais perto dela, atingindo sua identidade pessoal. O ponto crítico no processo ocorreu quando ela começou a internalizar o fato de que seu irmão tinha que ir para a guerra e quando ela começou a ouvir as pessoas que conhecia falarem sobre a guerra de maneira pessoal, como quando fazia compras com sua amiga. O segundo passo é "fazer a sua parte". Isso significa assumir um compromisso pessoal e envolver-se diretamente, fazendo algo ativo ao invés de permanecer como um espectador passivo. Porém, a guerra ainda era muito pessoal no sentido de que, embora ela estivesse fazendo alguma coisa, a guerra ainda não havia atingido o núcleo de sua identidade. As bandagens eram para soldados "desconhecidos", não para seu irmão ou marido. Os fatos externos que pareciam conduzir a esse segundo ponto crí-

tico foram ler sobre soldados feridos, uma amiga ter a guerra atirada em seu rosto pelo dono de um armazém e ela enfrentar restrições naquilo que podia comprar – pequenos fatos que, juntos, fizeram a guerra parecer mais real. Assim, nossa entrevistada passou a "fazer a sua parte" no esforço de guerra. No terceiro passo, "tornar-se um participante ativo", vemos a ocorrência de um passo importante no processo de personalização. O ponto crítico foi a resposta interna dela ao fato de seu marido ser convocado. Ela mesma, sua identidade pessoal, agora estava diretamente envolvida neste fato histórico. Seu marido era um soldado e ela estava viajando enquanto esposa de guerra. Porém, embora estivesse fisicamente envolvida na viagem e certamente emocionalmente envolvida, porque tinha certeza que seu marido seria enviado para o exterior, a "importância real" da guerra ainda não tinha lhe atingido. Vemos isso no quarto passo. Finalmente, quando seu marido foi mandado para o exterior, ela leu sobre a morte de outros soldados, depois seu marido foi ferido e agora vemos nossa entrevistada alcançando o quarto passo do processo de personalização – "importância emocional" do fato. Agora o fato foi completamente fundido à sua identidade enquanto ela esperava no "limbo biográfico" pelo retorno de seu marido.

Embora não tenhamos muitos detalhes dessa entrevista, podemos levantar a hipótese de que foi um processo interno de fazer revisões mentais passadas, presentes e futuras de fatos reais e antecipados que levaram ao processo de personalização; ou seja, fatos externos foram colocados contra implicações biográficas desses fatos em uma série de diálogos com ela mesma e com os outros. Por exemplo, quando seu marido foi mandado para o exterior (ela se refere a esse período como "simplesmente um inferno"), podemos levantar a hipótese de que, por estar lendo diariamente os obituários, ela imaginava que algo horrível poderia acontecer a seu marido, a seu irmão ou a seu amigo. As ações/interações com sua vizinha e amiga e com sua família, junto com a leitura dos jornais, foram condições que geraram os diálogos mentais ou as revisões e a subsequente ação/interação aberta. Depois, quando o marido dela foi ferido, ela percebeu que ele poderia ficar aleijado, e manteve essa imagem até ele voltar para casa e suas funções voltarem ao normal.

Cada passo representa categorias. Cada um tem suas próprias propriedades, estratégias de ação/interacional e resultados. Como esta é apenas nossa primeira entrevista, os produtos da análise são apenas experimentais e são comparados com dados futuros de entrevistas adicionais. Espera-se que, com análises adicionais de outros documentos, haja passos acrescentados, variação considerável nos passos e muito mais detalhes sobre as revisões (diálogos com a própria pessoa e com os outros) que movam o processo adiante. Para estender nossa análise, o pesquisador pode querer amostrar outros fatos biograficamente impactantes para determinar como as pessoas incorpo-

ram esses fatos. Tais fatos podem incluir desastres naturais, grandes revoluções políticas e inovações científicas que mudam a maneira como as pessoas pensam, agem ou trabalham (ex.: o computador). Alguém pode querer comparar um processo individual como a "personalização" com o processo nacional de "personalização" e tentar determinar como eles estão relacionados. Os passos de uma nação como um todo podem ser comparados com os de uma pessoa, e qual é a relação entre eles? Novamente, há muito mais que poderia ser dito ou feito com esta análise. Porém, o objetivo aqui é apontar o caminho, e não fazer um exame exaustivo dos dados. Voltamo-nos agora para alguns processos macro para mostrar que processo pode ser encontrado em diferentes níveis micro/macro de análise.

Análise de processo em níveis micro e macro

Podemos analisar dados em busca de processo em qualquer nível da análise, ou seja, no nível micro ou no nível macro. (Ver Capítulo 12 para uma descrição das condições micro e macro.) Examinar o impacto de fatos históricos, digamos, em cidadãos norte-americanos, enquanto coletivo, refoca a atenção do analista, movendo-a do individual para o mais amplo, com maior impacto macro, como no caso das mulheres substituindo os homens no mercado de trabalho e depois muitas delas permanecendo no mercado de trabalho após o final da guerra. Em-bora as entrevistas tenham sido feitas com pessoas, o fenômeno de responder à guerra é coletivo e nacional, pois a nação (e não as pessoas) está em guerra, e quase todos no país estão enfrentando o fato (ainda que as pessoas tenham respondido de maneira individual). Há uma interação entre o que está acontecendo em nível nacional (ex.: mudanças na ordem social, discussões na imprensa, sacrifícios exigidos por parte dos cidadãos) e o que está acontecendo em nível biográfico, como refletido nas experiências e nas respostas dessas pessoas. Antes de encerrar este capítulo, providenciamos alguns exemplos adicionais de análise processual. Usamos estudos publicados para ilustrar nossos pontos. Nesses estudos, o processo constitui a categoria central ou básica em torno da qual todos os outros dados são organizados.

Primeiro, um pesquisador pode escrever um trabalho ou um livro baseado em processos que sejam especificamente nomeados, conceitualmente desenvolvidos e sistematicamente conectados, dentro de uma estrutura teórica, com outros conceitos. Carolyn Wiener fez isso em sua monografia, *The politics of alcoholism: building an arena around a social problem* (Wiener, 1983), um estudo sobre muitas posições ideológicas em controvérsia com definições, etiologias, tratamentos, ética e políticas em relação ao alcoolismo "muito difundido" e "severo". A análise de Wiener foi dividida em processos de arena e subprocessos relacionados, os quais eram evidentes nos títulos das seções e dos capítulos, como vemos a seguir:

Animando o problema

1. Estabelecer direitos de domínio
2. Desenvolver constituintes
3. Afunilar conselho e compartilhar habilidades e informações

Legitimando o problema

4. Emprestar prestígio e especialização
5. Redefinir o problema
6. Construir respeitabilidade
7. Manter uma identidade separada

Demonstrando o problema

8. Competir por atenção e combinar para fortalecer
9. Selecionar dados de suporte
10. Convencer ideologias opostas
11. Aumentar os limites de responsabilidade

Pela leitura que fizemos da monografia, seu subtítulo, "Construindo uma arena em torno de um problema social", constitui a categoria básica de Wiener (1983) (neste caso, um processo). Os principais subprocessos dela são "animar", "legitimar" e "demonstrar". Esses subprocessos constituem os mecanismos de ação/interacional para executar o processo maior de "construir". Sob cada um dos subprocessos estão estratégias e táticas (ex.: "estabelecer direitos de domínio", "desenvolver constituintes") que explicam como os subprocessos são realizados de fato. Esse foco em processo permite ao pesquisador ordenar uma grande massa de dados substanciais e também atingir uma densidade conceitual considerável.

Encontrar o processo no texto dos pesquisadores algumas vezes é como encontrar cogumelos escondidos sob as folhas das árvores na floresta. Os pesquisadores nem sempre nos mostram isso claramente, mas, se olharmos cuidadosamente, o processo está lá no núcleo organizador. Um exemplo disso pode ser encontrado no artigo de Fujimura (1988) que reportou resultados de seu estudo sobre laboratórios de câncer. Os dados foram coletados por meio de observação de campo extensiva e entrevistas, além da análise de documentos. Embora Fujimura nunca tenha mencionado processo no artigo, está claro a partir de sua seção de tópicos que o processo desempenhou um papel importante na "evolução do conhecimento científico", sua principal categoria. Essa evolução

foi caracterizada pela rápida e imensamente influente disseminação da teoria do DNA recombinado, a teoria do oncogene e as técnicas associadas. Para diversas especializações biológicas e de outras disciplinas. A seção de tópicos em seu artigo era assim:

Padronizando as tecnologias do DNA recombinado

Construindo uma teoria do oncogene "tamanho único"

Comercializando o pacote

Comprando o pacote: muitos preços na caixa

Na seção final de seu artigo, Fujimura (1988) detalhou extensivamente as seqüências derivadas do conhecimento sobre a teoria do oncogene. Ela chamou isso de "feito bola de neve no conhecimento". Completando sua análise, Fujimura forneceu dados densos em relação a financiamento e a políticas de funções, a universidades, a laboratórios e a agências governamentais – todos envolvidos no desenvolvimento e na disseminação da teoria do oncogene. Em resumo, sua categoria básica era a "evolução do conhecimento científico", e sua seção de tópicos indicava os processos de ação/interacionais por meio dos quais a evolução ocorreu. Para completar a teoria havia associações detalhadas entre um grande número de objetos e de fatos substanciais.

Uma terceira publicação que comentamos brevemente aqui reportava resultados de um estudo conduzido por Melville Dalton. No estudo, Dalton (1954) examinou os trabalhos e as preocupações de diversas empresas industriais e comerciais. Ele reuniu dados tanto por meio de observação dos participantes como de entrevistas informais. Seu livro, muito interessante, descrevendo o estudo, continha uma estrutura teórica implícita e alguns conceitos úteis, e também uma grande quantidade de detalhes etnográficos. Mencionamos isso aqui porque sua análise teórica girava em torno do conceito de negociação e era, em grande parte, processual. Segundo Strauss (1978), em outra publicação, Dalton achou que o mecanismo interacional essencial para manter essas organizações funcionando era assumir comprometer-se para levar a cabo os muitos acordos derivados de negociações contínuas em todos os níveis da organização. Nas palavras de Strauss:

Uma rede de comprometimento cresce, continuamente renovada, embora continuamente mutante, desenvolvendo-se como seqüência de negociações tipicamente repetidas, seriais e associadas... Podemos discernir facilmente, em seus dados [de Dalton] e em sua própria análise, pelo menos as seguintes estratégias: intercâmbio, liquidação de obrigações acumuladas, a constituição aberta de acordos e outros tipos de barganhas secretas, o uso de negociações de cobertura adicional para manter escondidos os resultados dos acordos de cobertura anteriores, o fato de ignorar negociações e a

mediação de negociações; além disso, [é possível discernir] um balançamento muito complexo de favores e de obrigações acumulados, junto com a trapaça de comprometimentos dentro da negociação em si. (p. 139).

Embora o processo fosse fundamental na análise de Dalton, ele estava muito conectado à estrutura.

Analisando em busca de processo no nível da teoria geral

Até agora, nossa discussão concentrou-se na análise em busca de processo durante a construção da teoria substancial. Mas o que acontece quando alguém constrói teoria geral? A análise é muito diferente? A resposta é sim e não. As perguntas que o analista faz aos dados permanecem praticamente as mesmas, embora talvez mais amplas. Porém, as comparações são feitas em escala muito mais ampla, ou seja, entre diferentes áreas substanciais em vez de serem limitadas a uma área.

Por exemplo, no livro de Strauss (1978) sobre *Negociações*, ele usou análise processual para formular uma teoria formal ou geral sobre negociações. Essa teoria foi desenvolvida ao examinar negociações em diversos contextos (diferentes áreas substanciais), incluindo representantes de nações, de juízes nos tribunais, de máquinas políticas, de clãs e grupos étnicos, e de companhias seguradoras e seus clientes. Ao comparar e contrastar esses vários grupos, ele conseguiu identificar os componentes do processo negociador que transcendiam todos os grupos (formulando, assim, sua teoria geral) e também conseguiu descrever as variações individuais no processo de negociação específico de cada grupo.

Resumo

O processo representa a natureza dinâmica e evolutiva da ação/interação. O processo e a estrutura estão intrinsecamente ligados. A estrutura cria o contexto para ação/interação e, como tal, é o que lhe dá ritmo, compasso, forma e caráter. Independente de o pesquisador querer desenvolver teoria geral ou substancial, é essencial trazer o processo para a análise. O processo pode ser a linha organizadora ou a categoria central da teoria, ou pode assumir um papel de menor destaque. Independente do papel desempenhado, podemos pensar em processo forma ilustrada apresenta diferentes perspectivas e nos dá informações, mas, se alguém quiser ver o que acontece ou como as coisas se desenvolvem, deverá olhar para a figura em movimento. A teoria sem processo perde uma parte vital de sua história – a forma como a ação/interação se desenvolve.

O Modelo Condicional/ Conseqüencial

Definição de Termos

Modelo condicional/conseqüencial: um mecanismo analítico para estimular o pensamento dos analistas sobre as relações entre condições/conseqüências macro e micro, uma com a outra e com o processo.

Condições/conseqüências macro: aquelas que são amplas no escopo e no possível impacto.

Condições/conseqüências micro: aquelas que são limitadas no escopo e no possível impacto.

Linhas de conectividade: as formas complexas em que condições/conseqüências macro e micro se juntam para criar um contexto para ação/interação.

Contingências: fatos inesperados ou não-planejados que mudam as condições que podem exigir algum tipo de resposta de ação/interacional (solução de problema) para administrá-los ou lidar com eles.

Se um pesquisador quer construir teoria, é importante que entenda o máximo possível os fenômenos sob investigação. Isso significa localizar um fenômeno contextualmente ou dentro do escopo completo de condições macro e micro no qual ele está inserido e acompanhar as relações de ações/interações subseqüentes por meio de suas conseqüências. Considerando que pesquisadores iniciantes sempre ficam perdidos ao tentar organizar todas essas relações complexas, procuramos uma maneira prática de ajudar os analistas a acompanharem esses vários componentes da análise. Chamamos nosso mecanismo analítico de "modelo condicional/conseqüencial", daqui por diante chamado de "modelo". Este capítulo apresenta uma visão geral do

modelo, descrevendo seus objetivos, oferecendo uma explicação sobre suas características de diagramação e sugerindo como o analista pode usá-lo para acompanhar as linhas da conectividade entre condições, ações/interações e conseqüências.

O Modelo

O *modelo condicional/conseqüencial* é um mecanismo de codificação para ajudar os analistas a terem em mente vários pontos analíticos. Entre esses pontos estão (a) que condições/conseqüências macro, assim como micro, devem fazer parte da análise (quando emergem dos dados como sendo importantes); (b) que condições macro sempre se juntam e interagem com as condições micro e (c) sendo assim, de forma direta ou indireta, tornam-se parte do contexto situacional; e (d) que os caminhos tomados pelas condições, e também pelas ações/interações subseqüentes e conseqüências que se seguem, podem ser acompanhados nos dados (as linhas da conectividade). O paradigma (Capítulo 9) apresentou as noções de condições, as ações/interações e as conseqüências, e sugeriu que estrutura e processo são inter-relacionados. Este capítulo aprofunda essa noção ao detalhar o leque completo das condições, desde micro até macro, que podem influenciar ações/interações e a natureza ampla das conseqüências resultantes.

A relevância do modelo é a seguinte. Localizar um fenômeno no contexto significa mais do que simplesmente narrar a situação descritivamente, como faria um bom jornalista ou novelista. Significa construir um relato sistêmico, lógico e integrado, que inclui especificação da natureza das relações entre fatos e fenômenos relevantes. Embora o paradigma seja útil para pensar sobre as relações, ele é incompleto por si mesmo. O que o paradigma não faz é (a) abordar as várias escolhas de amostragem teórica que um analista deve fazer durante o processo de pesquisa; (b) explicar as formas variadas, dinâmicas e complexas nas quais as condições, ações/interações e conseqüências podem coexistir e afetar umas às outras; (c) responder por diferentes percepções, construções e pontos de vista dos vários atores; (d) reunir todas as peças para apresentar um quadro geral do que está acontecendo; ou (e) enfatizar que tanto condições micro como macro são importantes para a análise. Fatos que ocorrem "lá fora" não são apenas material histórico interessante. Quando surgem dos dados como sendo importantes, eles também devem ser considerados na análise. O modelo é útil para organizar tudo isso.

A Noção do Modelo

O modelo (Figura 12.1) é uma representação diagramada de um conjunto de idéias. As idéias contidas neste modelo são as seguintes:

1. *Condições/conseqüências não estão sozinhas.* Elas estão sempre integradas ao texto e relacionadas à ação/interação à medida que ela se desenvolve e muda com o tempo (processo). O foco de um projeto de pesquisa pode estar em diferentes aspectos de um fenômeno, em suas propriedades e dimensões, em sua estrutura ou seu processo. Ou podemos focar em estrutura e processo. (Depende do analista e dos dados; porém, o foco em um aspecto, digamos, processo, não significa que as outras áreas devem ser negligenciadas. Estrutura [condições], propriedades, dimensões e conseqüências são importantes para o entendimento do processo). A relação entre condições e conseqüências

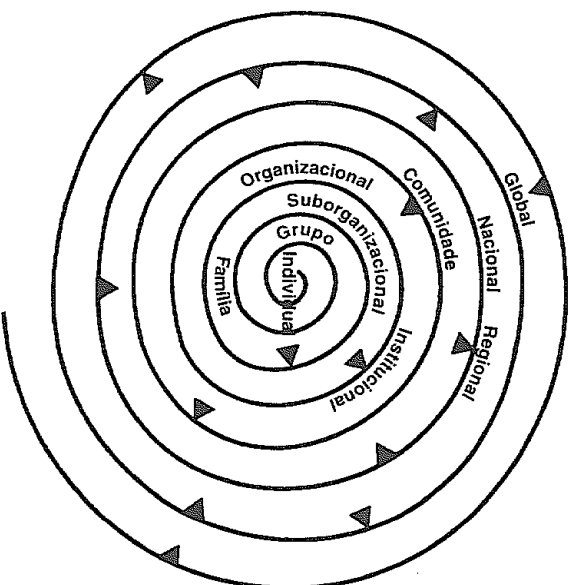


Figura 12.1 O modelo condicional/conseqüencial (representa interação constante da inter/ação (processo) com condições/conseqüências [estrutural] e a natureza dinâmica evolutiva dos fatos).

e ações/interações subsequentes raramente seguem um caminho linear. Em outras palavras, "A" (condição) raramente leva a "B" (ação/interação) e depois a "C" (consequência) de uma maneira direta. Isso é uma explicação muito simplista de fatos e não é consistente com a vida real. Ao contrário, ação/interação pode ser tomada em resposta a condições múltiplas, algumas das quais ocorridas no passado, algumas acontecendo no presente e/ou algumas que são antecipadas no futuro (Dewey, 1934). Além disso, um fato sempre leva a outro, e depois a outro, como os elos de uma corrente, dificultando muito a classificação das relações entre os fatos. Considere o seguinte exemplo, no qual o autor descreve claramente os fatos (condições) e as relações entre eles e as ações/interações subsequentes. (Porém, cada participante não estava necessariamente a par do que aconteceu antes ou depois ou sabia o que os outros estavam pensando ou fazendo). O fato é o "anúncio" de uma tempestade iminente. Observe como esse anúncio iniciou uma cadeia de condições/consequências e ações/interações. O resultado dos atos anteriores tornou-se condição para atos posteriores e, quando um fato não-antecipado (contingência) entrou no quadro, também teve suas consequências. Embora a cadeia fosse uma ocorrência distinta, estava direta ou indiretamente relacionada ao fato que o precedeu e àquele que se seguiu. O texto fala sobre o anúncio de uma grande tempestade e o que aconteceu como resultado.

Os efeitos da previsão tendiam a se espalhar elo por elo até que formassem longas cadeias. Os sagazes proprietários de diversos restaurantes ligaram para a fábrica e reduziram seus pedidos de sorvete. O gerente da fábrica percebeu que suas necessidades de leite e creme diminuam e transmitiu essa informação ao laticínio. Como as vacas não podiam ser forçadas a cooperar, a empresa de laticínio desviou o excesso para sua corporação subsidiária, que fabricava manteiga e queijo. O gerente então contratou dois funcionários extras, cujas espumas, tendo em vista os potenciais empregos, gastaram mais do que o usual em uma pequena loja de varejo. O lojista, otimista imaginou uma melhora nos negócios e disse que compraria um novo carro — decisão que vinha adiando. Neste ponto, porém, a cadeia de efeitos voltou-se para si mesma e terminou. Como o dono da loja viu a previsão do tempo mais tarde naquele dia, e acreditando que sua loja sempre sofreria em tempo chuvoso, ligou para o vendedor de automóveis e cancelou o pedido. (Stewart, 1941, p. 118).

2. *A distinção entre micro e macro é artificial.* Condições micro sempre têm suas origens em condições macro e, quando apropriado, o analista deve acompanhar as relações entre elas. Por exemplo, se um entrevistado menciona que o acesso às drogas é fácil porque há diversas gangues operando próximo ao *campus*, então o pesquisador poderia querer saber mais sobre a conexão entre gangues e o acesso a drogas, com a noção de gangues sendo a condição mais macro. (Alguém poderia acompanhar toda a noção de conexões internacionais de drogas, mas isso poderia tirar o pesquisador do curso e mudar o foco do estudo, passando de um foco micro para um foco mais macro. Porém, se a noção de conexões de drogas surgiu durante as entrevistas, então o pesquisador deve fazer um acompanhamento para determinar o que isso significa para o problema sob investigação). Essa informação pode ser obtida por meio de questionamento adicional dos informantes, mas talvez também em conversas com diretores de escolas e com oficiais da polícia, e até mesmo membros das gangues (se possível). Enquanto analistas, estamos interessados na interação entre condições micro e macro, na natureza de sua influência mútua e nas subsequentes ações/interações, no escopo total de consequências que resulta e também em como essas consequências alimentam o próximo contexto condicional para influenciar ações/interações adicionais. Parte de nossa amostragem no exemplo precedente, então, seria testar e determinar o que acontece ao "acesso" quando as gangues são desbaratadas ou não operam mais perto das escolas secundárias. A mudança no acesso afeta o uso de drogas pelos adolescentes? O leque completo de relações entre micro e macro nem sempre é visível aos participantes individuais da pesquisa. Cada um vem para a situação com seu próprio ponto de vista ou perspectiva e raramente tem uma visão do todo. Ao contrário, cada participante pode fazer alguma referência a um fato durante uma entrevista ou uma observação do tipo "Uma nova equipe de agentes secretos de narcóticos foi designada para nossa escola", e fica a critério do pesquisador acompanhar o impacto da presença daquela equipe no local sobre o acesso às drogas e o uso de drogas. **Isso não quer dizer que um pesquisador deseja ou precisa acompanhar cada fato que ocorre durante o curso da pesquisa.** Isso o tornaria prisioneiro de um processo sem fim de coleta de dados. Somente quando tais incidentes emergem dos dados como importantes, como, por exemplo, perceber uma "mudança no uso de drogas" quando as gangues se mudaram para a vizinhança, é que devemos acompanhar o incidente.

3. *Condições e conseqüências geralmente existem em grupos e podem se associar ou covariar de muitas formas diferentes, umas com as outras e também com as ações/interações relacionadas.* Além disso, com o tempo e o advento das contingências, os agrupamentos de condições e conseqüências podem mudar ou reorganizar-se, de forma que a natureza das relações ou das associações que existe entre eles e as ações/interações também mude. Para ver um exemplo do que estamos dizendo, basta olhar para a bagunça cumulativa do sistema de assistência médica da forma como funciona hoje nos Estados Unidos. De alguma forma e em algum momento, o controle dos serviços de assistência médica fugiu ao controle das mãos de médicos e de pacientes e passou para as mãos de companhias de seguro e outras organizações, como as empresas de convênio médico. Esse fato ocorreu antes que a maioria dos norte-americanos soubesse o que estava acontecendo. Entre a cadeia de fatos (condições/conseqüências) que interagiu e alimentou essa situação estavam uma queda na economia nacional; a necessidade de redução de custos nas indústrias e outras organizações de trabalho (elas não queriam mais pagar prêmios de seguro altíssimos para seus funcionários); a sofisticação e os custos crescentes dos procedimentos de diagnóstico, medicamentos e tratamentos; a falta de responsabilidade nos gastos por parte de médicos, de hospitais e de pacientes; um aumento na longevidade; um aumento na incidência de doenças crônicas; uma demanda individual e expectativas de intervenções médicas caras. No nível individual, somente quando a pessoa tenta ir ao médico usando um plano de saúde é que ela entende o impacto total de tudo que transpirou. Uma simples visita a um podólogo envolve primeiro uma visita a um clínico geral, que pode ou não recomendar o paciente ao especialista. Mesmo quando o médico faz a recomendação, é necessário obter autorização prévia da companhia seguradora, que também deve autorizar as visitas subsequentes. O paciente pode esperar com dor, pode reclamar para o médico e/ou para a seguradora, ou simplesmente desistir e conviver com o problema até que ele se torne mais avançado e mais caro para ser tratado. A forma como as pessoas são afetadas depende de quanto dinheiro elas têm (para pagar seguros adicionais ou complementares) e do tipo de médicos e de planos de saúde aos quais elas estão conectadas, por acaso ou por escolha. Enquanto isso, a assistência médica passou a ser uma indústria que visa lucros, em vez de ser uma indústria sem fins lucrativos. O gover-

no continua ineficaz no controle de acesso ou de custos, estando mais preocupado com a política bipartidária do que com o acesso equitativo, e os médicos e os pacientes continuam tentando descobrir como contornar o sistema para que possam obter a assistência médica que precisam. Ninguém sabe com certeza onde isso vai terminar. Enquanto isso, as informações dos consumidores a seus empregadores, aos legisladores e às companhias de seguro estão gerando pequenas mudanças que visam facilitar a transição para um conjunto muito diferente de expectativas sobre assistência médica e a forma que ela terá.

4. *A ação/interação não está confinada às pessoas; ao contrário, pode ser executada por nações, por organizações e por mundos sociais, e também pelas pessoas dentro dessas instituições que representam nações, organizações e mundos sociais.* Além disso, ações/interações executadas por nações, organizações, etc., podem ser dirigidas para, ou ter um impacto sobre, pessoas, outras nações e outras organizações, e vice-versa. Por exemplo, uma legislação aprovada em nível nacional quase sempre tem impacto no nível individual. Impostos são um bom exemplo. Por outro lado, uma mobilização popular pode afetar a aprovação de uma legislação em nível nacional. Alguns esforços populares, como os ambientais, sempre vão além do nível comunitário ou nacional, alcançando estatura internacional.

Padrões Diversos de Conectividade

O quadro analítico apresentado na discussão anterior é de **padrões de conectividade múltiplos e diversos**, com padrões de mudança de ação/interação identificáveis com o tempo. Embora pesquisadores experientes sempre tenham seus próprios mecanismos para acompanhar esses conjuntos complexos de relações, um pesquisador novato em análise qualitativa pode sentir-se massacrado. É importante lembrar que nem todos os caminhos que um pesquisador tenta seguir levam à descoberta de uma mina de ouro analítica, e nem sempre é possível discernir todas as possíveis conexões entre condições, ações/interações e conseqüências. Todo analista tem que aceitar que há limitações ao que pode ser descoberto com base no acesso aos dados, no grau de experiência analítica e na quantidade de reservas pessoais. Reconhecemos que não é fácil fazer esse tipo de trabalho analítico, mas, até certo ponto, ele é necessário.

Fazer associações explícitas entre interação e condições que a afetam é um empreendimento analítico complexo, pois as condições podem ter caráter substancial variado (econômico, político, religioso, ocupacional) e escopo variado (internacional, nacional, ocupacional, organizacional, suborganizacional, interpessoal). O mesmo ocorre com as conseqüências da interação. Potencialmente, nossas análises são ainda mais complexas porque a interação em si pode variar em aspectos substancial e em escopo. (Corbin e Strauss, 1996, p. 139-140)

Fazendo Escolhas Analíticas

Evidentemente, nem todo fato ou incidente nos dados precisa ser acompanhado extensivamente. Fazer isso seria exaustivo e complicaria a explicação analítica com detalhes desnecessários. O analista precisa acompanhar apenas as associações que surgem como pertinentes e que explicam melhor o que está acontecendo. Isso significa fazer escolhas de amostragem sobre que perguntas fazer, que observações fazer e que outras formas de dados coletar. Essas escolhas, embora dirigidas pelos dados, sempre confundem o analista. Se houver muitas escolhas, ele pode não ter certeza sobre onde ir em seguida para coletar dados que maximizem a descoberta. O modelo pode ajudar o analista a pensar sistematicamente sobre que dados coletar em seguida, onde procurá-los e como acompanhar e conectar esses dados aos conceitos emergentes. No final, deverá haver menos linhas analíticas soltas. (Para um excelente exemplo de como o modelo foi usado para examinar e para organizar dados coletados sobre como funcionários que trabalham em equipe – mas separados por distâncias geográficas – negociam práticas de trabalho comuns, ver Guesing, 1995).

Para dar um exemplo, se um pesquisador está analisando estudantes de enfermagem e seu programa de estudo e *repetidamente* ouve palavras de desagrado sobre mudanças recentes no currículo, então o pesquisador pode querer investigar melhor o conceito de “insatisfação manifestada”. Isso implicaria fazer amostragem teórica com os informantes e com fatos das diferentes áreas representadas no modelo para discernir os detalhes das mudanças (ou seja, sua natureza e sua extensão), como as mudanças no currículo foram apresentadas para os alunos e por quem, o que as mudanças significam para os alunos em termos de sua passagem pelo programa e quem instituiu as mudanças e por quê. Além disso, o pesquisador poderia querer determinar se os alunos estão insatisfeitos com outros aspectos do programa e se há uma interação entre sua insatisfação com esses outros aspectos e sua insatisfação com as mu-

danças no currículo. Além disso, o pesquisador pode querer examinar questões mais amplas, tais como o papel que a universidade desempenhou para fazer ou apoiar as mudanças; como o departamento e a universidade estão respondendo às preocupações dos alunos; como as mudanças no currículo vão afetar a capacidade dos alunos de conseguir empregos na comunidade; quais são as tendências nacionais no currículo de enfermagem; e que questões profissionais, econômicas e políticas mais amplas podem estar em risco com as mudanças no currículo. Finalmente, o pesquisador pode querer acrescentar uma dimensão temporal a tudo isso, determinando se essas condições aparecem ou não sob determinados conjuntos de condições. Há um histórico para elas? As reclamações dos alunos de enfermagem são cíclicas, ou seja, repetidas – mas alteradas – à medida que eles avançam no currículo? Esses pontos e essas questões analíticas não são dados. São idéias para amostragem teórica e se tornam importantes, por exemplo, se o pesquisador, ao entrevistar membros do corpo docente, descobre que as mudanças no currículo foram feitas em resposta a tendências nacionais e a informações dos hospitais locais; que os administradores da universidade, embora não sejam contra as mudanças, também não são totalmente favoráveis; e que, quando os alunos reclamam, os membros do corpo docente os encaminham ao departamento de enfermagem para uma explicação.

No exemplo acima, afirmamos algo além de “É importante amostrar outros alunos de enfermagem, membros do corpo docente ou administradores em termos de satisfação ou insatisfação com as mudanças”. As questões que levantamos são relacionais e nos permitem penetrar mais profundamente nos problemas. Essa penetração exige coleta de dados dirigida e técnica de análise bem mais dirigida do que simplesmente perguntar se os alunos estão satisfeitos ou não, em que grau e por quê. Ao pensar em termos do modelo e ao usá-lo como guia ou lembrete, mesmo um analista iniciante pode ter uma visão da natureza complexa dos fatos e da interação entre eles. Em outras palavras, o modelo pode ser usado para conduzir a amostragem teórica. Pode ajudar o analista a tomar decisões sobre que linhas analíticas devem ser adotadas, onde esses dados podem ser encontrados e como os fatos podem se juntar uns aos outros.

Objetivos do Modelo

Os objetivos do modelo podem ser resumidos como segue (Corbin e Strauss, 1996):

Objetivos do Modelo

1. Ajudar o analista a localizar a área ou o escopo (micro/macro) do projeto de pesquisa em andamento e não perder de vista o local onde essa área se posiciona em relação às áreas acima e abaixo dela.
2. Ampliar o leque de condições e de consequências levado em conta pelo analista, ou seja, considerar mais do que as condições micro.
3. Ajudar o analista a identificar e a fazer escolhas sobre quais combinações de fatores condicionais ou consequenciais nos dados podem ser relevantes para esta determinada situação.
4. Acompanhar a rede sempre intrincada de conexões que existe entre fatores contextuais (condições/consequências ou estrutural) e ações/interações (processo).
5. Desenvolver hipóteses explanatórias sobre essas relações, que podem ser verificadas ou modificadas por meio de coleta e da análise de dados adicionais.
6. Aumentar a possibilidade de que hipóteses explanatórias incorporem variação.
7. Permitir ao pesquisador organizar materiais e apresentar um relato mais completo e persuasivo do fenômeno sob investigação.
8. Dar uma direção à amostragem teórica.

Descrição do Modelo

Até agora falamos sobre o modelo como um conjunto de idéias. O problema está em traduzir essas idéias em um diagrama facilmente compreensível. Aquele que desenvolvemos não captura a complexidade de tudo que acabamos de explicar. Na verdade, ele é bastante simples, mas, propositalmente, de modo a facilitar para que os estudantes iniciantes entendam sua importância e o usem com mais facilidade (ver Figura 12.1).

O modelo consiste em uma série de círculos concêntricos e interconectados, com setas apontando em direção ao centro e partindo do centro. As setas representam a intersecção de condições/consequências e a cadeia de eventos resultante. As condições se movem em direção à ação/interação e a cercam para criar um contexto condicional. Outras setas partem das ações/interações, representando a maneira como as consequências de qualquer ação/interação se movem de ação/interação, mudando ou acrescentando condições de maneiras sempre diversas e imprevisíveis. Uma das limitações do diagrama é que o fluxo parece linear. Na realidade, as linhas assumidas pelas condições/consequências, à medida que elas se movem dentro e através das várias áreas de macro para micro, são tudo, menos lineares. Uma metáfora mais apropriada seria bolas de bilhar, cada uma batendo nas outras em diferentes ângulos, estabelecendo uma cadeia de

reação que termina quando derrubamos as bolas certas na caçapa. Outra seria um caleidoscópio que, a cada volta da estrutura, realinha as pequenas peças de vidro (ou plástico) colorido para formar uma nova imagem.

Explicação do diagrama

As condições/consequências representam o contexto estrutural no qual ocorre a ação/interação. O contexto estrutural foi dividido em diferentes áreas, que vão de macro até micro. Essa disposição é arbitrária. É importante lembrar-se que o posicionamento de uma área dentro dos círculos não denota o grau de importância ou o potencial impacto de qualquer conjunto de condições/consequências. Ocorre apenas que algumas são consideradas mais macro e outras mais micro. Por exemplo, uma legislação aprovada em nível nacional (mais macro) tem o potencial de afetar todos os cidadãos e a ação/interação que eles executam ou podem executar, enquanto que políticas e procedimentos de uma organização afetam potencialmente apenas os funcionários daquela organização. No centro do modelo está o fenômeno sob investigação. Ao seu redor está a ação/interação à medida que ela se desenvolve no tempo e no local (processo). A ação/interação pode assumir várias formas e ser proposital ou rotineira, visando moldar o fenômeno (ou seja, lidar com problemas, questões, contingências ou ocorrências diárias) dentro de um determinado contexto estrutural. O contexto estrutural consiste de condições originárias de qualquer fonte ou de uma combinação de fontes, com cada círculo representando uma possível área diferente, da mais micro para a mais macro. Ação/interação pode ser voltada para qualquer fonte dentro de uma ou mais áreas, ignorando algumas, analisando outras, etc. Lembre-se que, quando falamos de estrutura ou de contexto, não pensamos nisso em um sentido determinista. Ao contrário, condições/consequências criam conjuntos de fatos, como a tempestade (um contexto), aos quais os atores respondem por meio de ação/interação. Para nós, mesmo uma não-resposta é uma forma de agir, porque também tem potenciais consequências. (Se não perceber a goteira em seu telhado antes da tempestade, você provavelmente ficará molhado). Interação entre condições, resposta dos atores e consequências resultantes é o que tentamos capturar em nossa análise com a ajuda do modelo.

Movendo-se progressivamente a partir do centro do modelo estão diversos círculos concêntricos. Como já informado, cada um representa uma fonte diferente de potenciais condições/consequências, da mais macro para a mais micro. Nem todas as possíveis fontes foram delimitadas. O modelo deve ser apenas um guia conceitual. As pessoas podem completá-lo, acrescentar coisas ou modificá-lo para se ajustar a seus estudos e dados. Outro ponto importante é que

condições e conseqüências de quaisquer uma das áreas definidas podem ter relevância para um estudo. Mesmo quando um pesquisador estuda um fenômeno que pode ser claramente localizado nas áreas internas do modelo (ex.: comunidade, uma família), ainda é importante considerar as condições e as conseqüências mais amplas. Por exemplo, pessoas que agem/interagem na comunidade trazem consigo suas motivações, seus valores e suas crenças pessoais. Porém, também trazem os valores mais amplos de cultura em nível comunitário, regional e nacional. Uma pessoa pode participar de um esforço para levar mais indústrias a uma comunidade por estar motivada por um desejo pessoal de tornar-se prefeito um dia. Porém, como os outros representantes da comunidade, esta pessoa também pode ser influenciada pelas promessas de vendas feitas pelos representantes das potenciais indústrias de que suas companhias "vão criar mais empregos para a comunidade". Influências adicionais podem incluir a tendência em direção ao crescimento da população nesta região, criação da necessidade de mais empregos e uma explosão econômica nacional da qual tanto a comunidade como as indústrias vão querer se aproveitar. Se for relevante, isso vai emergir dos dados, mas o pesquisador precisa estar ciente de que essas condições mais amplas são tão importantes para a análise como as motivações pessoais de cada representante.

Passando adiante, para maximizar a generalização do modelo como uma ferramenta analítica, cada área é apresentada em sua forma mais abstrata. Itens (fontes de condições/conseqüências) a serem incluídos em cada área vão surgir do estudo; dessa forma, eles dependem do tipo e do escopo do fenômeno que está sendo estudado. Os pesquisadores que usam o modelo geralmente alteram o esquema de classificação para adaptar-se a seus próprios objetivos (Guesing, 1995).

Áreas

Começando pelas bordas externas do círculo, colocamos as áreas mais macro, representadas pelo termo área "internacional" ou "global". Essa área inclui, mas não é limitada a itens como política internacional, regulamentações governamentais, acordos de diferenças entre governos, culturas, valores, filosofias, economia, história e problemas e questões internacionais como "aquecimento ambiental global". Designamos a próxima área como área "nacional" ou "regional". Inclusas nessa área estão potenciais condições, como política nacional/regional, regulamentações governamentais, instituições, histórias, valores e atitudes nacionais voltadas para relações e comportamentos. Por exemplo, as regras que governam o papel da mulher na sociedade dos países islâmicos são consideravelmente diferentes das regras, digamos, dos Estados Unidos. Porém, mes-

mo nos Estados Unidos, podemos encontrar diferenças no papel de cada gênero como obtenção de poder, posição gerencial nas organizações, "assédio sexual" e acesso a certos cargos.

A próxima fonte de condições vem do que foi designado como área da "comunidade". Inclusos nessa área estão todos os itens precedentes, mas, como eles pertencem a uma determinada comunidade, dão a ela singularidade em relação a todas as outras comunidades. O próximo círculo representa as áreas "organizacionais" e "institucionais". Cada organização ou instituição tem seus próprios objetivos, estrutura, regras, problemas, histórias, conjuntos de relações, características espaciais, etc., que estabelece as fontes de condições. (Algumas instituições, como as religiosas, podem ser internacionais em escopo, mas a maneira como são interpretadas e praticadas é sempre individualizada em relação às comunidades ou mesmo às pessoas). Um outro círculo representa as áreas "suborganizacionais" e "subinstitucionais". Por exemplo, em nosso estudo do trabalho de articulação por parte das enfermeiras-chefe, analisamos o trabalho feito pelas enfermeiras em cada uma das várias alas do hospital. Porém, essas alas faziam parte de um hospital e mantinham relações com o hospital e também com a organização hospitalar Administração dos Veteranos. Móvendo-nos para dentro de nosso conjunto de círculos, finalmente encontramos as áreas de grupo, da família ou individuais. Essas áreas incluem fontes condicionais, como biografia, motivações, educação, posição social, gênero, crenças, atitudes e valores assumidos ou expressos por essas pessoas e grupos.

Áreas substanciais

Um pesquisador poderia estudar qualquer tópico substancial dentro de qualquer área do modelo. Por exemplo, pode-se estudar assistência médica em nível nacional, focando-se em legislação recente, políticas, organizações e tendências emergentes, ou pode-se estudar o controle de doença crônica pelas famílias. Independente do tópico ou da área de foco, é importante para o pesquisador lembrar-se que questões de política de saúde afetam o controle de doença feito por pessoas e por famílias, e, por outro lado, os problemas que surgem no controle individual ou familiar podem acabar tendo um impacto na legislação e na evolução da política de saúde pública. Outras áreas substanciais que podem ser estudadas incluem, mas não se limitam a, identidade, tomada de decisão, movimentos sociais, arenas, conflito e consenso, consciência, mudança social, trabalho, fluxo de informação e dilemas morais. Cada um desses tópicos pode ser estudado dentro de qualquer área. Tempo, história, biografia, espaço, economia, gênero, poder, política, etc., são condições potenciais que *podem ser* relevantes para qualquer área substancial estudada em qualquer área destaca-

da no modelo. O importante é que nenhum item (gênero, idade, poder ou qual-quer outro) seja considerado relevante para a teoria resultante a não ser que seja dos dados como tal; ou seja, se alguém quiser saber como poder, idade ou gênero atuam como condição em uma ou mais áreas para influenciar ação/interação. Quando falamos sobre verificar uma hipótese, o que queremos saber é quando, onde e como essa declaração relacional é demonstrada nos dados. Esse determinado fenômeno surge repetidamente? Em caso positivo, que formas ele assume sob condições variadas?

Como traçar uma linha

Para traçar uma linha condicional, o pesquisador começa com um fato ou incidente que resulta em um acontecimento (alguma forma de ação/interação) e tenta discernir a cadeia de fatos relacionados, ou seja, que condições existiam naquele momento, que sequência de ação/interação se seguiu, que condições resultaram e o que mais aconteceu em linha. Em outras palavras, ele tenta seguir sistematicamente a cadeia de eventos (a interação entre os fatos), acompanhando-os à medida que ocorrem, seja dentro das áreas do modelo ou entre elas, como descrito anteriormente no texto sobre a tempestade e no exemplo que se segue sobre a interrupção do fluxo de trabalho em um hospital. Durante todo o processo de acompanhamento, o pesquisador também pode tentar examinar a natureza de associação das condições entre si mesmas, com a ação e com as consequências. Essas são associações inversas? Algumas condições parecem mais importantes do que outras? A ação/interação sempre resulta de um conjunto de condições, ou são contingências e condições interventoras que entram em jogo para trazer variação ou para levantar problemas não antecipados? Por que certas consequências resultam de uma ação/interação sob um conjunto de condições, enquanto outras consequências resultam da mesma ação/interação quando as condições diferem? Para esclarecer o que queremos dizer com "traçar", apresentamos uma análise de um episódio simples de um de nossos projetos de pesquisa.

Ao observar uma unidade médica em um hospital, o pesquisador (Corbin) notou o seguinte incidente. Uma médica veio à unidade para fazer a ronda dos pacientes e, ao fazê-lo, deixou claro seu desejo de verificar a colostomia de um dos pacientes. Ela pediu à enfermeira que a acompanhava um par de luvas esterilizadas tamanho 6 – um tamanho relativamente pequeno. A chefe da equipe verificou a área de armazenagem da unidade, mas o menor tamanho de luva disponível era 7, que foi oferecido à médica. Ela recusou-se a aceitar por entender que o tamanho extra nos dedos iria interferir em sua capacidade de conduzir um exame apropriado no paciente. Sem saber o que fazer, a enfer-

meira que acompanhava a médica apresentou o problema à enfermeira-chefe. Considerando que o tamanho necessário não estava disponível na unidade, a enfermeira-chefe também tentou persuadir a médica a usar as luvas maiores, de forma que pudesse fazer o exame e continuar sua ronda médica. Novamente, a médica recusou a oferta. Agora, a enfermeira-chefe tinha que localizar luvas de tamanho menor em algum lugar no hospital ou dizer à médica para esquecer o assunto. Não desejando tomar essa última atitude, ela tinha que encontrar luvas menores. Primeiro, ela ligou para o almoxarifado central. Foi informada que as luvas no tamanho solicitado estavam temporariamente em falta devido à grande demanda de luvas criada pela epidemia de AIDS, que prejudicara o estoque do hospital. Além disso, a enfermeira-chefe foi informada que, como as luvas de látex estavam em falta no momento, sua distribuição estava sendo rigorosamente monitorada por uma determinada pessoa no almoxarifado central, que estava em reunião naquele momento. A enfermeira-chefe e a médica teriam que esperar até que a reunião terminasse se insistissem em pegar um par de luvas tamanho 6. Enquanto isso, a médica estava ficando impaciente. Ela tinha outros pacientes para atender e queria continuar seu trabalho. Conseqüentemente, a enfermeira-chefe começou a ligar para outras alas do hospital e finalmente localizou um par de luvas tamanho 6 na sala de recuperação. Ela foi buscá-las rapidamente e a médica pôde fazer o exame. A ação/interação completa tomou cerca de 30 minutos do precioso tempo da enfermeira-chefe e da médica.

O conceito de foco em nossa análise era "fluxo de trabalho interrompido" e, embora o fato descrito seja apenas um exemplo desse conceito, representava uma oportunidade de acompanhar o impacto que fatos externos ao hospital podem ter sobre seu fluxo interno de trabalho. Acompanhando a cadeia de eventos, notamos que o trabalho é interrompido porque um recurso necessário (luvas tamanho 6) não está disponível. Para manter o fluxo de trabalho, a enfermeira-chefe precisa localizar luvas tamanho 6. Mas o pesquisador é forçado a perguntar: por que é tão problemático encontrar luvas de tamanho menor neste momento? Afinal de contas, luvas não são substâncias controladas, como narcóticos, para serem mantidas trancadas. Seguindo adiante com esse fato, o pesquisador, começando com a ação interrompida, segue a linha condicional.

Começamos com ação/interação, que foi interrompida devido a falta de um recurso necessário. Depois, passamos para a área individual do modelo. A enfermeira-chefe tentou persuadir a médica a aceitar luvas de tamanho maior. Porém, a médica recusou. Passando para a área suborganizacional, a enfermeira-chefe contactou o almoxarifado central. Aqui também a enfermeira-chefe tentou persuadir o almoxarifado central a lhe fornecer as luvas, mas não teve su-

cesso, pois a pessoa que controlava o acesso estava em reunião. Finalmente, a enfermeira chefe localizou um par de luvas tamanho 6 na sala de recuperação (área suborganizacional) e foi buscá-lo. Ainda assim, a questão mais ampla permanece sem resposta: por que as luvas estão em falta, afetando o fluxo de trabalho? Para responder essa pergunta, passamos para a *área organizacional*. As luvas estão em falta nesta organização. Por quê? Porque há um aumento na demanda das unidades. Por que o aumento na demanda? Porque (passando para a *área nacional*) orientações nacionais recentemente publicadas sobre controle de infecções recomendam o uso de luvas para proteger pacientes e trabalhadores contra AIDS, hepatite e outras doenças contagiosas. Isso nos leva de volta à *área comunitária*. Outros hospitais e enfermarias também estão sofrendo com a falta de luvas ou é um problema específico dos hospitais da Administração dos Veteranos (*área regional*)? Parece que um aumento na demanda do produto e a concorrência entre os fornecedores são duas condições que afetam a disponibilidade das luvas. Isso levanta questões sobre produção, distribuição e fornecimento de luvas de látex (esterilizadas e não-esterilizadas) na esfera de varejo industrial e dentro dessa *comunidade*. Obviamente, os fornecedores foram pegos de surpresa. Voltamos à *área nacional*, onde foram originadas as novas diretrizes, e perguntamos o porquê dessas diretrizes. O que elas expressam realmente? Elas podem ser associadas a uma epidemia de AIDS ocorrendo em toda a nação (na verdade, *internacionalmente*) e uma preocupação com a transmissão de todas as doenças contagiosas. Agora, podemos mostrar uma relação entre "um problema de saúde pública nacional" (o fato mais importante que estabelece uma cadeia de condições) e "interrupção do fluxo de trabalho" em uma ala do hospital. Podemos ver que uma série de fatos, variando de macro a micro, criaram um contexto de escassez neste determinado momento. Obviamente, o fornecimento de luvas cresceu para atender a demanda, pois, meses mais tarde, obter luvas de qualquer tamanho não era mais problema neste hospital.

Evitando um erro comum

Com o uso do modelo, tentamos ajudar os pesquisadores a evitar um erro comum a muitos pesquisadores iniciantes, ou seja, redigir um capítulo ou uma página destacando as condições relevantes que operam em uma situação sem fazer uma conexão entre essas condições e as explicações de uma série de fatos (ações/interações) que se seguem. Demonstrar como o fluxo de trabalho é interrompido por uma epidemia de AIDS e por uma revisão nas diretrizes nacionais, o que, por sua vez, resultou na falta de luvas, é bem diferente de fazer uma declaração geral dizendo que "a AIDS está causando impacto no trabalho do hospital", que deixa por conta da imaginação do leitor discernir exatamente qual se-

ria esse impacto. Evidentemente, o exemplo precedente é apenas um incidente que leva a "fluxo de trabalho interrompido". Para entender melhor esse conceito, o pesquisador precisa examinar outros casos de fluxo de trabalho interrompido nas unidades e acompanhá-los da mesma maneira. No próximo exemplo de fluxo de trabalho interrompido, as questões macro podem não estar envolvidas. Pode ser que duas enfermeiras não consigam entrar em um acordo sobre a divisão do trabalho ou que diversas pessoas fiquem doentes em um determinado dia devido a problemas pessoais. As condições/conseqüências que cercam o fluxo de trabalho vão surgir dos dados.

Resumo

Isso conclui nosso capítulo bastante complicado sobre modelo condicional/conseqüencial. O capítulo enfatizou a interação entre condições macro e micro (estrutura) e sua relação com ações/interações (processo). O ponto principal é que condições macro não são simplesmente panos de fundo contra os quais apresentamos a teoria. Quando são relevantes, elas fazem parte da história analítica e devem ser envolvidas na análise. O modelo foi apresentado como um mecanismo analítico para ajudar o analista a acompanhar a interação de condições/conseqüências e ações/interações subsequentes e a traçar linhas de conectividade. Embora os conceitos contidos dentro do modelo sejam muito sofisticados, tendo em mente um quadro do modelo enquanto analisa os dados, até um análise qualitativo iniciante pode capturar parte da complexidade e da riqueza da vida expressa nos dados.

Amostragem Teórica

Definição de Termos

Amostragem teórica: coleta de dados conduzida por conceitos derivados da teoria evolutiva e baseada no conceito de "fazer comparações", cujo objetivo é procurar locais, pessoas ou fatos que maximizem oportunidades de descobrir variações entre conceitos e de tornar densas categorias em termos de suas propriedades e de suas dimensões.

Uma das principais questões sempre enfrentada pelos pesquisadores é onde fazer amostragem, ou seja, aonde ir para obter os dados necessários para o desenvolvimento adicional da teoria evolutiva. Este capítulo explora o significado de *amostragem teórica*. As questões abordadas incluem as seguintes. O que é amostragem teórica? Por que alguém usa amostragem teórica em vez de usar outra forma de amostragem? Como devemos proceder? Como manter a amostragem sistemática e consistente sem enrijecer o processo? Quanto amostragem deve ser feita? Em que momento? Como saber se já fizemos o suficiente? Como a amostragem teórica difere das formas mais tradicionais de amostragem?

Visão Geral

Lembre-se que conceitos são a base da análise; eles são os blocos de construção da teoria. Todos os procedimentos visam identificar, desenvolver e relacionar conceitos. Dizer que alguém faz amostragem teórica significa que a amostragem, em vez de ser determinada antes de começar a pesquisa, se desenvolve durante o processo. Ela é baseada nos conceitos que surgiram da

análise e que parecem ter relevância para a teoria evolutiva. Esses são conceitualmente (a) são repetidamente encontrados (ou, em algumas situações, notadamente ausentes) nos dados quando comparamos incidente por incidente e (b) atuam como condições que dão variação a uma categoria importante. O objetivo da amostragem teórica é maximizar oportunidades de comparar fatos, incidentes ou acontecimentos para determinar como uma categoria varia em termos de suas propriedades e de suas dimensões. O pesquisador faz amostragem ao longo das linhas de propriedades e dimensões, variando as condições. Por exemplo, se um pesquisador estava estudando o atendimento aos pacientes nos hospitais e descobriu que "fluxo de trabalho", uma categoria importante, variava em grau, tipo, quantidade, etc., segundo o tempo de ala e o momento do dia, então o pesquisador deve dedicar algum tempo observando os três turnos e também os diferentes tipos de alas hospitalares (ex.: alas dedicadas ao atendimento infantil, de prematuros e crianças doentes, pacientes com câncer e pacientes cardíacos) para determinar como e por que o fluxo de trabalho variou. A maximização das oportunidades para comparar conceitos ao longo de suas propriedades em busca de similaridades e de diferenças permite aos pesquisadores densificar categorias, fazer uma diferenciação entre elas e especificar seu leque de variabilidade.

A amostragem teórica é importante ao explorar áreas novas ou desconhecidas porque permite ao pesquisador escolher os caminhos de amostragem que geram maior retorno teórico. Observe que anteriormente falamos em mostrar incidentes, fatos ou acontecimentos, e não pessoas em si. Incidentes ou fatos representam as situações (conduzindo a problemas, a questões ou a fenômenos) nas quais pessoas, organizações, comunidades ou nações se encontram, e que são de certa forma problemáticas ou rotineiras, e às quais há uma resposta por meio de alguma forma de ação/interação. Por exemplo, retornando a nosso estudo sobre o trabalho nos hospitais, um terremoto (como de fato aconteceu) representa um fato ou um acontecimento. O fato que aconteceu era importante, porém, mais importante para nosso estudo foi o que aconteceu com o "fluxo de trabalho" (uma categoria importante) nas alas durante e imediatamente após o terremoto. Como os trabalhadores organizaram a si mesmos, o ambiente e os pacientes para manter o fluxo de trabalho contínuo? Esse fato natural resultou em uma oportunidade fortuita de amostrar "fluxo de trabalho" sob condições que maximizaram a resposta a situações profissionais problemáticas e interrompidas.

Amostragem teórica é cumulativa. Cada evento amostrado edifica e acrescenta algo à coleta e à análise de dados anteriores. Além disso, a amostragem se torna mais específica com o tempo porque o analista é dirigido pela teoria evolutiva. Na amostragem inicial, o pesquisador está interessado em gerar o

máximo possível de categorias; dessa forma, ele coleta dados em um vasto leque de áreas pertinentes. Uma vez que o analista tenha algumas categorias, a amostragem se volta para o desenvolvimento, a densificação e a saturação dessas categorias.

Um certo grau de consistência é importante para a amostragem teórica, pois algumas comparações são feitas sistematicamente em cada categoria, assegurando que todas estejam totalmente desenvolvidas. Um certo grau de flexibilidade também é necessário, porque o investigador deve ser capaz de aproveitar os incidentes fortuitos que ocorrem no campo, tal como um terremoto (embora talvez não tão drásticos).

Na maior parte das vezes, deve-se trabalhar cuidadosamente a amostragem teórica em vez de deixá-la ocorrer acidentalmente, fato esse que poderia levar o analista a caminhos improdutivos e afastá-lo do foco de estudo. Porém, a adesão rígida a qualquer procedimento pode atrapalhar o processo analítico e reprimir a criatividade. Amostragem e análise devem ocorrer sequencialmente, com a análise guiando a coleta de dados. Se não for assim, as categorias podem ser desenvolvidas de forma irregular, deixando o analista com mais trabalho no final do estudo para completar as categorias mal desenvolvidas.

Considerações Gerais

Orientando a coleta de dados durante a amostragem teórica estão questões analíticas e comparações. Entre as perguntas que um analista pode fazer estão: O que aconteceria se...? Quando? Como? Onde? As respostas a essas perguntas servem como base para a amostragem e para fazer comparações entre essas várias condições. Fazer perguntas e comparações tem finalidades diferentes em cada um dos três modos de amostragem que serão discutidos a seguir.

No começo de um estudo, há muitas questões de amostragem que o pesquisador deve considerar. As decisões iniciais tomadas em relação a um projeto dão ao pesquisador um sentido de direção e um local a partir do qual iniciar a coleta de dados. O que acontece depois que a coleta de dados já está em andamento é uma questão de quanto as decisões iniciais se ajustam à realidade dos dados. As considerações iniciais incluem o seguinte:

1. *Deve-se escolher um local ou grupo para estudar.* Isso, evidentemente, é dirigido pela principal questão de pesquisa. Por exemplo, se um pesquisador está interessado em estudar a tomada de decisão dos executivos, deve ir ao local onde os executivos tomam suas decisões para ob-

servar o que eles fazem e dizem verbalmente, em memorandos, etc. Também é importante obter permissão das fontes apropriadas para usar esses locais.

2. *Dere-se tomar uma decisão sobre os tipos de dados a serem usados.* O investigador quer usar observações, entrevistas, documentos, biografias, fitas de áudio, ou uma combinação de tudo isso? A escolha deve ser feita com base nos dados que tenham mais potencial de capturar os tipos de informações desejados. Por exemplo, um pesquisador pode querer usar memorandos e outros documentos escritos, além de entrevistas e observações, ao estudar a tomada de decisão executiva.
3. *Outra consideração é quanto tempo uma área deve ser estudada.* Se um investigador está estudando um desenvolvimento ou um processo evolutivo, ele pode querer tomar algumas decisões iniciais em relação a acompanhar as mesmas pessoas ou locais durante um tempo ou acompanhar diferentes pessoas ou locais em diferentes momentos.
4. *Inicialmente, decisões relativas ao número de locais e observações e/ou entrevistas dependem de acesso, de recursos disponíveis, de metas de pesquisa e da programação de tempo e da energia do pesquisador.* Posteriormente, essas decisões podem ser modificadas segundo a teoria evolutiva.

Entrevista e Guias Observacionais

Uma vez que o pesquisador tenha decidido sobre os informantes, o local, o momento e os tipos de dados a serem coletados (não excluindo o uso de outros), ele está pronto para desenvolver uma lista de perguntas para a entrevista ou de áreas para observação. (Geralmente, isso deve ser feito para satisfazer as exigências dos comitês de assuntos humanos.) Perguntas de entrevista inicial ou áreas de observação devem ser baseadas em conceitos derivados da literatura ou da experiência ou, melhor ainda, do trabalho de campo preliminar. Como esses conceitos iniciais não se desenvolveram a partir de dados "reais", se o pesquisador levá-los com ele para o campo, eles devem ser considerados como provisionais e descartados à medida que os dados comecem a aparecer. Entretanto, conceitos iniciais sempre garantem um ponto de partida para começar a coleta de dados, e muitos pesquisadores (e os membros de seus comitês) acham difícil entrar no campo sem ter pelo menos uma idéia do que vão estudar.

Uma vez que a coleta de dados começa, a entrevista inicial ou os guias observacionais (usados para satisfazer os comitês) revelam os conceitos que surgem dos dados. Aderir rigidamente às diretrizes iniciais durante toda a pesqui-

sa, como é feito em algumas formas de pesquisa qualitativa e quantitativa, atrapalha a descoberta porque limita a quantidade e os tipos de dados que podem ser coletados. Sabemos por experiência que, se alguém vai para o campo com um questionário estruturado, as pessoas vão responder apenas o que for perguntado e, geralmente, sem elaboração. Os informantes podem ter outras informações a dar, mas, se o pesquisador não pergunta, eles podem relutar em oferecer, tentando que possam perturbar o processo de pesquisa. Entrevistas mais desestruturadas, apenas com diretrizes gerais do tipo "diga-me o que você pensa sobre..." , "o que acontece quando...?" e "qual é sua experiência com...?" dão aos informantes mais espaço para responder em termos do que é importante para eles. As respostas a essas perguntas serão comparadas entre os informantes, e os conceitos que surgirem serão a base para a coleta de dados adicionais, sempre deixando espaço para que surjam outras respostas e conceitos.

Procedimentos de Amostragem

A amostragem é dirigida pela lógica e pelo objetivo dos três tipos básicos de procedimentos de codificação descritos anteriormente neste livro: codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva. Também está muito relacionada à sensibilidade que um pesquisador desenvolveu em relação aos conceitos emergentes. Quando mais sensível for o pesquisador à relevância teórica de certos conceitos, maior a tendência de que ele reconheça os indicadores desses conceitos nos dados. A sensibilidade geralmente aumenta durante o projeto de pesquisa e permite ao pesquisador decidir que conceitos procurar e onde encontrar indicadores desses conceitos.

Como a sensibilidade à relevância de certos conceitos teóricos cresce com o tempo, uma característica interessante da coleta e a análise de dados combinadas é que alguém pode amostrar dados previamente coletados e também dados ainda a serem coletados. Não é incomum que, nos estágios iniciais de um projeto, o investigador não veja a importância de certos fatos. Posteriormente, quando tiver desenvolvido maior sensibilidade, o investigador pode retornar legitimamente aos dados e recondicioná-los à luz dessas novas informações.

Amostragem na codificação aberta

Como o objetivo da codificação aberta é descobrir, nomear e categorizar fenômenos segundo suas propriedades e suas dimensões, o objetivo da coleta de dados neste momento é manter o processo de coleta aberto a todas as possibilidades. A amostragem está aberta a todas as pessoas, locais e situações que garantam maiores oportunidades para a descoberta.

Durante a **amostragem aberta**, a seleção de entrevistados ou de locais de observação é relativamente aberta no sentido de que alguém poderia escolher uma a cada três pessoas que entrassem pela porta, ou poderia fazer sistematicamente uma lista de nomes, períodos ou locais. Nenhum conceito provou ainda ter relevância teórica, de forma que não sabemos aonde ir para procurar variações de conceitos em relação às suas propriedades e suas dimensões.

No início, o investigador está aberto a todas as possibilidades durante as entrevistas, durante as observações, ao ler documentos, etc., e vai querer aproveitar totalmente cada oportunidade que surgir, explorando cada uma o máximo possível. Para assegurar abertura, é vantajoso não estruturar a coleta de dados muito estritamente em termos de momento oportuno ou de tipos de pessoas ou de locais, mesmo que se tenha alguma concepção teórica em mente, pois isso pode enganar o analista ou impossibilitar a descoberta. A amostragem aberta exige habilidades consideráveis para entrevistar e para observar; além de um pesquisador que se sinta confortável enquanto espera algo acontecer ou alguém dizer alguma coisa interessante. A habilidade para fazer entrevistas se desenvolve com o tempo. As primeiras entrevistas ou observações tendem a ser muito delineadas e desajeitadas, enquanto que as últimas tendem a ser muito mais ricas em dados. Amostragem aberta exige um pesquisador que saiba como investigar (ex.: "Fale-me mais sobre isso") sem colocar os informantes na defensiva ou, pior, inconscientemente sinalizar a eles para responder ou para agir de formas esperadas. Na amostragem aberta, é crucial manter um equilíbrio entre coleta de dados sistêmica, que permite o desenvolvimento de categorias, e flexibilidade, que permite que os fatos, os acontecimentos e a direção da entrevista fluam abertamente.

Saber como abordar os informantes, fazer perguntas, fazer observações, obter documentos e gravar fitas de vídeo é crucial para o processo de pesquisa. A análise só será boa se forem bons os dados coletados. Informações adicionais relativas às técnicas de entrevistas ou de observações de campo podem ser encontradas em Hammersley e Atkinson (1983), Johnson (1975) e Schatzman e Strauss (1973).

A coleta de dados deve ser seguida imediatamente pela análise. Os pesquisadores iniciantes sempre ficam tão entusiasmados com a coleta de dados, que saem correndo e fazem cinco ou seis entrevistas ou observações antes de sentarem-se para analisar o que têm em mãos. Eles rapidamente se sentem massacrados com a quantidade de informações analíticas que surge durante a análise. Mais importante, eles perdem oportunidades de amostrar com base nos conceitos emergentes. À medida que a análise prossegue, as questões que surgem ao fazer comparações entre os incidentes se tornam guias para coleta de dados adicionais. Além disso, durante as entrevistas ou as observações reais, devido ao au-

mento de sensibilidade, o pesquisador sempre ajusta as entrevistas ou as observações com base nos conceitos emergentes relevantes. Se surge algo pertinente, o pesquisador pode pedir explicações adicionais ou mais oportunidade para observar. A capacidade de amostrar "no local" pode economizar tempo posteriormente, pois o pesquisador não precisa voltar ao local ou à pessoa para acompanhar o que parece ser uma direção relevante.

Variações nas técnicas de amostragem aberta

A amostragem aberta pode ser feita usando várias técnicas diferentes. Como cada técnica tem seus aspectos positivos e negativos, uma combinação de todas as técnicas possivelmente é a forma mais vantajosa de proceder. Como em todas as pesquisas, há uma forma **ideal** de conduzir um estudo e uma forma **prática** (ou aquela pela qual a pessoa tem que decidir).

1. O pesquisador pode procurar pessoas, locais ou fatos a partir dos quais possa propositalmente coletar dados relacionados a categorias, a suas propriedades e a suas dimensões. Por exemplo, quando uma equipe de pesquisa estava fazendo um estudo sobre trabalho médico nos hospitais, um membro da equipe observou que as máquinas no hospital tinham diversas propriedades (Strauss et al., 1985). Essas propriedades incluíam custo, tamanho e importância. A equipe então passou a mostrar muito deliberadamente fatos e locais em que as similitudes e diferenças entre as propriedades das máquinas fossem maximizadas. Os membros da equipe foram observar a leitora TAC (tomografia axial computadorizada), uma máquina cara e grande que tinha uma importância considerável entre aqueles que faziam diagnósticos. Porém, as leitoras TAC representavam apenas um tipo extremo de máquinas hospitalares, um fato para ser lembrado na hora da coleta de dados. Também é importante amostrar outras máquinas que variam dimensionalmente ao longo das propriedades de custo, etc., ou seja, máquinas que sejam mais baratas, tenham menos prestígio e sejam menos confiáveis. No caso anterior, os pesquisadores foram conduzidos a amostrar pela noção conceitual de que o trabalho de cuidar do paciente poderia ser influenciado por determinadas propriedades que o equipamento médico colocou em serviço como parte do atendimento, integrando, assim, duas categorias: "atendimento ao paciente" e "tecnologia médica".

2. Outra forma de amostrar abertamente é agir muito sistematicamente, passando de uma pessoa a outra ou de um lugar a outro em uma lista

(ou pegando qualquer pessoa que entre pela porta ou que concorde em participar), amostrando com base na conveniência. Essa é uma forma mais prática de coletar dados e provavelmente é o método usado com mais frequência pelos pesquisadores iniciantes. Em outras palavras, o pesquisador pega quem ou o que conseguir em termos de dados. Isso não significa que não estão sendo feitas comparações com base em conceitos durante a análise, pois estão. Ocorre apenas que o pesquisador deve aceitar os dados que conseguir em vez de poder escolher com quem falar ou para onde ir em seguida. As diferenças nos dados sempre surgem naturalmente devido às variações naturais nas situações. Por exemplo, quando começamos nosso estudo sobre "Fluxo de trabalho" nos hospitais, sabíamos pouco sobre aquele determinado hospital, alas ou enfermeiras-chefe; simplesmente fomos de unidade em unidade, dedicando algum tempo a qualquer enfermeira-chefe que estivesse disposta a participar do estudo. No final, descobrimos que cada unidade era diferente em termos de condições organizacionais, de número de pacientes e de tipos de trabalho executado, e também na maneira como o fluxo de trabalho era organizado e mantido com o tempo. Devido a essas diferenças, havia ampla oportunidade de fazer comparações baseadas em conceitos emergentes.

3. Além disso, as diferenças sempre surgem de maneira muito fortuita. O pesquisador depara inesperadamente com fatos teoricamente importantes durante a observação de campo, as entrevistas ou a leitura de documentos. É importante reconhecer a importância analítica de tal fato ou incidente e utilizá-la. Isso ocorre com pessoas que têm uma mente aberta e questionadora e que estão sempre alertas. Quando um analista se depara com algo novo ou diferente, deve parar e perguntar: O que é isso e o que significa? Assim, a sensibilidade teórica evolutiva surge e é associada à amostragem teórica durante a codificação aberta.

4. Outra forma de amostragem é retornar aos dados em si, reorganizando-os de acordo com conceitos teoricamente relevantes. Por exemplo, durante um estudo sobre mulheres com gravidez de alto risco, quando se tornou evidente para a pesquisadora (Corbin) que ela estava categorizando as mulheres segundo sua própria percepção de risco (que era médica), ao passo que as mulheres estavam agindo com base em suas percepções (que nem sempre eram iguais às definições médicas), a pesquisadora recuou e reorganizou os incidentes, colocando-os em categorias segundo a maneira como as mulheres percebiam aqueles incidentes. Observe que, em uma entrevista ou em uma observação,

sempre há diversos incidentes pertencentes ao mesmo conceito, e cada um é codificado separadamente. Por exemplo, no estudo sobre mulheres com gravidez de alto risco, algumas vezes até mesmo durante o curso de uma semana, as percepções de risco variavam dependendo do que estava acontecendo com a condição crônica, com o bebê e com a gravidez. Isso significava codificar cada incidente separadamente, pois as estratégias de controle de risco por parte das mulheres tendiam consequentemente a variar, resultando em variações dentro do conceito de "controle de risco".

Amostragem relacional e variacional

A codificação aberta conduz à codificação axial. A amostragem ainda é feita com base em conceitos teoricamente relevantes (categorias), mas o foco muda. Lembre-se que, na codificação axial, o objetivo é ver como as categorias se relacionam às suas subcategorias e também desenvolver melhor as categorias em termos de suas propriedades e de suas dimensões. Na coleta e na análise de dados, o pesquisador vai querer amostrar incidentes e fatos (de dados novos ou previamente coletados) que lhe permitam identificar variações significativas. Ao perguntar que diferença o tipo de máquina faz no tipo de atendimento que o paciente recebe, o pesquisador está reunindo dois conceitos para descobrir as relações entre eles: "tipo de atendimento" e "tipo de máquina". As perguntas a serem feitas incluem as seguintes. Como o paciente é preparado? Como os riscos são controlados? Como o trabalho é dividido? Quem programa e coordena o trabalho? As relações entre conceitos, assim como os conceitos em si, são comparados entre locais e pessoas para descobrir e para verificar similaridades e diferenças.

Durante a amostragem relacional e variacional, o pesquisador procura incidentes que demonstrem escopo dimensional ou variação de um conceito e as relações entre conceitos. Como na amostragem aberta, há diferentes formas por meio das quais um pesquisador pode agir, e a maioria das formas descritas até agora também se aplica aqui. Novamente, a forma ideal de amostragem teórica pode ser difícil de pôr em prática se o pesquisador não tiver acesso ilimitado a pessoas ou a locais ou se não souber aonde ir para maximizar similaridades e diferenças. Em termos reais, o pesquisador pode ter que amostrar com base no que está disponível. Ao contrário do que poderíamos pensar, o fato de escolher propositalmente locais ou pessoas, com base no potencial de maximizar as diferenças entre os conceitos emergentes, é um processo dedutivo. A não ser que o analista tenha "*deja vu*", ele pode apenas presumir que, procurando tal e tal pessoa ou tal e tal local, vai encontrar a variação dimensional que está procurando. Até que as pessoas cheguem lá, o pesquisador não

sabe, com certeza que local vai realmente maximizar as similaridades e as diferenças. Na realidade, o pressentimento do analista de que um local, uma pessoa ou um grupo vão fornecer a variação dimensional agregada pode não estar correto. Um pesquisador nunca deve se aborrecer por não conseguir escolher um local ou obter acesso a um local ou a pessoa(s) teoricamente relevante(s). Ao contrário, o pesquisador deve fazer o máximo possível com aquilo que estiver disponível para ele. No que diz respeito a fatos e a incidentes, um pesquisador raramente vai encontrar dois ou mais que sejam idênticos. Ao contrário, quase sempre haverá algo diferente – sejam condições, ações/interações ou consequências – que vai garantir a base para fazer comparações e para descobrir variações. Se o analista está comparando incidentes e fatos em termos de como eles dão densidade e variação aos conceitos com os quais se relacionam, então ele está fazendo amostragem teórica. Quando um pesquisador não pode escolher objetivamente pessoas ou locais para maximizar a variação, ele pode levar mais tempo para descobrir o processo e a variação e também para atingir a densidade, mas, por meio da amostragem contínua e persistente, as diferenças vão acabar surgindo, mesmo que o pesquisador precise se adaptar àquilo que está disponível.

Amostragem na codificação seletiva: amostragem discriminada

A amostragem altamente seletiva (escolher propositalmente os locais para maximizar ou para minimizar diferenças) passa a ser importante, porém, quando estamos envolvidos em codificação seletiva. O porquê dessa importância é explicado na próxima seção. O objetivo da codificação seletiva é integrar as categorias ao longo do nível dimensional para formar uma teoria, para validar as declarações de relações entre conceitos e para completar as categorias que precisem de mais refinamento. A amostragem se torna muito deliberada neste ponto.

O processo de amostragem discriminada

Ao fazer *amostragem discriminada*, o pesquisador escolhe os locais, as pessoas e os documentos que vão maximizar as oportunidades de fazer análise comparativa. Isso pode significar um retorno a antigos locais, documentos e pessoas ou a busca de novos para coletar os dados necessários para saturar as categorias e completar um estudo. Durante um estudo, a validação dos produtos da análise é uma parte crucial da construção da teoria. A validação é construída em cada passo da análise e da amostragem. Não estamos falando sobre teste em um sentido estatístico de contagem. Os analistas constantemente compararam os produtos de suas análises com os dados reais, fazendo modificações ou adições con-

forme o necessário, com base nessas comparações, e depois validando adicionalmente as modificações e as adições com os novos dados; dessa forma, os pesquisadores estão constantemente validando ou negando suas interpretações. Apenas os conceitos e as declarações que representam esse processo de comparação rigoroso e constante passam a fazer parte da teoria. Lembre-se de que os casos negativos também são muito importantes. Para nós, eles denotam um possível exemplo extremo de variação em um conceito.

Saturação teórica

Uma questão que sempre surge é por quanto tempo um pesquisador deve continuar amostrando. A regra geral na construção da teoria é coletar dados até que todas as *categorias estejam saturadas* (Glaser, 1978, p. 124-126; Glaser e Strauss, 1967, p. 61-62, 111-112. Isso significa até que (a) nenhum dado novo ou relevante pareça surgir em relação a uma categoria, (b) a categoria esteja bem desenvolvida em termos de propriedades e de dimensões, demonstrando variação e (c) as relações entre categorias estejam bem estabelecidas e validadas. A saturação teórica é muito importante. O pesquisador precisa coletar dados até que todas as categorias estejam saturadas, caso contrário, a teoria será construída de forma irregular e não terá densidade e precisão.

Algumas Respostas para Perguntas Importantes

1. Posso amostrar dados de uma biblioteca e como fazer isso? Algumas investigações exigem o estudo de documentos, de jornais ou de livros como fontes de dados. Como devemos lidar com isso?

A resposta é que amostramos exatamente como fazemos entrevistados ou como lidamos com dados observacionais, com a interação usual entre codificação e amostragem.

Se alguém está usando uma provisão de material de arquivo, isso equivale à coleta de entrevistas ou a notas de campo (Glaser e Strauss, 1967, p. 61-62, 111-112). Porém, os dados documentais podem não estar em um único local; ao contrário, podem estar espalhados dentro de uma única biblioteca ou em várias bibliotecas, agências ou outras organizações. Então, alguém pode argumentar, exatamente como ocorre com os outros tipos de dados, onde os fatos ou incidentes relevantes podem ser encontrados e amostrados? Estarão em livros sobre determinadas organizações, populações ou regiões? Essa pergunta é respondida por meio da localização de material utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica usuais, incluindo uma busca objetiva nas estantes da biblioteca.

Um tipo especial de documento consiste das entrevistas ou das notas de campos feitas por outro pesquisador. Costumamos chamar a análise de tais dados de “análise secundária”. O pesquisador que está construindo a teoria também pode codificar esses materiais, empregando amostragem teórica em conjunto com os procedimentos de codificação usuais.

2. Como podemos fazer amostragem teórica quando uma equipe está coletando os dados e ainda manter a consistência?

Quando o trabalho é feito por uma equipe de pesquisadores, todos os membros devem participar das sessões analíticas do grupo. Todos devem receber cópia de quaisquer memorandos que sejam escritos pelos pesquisadores individualmente e também daqueles redigidos durante as sessões de grupo. Os dados devem ser trazidos para o grupo e compartilhados. O ponto importante é que cada membro da equipe conheça as categorias que estão sendo investigadas, de forma que cada um possa coletar dados sistematicamente para essas categorias durante seu trabalho de campo. Igualmente importante é que os membros da equipe se reúnam regular e freqüentemente para analisar partes de seus dados. Trabalhar como uma unidade analítica permite aos membros do grupo permanecer firmemente dentro da mesma estrutura conceitual. Evidentemente, todos devem participar das decisões importantes ligadas à amostragem teórica. À medida que os dados se acumulam, pode ficar impossível para os membros da equipe ler todas as entrevistas ou notas de campo dos outros membros, de forma que cada um tem a responsabilidade de codificar seus próprios materiais. Os membros da equipe devem ler todos os memorandos; caso contrário, não conseguirão acompanhar a natureza evolutiva do desenvolvimento da teoria.

3. A minha teoria pode ser adicionalmente testada por outras pessoas?

Evidentemente que uma teoria pode ser testada. Embora a validade durante o processo real de pesquisa, uma teoria não é testada no sentido quantitativo. Isso é para outro estudo. Geralmente, partes de uma teoria são testadas quantitativamente. Embora um pesquisador não possa explicar formalmente as proposições ou as declarações de relação que conectam os principais conceitos de uma teoria, elas geralmente estão inseridas no texto e podem ser explicadas e testadas em um estudo subsequente pelo mesmo pesquisador ou por outros. Lembre-se que uma teoria é apenas isso – uma teoria. Uma proposição que parece não se sustentar sob testes adicionais não indica, necessariamente, que a teoria está errada; ao contrário, indica que suas proposições têm

que ser alteradas ou expandidas para englobar condições adicionais e especificamente diferentes.

4. Como a amostragem nos estudos de construção de teoria diferem das formas mais tradicionais de amostragem?

Nas formas quantitativas de pesquisa, a amostragem é baseada na seleção de uma parte da população para representar toda a população que queremos generalizar. Assim, a consideração dominante é a representatividade daquela amostra ou o quanto ela lembra aquela população em termos de características específicas. Na realidade, ninguém pode ter certeza de que uma amostra é completamente representativa. Na pesquisa quantitativa, porém, certos procedimentos, como a casualidade e as medidas estatísticas, ajudam a minimizar ou controlar esse problema. Quando construímos teoria indutivamente, a preocupação é com a **representatividade dos conceitos e com a forma como os conceitos variam dimensionalmente**. Buscamos casos nos quais um conceito possa estar presente ou ausente e perguntamos por quê. Por que ele está ali? Por que não está lá? Que formato ele assume? Como estamos procurando fatos e incidentes que sejam indicativos de fenômenos e não estamos considerando pessoas ou locais em si, cada observação, entrevista ou documento pode se referir a exemplos múltiplos desses fatos. Por exemplo, ao acompanhar uma enfermeira-chefe durante o curso de um dia, o pesquisador pode observar 10 exemplos diferentes de uso de poder. Naturalmente, quanto mais entrevistas, observações e documentos obtidos, mais incidentes vão se acumular (evidência de sua validade como conceitos representativos), e maior a possibilidade de descobrir variação importante.

5. Quando a amostragem teórica está completa? Por quanto tempo é necessário continuar?

A amostragem está completa quando as categorias estão saturadas. Porém, a amostragem sempre continua durante a redação, pois é geralmente nesse momento que as pessoas descobrem que certas categorias não estão totalmente desenvolvidas. Então, a coleta de dados serve para completar e para refinar, exatamente como descrito anteriormente.

6. É difícil aprender amostragem teórica?

É relativamente fácil entender a lógica da amostragem teórica. Porém, exatamente com outros procedimentos de desenvolvimento de teoria, a amostragem pode ser praticada ao fazer investigações reais de pesquisa para tornar o processo mais rotineiro.

7. E o projeto de pesquisa? Qual é sua relação com a amostragem teórica?

Ao contrário da amostragem estatística, a amostragem teórica não pode ser planejada antes de embarcar em um estudo. As decisões específicas de amostragem surgem durante o processo de pesquisa. Evidentemente, antes de começar a investigação, um pesquisador pode argumentar que fatos tendem a ser encontrados em determinados locais e populações. Na realidade, ao redigir a proposta para as agências financiadoras, é importante explicar como será feita a amostragem e qual será sua base. Exemplos de como foi feita a amostragem durante a pesquisa preliminar sempre devem acompanhar essa discussão.

Resumo

Neste método de construção de teoria, o investigador amostra fatos e incidentes, e não pessoas ou organizações. Durante a amostragem, o investigador busca indicadores (fatos ou acontecimentos) representativos de conceitos teoricamente relevantes, depois compara esses fatos ou acontecimentos em termos de propriedades e dimensões, sempre procurando escopo ou variação dimensional. Pessoas, locais e documentos são apenas os meios para obter esses dados. O foco da amostragem muda segundo o tipo de codificação que é feita (aberta, axial ou seletiva). A amostragem tende a tornar-se mais objetiva e focada à medida que a pesquisa progride. A amostragem continua até que todas as categorias estejam saturadas; ou seja, não surge nenhum dado novo ou importante e as categorias estão bem desenvolvidas em termos de propriedades e de dimensões.

14**Memorandos e Diagramas****Definição de Termos**

Memorandos: registros escritos de análise que podem variar em tipo e formato.

Notas de codificação: memorandos contendo os produtos reais dos três tipos de codificação: aberta, axial e seletiva.

Notas teóricas: memorandos sensibilizadores e resumos que contêm as considerações e as idéias do analista sobre a amostragem teórica e outras questões.

Notas operacionais: memorandos contendo direções de procedimento e lembretes.

Diagramas: mecanismos visuais que mostram as relações entre conceitos.

Quando a maioria das pessoas pensa em *memorandos*, o que vem à cabeça são aqueles formatos de comunicação escritos ou digitados que circulam entre os membros de organizações ou famílias. A função usual desses memorandos é atuar como lembretes ou fontes de informações. Quando o termo *memoranda* é usado neste livro, refere-se a tipos muito especializados de registros escritos – aqueles que contêm os produtos da análise ou as direções para o analista. Eles devem ser analíticos e conceituais, e não descritivos. *Diagramas* são memorandos visuais, e não-escritos. São mecanismos que representam as relações entre conceitos. Ambos são formas importantes de manter registros da análise e podem ser feitos à moda antiga (ou seja, à mão) ou usando um dos recentes programas de computador criados para esse fim, como o ATLAS ou NUD-IST.¹

Os memorandos podem ter diversos formatos – *notas de codificação*, *notas teóricas*, *notas operacionais* e subvariedades desses tipos. Na verdade, um único

memorando pode conter elementos de qualquer um desses tipos diferentes. É importante, especialmente para pesquisadores iniciantes, manter as distinções entre os tipos ao trabalhar com seus memorandos. Se diversos tipos de memorandos forem colocados em uma página impressa, ou se os tipos de memorandos forem reunidos, então alguns memorandos podem ficar perdidos ou esquecidos.

Os memorandos e diagramas evoluem. Talvez o ponto mais importante para se ter em mente é que não há memorandos errados ou mal-redigidos. Ao contrário, eles crescem em complexidade, em densidade, em clareza e em acuidade à medida que a pesquisa progride. Posteriormente, os memorandos e os diagramas podem negar, alterar, dar suporte, ampliar ou esclarecer os anteriores. É realmente surpreendente observar como um banco de dados acumula informações e cresce teoricamente com o tempo, embora ainda mantenha sua base na realidade empírica. Os memorandos têm o duplo objetivo de manter a pesquisa embasada e de manter essa consciência para o pesquisador.

Redigir memorandos e fazer diagramas são elementos importantes da análise e nunca devem ser considerados supérfluos, independente da pressa que o analista possa ter. A elaboração de memorandos e diagramas deve começar com a **análise inicial** e continuar durante todo o processo de pesquisa. Embora memorandos e diagramas em si raramente sejam vistos por qualquer outra pessoa além do analista (e talvez os membros do comitê), eles continuam sendo documentos importantes porque registram o progresso, as considerações, os sentimentos e as direções do projeto de pesquisa e do pesquisador – na verdade, todo o posicionamento do processo de pesquisa. De um ponto de vista prático, são feitos poucos memorandos e diagramas, poderá faltar densidade e integridade na teoria final. No fim, é impossível para o analista reconstruir os detalhes da pesquisa sem os memorandos.

Memorandos e diagramas ajudam o analista a ganhar distância analítica dos materiais. Eles forçam o analista a deixar de trabalhar com dados e a passar para a conceitualização. Acreditamos que memorandos e diagramas são tão importantes para a teoria resultante que sugerimos aos leitores que também consultem Glaser (1978, p. 283-292, 116-127), Glaser e Strauss (1967, p. 108, 112), Schatzman e Strauss (1973, p. 94-107) e Strauss (1987, p. 109-128, 170-182, 184-214) para maiores informações sobre o assunto.

Algumas Características Gerais e Específicas de Memorandos e Diagramas

Há algumas características gerais de memorandos e de diagramas com as quais os leitores devem estar familiarizados:

1. Memorandos e diagramas variam em conteúdo, em grau de conceitualização e extensão, dependendo da fase da pesquisa, do objetivo e do tipo de codificação.
2. Nos estágios iniciais da análise, memorandos e diagramas parecem estranhos e simples. Não se preocupe. Lembre-se que ninguém, a não ser o analista (e possivelmente os membros do comitê), vê os memorandos e os diagramas.
3. Embora o analista possa pôr no papel a entrevista ou as notas de campo reais, isso não é prático, exceto talvez nas fases iniciais da codificação aberta. Dizemos isso por várias razões. Primeiro, é difícil redigir memorandos de qualquer tamanho ou fazer diagramas sobre notas de campos porque geralmente não há espaço suficiente para desenvolver idéias. Segundo, alguns dos conceitos originais podem ser revisados à medida que a análise prossegue, e isso pode se tornar engorroso e confuso quando o analista retorna a um documento para recodificar e vê antigos códigos anotados nas margens. Terceiro, é difícil recuperar informações (ou seja, combinar ou classificar memorandos) se as margens foram o único local onde as informações foram codificadas. Quarto, há muitos programas de computador disponíveis para auxiliar a redação de memorandos e outras funções de análise, tornando desnecessário o ato de escrever nas margens de um documento. (Para revisões de alguns desses conceitos e seu uso com teoria baseada, ver Fielding e Lee, 1991; Kelle, 1995; Lonkilla, 1995; Pfaffenberger, 1988; Tesch, 1990; Weitzman e Miles, 1995.)
4. Cada analista desenvolve seu próprio estilo para fazer memorandos e diagramas. Alguns analistas usam programas de computador, outros usam cartões coloridos codificados, e outros, ainda, preferem colocar os memorandos escritos em fichários, pastas ou cadernos. O método usado para registrar e controlar memorandos não é importante. É relevante, porém, que os memorandos e os diagramas sejam feitos e que sejam ordenados, progressivos, sistemáticos e facilmente recuperáveis para classificação e referência cruzada.
5. Embora o conteúdo de memorandos e de diagramas seja crucial para o desenvolvimento da teoria, eles também têm a função adicional de armazenar informações. Entre as mais importantes está o fato de que eles forçam o analista a trabalhar com conceitos, e não com dados brutos. Eles também permitem ao analista usar a criatividade e a imaginação, com uma idéia sempre estimulando outra.

6. Outra função de memorandos e diagramas é agir como reflexo do pensamento analítico. A falta de lógica e de coerência se manifesta rapidamente quando o analista é forçado a pôr suas idéias no papel.
7. Memorandos e diagramas são um armazém de idéias analíticas que podem ser classificadas, ordenadas e reordenadas, e recuperadas conforme a evolução do esquema teórico. Essa capacidade torna-se útil quando chega o momento de escrever sobre um tópico ou quando o analista quer fazer referência cruzada entre categorias ou avaliar seu progresso analítico. Estudar diagramas e rever memorandos também pode revelar os conceitos que precisam de desenvolvimento adicional e de refinamento.
8. É *necessário* codificar depois de cada sessão analítica. Porém, nem sempre é necessário fazer memorandos ou diagramas **longos**. Ao ser estimulado por uma idéia, o analista deve parar o que está fazendo e passar essa idéia para o papel. Não precisa ser um memorando longo; algumas poucas idéias ou frases produtivas serão suficientes. De outra forma, pode-se perder a idéia. Depois, quando tiver mais tempo, o analista poderá escrever mais.
9. Memorandos também podem ser escritos a partir de outros memorandos. A redação ou leitura de um conjunto de memorandos sempre estimula novas idéias que, por sua vez, inspiram outros memorandos. Além disso, pode-se escrever memorandos sumários, que sintetizam o conteúdo de vários memorandos. Diagramas integradores podem ser usados para incorporar as idéias de diversos diagramas não-conectados entre si.

Características Técnicas Específicas de Memorandos e Diagramas

Além das características gerais dos memorandos, há algumas características técnicas incluindo as seguintes:

1. Memorandos e diagramas devem ser datados. Eles também devem incluir referências aos documentos que originaram as idéias. Cada referência deve incluir o número de código da entrevista, observação ou documento; a data em que os dados foram coletados; o número da página (e número da linha para aqueles que utilizam programas de computador); e qualquer outro meio de identificação que possa ser útil para recuperar os dados posteriormente.
2. Memorandos e diagramas devem conter cabeçalhos denotando os conceitos ou as categorias a que pertencem. Memorandos e diagramas que

- relacionam duas ou mais categorias entre si ou a subcategorias devem fazer uma referência cruzada dos conceitos no cabeçalho.
3. Citações curtas ou frases dos dados brutos (além de data, número da página e quaisquer outras informações de identificação para facilitar a recuperação) podem ser incluídas nos memorandos. Eles atuam como lembretes dos dados que deram origem a determinados conceitos ou idéias. Posteriormente, na fase de redação, poderão ser usados como exemplo.
4. É útil descrever, no título ou no cabeçalho, o tipo de memorando que está sendo redigido (ver definições no começo do capítulo) para referência rápida.
5. Qualquer nota teórica ou operacional derivada de uma nota de codificação deve fazer referência à nota de codificação que a estimulou.
6. Embora possa ser possível codificar um incidente ou um fato em duas categorias diferentes, é aconselhável codificar cada incidente separadamente para manter memorandos e categorias específicos e distintos. Em caso de dúvida, faça uma referência cruzada do item em outro memorando. Posteriormente, à medida que mais dados forem coletados e analisados e que as diferenças entre categorias forem esclarecidas, o incidente pode ser categorizado corretamente.
7. O analista não deve ter receio de modificar o conteúdo de memorandos e de diagramas à medida que a análise progride e que novos dados aumentam as informações.
8. O analista deve manter uma lista de códigos emergentes disponível para referência. Nos estágios finais da codificação, deve consultar essa lista em busca de possíveis categorias ou relações que podem ter sido ignoradas durante a integração final. Manter uma lista também ajuda a evitar duplicação de categorias.
9. Se diversos memorandos sobre diferentes códigos começarem a ficar parecidos, é importante fazer uma nova comparação de conceitos em busca de similaridades e de diferenças. Talvez diferenças importantes estejam sendo ignoradas. Se houver mais similaridades do que diferenças observadas nos conceitos, então pode ser vantajoso inserir o conceito sob um título que parece mais explanatório ou escolher um conceito de ordem mais alta ou mais abstrato, que combine as duas coisas.
10. O analista deve manter várias cópias de memorandos para posterior organização e classificação. Além disso, se uma cópia for perdida, sempre haverá uma cópia extra. Essa injunção é especialmente verdadeira para

cópias em computador; qualquer um que já tenha perdido dados importantes devido a falhas do computador ou do usuário sabe o quanto pode ser frustrante não ter uma cópia de reserva.

11. O analista deve indicar nos memorandos quando uma categoria parece estar saturada. Isso permite ao analista conduzir a coleta de dados em direção às categorias que ainda precisam de desenvolvimento.
12. Se o analista tiver duas ou mais idéias interessantes ao mesmo tempo, deve fazer algumas anotações sobre cada uma delas imediatamente. Dessa forma, nenhuma das idéias será perdida quando chegar a hora de redigir um memorando sobre elas.
13. O analista deve ser flexível e maleável na hora de produzir memorandos e diagramas. A fixação rígida com formato ou com correção pode restringir a criatividade e congelar as idéias.
14. Mais importante, o analista deve ser mais conceitual do que descritivo ao redigir memorandos. Memorandos não são sobre pessoas ou mesmo sobre incidentes ou fatos. Ao contrário, referem-se a idéias conceituais derivadas disso tudo. É a denotação de conceitos e suas relações que levam o analista para além da descrição até a teoria.

Memorandos e Diagramas nos Três Tipos de Codificação

Ao fazer codificação, memorandos e diagramas aparecem diferentemente em vários pontos da análise. Não é possível em um livro deste tamanho, dar exemplos de cada potencial tipo de memorando e de diagrama. Isso não apenas seria maçante como também tenderia a enrijecer o processo. **O analista precisa desenvolver seu próprio estilo e suas próprias técnicas.** Porém, para dar alguns exemplos do que é possível, incluímos amostras de alguns de nossos estudos e fazemos referências a textos nos quais os leitores podem encontrar outros exemplos.

Codificação aberta

Fazer codificação aberta é como montar um quebra-cabeça. O analista precisa se organizar, separar as peças por cor (o que geralmente inclui observar diferenças sutis na tonalidade) e montar uma figura juntando todas as peças. As primeiras páginas das notas de campo sempre são muito confusas. É difícil saber por onde começar, o que procurar e como reconhecer aquilo que estamos procurando. Tudo pode parecer uma massa indistinta. A natureza tentativa da análise é refletida nos memorandos iniciais. O analista escreve suas considerações e suas idéias iniciais sem se preocupar com o que os outros pensam ou se a análise está correta. Memorandos iniciais contêm impressões, considerações e dire-

ções para a pessoa. Quando sentir insegurança, o analista deve lembrar-se que, se todas as respostas fossem conhecidas, não haveria razão para aquela determinada pesquisa.

Notas de codificação

No início, as notas de codificação parecem muito esparsas. Durante as primeiras leituras das notas de campo, o analista pode examinar um documento e identificar alguns conceitos, mas tem pouca noção do que os dados significam. Mais tarde, ao fazer comparações e ao fazer perguntas teoricamente relevantes, a teoria começa a surgir. As notas iniciais incluem categorias, os conceitos que apontam para as categorias e algumas propriedades e dimensões. Um exemplo de memorando inicial poderia ser como segue:

4/4/97 Notas de codificação

PROPRIEDADES E DIMENSÕES DA EXPERIÊNCIA DE DOR

A dor em minhas mãos, provocada pela artrite, é realmente muito forte em tempo úmido e frio. Acordo com dor de manhã e fico com dor o dia todo. O único momento que parece melhorar é à noite, quando estou aquecida na cama e embaixo das cobertas. (notas de campo, citação de uma entrevista com paciente 1, p. 1).

Esta mulher está descrevendo sua "experiência de dor". Podemos ver que a dor possui, entre outras, as propriedades de intensidade, localização e duração. Outra propriedade é o grau de alívio. Quando ela diz que é "realmente muito forte", está nos dando uma dimensão da propriedade de intensidade. A localização da dor é nas mãos dela, e é uma dor de "longa" duração, permanecendo o dia todo. O alívio é possível sob condições de calor.

Partindo desta nota de campo, posso levantar a hipótese de que a dor pode variar em intensidade de severa a suave, que pode se localizar em qualquer parte do corpo e em mais de uma parte, e que pode durar pouco ou muito tempo. Além disso, com esse tipo de dor e para algumas pessoas, é possível obter alívio sob certas condições, então o alívio da dor pode variar de possível a impossível. Também há uma propriedade de variação: ou seja, a intensidade da dor pode variar, dependendo de sua localização no corpo, grau de atividade, período do dia e temperatura. Finalmente, há a propriedade de continuidade da dor: Ela pode ser contínua, intermitente ou temporária. Neste caso, podemos dizer que é intermitente.

O analista também poderia indicar no memorando precedente onde este determinado fato se localiza ao longo das linhas dimensionais de cada propriedade. Além disso, o analista pode querer designar as condições que deram origem

a determinadas propriedades (ou dimensões) deste incidente de dor. Isso vai gerar alguma especificidade dimensional que será necessária posteriormente ao buscar padrões e quando o analista começar a relacionar categorias. Exemplos de declarações relacionais incluem o seguinte: "Sob condições de tempo úmido e frio, aumenta a intensidade da dor". "Sob condições de calor, a dor desaparece ou sua intensidade diminui". "Sob as condições da manhã, a dor começa". "Sob as condições da noite, a dor é de certa forma aliviada". Uma potencial categoria adicional é "alívio da dor". Poderíamos considerá-la uma categoria distinta, e não uma propriedade de "experiência de dor". Observe que as declarações relacionais são escritas como hipóteses, indicando que são declarações provisórias a serem validadas por meio de coleta e de análise adicional de dados. Observe também que essas notas levam à codificação axial no sentido de que começam a definir as condições sob as quais um fato ocorre. O exemplo precedente demonstra que, quando codificamos, é difícil separar codificação aberta de codificação axial.

O analista também poderia escrever uma nota teórica a partir da citação anterior e uma nota de codificação. As notas teóricas cobrem aquilo que as notas de codificação deixam de fora. Em uma nota teórica, o analista pode perguntar quais são algumas das outras possíveis propriedades de dor e suas dimensões, usando essa informação para fazer amostragem teórica. Uma nota teórica sobre o tópico precedente poderia ser mais ou menos assim:

4/4/97 Nota teórica (escrita a partir da nota de codificação, "Propriedades e dimensões da experiência de dor", também datada de 4/4/97)

OUTRAS POSSÍVEIS PROPRIEDADES E DIMENSÕES DA DOR

A artrite não é certamente a única causa da dor. Alguém pode sentir dor devido a um ferimento, digamos um músculo distendido ou uma queimadura leve. Usando minha própria experiência com cada uma dessas possibilidades, que mais eu descobriria sobre dor? Bem, músculos distendidos ou queimaduras leves são geralmente resultado de ferimentos, o que os torna temporários em natureza, ao invés de permanentes. Como posso descrever a dor de cada um? A dor de um músculo distendido normalmente aumenta quando tento movimentar a parte do corpo afetada. Isso também ocorre com a artrite, e me dá outra condição para intensificação da dor.

Sob condições de movimento, a dor pode aumentar. E no caso de queimaduras leves? Isso é diferente. A dor de uma queimadura pode ser descrita como um tipo de sensação de queimadura contínua que no final diminui. Isso aponta para uma outra propriedade, ou seja, tipo de dor: A dor varia em tipo, de ardente a latejante, aguda ou qualquer outra coisa. Outra de suas propriedades é que dor tem um curso ou uma trajetória. No começo, a dor da queimadura é mais

intensa; depois, sua intensidade diminui. Assim, agora tenho algumas idéias para amostragem teórica, como dor temporária *versus* dor crônica, trajetórias de dor ou cursos e como a intensidade varia em relação a essas trajetórias – inicial, intermediária, posterior.

Um analista também pode redigir uma nota teórica a partir de um artigo sobre dor ou fazer uma análise de um relatório de pesquisa sobre dor, fazer alguns jogos comparativos, fazer uma análise linha por linha ou fazer perguntas sobre a "experiência de dor" da própria pessoa ou de um parente. Fazer esses exercícios aumenta nossa consciência em relação ao que buscar e onde, dando direção à amostragem teórica. A seguir damos um exemplo:

4/4/97 Nota teórica (separada da nota de codificação, 4/4/97, "Propriedades e dimensões da experiência de dor", também da nota teórica da mesma data)

QUESTÕES SOBRE DOR

Quais são algumas causas de dor além da artrite? Há muitas causas diferentes de dor. Por exemplo, câncer, ferimento, cirurgia, cárie nos dentes, amputação e parto. Como se experimenta a dor em cada uma delas? Ela é esperada ou não-esperada? O fato de ser esperada faz diferença na forma como ela é sentida? Se é esperada, são tomadas medidas para preveni-la ou suavizá-la? Em caso positivo, como? Que medidas? Em caso negativo, por que não? Que razões existiriam para não tomar medidas para evitar ou para diminuir a dor? Há algumas dores mais intensas do que outras? A intensidade varia com o tempo? Considere parto ou câncer, por exemplo: a dor é mais intensa no início ou no final do processo? Por quê? O que é feito a respeito? Como se lida com a dor? Como alguém convence outra pessoa de que está sentindo dor? Será que fatores como cultura, idade, tempo de existência da dor, intensidade, etc., afetam a maneira como sentimos dor e como lidamos com a dor? A partir daqui, posso querer amostrar a dor do parto, a dor associada a pacientes com câncer avançado ou terminal, dor em crianças e dor em idosos para ver se há alguma diferença.

Notas teóricas sempre resultam em notas operacionais, ou seja, idéias sobre que operações executar em seguida, sejam elas fazer perguntas, fazer comparações ou fazer mais observações ou entrevistadas. As direções específicas e lembretes que escrevemos para nós mesmos são notas operacionais. A seguir temos um exemplo.

4/4/97 Nota operacional

AMOSTRAGEM PARA DOR

Com base em meu memorando teórico da mesma data, parece que agora tenho várias áreas diferentes nas quais coletar dados sobre dor. Elas

vão trazer à tona propriedades adicionais da dor e dar informações sobre as diferentes dimensões dessas propriedades e das condições que levam a essas propriedades a variar dimensionalmente. Um bom ponto de partida é o parto. Outro é conversar com pessoas que sofram de câncer. Ao falar com esses grupos e ao observá-los, devo fazê-lo em termos de similaridades e de diferenças nas propriedades e nas dimensões que foram identificadas na entrevista sobre artrite (dor crônica intermitente) e procurar outras que podem ainda não ter sido descobertas. Vou olhar para a dor nessas novas áreas procurando propriedades como condição atual, tipo, intensidade, trajetória, duração, grau, etc. Também vou querer observar as condições sob as quais as propriedades variam ao longo de suas dimensões. Em outras palavras, que condições levam a dor a ser descrita como intensa em um momento, por uma pessoa, mas não em outro momento pela mesma ou por outra pessoa? Ou, o que nos leva a sentir dor como uma sensação latejante em uma vez e ardente em outra? É apenas a fonte da dor que causa essa variação ou diferentes pessoas sentem dor de forma diferente? Por que algumas dores são contínuas, enquanto outras são intermitentes?

Literalmente não há limite para a variedade de tipos de memorandos que podem ser escritos durante a codificação aberta. O analista pode escrever memorandos orientadores iniciais, memorandos teóricos preliminares ou diretivos, memorandos que abram a mente em relação a novos fenômenos, memorandos sobre novas categorias, incluindo suas propriedades e suas dimensões, memorandos que diferenciem entre duas ou mais categorias e memorandos que resumam de onde o pesquisador veio e para onde vai. Os memorandos precedentes são bastante simples, mas ilustram os tipos de memorandos que podem ser escritos durante as fases iniciais de um projeto. Eles ajudam o investigador a começar o processo de conceitualização e de pensamento. A seguir temos uma nota teórica mais complicada, tirada de um projeto sobre enfermeiras-chefe. Ele deve dar ao leitor uma idéia sobre como deve ser um memorando de codificação aberta na fase posterior de um projeto. Observe que ele ainda é exploratório e amplia as idéias sobre duas categorias conhecidas, idéias a serem exploradas em futuras amostragens teóricas.

AS/IC 31/5/88 CONHECIMENTO LOCAL / TRABALHO DE ROTINA CONHECIMENTO LOCAL É CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1. Conhecimento específico que é dado como certo em relação a experiências passadas com, por exemplo, instrumentos, procedimentos, práticas, locais ou espaços, programações, ritmo, relações pessoais, humores profissionais e sentimentais e climas.

2. Acho que esses itens podem ser expressos nos termos que usamos antes. Falamos sobre ordens. Assim, há ordem interacional, ordem tecnológica, ordem espacial, ordem temporal e ordem sentimental. Talvez também ordem institucional referente a regras organizacionais? Ver como elas se correspondem mais ou menos ao acima citado.
3. Esse conhecimento específico é complementado, evidentemente, com conhecimento mais geral que é dado como certo. Isso incluiria conhecimento sobre dias da semana, finais de semana, feriados, como os hospitais funcionam, conhecimento médico e de enfermagem sobre vários tópicos e conhecimento cultural mais geral dado como certo.
4. Quando uma nova pessoa é recrutada para o quadro de funcionários, ela precisa ser informada especificamente sobre itens de conhecimento local em cada tipo de ordem (onde as coisas são colocadas, onde encontrar este instrumento, como fazemos este procedimento aqui ou, na verdade, como fazer este procedimento que você ainda não conhece, etc.). Ou, [a pessoa nova] tem que aprender por si mesma. A pessoa pode fazer isso no trabalho observando os outros ou perguntando a eles durante suas atividades. Ou [a pessoa] pode fazer isso separado das atividades usuais, sentando com eles e perguntando, até mesmo durante os intervalos para café. Ou, eu acho, [a pessoa] pode aprender informalmente por meio das conversas que ouve na ala e fora dela.
5. Mas, na verdade, não há uma maneira possível de ensinar a uma pessoa nova todos os itens de conhecimento local. Grande parte disso tem que ser aprendida durante as atividades profissionais. E ISSO LEVA MUITO TEMPO. Leva ainda mais tempo se nenhum funcionário ajudar a pessoa nova ou fizer tentativas deliberadas de ajudar ou se a pessoa não for observadora ou for muito tímida ou preguiçosa para perguntar.
6. É IMPORTANTE PERCEBER que uma parte considerável do que chamamos de ações de rotina está no conhecimento local. O que temos que fazer é apenas observar as pessoas fazendo trabalho de rotina para ver que elas não precisam sequer pensar sobre onde pôr as coisas, quando as coisas têm que ser feitas (a não ser que a programação tenha problemas), como se comportar ao entrar em uma sala, etc. A enfermeira-chefe e as outras sabem como fazer isso, digamos assim, por si mesmas! À moda de John Dewey, é quando há um problema, por menor que seja, e a rotina acaba de certa forma se complicando, que os funcionários têm que criar algo pelo menos razoavelmente novo ou basear-se em experiência passada para lidar com aquele problema. A última

opção também pode ser parte do conhecimento local dos funcionários. Ou pode ser apenas da própria pessoa. Mas observe que, ao lidar com problemas de formas novas, podemos nos basear em conhecimento local como um ingrediente da nova ação.

7. Complementando, como já dissemos antes, uma nova forma de agir pode ser institucionalizada (seja na ala ou em níveis organizacionais mais altos). Nesse caso, passa a fazer parte do conhecimento específico local da ala. Acho que agora, à medida que faço minhas observações, gostaria de amostrar essas idéias, ou seja, em termos de conhecimento local, quem tem esse conhecimento, como ele é obtido, como é usado, para que e o que acontece se as pessoas não o tiverem.

Outros exemplos de memorandos podem ser encontrados no livro de Strauss (1987), *Qualitative analysis for social scientists* (especialmente p. 111-127).

Diagramas

Durante as fases iniciais da codificação aberta, o analista pode ter muito pouco para diagramar, pois as relações entre conceitos ainda não surgiram. Talvez seja mais útil neste momento o que pode ser chamado de listagem em vez do diagrama. Ao fazer uma listagem para cada categoria, o analista pode delinear as prioridades ao longo das dimensões. Esta lista poderia ser estendida à medida que durante a análise progride. Ela fornece a base que conduz aos diagramas lógicos feitos durante a codificação axial.

Codificação axial

Durante a codificação axial, o analista começa a juntar as peças do quebra-cabeça dos dados. Cada peça (ex.: categoria, subcategoria) tem seu lugar no esquema explanatório geral. Ao montar um quebra-cabeça, o analista pode pegar uma peça e perguntar: "Isso vai aqui ou ali?". O primeiro esforço do analista geralmente é de tentativa e erro. Posteriormente, à medida que ele se torna teoricamente mais sensível, fica mais fácil fazer o ajuste entre indicador conceitual e categoria.

Memorandos

Como o objetivo da codificação axial é relacionar categorias e continuar desenvolvendo-as em termos de propriedades e de dimensões, os memorandos escritos durante a codificação axial vão refletir esse objetivo. Eles apresentam respostas para as perguntas o que, quando, onde, com quem, como e com que consequências. Os memorandos iniciais podem refletir incerteza, interpretações in-

corretas e tentativas fracas. O analista deve acreditar que, com o tempo, os dados vão se tornar mais claros e o conteúdo dos memorandos vão melhorar em profundidade e em qualidade de conceitualização. Uma nota de codificação inicial na codificação axial pode ser parecida com a do exemplo que se segue. Primeiro, apresentamos um excerto de uma nota de campo, de forma que os leitores possam ver os dados com os quais estamos trabalhando. O fenômeno sob investigação é a dor e seu controle. Isso se segue às nossas notas prévias, teóricas e operacionais, levando-nos a ver a dor causada por outros fatores além de doença. A dor que está sendo examinada aqui é a dor do parto. Nossa entrevistada foi com uma mãe em relação à experiência dela com a dor durante o parto.

Nota de codificação na codificação axial (acompanhamento de "Direções para amostragem teórica, 8/4/97. Entrevista # 6, p. 8, parágrafo 4, datada de 6/4/97).

Você me pediu para falar sobre a minha experiência com dor no parto. Já se passaram alguns anos desde que tive o bebê. O engraçado em relação à dor, qualquer que seja sua fonte, é que quando ela passa, você a enterra de alguma forma em seu subconsciente. Você pode dizer que foi horrível ou não tão forte, mas essas expressões são filtradas através de um atordoamento. Você não consegue senti-la de fato em qualquer lugar. Você tem apenas imagens de como você acha que ela era. Você entende o que estou dizendo? O parto é estranho. Você se apavora porque ouve muito sobre a dor do parto. Por outro lado, você espera ansiosamente por ele porque está cansada de carregar a criança e ansiosa para vê-la. A dor é vista como a única forma de chegar lá, então você sabe que terá que passar por isso. Você apenas espera que não seja tão forte ou que lhe deem algo se for. A dor é esperada. Você pensa sobre ela, você a teme [e] se prepara para senti-la freqüentando aulas e aprendendo como controlá-la e como tolerá-la. No começo, não é tão ruim. Quando vai chegando no final, parece que ela te massacra. A força das contrações parece que toma conta de você. Mas tem os momentos de alívio nos intervalos, e você sabe que vai acabar assim que o bebê nascer. E eles podem te dar alguma coisa para doer menos. Eu tive sorte. Tive partos curtos, de forma que não precisei de nenhum medicamento. Apenas usei meus exercícios de respiração e de relaxamento. Mas posso ver que, se um parto durasse horas e horas, você ficaria cansada e precisaria tomar alguma coisa.

DOR, CONDIÇÕES DE CONTROLE DA DOR E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO/INTERAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS PARA CONTROLAR A DOR DO PARTO

Estamos falando aqui sobre um tipo determinado de evento de dor, a dor associada ao parto. Essa associação dá à experiência de dor suas propriedades específicas ou sua localização ao longo da linha dimensional. A dor do

parto é esperada (grau de expectativa); pode ser controlada (grau de controlabilidade); fica mais intensa à medida que o trabalho de parto progride (grau de intensidade também denota que há fases); tem começo conhecido, o início do trabalho de parto, e fim (nascimento do bebê indicando a trajetória do curso da dor); e é intermitente, com períodos sem dor nos intervalos (grau de continuidade). Estranhamente, a dor do parto tem outra qualidade ou característica que é muito estranha e difícil de expressar. A dor é parte de um processo de trabalho de parto, [com] o trabalho de parto, evidentemente, atuando como fim da gravidez, o nascimento da criança esperada. Humm. Como descrevo essa propriedade? A dor em si não é proposital, mas [ao contrário, está] associada com uma atividade específica – o parto. Vou anotar isso, embora ainda não tenha certeza sobre o que fazer com essa informação. Isso não significa necessariamente aceitação (embora possa significar para algumas pessoas) ou tolerância, mas talvez dê à dor um certo grau de previsibilidade. Isso ainda não captura este fenômeno, que é dor resultando em algo bom.

Essas propriedades da dor do parto criam o contexto no qual o controle dessa dor ocorre da perspectiva das mulheres. A partir desta nota de campo, posso considerar as seguintes potenciais relações entre conceitos. Sob condições nas quais a dor (do parto) é conhecida com antecedência, a pessoa pode se preparar; quando ela é intermitente, e, não, contínua, é mais fácil controlar; quando sua intensidade varia com o curso, de suave no começo até mais intensa posteriormente, é possível desenvolver estratégias de controle que planejem isso; quando o parto é razoavelmente curto ou pelo menos segue um curso previsível, novamente é possível planejar, há técnicas conhecidas para controlar sua intensidade, e essas técnicas podem ser aprendidas ou negociadas. Então, pode-se executar ações para controlar a intensidade da dor durante o trabalho de parto por meio de técnicas de controle da dor, como o uso de técnicas de relaxamento e de respiração, medicamento contra dor ou anestesia (local, peridural). As condições ou os resultados do uso dessas técnicas de controle podem não ser o controle absoluto, mas [ainda assim] controlam em grau suficiente para fazer a pessoa passar pelo parto.

Uma mulher pode entrar em trabalho de parto com algum sentido predefinido de quais técnicas de controle que ela vai usar, como técnicas de respiração e de relaxamento; porém, o contexto de controle da dor muda em razão de contingências, como o parto se prolongar devido a complicações, e aí é necessário alterar o plano predefinido de controle e usar suplementos ou alternativas para aquelas técnicas originais.

Outras potenciais categorias [e] propriedades que podem surgir destas notas de campo a serem exploradas em memorandos adicionais [incluem] consciência ou memória da dor; ela parece aguda no início, mas entorpecedora à medida que o tempo passa. Outra é fases da trajetória da dor; esse

conceito merece ser examinado. Outra, ainda, é a previsibilidade da dor e como isso atua como uma condição para controle.

Esta nota de campo sugere, mas não aborda [as seguintes questões].

Qual o momento e a quantidade de medicamento [e] de anestesia? Quais são seus efeitos [e] potenciais riscos ou consequência para o controle da dor?

Uma nota teórica separada da nota de codificação anterior (relacionada, mas não baseada diretamente na nota de campo) poderia seguir muitas direções diferentes. Ela poderia explorar adicionalmente as questões levantadas na nota de codificação ou sugerir estratégias para controle da dor no parto ou da dor devido a outras fontes, como cirurgia, resultando em uma amostragem teórica de dor em unidades pós-cirúrgicas. O pesquisador pode querer comparar estratégias para controle da dor no parto com as de dor resultantes de cirurgias ou de dor em pessoas morrendo de câncer. A nota teórica pode examinar consequências do uso de diferentes estratégias em termos de sua capacidade de controlar o nível de dor. Ela pode reunir vários memorandos relativos à dor e seu controle em um memorando sumário. Essa informação seria então usada pelo pesquisador para fazer amostragem teórica adicional.

Como um aparte, não estamos dizendo que as informações contidas nos memorandos teóricos são dados reais. Ao contrário, elas representam idéias para coleta de dados adicionais e diferentes formas de pensar sobre os conceitos que surgem dos dados. O que estamos explicando é o que transpira ou deveria transpirar na mente do analista à medida que ele trabalha com os dados. Amostragem teórica significa investigar como os conceitos variam dimensionalmente. Para fazer amostragem teórica, o analista precisa pensar sobre os conceitos, de forma que saiba onde ir para procurar dados reais que demonstrem essa variação. Isso não significa forçar os dados, pois os dados reais, que são coletados por meio de amostragem teórica, vão determinar o formato da verdadeira análise. O analista pode ser, e geralmente é, surpreendido pelo que encontra quando está no campo. As variações que o analista esperava encontrar podem não estar lá. Outras podem surgir de fontes totalmente inesperadas. O analista também deve estar preparado para isso. Mas essa casualidade é o que torna a pesquisa e a análise qualitativas tão divertidas. Sempre há esse elemento de descoberta.

Uma nota operacional escrita com base em um longo memorando anterior também pode seguir diversas direções diferentes. Ela pode sugerir aonde ir para fazer amostragem teórica ou sugerir questões de acompanhamento para as entrevistas subsequentes. Ou pode lembrar o analista das categorias ou das subcategorias a focar-se na próxima sessão analítica. Para exemplos adicionais de memorandos mostrando codificação axial, ver os exemplos que se seguem.

Aqui está outro exemplo de um memorando retirado de nosso estudo sobre enfermeiras-chefe, que reflete a codificação axial. Estamos pensando analiticamente sobre o fenômeno de três turnos de trabalho em hospitais, onde a continuidade do trabalho deve ser mantida 24 horas por dia.

AS/JC 25/6/89 SUMÁRIO DE NOTAS DE CODIFICAÇÃO EM TRÊS TURNOS DE TRABALHO (separado das notas de campo de 20/6/89, codificação # 20, p. 201-245, caderno 31)

1. Condições para CADA TURNO.
 - a. Condições como parâmetros, recursos por fluxo de trabalho.
 - b. Condições geradoras de contingências.

Portanto, rotinas (organizacional e das alas e turnos) mais estratégias para lidar com essas contingências internas de turno, sejam contingências grandes ou pequenas.
2. O mesmo para fluxo de trabalho ENTRE turnos.

Portanto, rotinas mais estratégias para operações entre turnos (o turno da manhã, porém, é central).
3. Estratégias clássicas para maximizar rotinas e para minimizar as contingências de fluxo de informações via *a, b, c, d...* // tipos de recursos (mão-de-obra, suprimentos, tecnologia, capacidade, tempo, energia, motivação) via *a, b, c, d...* // para cada tipo de recurso.
 - a. Rotina
 - b. Prevenção de contingências esperadas
4. Rotinas e estratégias, porém, também serão específicas de determinadas condições da ala.
5. Sucesso relativo ou falha relacionados às rotinas e às estratégias apropriadas ao contexto da ala.
6. Observe que as rotinas (especialmente as derivadas organizacionalmente) podem precipitar contingências (temporárias ou repetidas, ou seja, impróprias).
7. O mesmo pode ocorrer com as estratégias.
8. O papel central da enfermeira-chefe e seus julgamentos, monitoramento, avaliação, negociação, etc. **ELA CONSTITUI, EM OUTRAS PALAVRAS, UM CONJUNTO ESPECIAL DE CONDIÇÕES ESTRUTURAIS** que afeta o trabalho em cada turno.

Nota: questão dos três turnos: todos os nossos conceitos devem funcionar aqui também (ou seja, conhecimento local, rotinas, recursos, poder, clima, humor, ideologia, divisão de trabalho, etc.); dessa forma, a amostragem deve ser feita segundo esses conceitos e suas relações.

A seguir temos outro memorando retirado da mesma fonte. Esta é uma nota teórica. Observe as hipóteses e como elas são construídas no memorando.

AS/JC 22/7/88 (telefone)

MEMORANDO IMPORTANTE: ROTINA/NOVIDADE

Proponho a questão, há muito observada, de que as enfermeiras enfrentavam problemas que normalmente exigiam muito custo e esforço e sentiam-se não fazerem nada para mudar regras ou procedimentos institucionais para evitá-los. Ao contrário, prosseguem em sua rotina institucionalizada de fazer o trabalho [ex.: pacientes problemáticos morrendo ou registro de dor]. Elas tipificam o paciente como alguns que já tiveram antes. Mas, depois, não há mudança institucional. Isso, venho pensando há longo tempo, ocorre devido à forma como as organizações têm seu trabalho executado, suas prioridades e talvez suas tendências estruturais que precipitam semicírculos recorrentes. Mas há um conjunto de respostas muito melhor e mais detalhado.

1. Quando os processos de trabalho são divididos, há uma mudança de procedimento.
2. Se elas não mudam os procedimentos, é porque o trabalho associado ao problema não é de alta prioridade. As enfermeiras estão TÃO OCUPADAS fazendo o trabalho de alta prioridade que não têm tempo [ou disposição] de fazer qualquer esforço extra. Elas farão, na verdade, se o problema (como um paciente-problema) ficar sério o suficiente para chamar especialistas, assistentes sociais, padres [ou] psiquiatras, pois o trabalho delas tem que continuar. Ou elas vão ignorar o paciente, talvez piorando o problema.
3. Se o trabalho afetado pela divisão do processo de trabalho for de alta prioridade (como aqueles que afetam a eficiência delas ou a segurança do paciente), então elas têm que refletir sobre como evitar que isso ocorra novamente.
 - a. Se a mudança é feita facilmente, então é feita por meio de processos interacionais: negociação, persuasão, e, até mesmo, alguma coerção.

b. Se a mudança for organizacionalmente difícil, isso significa basicamente muito trabalho adicional a ser feito, mas ele deve ser feito, ou seja: descobrir o que precisa ser feito, planejar, tomar decisões, persuadir, negociar, encontrar novos recursos, agir para aumentar a motivação, supervisionar adicionalmente quando novas rotinas forem instituídas, etc. E, evidentemente, [há] um escoamento adicional no processo de articulação total até que tudo esteja funcionando regularmente de novo.

4. Então, o que estamos dizendo é que **ESSAS SÃO AS CONDIÇÕES PARA QUE [A AÇÃO SEJA INSTITUÍDA] E OS MECANISMOS POR MEIO DOS QUAIS A AÇÃO É INSTITUÍDA, PARA SUBSTITUIR A ROTINA POR NOVOS PROCEDIMENTOS INSTITUCIONALIZADOS**. Observe: temos que olhar mais de perto para o significado dos procedimentos de rotina nas futuras coletas de dados. No nível mais baixo, isso significa como as tarefas são executadas. Mas isso pode ser feito por meio de acordo com os funcionários e também através de regras administrativas.

Diagramas

Na codificação axial, os diagramas começam a tomar forma. Diagramas lógicos iniciais podem ser úteis para classificar as várias relações. O analista pode querer fazer diagramas integradores para descrever as relações iniciais entre uma categoria e suas subcategorias ou entre diversas categorias. Diagramas iniciais não são elaborados. Eles se tornam mais complexos com o tempo. (Para exemplos das mudanças que ocorrem nos diagramas integradores com o tempo, ver Strauss, 1987, p. 174-178).

As Figuras 14.1, 14.2 e 14.3 são exemplos de vários tipos de diagramas que podem ser úteis para descobrir relações nos dados.

Codificação seletiva

A codificação seletiva denota os passos finais da análise – a integração de conceitos em torno de uma categoria principal e o preenchimento de categorias que precisam de desenvolvimento e de refinamento adicional. Neste momento, memorandos e diagramas espelham a profundidade e a complexidade das considerações da teoria resultante.

	Pacientes homogêneos	Pacientes heterogêneos
Trabalho fácil		
Trabalho difícil		

Figura 14.1 Pacientes homogêneos/heterogêneos x Trabalho fácil/difícil.

	Pacientes homogêneos	Pacientes heterogêneos
Trabalho fácil		
Trabalho difícil		

Figura 14.2 Curso da doença: dimensão máquina-tempo.

Notas de codificação

Na codificação seletiva tende a haver menos notas de codificação. Notas teóricas e notas operacionais tendem a pertencer ao preenchimento da categoria e ao refinamento da teoria.

Uma nota de codificação neste momento pode assumir a forma de um memorando integrador, descrevendo sobre o que é a pesquisa. Esse memorando vai atuar como um ponto de partida para a história analítica que se segue. (Ver Capítulo 10 deste livro. Ver também Strauss, 1987, p. 170-183.) Como declarado no Capítulo 10, nos memorandos de entrada a categoria básica é identificada, assim como outras categorias relacionadas a ela.

		Conseqüências para						
		Trajetória da doença	Vida e morte	Prosseguimento	Interação	Trabalho da ala	Ordem sentimental	Identidade pessoal
Tarefas da dor								
Diagnóstico								
Prevenção								
Minimização								
Intlicção								
Alívio								
Duração								
Expressão								

Figura 14.3 Um modelo balanceado.

Notas teóricas e operacionais

Essas notas são muito específicas e voltadas para aquilo que precisa ser mais bem considerado ou que ainda precisa ser feito para finalizar a teoria. Pense sobre isso ou aquilo. Vá aqui ou ali para fazer amostragem teórica. Confira isso ou aquilo. Faça isso ou aquilo. Agora, o analista tende a fazer seu trabalho com mais confiança. Ele não está mais explorando, mas, sim, validando o esquema integrado contra os dados e refinando a teoria ao procurar todas as pontas soltas.

Diagramas

Diagramas na codificação seletiva mostram a densidade e a complexidade da teoria. Em razão disso, é sempre difícil traduzir a teoria de palavras para uma forma gráfica concisa e precisa. Contudo, o próprio ato de fazer o diagrama final integrador vai ajudar o analista a finalizar as relações e a descobrir falhas na lógica. No final, é importante ter uma versão clara e gráfica da teoria que sintetize os principais conceitos e suas conexões. A Figura 14.4 é um exemplo de um diagrama integrador; retirado de nosso trabalho sobre trajetória. Esse diagrama passou por muitas revisões antes de chegarmos à versão final. Outro ponto é que diagramas integrados podem corresponder a diferentes partes da teoria. Por exemplo, um analista pode ter um diagrama que lide especificamente com uma categoria importante e todas as suas subcategorias, como mostrado na Figura 14.5.

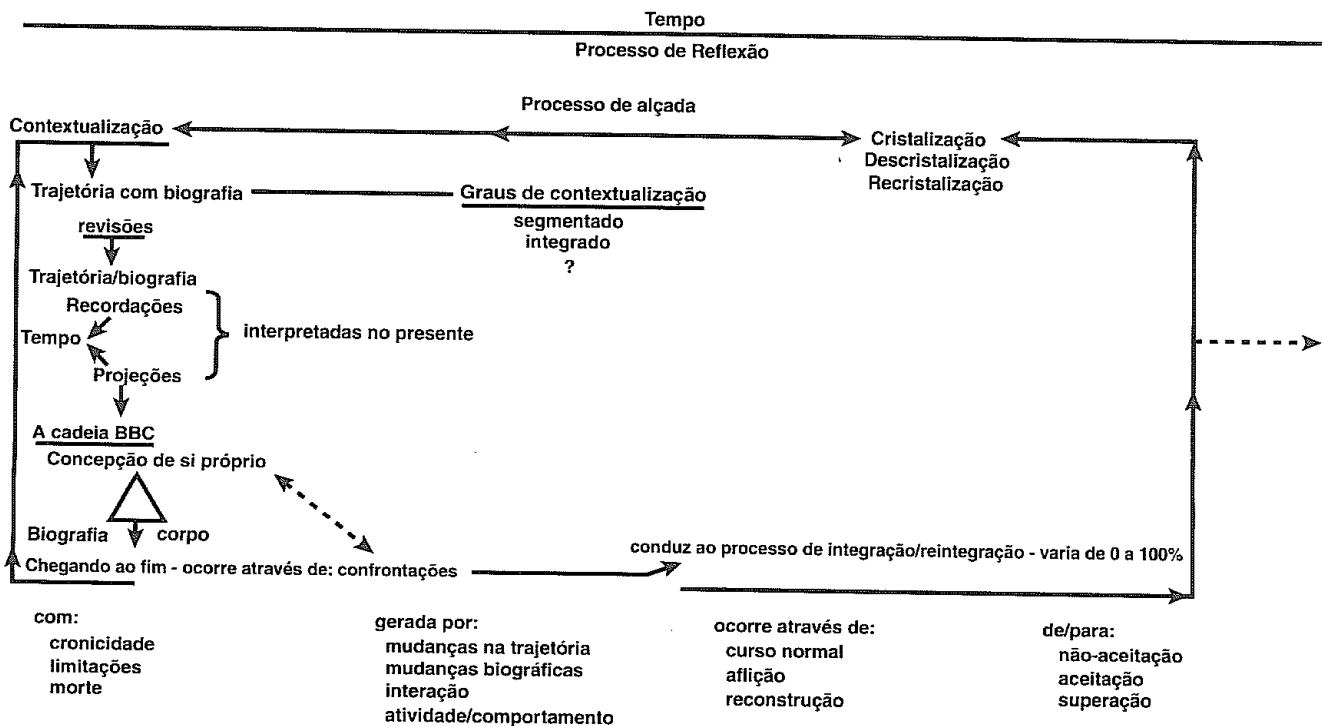


Figura 14.4 Integrando a seqüência de memorandos.

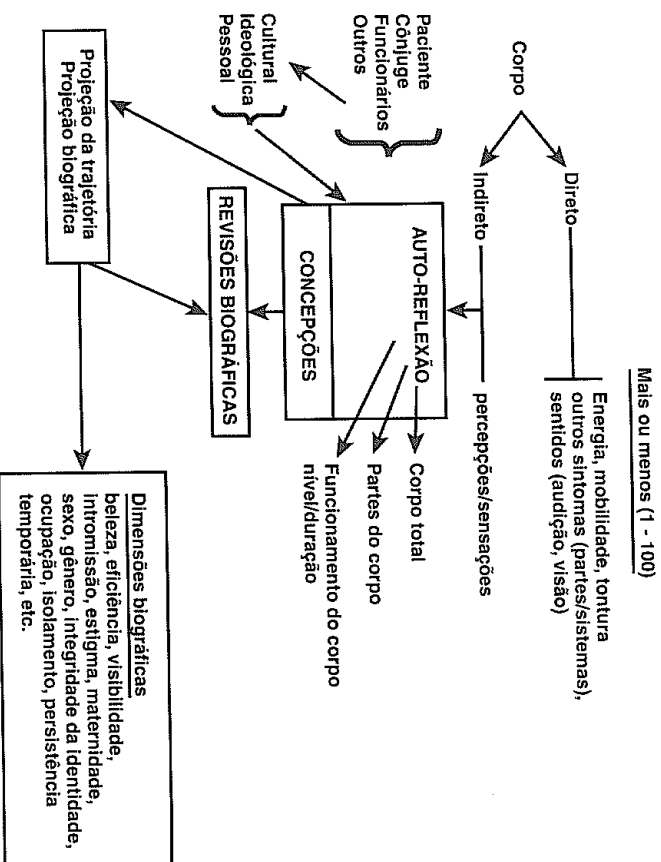


Figura 14.5 Corpo, biografia e trajetória.

Classificação de Memorandos e Diagramas

Embora já discutido no Capítulo 10, este procedimento é revisado brevemente aqui. Uma imagem que vem à mente quando pensamos em classificação de memorandos é a de um pesquisador inexperiente, com pilhas de memorandos nas mãos, soltando um por um e deixando-os cair onde quiserem. Há momentos em que todos se sentem assim, especialmente naqueles dias mais sombrios, quando somos massacrados por dados e idéias, mas não podemos compreender muito bem como eles se relacionam. Sabemos que há uma ordem, mas ela parece estar além de nossa capacidade de juntar tudo.

Contudo, aqueles de nós com experiência sabem que, na verdade, há uma ordem e que nossos memorandos e diagramas são a chave para essa ordem. Ao ler e reler esses documentos, e depois classificá-los, podemos começar a descobrir como as categorias se reúnem em torno de uma categoria principal.

De nossa leitura geral dos memorandos, redigimos uma história descritiva. Depois, usando as categorias (termos analíticos) em nossos memorandos, transformamos nossa história descritiva em uma história analítica. A lógica e a ordem estão lá (ou deveriam estar, se os procedimentos deste livro foram seguidos).

Em termos práticos, uma vez que tenhamos uma idéia de como nossas categorias se reúnem, ou algum esquema organizador (obtido por meio da redação de nossas histórias descritivas e analíticas e dos diagramas integradores), poderíamos agrupar nossos memorandos de acordo com esse esquema. A classificação é importante porque é o passo final do processo analítico. Com essa finalização, o pesquisador pode testar o esquema com participantes da pesquisa, com colegas, com membros do comitê, com amigos, com cônjuges e/ou companheiros. A classificação final permite ao pesquisador redigir cada tópico em detalhe e também como um todo integrador.

Resumo

Memorandos e diagramas são procedimentos essenciais em pesquisa, voltados para a construção da teoria porque permitem aos pesquisadores manter um registro do processo analítico. Memorandos e diagramas vão variar em formato e anuência com o tempo e segundo o tipo de codificação. Os memorandos contém os produtos da codificação, dão direção à amostragem teórica e permitem ao analista organizar as idéias em sua mente. Qualquer quebra na lógica se torna rapidamente evidente à medida que as idéias são postas no papel. Os diagramas são representações visuais das relações entre conceitos. Tanto memorandos como diagramas são úteis posteriormente, ao escrever para publicações e ao dar palestras sobre a pesquisa.

Nota

1. Os leitores podem obter esses programas na:

SCOLARI Sage Publications Software
2455 Teller Road
Thousand Oaks, CA 91320-2218
Tel: (805) 499.1325; fax: (805) 499.0871
e-mail: order@scolari.com
<http://www.sagepub.com>

Parte III

Concluindo

Tornar-se um escritor é tornar-se consciente. Quando você é consciente e escreve com discernimento e simplicidade, preocupando-se de fato com a verdade, tem capacidade de lançar a luz para seu leitor. (Lamont, 1994, p. 225)

Tornamo-nos conscientes de nossa pesquisa, e ganhamos discernimento e compreensão com ela e, por outro lado, passamos essa consciência para os outros através de apresentações e de redações. Por mais difícil que isso possa ser para alguns, é apenas com a publicação de nossos resultados e através de discussão, diálogo e crítica que as idéias criam raízes e nasce a ciência. Embora reconhecimento profissional e títulos sejam importantes, a maioria de nós faz pesquisa porque nos preocupamos e queremos fazer a diferença. Esses poucos capítulos finais pretendem não apenas dar sugestões para apresentar e redigir a pesquisa e fazer críticas, mas também dar aos leitores confiança para divulgar seus resultados. Ao redigir e preparar apresentações, os pesquisadores vão ver suas teorias ganharem forma e solidificar-se. Ao examinar e aplicar os critérios para avaliação de sua própria pesquisa, eles podem ganhar respeito por suas realizações. Finalmente, ao ler o capítulo sobre perguntas e respostas, os leitores vão descobrir que não estão sozinhos em suas dúvidas e preocupações ligadas à pesquisa qualitativa. Suas dúvidas, e a de outros elementos importantes, são legítimas. Esperamos que, ao ler nossas respostas, eles descubram que

também há maneiras legítimas de lidar com essas preocupações. Em nossas palavras finais para os alunos, queremos que eles se orgulhem de seus resultados de pesquisa e reconheçam que todo estudo, por menor que seja, tem potencial para fazer a diferença.

15

Redação de Teses e de Monografias e Palestras sobre Pesquisas

Finalmente, há aquelas inevitáveis questões sobre redação para publicação, associadas a todos os projetos de pesquisa. Quando devo começar a redigir a pesquisa para publicação? Como sei quando a pesquisa está pronta para ser publicada? Sobre o que devo escrever? Que formato(s) o texto deve ter – um trabalho, uma monografia ou outra forma? A redação de trabalhos é diferente da redação de monografias ou de teses? E as apresentações orais? Devo tentar publicar? Onde devo publicar? Para que público estou escrevendo (inclusive quando estou redigindo uma tese)? Quais devem ser os estilos do texto? Como começo a redação ou um esboço para chegar a ela? Como vou saber quando o texto está bom o suficiente para ser submetido à publicação?

Neste capítulo, tentamos dar respostas úteis a tais questões. Há três seções. A primeira aborda apresentações verbais, a segunda aborda monografias e teses, e a terceira aborda vários tipos de trabalhos. Entre outras obras que os leitores podem consultar em relação à comunicação de resultados da pesquisa qualitativa estão Alvermann e colaboradores (1996); Chick, Crisp, Rodgers e Smith (1996); Dey (1993, p. 235-263); Glaser (1978, p. 128-141); Lofland (1974); Morse e Field (1995, p. 194); Strauss (1987, p. 249-264); Street (1996) e Wolcott (1990).

Da Análise à Redação

Antes de ler as páginas seguintes, sugerimos que os leitores revejam o Capítulo 14, ou pelo menos dêem uma olhada nele. Lá, os leitores são lembrados que, quando chega o momento de sentar e escrever sobre sua pesquisa ou de esboçar palestras ou trabalhos preliminares, há muita ajuda disponível na forma de memorandos e de diagramas. Também há a história analítica na qual se basear, como apresentado no Capítulo 10. Isso deve dar uma visão geral da pesquisa. O problema é como transformar esses materiais clara e efetivamente em trabalhos

e apresentações, de forma que outras pessoas possam se beneficiar deles. Uma das características interessantes da redação é que a teoria sempre se torna mais refinada. O ato de escrever ajuda a esclarecer os pensamentos e a elucidar falhas na lógica. Como declarou um de nossos ex-alunos, Paul Alexander, em um memorando datado de 19 de setembro de 1996,

O ato de escrever me forçou a ver toda a teoria e destacou as partes que pareciam não se ajustar muito bem... Então, eu tinha que voltar aos dados... Esse tipo de construção e de verificação dos vários aspectos da teoria continuou durante todo o processo de pesquisa, especialmente na especificação das relações entre as áreas da teoria.

Por que publicar?

Umhas poucas palavras preliminares devem ser ditas antes de começar nossa discussão. Por que publicar, afinal de contas? Há uma variedade de razões para publicar. Uma ou mais podem estar por trás do esforço considerável exigido para ter alguma coisa escrita, editada e aprovada por editores de jornais ou editoras. Sem rever as muitas motivações (como orgulho próprio, avanço na carreira e desejo de contribuir para reformar ou iluminar a vida das pessoas estudadas), existe a obrigação suprema de comunicar-se com os colegas. Não se pode acumular conhecimento profissional, nem suas implicações para a prática e para a teoria podem ser desenvolvidas de forma útil, sem o cumprimento desta obrigação. Pesquisadores experientes geralmente têm esta obrigação imbuída em seu espírito. Os pesquisadores menos experientes, e especialmente os alunos recém-formados fazendo pesquisa pela primeira vez, não apenas podem ter falta de motivação para publicar como também podem subestimar sua própria pesquisa. Se o pesquisador tem essa idéia sobre seu trabalho, e se essa crença é apoiada pelos membros do comitê do pesquisador ou por seus colegas, então a relutância em publicar pode ter uma base legítima. Senão, a obrigação colegial deve ser honrada.

Apresentações Verbais

Os pesquisadores sempre apresentam materiais oralmente como um teste para ver como um determinado público vai reagir a essas apresentações. Na verdade, aqueles que estão sendo estudados, algumas vezes pressionam o pesquisador; direta ou indiretamente, perguntando, por exemplo: "O que você já encontrou" ou "Você não poderia nos dar pelo menos resultados ou interpretações preliminares?". Seja por uma tentativa de satisfazer essa curiosidade e de obter retorno ou por outras razões, que muitos investigadores consideram útil fazer apresentações orais. Eles inclusive fazem isso logo no início de seus projetos de pesquisa. Os estudos de pesquisa qualitativa permitem relatórios relativamente cedo

porque as análises comecem no início dos projetos. Não é necessário esperar até que uma análise mais refinada esteja completa para satisfazer os ouvintes, independente de eles estarem apenas curiosos, ávidos por resultados, céticos ou simplesmente querermos testar o pesquisador.

Naturalmente, antes de preparar uma apresentação, o investigador deve tentar determinar os aspectos dos resultados da pesquisa nos quais este determinado público pode estar mais interessado e o estilo de apresentação ao qual o público pode ser mais receptivo. Públicos universitários podem absorver uma grande quantidade de palavras expressas em níveis mais abstratos e até informações dedicadas a estratégias e a experiências de pesquisa. Outros públicos só vão responder bem a discussões de conceitos e a relações conceituais se forem temperadas com narrativa descritiva ou com materiais de caso suficientes para torná-los interessantes. O pesquisador também precisa escolher cuidadosamente o nível apropriado de vocabulário para cada público. Uma má escolha pode dispersar um público; uma boa escolha pode fazer toda a diferença para divulgar as idéias. Se houver discussões ou sessões de perguntas e respostas após a palestra, então não importa se é cedo ou tarde na vida do projeto de pesquisa, esse tempo-extra pode ser transformado em uma entrevista coletiva informal, que acrescenta informações aos dados. O público inconscientemente atua para corroborar as formulações teóricas ou para levar o pesquisador a qualificá-las.

Deve ter ficado óbvio pelas frases anteriores que o conhecimento sobre o público é muito importante para uma apresentação verbal bem-sucedida. Também não é menos importante que o pesquisador *tenha* algo a dizer a um determinado grupo de ouvintes. Se for um público universitário, por exemplo, a boa sensibilidade teórica ou profissional do palestrante aumenta as chances de ter um público interessado.

Todos esses conselhos podem soar muito gerais, embora talvez, de certa forma, tranquilizadores. E a questão prática de como alguém realmente escolhe um tópico sobre o qual vai falar? Nos estudos de pesquisa qualitativa, considerando o grande número de categorias geradas por meio da codificação, como decidir sobre quais delas falar em uma palestra? Tendo em mente que o conteúdo da palestra deve ser o mais apropriado possível ao público, sugerimos as seguintes respostas. Primeiro, geralmente é preferível não apresentar toda a estrutura teórica. Isso normalmente é muito complexo para ser absorvido pelo público em apresentações orais. Também é necessária muita habilidade para apresentar as várias categorias e suas relações de uma forma clara o suficiente para que os ouvintes possam entendê-las e lembrar-se delas. O pesquisador pode, evidentemente, esquematizar a história descritiva principal antes de iniciar a elaboração de uma com as características mais interessantes da teoria. Porém, acreditamos que uma apresentação verbal vai ser mais efetiva, e certamente mais bem compreendida e recordada, se focar em uma ou duas categorias fáceis de lembrar e incluir muitos exemplos descritivos. Por exemplo, digamos que um pesquisador descobre que as tarefas médicas desempenhadas por pacientes hospitalizados são, literalmente,

invisíveis para as enfermeiras e para os médicos. A categoria “tarefas do paciente” pode ser discutida em termos de por que, quando e como ela ocorre, citando como ela se relaciona ao trabalho dos funcionários e às categorias subsidiárias, como “tarefa de conforto” ou “tarefa de segurança” (Strauss, Fagerhaubh, Suczek e Wiener, 1981). Os diferentes subtipos de tarefa do paciente também podem ser explorados na apresentação. Concentrar-se em uma ou duas categorias permite ao palestrante transmitir idéias significativas sem sobrecarregar a apresentação com detalhes (Strauss, Fagerhaubh, Suczek e Wiener, 1982).

Desenvolver uma apresentação em torno de uma ou duas categorias envolve redigir um esboço claro de história principal e analisar claramente as relações das categorias com essa história. Por meio do planejamento cuidadoso e do uso de citações descritivas, o pesquisador deve ser capaz de apresentar uma história intrigante. A estrutura mais geral permanece em segundo plano, mas garante o trampolim invisível a partir do qual o discurso é construído. Deve ficar claro para o público que o pesquisador está apresentando apenas um ou mais aspectos da história toda.

Escrevendo Monografias ou Teses

Ao escrever uma monografia ou uma tese, o pesquisador deve começar se baseando em diversos instrumentos. Durante o curso de um projeto de pesquisa, o investigador desenvolve um forte senso teórico em relação ao tema da pesquisa. Ele também já tem um conhecimento substancial sobre o problema que está sendo investigado. Esses dois fatos virão à tona durante a redação. Evidentemente, o pesquisador também precisa de outras habilidades, entre as quais um senso de como construir frases e como apresentar claramente uma idéia. Infelizmente, um escritor pode ser seu pior inimigo. Além de habilidades ruins de redação, um escritor pode ter todos os bloqueios usuais descritos nos livros que visam ajudar as pessoas a escrever (Becker, 1986; ver também Lamont, 1994). Felizmente, neste estágio da pesquisa, o pesquisador já tem uma provisão de memorandos e de diágramas que podem servir de base para a redação. A redação exige o seguinte:

1. Uma história analítica clara.
2. Um senso para determinar que partes da história o escritor quer transmitir.
3. Um esboço detalhado.
4. Uma pilha de memorandos pertinentes para completar os detalhes do esboço.

Procedimentos

Ao começar a pensar sobre a redação dos resultados de um projeto, o investigador deve rever os diágramas integradores mais recentes e classificar os memoran-

dos até que fique clara para ele a principal história analítica. Essa revisão é seguida por uma classificação adicional dos memorandos até que haja material suficiente para escrever um esboço detalhado. A classificação pode até levantar algumas dúvidas sobre a história analítica ou apontar algumas quebras na lógica. Se isso ocorrer, o pesquisador não deve se desencorajar; o pior que pode acontecer é a história analítica tornar-se qualificada e, dessa forma, aperfeiçoada. De qualquer forma, a história deve ser transformada em um esboço geral. Algumas pessoas não trabalham bem com esboços detalhados. Contudo, considerando nossa própria experiência e a de nossos alunos, damos o seguinte conselho: pelo menos delineie um esboço geral lógico; de outra forma, poderá haver falhas na apresentação da teoria. Há procedimentos adicionais que podem ser úteis para fazer a ligação entre análise e esboço. O primeiro é pensar propositalmente sobre a lógica na qual se baseia a história. Cada monografia de pesquisa (na verdade, cada trabalho de pesquisa) terá tal lógica. Cada uma tem algumas frases ou parágrafos-chave que sinalizam a lógica implícita do autor (Glaser, 1978, p. 129-130), embora algumas vezes o autor pareça não saber disso. Esse sinal do que parece ser central em qualquer publicação (ou tese, neste caso) é sempre encontrado nos primeiros parágrafos ou páginas e depois novamente na página ou páginas de encerramento. No caso de manuscritos, até o primeiro rascunho deve ter sua história analítica essencial apresentada claramente. Ao escrever uma tese ou uma monografia, ao contrário do que ocorre em uma apresentação ou até na redação de um trabalho, tem que haver uma explicação de toda a história analítica.

Um segundo procedimento para transformar análise em redação é montar um esboço viável e escrever declarações que reúnam as seções, de forma que fique claro para o escritor o desenvolvimento progressivo da história teórica. Os esboços do capítulo são detalhados e ordenados ao analisar o que deve ser incluído em cada seção e subseção, tendo em mente a relação das partes do capítulo com o livro todo. Novamente, é essencial para essas decisões a classificação dos memorandos que pareçam relevantes. O prefácio ou o capítulo de abertura explica o propósito do manuscrito e talvez até resume a história analítica, ou seja, sobre o que fala essa tese ou monografia. Essa declaração, assim como o esboço em si, pode ser revista se o investigador considerar necessário fazê-lo mais tarde.

Um terceiro procedimento envolve visualizar a arquitetura do manuscrito, ou seja, a forma conceitual que o autor deseja que o livro ou a tese tenha. Visualizar a estrutura pode ser comparado a criar um tipo de metáfora espacial. Por exemplo, ao escrever *Unending work and care* (Corbin e Strauss, 1988), tínhamos em mente a seguinte metáfora. Imagine-se entrando em uma casa. Primeiro, o visitante vai entrar e passar por um pátio, depois pelo vestibulo, depois vai entrar em uma grande sala que tem duas subseções importantes e então sair pela porta dos fundos. Nesse momento, o visitante vai caminhar vagarosamente ao redor de toda a casa, olhando para a sala principal através de várias janelas diferentes, mas, agora, observando cuidadosamente as relações dos vários objetos

na sala. Quando terminamos nosso manuscrito, sua forma correspondia a essa metáfora espacial – uma introdução, um capítulo preliminar, uma grande seção teórica composta de três capítulos e, por fim, outra grande seção consistindo de vários capítulos que elaboravam e tiravam conclusões com base nas formulações teóricas apresentadas anteriormente. Se tiver que escrever uma tese, o pesquisador pode considerar este terceiro procedimento (visualização) difícil de usar. Afinal de contas, as teses, na maioria dos departamentos universitários, mesmo as teses de pesquisa qualitativa, têm formatos razoavelmente padronizados. Elas geralmente começam com um capítulo introdutório, seguido por uma revisão da literatura, depois uma apresentação de resultados (em dois ou três capítulos), e, por fim, a seção de sumário/conclusões/implicações. Por tudo isso, o escritor da tese deve ser capaz de pensar arquiteturalmente sobre os capítulos intermediários (contúdo). De qualquer forma, ao construir uma tese baseada nos resultados de um estudo de pesquisa qualitativa, o pesquisador deve basear-se nos dois primeiros procedimentos citados aqui: (a) desenvolver uma história analítica clara por meio da classificação de diagramas e de memorandos e depois (b) criar um esboço principal que incorpore totalmente todos componentes importantes da história.

O que escrever?

Pesquisadores qualitativos sempre encontram dificuldade ao tentar decidir o que escrever sobre seus resultados. A fonte de problemas é o conjunto razoavelmente complexo de dados gerados durante todo o processo de pesquisa. As grandes questões, então, são as seguintes. Que partes de toda essa análise devem ser incluídas? Como alguém pode resumir todos esses resultados em alguns poucos capítulos? Afinal de contas, o formato-padrão para redação de tese não permite que se escreva infinitamente. Em outras palavras, até que ponto devemos ir ao reportar a pesquisa? A resposta é que, primeiro, o escritor deve decidir qual será a principal mensagem analítica. Depois, deve dar detalhes conceituais suficientes para transmitir isso aos leitores. A forma real dos capítulos centrais deve estar de acordo com a mensagem analítica e seus componentes.

A resposta, entretanto, não é específica, seja na redação de uma tese ou de uma monografia, quanto de e quais detalhes conceituais devem ser incluídos e quais podem ser excluídos. Isso tudo nos leva de volta à resposta das perguntas: “Sobre o que é esta pesquisa?” e “Quais são as principais questões e os problemas com os quais esses informantes estão lutando?”. Depois, deve haver detalhes conceituais e citações descritivas suficientes para dar aos leitores um entendimento amplo da tese. Os participantes e os profissionais familiarizados com a área teórica devem estar certos de que a história foi contada e entendida.

A questão da autoconfiança

A facilidade crescente para realizar aquilo que é, afinal de contas, uma redação muito especializada, também está relacionada à questão da confiança do pesquisador em sua própria capacidade analítica e composicional. Nesse aspecto, vamos citar um de nossos livros, pois a citação expressa sucintamente o que um pesquisador inexperiente tende a enfrentar. A citação refere-se mais à análise do que à redação, mas na redação em si as duas habilidades estão, como observamos, fortemente relacionadas.

Os pesquisadores podem sentir-se bloqueados ao começar a escrever, especialmente mais tarde, durante a redação em si, se não tiverem confiança em suas análises. Será que eu realmente fiz certo? Será que esqueci algo essencial? Será que realmente identifiquei a categoria principal? Caso tenha identificado, será que tenho tudo com detalhes suficientes (densidade conceitual)?

As respostas podem ser sim, não ou talvez! Mas a questão aqui não é se a análise foi feita de forma adequada e suficiente, mas a confiança de que a pessoa realmente saiba responder essas perguntas. Mesmo pesquisadores experientes podem não ter certeza até morder a ponta de suas canetas por tempo suficiente para saber onde precisamente estão os buracos – ou para ter certeza que, depois da revisão, eles sabem que não há buracos importantes – em suas análises. Seja o pesquisador experiente ou inexperiente, uma tática comum para reduzir a incerteza é “testar” – teste com outras pessoas, indivíduos, grupos, informal ou formalmente.

Seminários podem dar aos apresentadores confiança em suas análises, seja na forma preliminar ou quase final, além de confiança na análise incorporada em seu texto. Discursos feitos em congressos, se forem favoravelmente recebidos, podem acrescentar validação de uma análise e seu reflexo na prosa interessante.

Entretanto, na introdução ou mesmo durante o período de redação, sempre há invariavelmente muita ansiedade para saber se isso pode ser, ou está sendo, efetivamente atingido. Afinal de contas, algumas pessoas são perfeccionistas e não podem aceitar um desempenho inferior ao ideal. Isso pode significar, evidentemente, nenhum desempenho ou desempenho muito atrasado. Para outros, falta um pouco de confiança em si mesmos de maneira geral, e isso acaba afetando as questões sobre a capacidade de executar esse determinado tipo de tarefa.

Essa ansiedade e essa angústia... podem ser mitigadas (também) pela redação de um trabalho ou dois antes de embarcar – pelo menos seriamen-te – no trabalho de redação longo e principal... Ter um trabalho ou dois aceitos para publicação pode ser um impulso considerável para aumentar a confiança ou para afastar as dúvidas sobre a capacidade de pesquisa de alguém (e de redigi-la efetivamente). (Strauss, 1987, p. 259-260)

Liberação

Tendo editado o que provavelmente será a minuta final, o pesquisador também pode ter dificuldade na liberação de um manuscrito. Esse problema talvez não se deva tanto à falta de autoconfiança (embora possa ser por isso) quanto a uma falha temporária de resistência. Será que realmente consegui todos os detalhes – e os detalhes certos? Essas dúvidas são estimuladas pela descoberta quase inevitável de detalhes adicionais, conceituais e editoriais, e pela realocação e pelas mudanças de palavra que ocorrem durante cada revisão da minuta. Parte da maturidade crescente como escritor de pesquisa é entender que os manuscritos nunca vão estar completamente acabados. Se o escritor tiver a sorte de não ter um prazo final pessoal, departamental ou da editora, então pode se beneficiar deixando a minuta final de lado por algumas semanas ou mesmo meses, ganhando uma certa distância editorial e analítica dessa minuta. Além disso, um colega ou dois podem ser pressionados para ler parte ou mesmo todo o manuscrito e dar um retorno construtivo. No final, o escritor tem que deixar seu trabalho seguir em frente, convencido de que o manuscrito está terminado. Pode-se ter certeza que, uma vez submetido a uma editora ou a um comitê, sempre haverá retorno sobre possíveis melhorias. A lógica da liberação é que escrever é apenas parte de um fluxo cumulativo de transmissão de idéias, ao qual o escritor deverá retornar posteriormente para criticar este trabalho ou um trabalho posterior. Incorporar suas próprias críticas não é diferente de responder às críticas de outras pessoas. A psicologia da liberação, porém, é mais complexa. Basicamente, ela se reduz a evitar a armadilha de sonhar com o manuscrito perfeito e, em vez disso, permitir-se estar aberto a novos projetos, a novas idéias e a novos dados. É importante encontrar um equilíbrio entre revisar os rascunhos e deixá-los de lado. O modo de fazer isso é difícil de ensinar. Evidentemente, um pesquisador experiente que esteja realmente familiarizado com o trabalho do investigador pode ajudar com esse problema, mas, no final, cada escritor deve basear-se em seu senso de correção e de conclusão.

Se o pesquisador está escrevendo uma dissertação e tem sorte suficiente para estudar em um departamento que permite um certo grau de latitude no estilo, então poderá escrever para outros públicos além de membros de comitês e do corpo docente departamental. Além disso, editores de livros geralmente rejeitam as teses que lhes são enviadas para possível publicação, preferindo um formato diferente de apresentação. Então, se for possível escrever uma tese em um estilo que se aproxime de uma monografia, a conversão para uma potencial publicação fica muito mais fácil.

Público

Também há a questão da concepção de um escritor em relação ao público para sua tese. Talvez essa questão seja menos complicada do que para outras formas

de publicação (isso é discutido posteriormente) e para palestras, mas é uma questão que preocupa muitos alunos. Afinal de contas, os leitores imediatos são os orientadores da tese e os membros do comitê de doutorado. Se eles não aprovarem a dissertação, todo o empreendimento será um desastre pessoal. Quando os comitês de doutorado consistem de membros do corpo docente que discordam totalmente em seus critérios em relação a um trabalho adequado, os alunos podem ser prejudicados por essa discrepância metodológica. Se forem afortunados ou astutos, os alunos escolhem membros do comitê que eles sabem que vão concordar em si sobre os padrões desejados e sobre o formato aceitável para suas dissertações, embora talvez com algumas revisões. Não há uma regra testada e aprovada para sugerir como essa situação variável pode ser administrada. Nosso melhor conselho é escolher, se possível, um orientador que lhe apóie e, ao mesmo tempo, seja crítico, e escrever o manuscrito da melhor maneira possível. Se o aluno produz uma pesquisa sólida, ele tende a receber seu diploma, a não ser que alguns membros do comitê sejam céticos em relação a estudos qualitativos. Se existe essa possibilidade, o aluno deve manter no nível mínimo o número de tais potenciais críticas adversas no comitê.

Há algumas diferenças cruciais entre monografias e teses, embora até agora tenhamos tentado tornar essa diferença indistinta. A principal diferença é que a discussão em uma monografia deve ser conceitualmente mais completa, ou seja, incluir mais profundidade e mais detalhes. Como há mais espaço e menos restrições com as quais lidar do que quando se trabalha com uma tese, o autor fica mais livre para desenvolver uma mensagem analítica. Além disso, a monografia pode ser mais complexa, não apenas em uma elaboração de categorias mais amplas e de suas relações, mas também em uma quantidade maior de material substancial. Esse último caso pode incluir estudos de caso e até citações longas de entrevistados, notas de campo e documentos. O autor sempre pode decidir divagar algumas vezes, discutindo questões menores e laterais, desde que elas sejam consonantes com o mesmo ponto central da monografia. Além disso, algumas questões que tendem a ser exploradas foram omitidas da dissertação mais restrita ou não foram totalmente desenvolvidas durante a pesquisa da tese. Inconsistências que se insinuam em uma redação mais apressada da tese devem ser corrigidas na monografia. Os comitês de dissertação tendem a enfatizar resultados, enquanto que os leitores de monografia têm maior tendência a entender, ou pelo menos aceitar, um argumento analiticamente baseado e uma discussão mais ampla de materiais de pesquisa.

O autor de uma monografia também tem mais latitude para escolher o estilo de apresentação. Em algum lugar, o estilo deve refletir a mensagem do autor ao mesmo tempo em que leva em consideração o público para quem a mensagem é dirigida. As questões a considerar incluem o seguinte. Os leitores estão restritos a colegas disciplinares ou profissionais ou a alguns tipos de colegas? O escritor espera ter leitores de vários campos, talvez incluindo aqueles dos cam-

pos práticos? E os leitores leigos? Para que uma monografia seja o mais efetiva possível, o autor deve se perguntar: "O que eu gostaria de dizer a cada um desses públicos?" ou, se visa vários públicos: "Que estilo eu posso usar para alcançar cada público?". Geralmente, uma mistura de teoria com detalhes descritivos suficientes para tornar a narrativa vívida e clara é a combinação preferida. Em resumo, o estilo e a forma da apresentação devem ser sensíveis ao público-alvo e refletir esse(s) público(s).

Suponha que o autor queira atingir tanto colegas disciplinares como leitores leigos. Atingir os dois públicos exige muitas considerações em relação a uso do vocabulário, à terminologia, a materiais de caso, ao tom geral e a outros aspectos do estilo de redação. Muitas monografias publicadas por sociólogos têm leitores universitários, e não-profissionais, como público-alvo. (Entre as monografias publicadas estão as de Biernacki, 1986; Brodhead, 1983; Charmaz, 1991; Davis, 1963; Denzin, 1987; Fagerhaugh e Strauss, 1977; Rosenbaum, 1981; Shibusani, 1966; Star, 1989; e Whyte, 1955). Algumas vezes, os leitores visados são não-profissionais, por exemplo, pacientes e suas famílias, como no caso do livro sobre epilepsia escrito por Schneider e Conrad (1983). Ocasionalmente, monografias são dirigidas a públicos leigos, a colegas e a profissionais. Assim, são publicadas como livros comerciais, como, por exemplo, um livro sobre casar-se novamente após o divórcio (Cauhape, 1983).

Escrever para públicos múltiplos geralmente é mais complicado do que escrever para os próprios colegas. Não obstante, muitos pesquisadores ficam ansiosos ou sentem-se obrigados pela consciência a escrever para outros leitores além dos científicos ou profissionais. Algumas vezes, eles também usam a pesquisa como uma plataforma para escrever outros livros que não são monografias. Por exemplo, escrevemos um livro sobre política após nosso estudo sobre doença crônica (Strauss e Corbin, 1988) para abordar algumas das questões sociais e políticas mais amplas enfrentadas pelos doentes crônicos e por quem cuida deles ao tentar controlar a doença em casa. Não era um relatório de pesquisa em si, entretanto, originou-se diretamente de nossa pesquisa. Ou pode-se escrever livros para profissionais, cheios de informações baseadas em pesquisa (Strauss et al., 1964).

Convertendo teses em monografias

Como se converte uma tese em monografia? Diretrizes orientando como fazer isso foram sugeridas implicitamente na seção precedente. Porém, a questão prévia enfrentada pelo autor de uma dissertação é se ela deve ser escrita em forma de monografia. Há várias questões relativas a essa decisão que devem ser consideradas cuidadosamente e preferencialmente na seguinte ordem.

Os materiais substanciais, resultados ou formulações teóricas apresentados na tese são suficientemente interessantes, justificando o tempo e o esforço ne-

cessários para escrever para um público mais amplo? Algumas teses são candidatas naturais a tal apresentação. Outras dissertações, independente do quanto possam ser importantes para alguns colegas, não são boas candidatas, mas uma parte de seu material pode ser publicada na forma de artigos, que serão amplamente citados posteriormente.

1. Se forem considerados suficientemente importantes, como decidido quais são os tópicos ou as conceitualizações mais relevantes para incluir em uma monografia?

2. Tenho tempo e energia suficientes para transformar essa tese numa monografia? Ainda estou realmente interessado neste assunto? Já estou saturado ou aborrecido com ele? Eu domino o assunto? Ele é realmente minha especialidade ou devo passar para outros tópicos ou áreas, agora mais interessantes. Evidentemente, o interesse suficiente em ser bem-sucedido pode gerar uma satisfação pessoal muito grande. Parte do comprometimento e da satisfação resultante também pode derivar de um senso de obrigação para com o público, que precisa saber o que foi descoberto com a pesquisa.

3. Há ainda outra questão que muitos potenciais autores levam em conta: considerando um determinado nível de interesse, de tempo e de energia suficientes, vale a pena escrever esta monografia para fins de carreira? Em alguns campos, escrever uma monografia (ou outro tipo de livro baseado em pesquisa) não é especialmente importante; artigos publicados em jornais especializados dão mais prestígio. Porém, colegas de outras áreas, inclusive de ciências sociais (especialmente ao recrutar candidatos para o corpo docente ou quando eles próprios são considerados para promoção), sabem que as monografias pesam mais do que artigos publicados em uma avaliação.

4. Depois de considerar cada uma dessas questões, além de algumas vezes ser atrapalhados ou confundidos pelo conselho de orientadores, amigos, patrocinadores ou outras pessoas, o investigador ainda enfrenta a questão adicional de como transformar a tese em uma monografia. Na verdade, a tentativa de resposta a essa questão tende a afetar a decisão de escrever ou não uma monografia, pois inclui a consideração do tempo e do esforço envolvidos. A conversão real da dissertação pode ser cuidadosamente orientada pelas considerações aqui mencionadas. O escritor deve pensar cuidadosamente sobre os públicos visados e também sobre tópicos, conceitos ou formulações teóricas que tendem a despertar mais interesse ou representar maior valor para cada público. Essas considerações levam às questões de estilo. Que formato deve ser usado? As formulações teóricas devem ser o foco principal da monogra-

fa, ficando os materiais descritivos subordinados, ou deve ser mantido um equilíbrio? A tese principal deve ser argumentada diretamente, usando as formulações teóricas existentes, ou o argumento deve ser mantido de forma discreta ou até mesmo implícita? Considerações estilísticas, evidentemente, também resultam em decisões sobre o tipo e o nível de vocabulário a ser usado, os modos de apresentação das seleções de dados, o tom geral da monografia, etc.

Como observado anteriormente, a elaboração conceitual deve ser acrescentada à apresentação original da tese. É possível fazer isso incluindo materiais teóricos já desenvolvidos nos memorandos – mas omitidos da dissertação – e pensando sobre aspectos das formulações teóricas que ficaram confusos, ambiguos, incompletos ou mesmo inconsistentes. Além disso, em uma monografia, o escritor provavelmente vai querer discutir com mais profundidade certas implicações da pesquisa em relação à literatura teórica, além de implicações para pesquisa futura e talvez para profissionais ou tomadores de decisões políticas.

Qualquer uma dessas possibilidades (ou todas elas) exige tempo e esforço, além de uma reavaliação considerável das análises prévias e de suas expressões escritas. Muitos pesquisadores descobriram que a experiência de reescrever uma monografia pode ser tremendamente compensadora. Outros transformaram teses em monografias primariamente por questões de avanço na carreira e de reputação profissional, aproveitando-se (literalmente) desse investimento.

Publicações em Equipe

Quando os projetos envolvem dois ou mais pesquisadores, sempre há a questão de como as publicações devem ser escritas. A resposta depende, compreensivelmente, das relações entre os membros da equipe, suas respectivas capacidades e seus interesses, suas responsabilidades e o tempo disponível de cada um. Algumas publicações são escritas pelo principal investigador do projeto, com quantidades variáveis de ajuda dos outros membros da equipe. Outras publicações envolvem uma redação mais verdadeiramente colaborativa, e não apenas pesquisa compartilhada. O mesmo pode ser dito em relação aos trabalhos baseados na pesquisa em equipe.

Escrevendo Trabalhos para Publicação

Esta quarta classe de publicações baseadas em pesquisa raramente é homogênea. A grande variedade de opções para os tipos de trabalho pode ser sugerida graficamente por uma divisão dessas possibilidades em três partes.

1. Para colegas, pode-se fazer trabalhos cujo foco principal seja teórico, substancial, argumentativo e/ou metodológico.

2. Para profissionais, os trabalhos devem fornecer estruturas teóricas que permitam melhor entendimento dos clientes, resultados substanciais, sugestões práticas para melhores procedimentos, sugestões para reforma das práticas existentes e/ou sugestões políticas amplias.
3. Para leitores leigos, os trabalhos apropriados devem incluir esses resultados substanciais descritivos, dar sugestões para reforma das práticas ou políticas atuais, fornecer diretrizes de auto-ajuda ou táticas para obter melhores serviços de profissionais ou de instituições e/ou assegurar que outras pessoas compartilhem sua própria experiência (ex.: passar por um divórcio, adotando uma criança).

Essa variedade de opções para trabalhos aponta para diferenças em objetivos, em ênfase, em estilos e em materiais de publicação. Entretanto, os resultados da pesquisa garantem uma base firme para escrever os três tipos de trabalho. Estudos de pesquisa qualitativa geram análises teóricas, conteúdo substancial e autoconfiança. Ao final da pesquisa, o investigador deve ter sensibilidade considerável em relação a questões, públicos, pontos fortes e pontos fracos dos atores e das organizações. O investigador também vai se basear nesse conhecimento ao tomar decisões sobre o que escrever, para que e como. Decisões relativas a essas questões se baseiam em argumentos e procedimentos que não são totalmente diferentes daqueles discutidos em todo este capítulo. As poucas diferenças importantes podem ser declaradas brevemente e são facilmente compreensíveis. A seguir informamos algumas condições que podem afetar diretamente a maneira como certos trabalhos serão escritos, e também para quem serão escritos e se serão escritos ou não.

1. Como observado anteriormente, os pesquisadores podem decidir publicar trabalhos até mesmo relativamente no início do processo de pesquisa. Eles podem fazer isso por diferentes razões, como, por exemplo, apresentar resultados preliminares, satisfazer ou impressionar patrocinadores ou porque têm materiais interessantes ligados a questões latentes, sobre os quais se pode escrever facilmente agora, mas talvez não com tanta facilidade posteriormente, em um momento mais agitado.
2. Os pesquisadores algumas vezes escrevem trabalhos porque se sentem obrigados a publicar um determinado tópico ou porque são pressionados a fazê-lo. Evidentemente, essa motivação também vai afetar o que e como os pesquisadores escrevem.
3. Os pesquisadores também podem ser convidados a contribuir com trabalhos para edições especiais de jornais ou para volumes editados de livros porque são conhecidos por estar pesquisando em determinadas áreas. Eles também podem ser impelidos ou tentados a converter apresentações verbais em trabalhos porque os ouvintes responderam bem a elas.

4. Outra condição que pode afetar a redação de um trabalho é a existência de prazo para entregar o produto final para um editor. Para alguns pesquisadores, isso pode ser um estímulo, enquanto que outros ficam atemorizados com qualquer prazo.
5. O número de páginas permitido pelo editor também afeta a decisão de escrever ou não um trabalho, pelo menos para uma determinada publicação e, se for escrever, o que será escrito e como.
6. A não ser que seja convidado por um editor, há uma decisão importante a tomar em relação à publicação a ser selecionada como potencial canal para um determinado trabalho. As publicações e os trabalhos devem ter algo em comum; de outra forma, o trabalho poderá ser rejeitado e o tempo investido na redação será perdido. Ou, pior ainda, o trabalho poderá ser aceito, mas para um público impróprio ou insuficientemente abrangente. Selecionar o veículo apropriado pode ser uma tarefa fácil se o pesquisador conhecer bem a publicação; de outra forma, edições passadas da publicação devem ser analisadas cuidadosamente. Também ajuda pedir conselhos a pessoas que conheçam bem determinadas publicações. Isso é especialmente verdadeiro quando se pretende atingir um público fora de seu campo de atuação, como quando um cientista social escreve para um jornal de trabalho social ou médico.

Tendo observado essas condições, que algumas vezes são repressoras mas outras vezes são estimulantes, podemos agora discutir o que mais pode ser diferente na redação de trabalhos. As considerações mais importantes são aquelas inter-relacionadas a objetivo e público. Considerando a variedade de objetivos e públicos listados aqui, podemos ver que esta é a questão central enfrentada por qualquer pesquisador que faz um trabalho. (Isso ocorre mesmo quando ele é convidado a escrever um trabalho). O que devemos dizer a um público? Os tópicos para alguns trabalhos parecem surgir muito naturalmente durante o processo de pesquisa. Por exemplo, em nosso estudo de pacientes cronicamente doentes e seus cônjuges, ficamos surpresos com as técnicas de controle estilisticamente diferentes entre casais. Elas variavam de altamente colaborativa até bastante conflitante. Então, escrevemos um trabalho sobre esse tópico relativamente no início da pesquisa (Corbin e Strauss, 1984). Alguns trabalhos podem ser concebidos no início ou no meio do projeto, mas só serão escritos posteriormente, ou as idéias acabarão sendo incorporadas na monografia.

Algumas idéias para trabalhos levam muito mais tempo para formular do que outras, talvez porque exijam um entendimento mais profundo dos fenômenos ou maior sofisticação teórica dos pesquisadores para que se sintam confortáveis em escrever sobre elas. Preparar trabalhos que sugiram reformas pode ser demorado, porque os pesquisadores não conseguem se comprometer ao papel de reforma até

que se tornem suficientemente perturbados com o que estão observando ou talvez porque as direções nas quais as alternativas para reforma podem ser especificadas não estejam claras para eles. Depois que as formulações teóricas são desenvolvidas claramente, há uma tentação de apresentar toda a estrutura em um trabalho mais longo. Como já dissemos, essa é uma tarefa muito difícil, porque a estrutura será muito complexa e densa com a conceitualização. Nosso conselho é não tentar fazer isso em um trabalho. Se o escritor decidir fazê-lo, é preferível providenciar uma versão bem mais enxuta, indicando aos leitores a monografia que virá em seguida. Por exemplo, um de nós (Strauss), junto com alguns colegas, partindo de um estudo sobre trabalho médico em hospitais, escreveu sobre pacientes e relacionou seu trabalho a alguns outros tipos de atividades dos funcionários, como "atividades de segurança" e "atividades de conforto" (Strauss et al., 1985). Depois, em outro trabalho de Strauss e sua equipe de pesquisa, um dos grandes conceitos que surgiram desse estudo se tornaram o foco de estudo. O item estava relacionado a "atividades de segurança", especialmente porque dizia respeito a lidar com equipamentos médicos potencialmente perigosos e com bebês prematuros frágeis (Wiener, Fagerhaugh, Strauss e Suczek, 1979). Outros trabalhos podem ser escritos sobre questões metodológicas ou sobre questões políticas. Depois, os materiais teóricos ou os verdadeiros resultados da pesquisa vão garantir a estrutura ou o histórico para a discussão sobre política ou metodologia. Um foco metodológico pode necessitar de exemplos substanciais e teóricos para fazer sentido para os leitores. Argumentos políticos não apenas podem ser reforçados pelos dados, como podem ser explícita ou implicitamente sustentados por uma estrutura teórica. Por exemplo, demos um argumento e sugestões para reforma do sistema de saúde norte-americano (Strauss e Corbin, 1988). O argumento e as sugestões foram baseados em críticas à orientação de atendimento dominante nas doenças crônicas, um tipo de doença que tem fases múltiplas, cada uma delas exigindo um tipo diferente de cuidado.

Retornando à nossa sugestão de que um artigo teoricamente orientado pode ter restrição no número de categorias ou de idéias discutidas, a questão, como sempre, é como a discussão deve ser desenvolvida. Podemos dar a mesma resposta geral que demos em relação à redação de capítulos de uma monografia, mas modificada para fins de redação de um trabalho. Primeiro, a pessoa escolhe um foco. Qual é a história teórica que o escritor deseja contar? Essa decisão pode surgir durante o curso da pesquisa, ou pode ser estimulada ao pensar sobre o diagrama integrador mais recente ou por meio da classificação de memorandos. Os detalhes das relações conceituais também devem ser elucidados. Aí é hora de construir um esboço do trabalho. Assim como no caso do esboço para uma monografia, o escritor pode desejar ganhar alguma distância, esperando alguns dias ou semanas antes de voltar a analisar as idéias originais. À medida que escreve as sub-seções, a revisão e a classificação de memorandos vão ajudar a estimular a memória do escritor e permitir que ele acrescente detalhes adicionais.

Um perigo, porém, é permitir que muitos detalhes inundem seu pensamento. Se isso ocorrer, a tentativa de acomodar muita informação no pouco espaço do trabalho pode desencorajar, ou pelo menos impedir, a clareza da exposição. A direttriz funcional para o que deve fazer parte de um trabalho e o que deve ser omitido, relutantemente ou cruelmente suprimido, pode ser expressa na forma de uma questão dupla: eu preciso desse detalhe para maximizar a clareza da discussão analítica e/ou para atingir compreensão substancial máxima? A primeira parte da pergunta pertence à análise em si. A segunda pertence basicamente à inclusão de dados na forma de citações e de materiais de casos.

Como no caso de monografias e de teses, as minutas podem passar por um teste ao compartilhá-las com amigos, com colegas ou mesmo com profissionais da área ou com leigos, se o material estiver relacionado a eles. Novamente, a pessoa pode querer ter seus rascunhos analisados por um grupo de redação ou por um grupo de alunos de pesquisa se tiver a sorte de pertencer a um desses grupos. O escritor também pode incorporar literatura relevante. Se for um trabalho teórico, então o autor pode deixar pensar em suas implicações ao fazer recomendações para mudanças em políticas ou em práticas.

Depois, quando o trabalho estiver finalmente terminado, e principalmente quando for finalmente publicado, a pessoa pode então seguir seu caminho para pensar, para esboçar e para começar a escrever a próxima publicação.

Resumo

Fazer apresentações orais e publicar relatórios escritos sobre resultados de pesquisa são um desafio para o pesquisador. Com tanto material complexo disponível, como alguém escolhe o que apresentar, para quem e como? Geralmente, em uma apresentação verbal ou em um artigo, é preferível apresentar apenas um conceito (categoria) em profundidade, talvez com um ou dois conceitos adicionais incluídos como características relacionadas. Em uma monografia, temos um leque mais amplo de possibilidades, mas, mesmo nesse caso, o escritor deve pensar cuidadosamente sobre a ordem lógica do material antes de fazer um esboço detalhado. Uma tese tem seus problemas específicos devido a seu formato-paradigma. Mais uma vez, o escritor deve pensar cuidadosamente sobre a quantidade de detalhes a incluir e sobre como apresentar as facetas mais relevantes do esquema conceitual, ao mesmo tempo em que mantém o fluxo e a continuidade.

16

Critérios de Avaliação

Uma vez que o pesquisador tenha terminado a investigação, como ele ou outras pessoas julgam o mérito desse trabalho? Essa é uma questão que já gerou muito debate entre aqueles que trabalham com pesquisa qualitativa. Primeiro, o pesquisador tem que decidir se deve ou não construir teoria. Segundo, há a questão do mérito científico, independente da pesquisa ser ou não voltada à construção de teoria. Reconhecemos que há opiniões divergentes sobre essas duas questões e não pretendemos recomencar a discussão aqui.

Neste livro, assumimos a posição de que a teoria, embora não seja o único propósito da pesquisa, tem um papel importante a desempenhar na ciência (Strauss, 1995). Nosso objetivo é desenvolver teoria válida e embasada, que se comunique com as questões e com as preocupações daqueles a quem estudamos. Como há uma quantidade considerável de literatura que discute os vários métodos para avaliar a pesquisa qualitativa em geral e as questões a ela relacionadas (ex.: Altheide e Johnson, 1994; Ambert et al., 1995; Bradley, 1993; Elder e Miller, 1995; Ferguson e Halle, 1995; Fitch, 1994), neste capítulo nos preocupamos apenas em discutir critérios para julgar os méritos da pesquisa para construção de teoria e, mais especificamente, com literatura publicada *suplementar*, com uns poucos critérios adicionais que acreditamos serem importantes. Esses critérios devem abordar a adequação do processo de pesquisa e a base de seus resultados.

Preceitos Científicos e Pesquisa Qualitativa

Alguns pesquisadores qualitativos afirmam que os preceitos ou padrões por meio dos quais os estudos quantitativos são julgados são bastante impróprios para julgar o mérito de estudos qualitativos (Aghar, 1986; Guba, 1981; Kirk e Miller, 1986; Merriam, 1995). A maioria dos pesquisadores qualitativos provavelmente acredita que esses determinados preceitos deveriam ser modificados para ajudar-

se à pesquisa qualitativa. Compartilhamos a convicção de que os preceitos usuais da boa ciência têm valor, mas exigem redefinição para ajustar-se às realidades da pesquisa qualitativa e às complexidades dos fenômenos sociais que tentamos entender. Os preceitos científicos usuais incluem importância, compatibilidade de observação da teoria, generalização, consistência, capacidade de reprodução, precisão e verificação. (Há uma visão geral sucinta desses preceitos em Gortner e Schultz, 1988). Esses preceitos são tão aceitos por cientistas físicos e biológicos, que até mesmo filósofos da ciência não discutem explicitamente a maioria deles, exceto para verificação. Porém, outros preceitos como precisão, consistência e relevância, são implicitamente assumidos (Popper, 1959).

Os pesquisadores qualitativos devem se proteger contra os perigos derivados da adesão às interpretações mais positivas desses preceitos. Cada modo de descoberta desenvolve seus próprios padrões e procedimentos para atingir seus resultados. (Para uma boa discussão, ver Dising, 1971). O importante é que o critério utilizado para julgar o mérito do trabalho qualitativo (ou quantitativo) seja deixado claro.

Por exemplo, pegue o preceito da capacidade de reprodução. Comumente, isso significa que um estudo pode ser reproduzido por meio do uso do mesmo processo de pesquisa ou de processos alternativos. A capacidade de reproduzir resultados dá credibilidade aos resultados originais. Porém, reproduzir fenômenos sociais pode ser difícil, porque é quase impossível reproduzir as condições originais sob as quais os dados foram coletados ou controlar todas as variáveis que possam afetar os resultados. Essa é a diferença entre fazer pesquisa em laboratório, onde podemos ter certo grau de "controle" sobre as variáveis, e conduzir uma pesquisa no mundo "real", onde fatos e acontecimentos seguem um curso natural.

Porém, há formas de repensar a capacidade de reprodução para ampliar seu significado. Aqui está outra forma de enxergá-la. Considerando a mesma perspectiva teórica do pesquisador original, seguindo as mesmas regras gerais para a coleta e a análise de dados e, assumindo um conjunto similar de condições, outros pesquisadores devem conseguir chegar à mesma explicação teórica, ou a uma muito similar, sobre o fenômeno que está sendo investigado. Os mesmos problemas e questões devem surgir, independente de terem sido conceitualizados e integrados de maneira um pouco diferente. Quaisquer discrepâncias que surjam geralmente podem ser explicadas por meio de um re-exame dos dados e da identificação de condições alternativas que podem estar operando em cada caso. Na verdade, tivemos essa confirmação quando lemos os relatórios de pesquisa de outros pesquisadores qualitativos que estudaram doença crônica. De uma perspectiva conceitual mais ampla, seus resultados são muito consistentes com os nossos, embora possam oferecer conceitualizações e explicações alternativas ou dar ênfase a aspectos específicos do controle de doenças crônicas, como suporte social ou controle de sintomas.

Para continuar com nossos exemplos de como os preceitos usuais para julgar o mérito da boa ciência podem ser redefinidos para ajustar-se aos projetos de pesquisa qualitativa, considere o preceito da generalização. O objetivo de usar uma metodologia de construção de teoria é construir teoria. Assim, estamos falando mais a linguagem do poder explanatório do que a da generalização. Poder explanatório significa "capacidade preventiva", ou seja, a capacidade de explicar o que pode acontecer em determinadas situações, como estigma, doença crônica ou consciência fechada. Dessa forma, ao escrever as formulações teóricas que surgiram de nosso estudo, especificamos as condições que fizeram surgir certos fenômenos — problemas, questões e uso de estratégias ou ações/interações para controlar esses problemas ou questões — e explicamos quais seqüências ocorrem como resultado dessas ações/interações. Não estamos sugerindo que uma teoria substancial (desenvolvida a partir do estudo de uma pequena área de investigação e de uma população específica) tem poder explanatório de uma teoria mais ampla, mais geral. Isso não pode ocorrer porque ela não se baseia na variação ou inclui as proposições amplas de uma teoria mais geral. Porém, o mérito real de uma teoria substancial está em sua capacidade de comunicar-se especificamente com as populações das quais ela foi derivada e aplicar-se a elas. Naturalmente, quanto mais sistemática e profunda a amostragem teórica, mais condições e variações serão descobertas e inseridas na teoria e, por essa razão, maior será seu poder explanatório (e sua precisão). Se a teoria original deixa de responder pela variação descoberta por meio de pesquisa adicional, então essas novas especificidades podem ser acrescentadas como alterações à formulação original.

Aqui, falamos apenas de dois preceitos (capacidade de reprodução e generalização), pois em outros locais já discutimos em detalhes outros preceitos importantes relacionados aos métodos de pesquisa qualitativa (Corbin e Strauss, 1990). Em vez de prosseguir com este tópico, preferimos discutir o que consideramos os elementos essenciais da pesquisa para a construção de teoria e o que buscamos em nosso trabalho, e também no trabalho de nossos alunos, colegas e outros pesquisadores que constroem teoria.

Crerios de Avaliação

A primeira pergunta a fazer ao avaliar um estudo é o que está sendo julgado. Há opiniões diferentes e os avaliadores usam critérios diferentes, dependendo do aspecto específico da pesquisa que está sendo julgado. Ao ler e avaliar publicações nas quais os autores alegam gerar, elaborar ou testar uma teoria, devemos distinguir claramente entre as questões que se seguem. Primeiro, são feitos julgamentos sobre validade, confiabilidade e credibilidade dos dados (Guba, 1981; Kiddler, 1981; Kirk e Miller, 1986; LeCompte e Goetz, 1982; Miles e Huberman, 1984; Sandelowski, 1988). Gliner (1994), por exemplo, sugeriu que métodos como triangulação, análise negativa de caso e teste de hipóteses

contrárias são meios para julgar a imparcialidade e o rigor de um projeto de pesquisa. Segundo, são feitos julgamentos sobre a teoria em si (Glaser e Strauss, 1967; Strauss, 1987). Terceiro, são tomadas decisões em relação à adequação do processo de pesquisa por meio do qual a teoria é gerada, elaborada ou testada. Quarto, chega-se a conclusões sobre a base empírica da pesquisa. Nossa preocupação aqui é com as últimas duas, a adequação do processo de um estudo de pesquisa e a base dos resultados, pois as outras duas áreas já foram adequadamente abordadas.

O Processo de Pesquisa

Ao julgar a qualidade da pesquisa elaborada para construir teoria, o revisor deve ser capaz de fazer julgamentos sobre alguns dos componentes do processo de pesquisa. Porém, mesmo em uma monografia, que consiste primariamente de formulações teóricas e dos dados analisados, parece não haver uma forma por meio da qual os leitores possam julgar acuradamente a maneira como foi feita a análise. Os leitores não estavam presentes durante as sessões analíticas, e a monografia não necessariamente os ajuda a imaginar essas sessões ou suas seqüências. Para remediar isso, pode ser útil para os leitores receber certos tipos de informações relacionadas aos critérios a seguir. Os detalhes não precisam ser muitos, mesmo em uma monografia, mas devem ser suficientes para dar bases razoáveis para julgar a adequação do processo de pesquisa em si. Os tipos de informações necessários são apresentados aqui em forma de perguntas, e as respostas indicam como eles podem atuar como critérios de avaliação.

Critério 1: Como a amostragem original foi selecionada? Em que bases?

Critério 2: Quais as principais categorias que surgiram?

Critério 3: Quais foram os fatos, os incidentes ou as ações (indicadores) que apontaram para algumas dessas categorias principais?

Critério 4: Com base em que categorias foi feita a amostragem teórica? Isto é, como as formulações teóricas guiaram parte da coleta de dados? Depois que a amostragem teórica foi feita, o quanto as categorias se mostraram representativas dos dados?

Critério 5: Quais eram algumas das hipóteses pertencentes às relações conceituais (ou seja, entre categorias), e em que bases elas foram formuladas e validadas?

Critério 6: Houve casos em que as hipóteses não explicaram o que estava acontecendo com os dados? Como essas discrepâncias foram resolvidas? As hipóteses foram modificadas?

Critério 7: Como e por que a categoria básica foi selecionada? Essa coleta foi súbita ou gradual, e foi difícil ou fácil? Em que bases foram tomadas as decisões analíticas finais?

Percebemos que alguns desses critérios seriam considerados não-convencionais (ou seja, amostragem teórica em vez de tipos de amostragem estatística, a injunção de ser explícito sobre a responsabilidade pelas discrepâncias) pela maioria dos pesquisadores quantitativos e até por muitos pesquisadores qualitativos. Contudo, isso é essencial para avaliar a lógica analítica usada pelo pesquisador. Se o pesquisador fornece essa informação, então os leitores podem seguir a lógica dos procedimentos de codificação complexos do pesquisador. Os detalhes, assim fornecidos, seriam complementados com informações que poderiam, pelo menos em publicações mais longas, ser entendidas como algo que aponta para um acompanhamento extremamente cuidadoso e completo de indicadores, de amostragem teórica consciente e imaginativa, etc. A seguir, apresentamos uma série de perguntas que são equivalentes aos critérios para avaliar a base empírica de um estudo.

Base Empírica de um Estudo

Critério 1: Os conceitos são gerados?

Como os blocos de construção de qualquer teoria (na verdade, qualquer teoria científica) são um conjunto de conceitos baseados nos dados, as primeiras perguntas a serem feitas sobre qualquer publicação são as seguintes. Ela gera (via codificação) ou pelo menos usa conceitos, e qual(is) é(são) sua(s) fonte(s)? Se os conceitos são baseados no uso comum (ex.: incerteza), o autor mostra como eles pertencem a esta pesquisa ou poderiam ter surgido a partir dela? Em qualquer monografia que deseje apresentar interpretações teóricas dos dados, pode-se fazer uma rápida, embora bastante rude, avaliação de seus conceitos simplesmente verificando o índice. Quantos conceitos existem lá, e eles foram gerados a partir do próprio estudo? Para um melhor entendimento da origem dos conceitos e como eles foram usados, devemos pelo menos dar uma olhada na monografia.

Critério 2: Os conceitos são sistematicamente relacionados?

O nome do jogo científico é conceitualização sistemática e associações. Então, a pergunta a ser feita aqui sobre uma publicação de pesquisa é que associações foram feitas entre os conceitos. Como em outros textos qualitativos, as associações não tendem a ser apresentadas como uma lista de hipóteses ou de proposições. Ao contrário, elas estarão inseridas em todo o texto da publicação.

Critério 3: Há muitas associações conceituais, e as categorias são bem desenvolvidas?

As categorias têm densidade conceitual?

As categorias devem estar fortemente ligadas. Isso diz respeito tanto às categorias individuais e suas subcategorias como às categorias individuais e a categoria básica mais ampla. As categorias devem ser teoricamente densas, ou seja, ter muitas propriedades que sejam dimensionalizadas. É essa ligação forte e a densidade das categorias (muitas propriedades e variações dimensionais) que dão à teoria sua especificidade e seu poder explanatório.

Critério 4: A variação faz parte da teoria?

Variação é importante porque significa que um conceito foi examinado sob uma série de condições diferentes e desenvolvido em todo seu leque de dimensões. Alguns estudos qualitativos reportam apenas um único fenômeno e estabelecem apenas umas poucas condições sob as quais ele aparece; além disso, especificam apenas umas poucas ações/interações que o caracterizam e um número ou um leque limitado de consequências. Em contraste, usando essa metodologia, deveria haver variação considerável dentro da teoria. Em um artigo publicado, o leque de variações existentes deve ser mais limitado, mas o autor deve pelo menos sugerir que outros textos vão incluir suas especificações.

Critério 5: As condições sob as quais a variação pode ser encontrada estão inseridas no estudo e são explicadas?

Qualquer explicação de um fenômeno deve incluir as condições sob as quais ele foi encontrado – a condição ampla ou mais macro, e também as condições micro ou aquelas que têm uma relação mais imediata com o fenômeno. Condições mais amplas não devem ser listadas simplesmente como informações históricas em um capítulo separado; ao contrário, devem ser inseridas na análise real com explicações sobre como afetam os fatos e as ações nos dados (Ver Capítulo 12; ver também Corbin e Strauss, 1996). Isso inclui, mas não se limita a, fatores econômicos, políticas organizacionais, regras e regulamentações, movimentos sociais, tendências, cultura, valores sociais, linguagem, além de valores e padrões profissionais.

Critério 6: O processo foi levado em consideração?

A identificação do processo na pesquisa é importante porque permite aos usuários da teoria explicar a ação sob condições mutantes. Lembre-se que, no Capítulo 11, informamos que o processo poderia ser descrito como estágios ou fases e também como fluidez ou movimento de ação/interação com a passagem do tempo em resposta às condições prevaletentes. O esquema conceitual usado para explicar o processo é menos importante do que tentar trazê-lo para a análise.

Critério 7: Os resultados teóricos parecem importantes, e até que ponto?

É totalmente possível completar um estudo gerador de teoria, ou qualquer investigação de pesquisa, mesmo que não produza resultados significativos. Se o pesquisador simplesmente acompanha os movimentos de execução da pesquisa sem usar a criatividade ou desenvolver um entendimento no qual os dados sejam refletidos, então ele se arrisca a chegar a resultados que não serão tão importantes. Com isso, queremos dizer que o pesquisador deixa de passar novas informações ou de produzir diretrizes para a ação. Lembre-se que há uma interação entre o pesquisador e os dados, e nenhum método pode assegurar que a interação será criativa. Isso depende de três características do pesquisador: capacidade analítica, sensibilidade teórica e capacidade de redação suficiente para transmitir os resultados. Evidentemente, uma interação criativa também depende do outro pólo da equação pesquisador-dados – a qualidade dos dados coletados ou utilizados. Uma análise sem criatividade pode ser adequadamente baseada nos dados em um sentido técnico, mas pode ser limitada para fins teóricos. Isso ocorre porque o pesquisador não usou todos os recursos dos dados ou não levou a coleta de dados longe o suficiente.

Critério 8: A teoria passa pelo teste de tempo e se torna parte das discussões e das idéias trocadas entre os grupos sociais e profissionais relevantes?

Embora teorias, em um sentido mais amplo, sempre estejam em um momento e local específicos, os principais conceitos e hipóteses devem ser capazes de continuar sendo testados por meio de discursos, de pesquisa e de aplicação. Pegue conceitos como estigma, divisão de tarefas, incerteza, estresse e negociações. Esses conceitos são significativos tanto para pessoas leigas como para profissionais, e são usados para explicar os fenômenos, para conduzir pesquisa e para guiar programas de ação.

Uma Nota Final

Nossos leitores devem lembrar-se de três comentários adicionais sobre critérios de avaliação. Primeiro, esses critérios não devem ser tomados como regras avulsas rígidas, seja pelo pesquisador ou pelos leitores que estão julgando a publicação de pesquisa de outras pessoas. Os critérios devem ser usados como diretrizes. Certas investigações podem exigir que os procedimentos de pesquisa e os critérios de avaliação sejam modificados para ajustar-se às circunstâncias da pesquisa. Pesquisadores criativos, que estejam lidando com usos não-comuns ou criativos de materiais, irão, de tempos em tempos, afastar-se um pouco do que podemos considerar diretrizes autoritárias para julgar seus próprios produtos ou os produtos de outras pessoas. Em tais casos incomuns, o pesquisador

deve saber precisamente como e por que deixou de lado os procedimentos, deve dizer isso em sua redação e deve deixar a critério dos leitores julgar a credibilidade dos resultados.

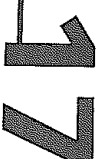
Segundo, sugerimos que os pesquisadores que atuaram segundo suas próprias operações de procedimento indiquem resumidamente que procedimentos são esses, especialmente em publicações mais longas. Isso ajudaria os leitores a julgar a lógica analítica e a adequação geral do processo de pesquisa. Também tornaria os leitores mais conscientes de como uma determinada investigação difere daquelas que usam outros modos de pesquisa qualitativa. Ao especificar essa informação, os leitores são informados precisamente sobre que operações foram usadas e suas possíveis inadequações. Em outras palavras, o pesquisador deve identificar e informar os pontos fortes e as inevitáveis limitações do estudo.

Finalmente, em certas publicações pode ser útil a inclusão de uma explicação curta do pesquisador sobre suas próprias perspectivas de pesquisa e suas respostas ao processo de pesquisa. Isso permite aos leitores julgar como as reações pessoais podem ter influenciado a investigação e as interpretações dos dados. Manter toda a documentação do processo de pesquisa em memorandos é uma forma de assegurar que o pesquisador poderá fazer isso no final do estudo (Rodgers e Cowles, 1993).

Resumo

Todos os estudos de pesquisa, sejam qualitativos ou quantitativos, devem ser avaliados em termos dos preceitos e de procedimentos do método usado para gerar os resultados de pesquisa. Neste capítulo, fornecemos critérios para avaliar tanto o processo de pesquisa como a base empírica dos resultados. Outras áreas, como validade, confiabilidade e credibilidade dos dados, além do valor da teoria, já foram amplamente cobertas na literatura. Os critérios que apresentamos complementam esses e podem ser guias úteis para os pesquisadores ao redigir as seções metodológicas de teses e de publicações, e também para membros de comitê e de corpo docente que, devido às posições ocupadas, avaliam os trabalhos de seus alunos ou de seus colegas. Os critérios também devem ser úteis para pessoas que trabalham em comitês editoriais ou em agências de financiamento e que precisam de diretrizes adicionais para fazer julgamentos sobre o valor dos estudos geradores de teoria.

Perguntas dos Alunos e Suas Respostas



Descobrimos que os alunos sempre fazem perguntas na aula, durante as consultas e após as apresentações. Essas perguntas surgem de várias preocupações. Algumas vezes os alunos ficam confusos porque certos procedimentos ou técnicas não parecem claros, são ambíguos ou vão contra os métodos de pesquisa mais convencionais. Outras vezes, eles querem saber como responder às críticas de orientadores, de membros de comitê de teses e de amigos. Quando os alunos nos procuram, eles querem saber: "Como podemos responder a essas vozes externas e também acalmar nossas próprias vozes internas?". As perguntas que eles fazem são endêmicas, muitas indubitavelmente feitas sempre que se ensina ou se discute pesquisa qualitativa. A seguir estão algumas das perguntas mais frequentes juntamente com suas respostas. Colocamos este capítulo no final do livro, e não no começo, porque ele resume muitos dos principais pontos levantados em todo livro.

1. "Ouví dizer que há alguns programas de computador muito bons que podem ajudar na análise. Vocês sabem algo sobre esses programas e sabem como eles são usados?"

Resposta: Muitos alunos usam o Etnograph e outros programas de computador úteis (Lafaille, 1995; Shapiro et al., 1993) para auxiliá-los em suas pesquisas qualitativas. Os dois programas com os quais estamos mais familiarizados são NUDIST e ATLAS. Eles tendem a ser mais complexos e mais voltados à construção de teoria do que alguns outros programas. Como nenhum de nós é especialista no uso de computadores em pesquisa, pedimos a Heiner Legeiwe, um dos co-criadores do ATLAS, para explicar como esse programa pode ser usado para facilitar a análise. Reproduzimos seu memorando aqui:

Como usar computadores na análise qualitativa

Memorando preparado por Heiner Legeiwe
Institut für Sozialwissenschaften – Technische Universität Berlin

Na era do processamento de texto, é difícil encontrar analistas qualitativos que não usem computadores em seu trabalho de pesquisa. Este memorando, porém,

aborda o uso de sistemas mais sofisticados, especialmente desenvolvidos para auxiliar a pesquisa qualitativa que visa a construção de teoria.

Começando com minha própria experiência, devo mencionar que foi devido a nosso projeto de pesquisa interdisciplinar na TU [Technische Universität], em Berlin, sobre interpretação de texto e construção de teoria auxiliados por computador, que conheci Anselm Strauss, em 1990. Encontrei-me com ele para discutir os potenciais de um *software* feito sob medida para análise qualitativa. Anselm adorou a idéia, deu-nos, muitas dicas e fez muitas críticas construtivas e, posteriormente ajudou-nos a testar a utilidade de nosso produto de pesquisa, o protótipo do ATLAS.

Mais importante para entender a filosofia da interpretação de texto assistida por computador é o fato de que os computadores são absolutamente incapazes de compreender o significado de palavras ou de frases. Sua força vem do fato de serem capazes de ajudar com todos os tipos de tarefas de ordenamento, estruturação, recuperação e visualização. Isso significa que é inútil esperar que um computador faça qualquer trabalho analítico, por mais simples que seja. Mas um programa de computador pode ser extremamente útil para criar uma ordem a partir de uma massa de notas de campo, de entrevistas, de códigos, de conceitos e de memorandos; para visualizar a rede de conceitos e relações na teoria emergente; e para manter um acompanhamento sistemático da teoria que se desenvolve, começando com os primeiros dados e sua codificação inicial, documentando todos os passos intermediários e terminando com o relatório final de pesquisa.

Agora, [darei] uma breve descrição dos passos típicos da análise para geração de teoria assistida por computador, que segue as características do sistema que uso para minha própria análise (ATLAS para *Windows*).

Antes de começar sua análise, você tem que armazenar seus dados na memória do computador, por exemplo, transcrevendo notas de campos e entrevistas ou escaneando dados, como manuscritos e quadros gráficos – até mesmo sons e trechos de filmes. (De qualquer maneira, a transcrição comum de entrevistas por meio de processamento de texto resulta em dados eletronicamente arquivados). O primeiro passo de sua análise corresponde ao preparo de uma mesa especial para o estudo em seu escritório: você abre uma *unidade hierárquica* – um recipiente eletrônico que vai coletar e organizar dados, códigos, memorandos e diagramas pertencentes à sua análise sob um único rótulo – e deposita ali todos os arquivos de texto que deseja analisar. Você vai começar sua análise no *nível textual* (trabalhando principalmente com textos/documentos). Na *coliflor aberta*, você abre e lê cada documento na tela, marca as passagens de texto relevantes e atribui *códigos* e *memorandos* a elas. Os códigos devem ser acompanhados de comentários explicativos sobre seu uso, o que é especialmente importante para análises em grupo. (Se você procurar palavras-chave ou combinações de palavras no texto, poderá até usar um procedimento de codificação automática.) O sistema organiza listas de seus códigos e de seus memorandos em janelas especiais. Posteriormente, com um clique sobre um item na lista de códigos ou de memorandos, você recupera todas as passagens de texto indexadas naquele código ou de memorando dentro de seus respectivos contextos, facilitando *comparações constantes* de todos os indicadores de um determinado código ou conceito. As passagens de texto indexadas por padrões de códigos podem ser recu-

peradas por uma ferramenta que utiliza a lógica booleana, * permitindo testar hipóteses complexas. Além disso, as listas de códigos e memorandos permitem diferentes *classificações*, por exemplo, segundo a *fundamentação* (número de passagens de texto de um código ou memorando) ou *densidade conceitual* (número de outros códigos conectados a um código).

No *nível conceitual* (trabalhando principalmente com conceitos), os passos da *codificação axial* e *seletiva* são suportados por diferentes funções. Um passo seria reunir códigos e memorandos em *famílias*, como a família de todas as condições e consequências. Para *construção de teoria*, você tem que definir os *conceitos* que consistem dos códigos de ordem mais alta, que não estão mais conectados às passagens de texto, mas [ao contrário] a outros códigos. O suporte mais poderoso neste nível é atingido pelas *representações gráficas* de segmentos de texto, de códigos e de memorandos. Esses objetos são facilmente apresentados e manipulados na tela, e as relações entre eles são definidas e nomeadas segundo as relações da lógica-padrão (ex.: A <é parte de> B) ou segundo a definição do analista (ex.: A <tem sintomas de> B). Com essas ferramentas gráficas, o analista constrói facilmente suas próprias redes semânticas, ou seja, *constrói teorias a partir de segmentos de texto, de códigos e de memorandos*. As teorias assistidas por computador têm duas vantagens em comparação aos esboços de teoria feitos à mão. Primeiro, suas propriedades formais podem ser verificadas e podem ser formalmente descritas, em uma linguagem lógica (ex.: PROLOG**). Segundo, com alguns cliques no *mouse*, até o conceito mais abstrato de uma teoria pode ser facilmente conectado a todos os seus indicadores dentro dos dados, *testando sua fundamentação*.

Para evitar expectativas irreais, devo acrescentar dois avisos. Primeiro, um *software* para análise geradora de teoria assistida por computador é, no mínimo tão complexo quanto um programa de processamento de texto como o *Word*. Tal programa só será útil com o uso rotineiro de suas aplicações. Se você usar o programa apenas ocasionalmente e para um estudo de pequeno porte, talvez não valha a pena investir tempo para aprender como lidar corretamente com ele. Segundo, a análise geradora de teoria assistida por computador, como qualquer nova tecnologia, tem o potencial de mudar a qualidade da teoria. Papel, lápis, tesoura, cola, mapas de cartões de indexação e paredes cheias de gráficos coloridos podem lhe dar um toque e um sentimento em relação ao seu trabalho de pesquisa diferente daquele dado pela tela de um computador – do tamanho das mesinhas de um avião – e podem ser mais importantes para inspirar sua criatividade do que qualquer diagrama de computador, por melhor que ele seja.

Em um futuro próximo, vejo diferentes tendências no desenvolvimento de teoria assistido por computador:

● *Novas áreas de aplicação*: os *softwares* de computador certamente vão promover aplicações para o desenvolvimento de teoria em áreas completamente novas, como, por exemplo, construção de teoria com base em dados quantitativos em

* N de R. T. De G. Boole: Utilizando os operadores lógicos, E, OU e NÃO, que permitem ao computador aplicar a lógica binária como "filtro" para a tomada de decisões sobre dados de qualquer natureza.

** N de R. T. Prolog: Programação em lógica matemática, associada com inteligência artificial e lógica computacional.

ciências naturais, em análise de sistemas e em pesquisa de operações. Mais importantes ainda são as aplicações não-relacionadas à pesquisa, de geração de teoria assistida por computador como método para modelagem *on-line* de processos sociais complexos, em áreas como administração de projetos, administração de qualidade total, implementação de inovações sociais e tecnológicas, e mediação de conflitos sociais (resolução alternativa de disputas).

● *Ensino*: Um sistema de computador pode ajudar o aluno a estruturar e a explicar passo a passo seu trabalho na análise geradora de teoria. Análises feitas academicamente podem ser repetidas e usadas como modelos para iniciantes.

● *Comunicação*: uma unidade hermenêutica de um estudo de teoria fundamentada contém todos os dados e o trabalho analítico baseado neles em um único *hipertexto*, que pode ser facilmente consultado. Passando da mídia de Gutenberg para a de Turing, pode vir a ser mais conveniente publicar uma unidade hermenêutica (ex.: via Internet) do que um relatório de pesquisa. (Estou aguardando a primeira tese de doutorado publicada dessa maneira).

● *Pesquisa*: uma unidade hermenêutica pode ser considerada um retrato congelado do passo-a-passo completo da análise para geração de teoria, para estudar os processos criativos de construção de teoria a partir dos dados – incluindo cooperação e pesquisa em equipe.

Uma última palavra sobre a seleção do sistema mais apropriado para seu trabalho. Como tenho uma forte inclinação ao sistema de cujo desenvolvimento particippei, o ATLAS, não posso fazer uma recomendação completamente objetiva, mas há uma excelente avaliação dos sistemas disponíveis em:

Weitzman, E., & Miles, M. B. (1995). *Computer programs for qualitative data analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage.

PS: A forma melhor e mais rápida de conseguir informações adicionais é via Internet, por exemplo, consultando a página de Thomas Muhr, autor do ATLAS: <http://www.atlasti.de>. Lá você encontrará não apenas “tudo sobre o ATLAS”, mas também *links* para sistemas concorrentes, como o NUDIST, uma bibliografia e endereços para adesão a grupos de discussão de materiais sobre pesquisa qualitativa.

2. Stephan, um antropólogo que, no trabalho, está cercado por psicólogos, declarou: “Eles estão sempre perguntando, ‘Onde estão os números?’”. Essa também é uma pergunta feita frequentemente pelos membros dos comitês de teses e por pesquisadores quantitativos.

Resposta: Embora alguns pesquisadores qualitativos realmente quantifiquem seus dados, como regra geral os pesquisadores qualitativos não estão muito preocupados com a distribuição dentro das populações quanto estão com processos e com mecanismos sociais. Os pesquisadores qualitativos tentam identificar conceitos significativos para explorar suas relações. (Ver Capítulo 4 para uma discussão sobre a relação entre métodos quantitativos e qualitativos no desenvolvimento da

teoria.) Se os membros do comitê insistem nos números, os alunos sempre incluem um ou dois instrumentos relevantes em seus estudos. Isso satisfaz os membros do comitê e sempre acrescenta alguns resultados adicionais interessantes.

3. “Se não são os números, qual é o foco da análise?”

Resposta: Esta pergunta é uma variação de “Onde estão seus números?”. O cético assume que o pesquisador não pode chegar a conclusões a não ser que use modos estatísticos de amostragem e análise. Para nós, a unidade de análise é o conceito. Como explicado no Capítulo 13, nossos procedimentos de amostragem são criados para verificar como os conceitos variam ao longo de escopos dimensionais (como suas propriedades variam), não para medir a distribuição de pessoas ao longo de alguma dimensão de um conceito. O pesquisador amostra locais e pessoas onde espera que as diferenças nas propriedades sejam maximizadas. Essa forma de amostragem é muito importante na construção de teoria porque permite ao pesquisador construir variação em sua teoria, aumentado, assim, seu poder explanatório. Posteriormente, se o pesquisador quiser testar quantitativamente a teoria ao fazer análise de grupos, correlacional ou outros tipos de estudos quantitativos usando formas altamente sofisticadas de análise estatística, ele poderá fazê-lo. Lembre-se que nosso objetivo primário é a descoberta. Não sabemos quais variáveis são importantes, quais são suas propriedades ou como elas variam dimensionalmente. Dessa forma, a amostragem é guiada pelo desenvolvimento da teoria.

4. “Podemos usar dados que já foram coletados? Devemos codificar todos os nossos dados? Devemos amostrar aleatoriamente? Há outras maneiras de fazer amostragem?” Essas perguntas são feitas com frequência porque os alunos (e outros pesquisadores) já coletaram seus dados antes de vir ao seminário ou antes de começar suas análises. Algumas vezes, a preocupação deles é “Tenho que começar de novo a coleta de dados de forma a não violar o princípio da construção de teoria?”, que mostra que coleta e análise de dados são procedimentos interligados. Outras vezes, a preocupação é “Como administrador tanto material, especialmente porque não tenho um tempo ilimitado?”

Resposta: Nossa resposta à primeira questão é a seguinte. Essencialmente, trabalhar com dados já coletados não é diferente de fazer análise secundária em seus próprios dados ou nos dados de outra pessoa – talvez já coletados há tempos. Além disso, os problemas associados aos dados já coletados são muito similares àqueles enfrentados por qualquer pessoa que descobre uma grande provisão de materiais de arquivo e deseja analisá-los. A principal diferença, talvez, é que o pesquisador tem mais familiaridade com materiais coletados pessoalmente.

Os pesquisadores devem considerar dados já coletados e material secundário ou de arquivo exatamente como considerariam seus próprios dados. Para lidar com esse tipo de dados, os pesquisadores geralmente começam como sempre, exami-

mando as entrevistas iniciais, as notas de campos e os documentos em busca de acontecimentos ou de fatos importantes. Inicialmente, podem examinar os dados, encontrar uma passagem que os interesse, e depois começar uma codificação aberta cuidada e a codificação axial inicial. Da mesma forma, como a amostragem é feita com base em conceitos, o pesquisador teoricamente pode amostrar, classificar por meio de entrevistas, de observações ou de vídeos para encontrar variações de situações e analisá-las. Algumas vezes, ocorrem problemas analíticos com dados já coletados ou secundários quando os pesquisadores tentam saturar categorias ou encontrar variações e então descobrem, para sua surpresa, que os dados são insuficientes. Quando ocorre essa situação, devem retornar ao campo para coletar material adicional ou atualizado ou conviver com as brechas na teoria.

A resposta à segunda questão é a seguinte: Não, nenhuma parte dos dados precisa ser analisada "microscopicamente". Porém, como já dissemos antes neste livro, a inspeção cuidada dos dados durante as fases iniciais do processo de pesquisa é necessária para construir uma teoria densa e firmemente integrada. Geralmente, a codificação microscópica de 10 boas entrevistas ou observações pode resultar no esqueleto de uma estrutura teórica. Esse esqueleto deve ser completado, ampliado e validado por meio de coleta e de análise de dados adicionais, embora a codificação possa ser mais seletiva. Não há substitutos ou atalhos para codificação aberta ou axial, especialmente durante as fases iniciais da pesquisa.

A amostragem aleatória é mais apropriada para estudos quantitativos do que para os qualitativos por todas as razões listadas no Capítulo 13. Como informado, os pesquisadores não estão tentando controlar as variáveis; ao contrário, estão tentando descobri-las. Eles não estão buscando representatividade ou distribuição de populações; na verdade, estão querendo saber como os conceitos variam dimensionalmente ao longo de suas propriedades. Assim, embora a amostragem aleatória seja possível, ela pode ser prejudicial, pois poderia impedir que os analistas descobrissem as variações que estão procurando.

Quanto aos outros tipos de amostragem, em quase toda pesquisa qualitativa, os dados iniciais são coletados por meio de diversos procedimentos – aproveitando boas observações, usando "amostragem bola de neve", fazendo redes, etc. Pesquisadores com sorte são aqueles que têm acesso ilimitado aos locais e que sabem onde e em que momento podem encontrar casos comparativos. Na maioria das vezes, os pesquisadores não sabem que pessoas ou locais visitar para encontrar exemplos de como os conceitos variam. Ao contrário, eles fazem amostragem por "lógica sensível" ou por conveniência, ou seja, de departamento a departamento ou de pessoa a pessoa, conversando e observando quem e o que estiver disponível, esperando que as variações ocorram naturalmente. As variações existem quase que invariavelmente porque não há dois departamentos, duas situações ou dois acontecimentos iguais. Cada situação estudada tem o potencial de apresentar características diferentes do fenômeno ou dos fenômenos. Quanto mais entrevistas ou observações o pesquisador fizer, maior a probabilidade de que as variações conceituais surjam naturalmente. Caso contrário, a incapacidade de amostrar até o ponto de saturação se torna uma limitação de seus estudos.

5. Valerie e Stephen, uma psicóloga e uma antropóloga, observaram: "Psicólogos são ensinados a elaborar 'miniteorias' para ver se elas funcionam. Isso é exatamente o contrário de sua forma de fazer pesquisa".

Resposta: Essas "miniteorias" são essencialmente hipóteses, talvez um pouco baseadas na experiência psicológica e nas leituras do pesquisador. Porém, essas hipóteses não são derivadas de análises sistemáticas de dados ou validadas durante o processo de pesquisa. Do ponto de vista prático, as miniteorias têm mérito, especialmente para profissionais que precisam de conhecimento para lidar com as situações problemáticas que têm em mãos. Depende muito, evidentemente, de como essas miniteorias foram derivadas. Se elas não são embasadas, então podem ser enganosas.

6. "O que vocês nos dizem sobre teoria ou teorias descritivas?"

Resposta: O aluno que fez essa pergunta era um candidato a doutorado em enfermagem. O instrutor (Strauss) não sabia o que o aluno-enfermeiro queria dizer com o termo, que aparentemente é usado por alguns pesquisadores na área de enfermagem. Para ele, o termo parecia contraditório; se é uma descrição, então não é uma teoria. Na área de pesquisa clínica de enfermagem, parece haver uma grande proporção de "teorias" que são normativas, ou seja, que incorporam prescrições e proscricões ou "fazer e não fazer". O que os enfermeiros chamam de "teoria descritiva" provavelmente constitui uma forma de "descrição" (fornece conhecimento e entendimento sobre um fenômeno, mas não permite previsão e prescrição porque os conceitos não estão necessariamente ordenados ou integrados) ou "ordenamento conceitual" (conceitos vagamente ordenados e organizados, que não estão necessariamente integrados em uma estrutura teórica maior) em vez de teoria real, como definido no Capítulo 3. Em enfermagem, assim como em muitas outras disciplinas, há teorias disciplinares específicas. São teorias sistemáticas, bem desenvolvidas e integradas que orientam a prática. Porém, na maior parte das vezes, são baseadas em conceitos derivados experimentalmente, e não em pesquisa embasada.

7. "Os pesquisadores qualitativos fazem muita descrição ou citação descritiva a partir de entrevistas e de suas notas de campo?" Essa pergunta geralmente é feita por alunos ou pesquisadores iniciantes em pesquisa qualitativa.

Resposta: Isso depende totalmente do objetivo do pesquisador ao publicar e do público que ele está tentando atingir. Por exemplo, se souber antecipadamente que a área substancial é totalmente desconhecida para a maioria dos leitores, é provável que a inclusão de muitas citações permita aos leitores preencher as lacunas descritivas em suas cabeças. Além disso, se a formulação teórica final tende a ser vista muito ceticamente pelos leitores, o pesquisador tende a completar seu argumento com muitas citações, que funcionam essencialmente como itens de convencimento (ex.: "Veja, é assim que eles falam e pensam"). Strauss e colaboradores (1964, p. 228-261) apresentaram materiais apoiados por crenças de assisten-

tes psiquiátricos trabalhando em um hospital psiquiátrico. Um de seus pontos era que os auxiliares, mesmo não conhecendo os princípios psiquiátricos, consideram que estão “fazendo bem” para os pacientes. Não apenas os auxiliares não reconhecem a linguagem especial e o trabalho profissional das enfermeiras e dos médicos, mas algumas vezes pensam que eles mesmos fazem mais bem para determinados pacientes do que os profissionais, com todas as suas ideologias psiquiátricas. Para convencer leitores potencialmente céticos, foram feitas longas citações das entrevistas com os auxiliares. Embora os pesquisadores qualitativos lidem de forma diferente com as citações, tendemos a evitar a citação de longas passagens de entrevista ou de notas de campo.

Em nossas monografias, tentamos analisar detalhadamente os dados... de forma a construir uma teoria densa. [conceitualmente] integrada. Então, as citações de entrevistas e notas de campo tendem a ser breves, e sempre estão inseridas na análise, dentro das mesmas sentenças ou de sentenças bastante relacionadas. Citações mais longas (especialmente das notas de campo) são usadas para exemplos de casos... ou quando os fatos e as ações descritos nas notas de campo podem ajudar os leitores a visualizar melhor os pontos analíticos que estão sendo levantados, especialmente quando os pontos analíticos poderiam ser difíceis de entender de outra forma... Em geral, porém, pensamos duas vezes antes de abarrotar uma monografia teoricamente orientada com muito material e deliberamos razoavelmente sobre aqueles que são incluídos. Compreensivelmente, neste estilo de apresentação – onde a análise básica molda a organização da monografia e de seus elementos descritivos – as formas predominantes de citação são a citação curta e a citação precisa. (Strauss et al., 1964, p. 295-296).

8. Krystof, um sociólogo visitante da Polônia, observou: “Fiz um estudo organizacional sobre uma fábrica no Japão. Um colega perguntou: ‘Como você pode generalizar, estudando apenas esta fábrica, para todas as outras fábricas japonesas?’”.

Resposta: A resposta a essa pergunta é bastante complicada. Na verdade, não podemos generalizar a partir de um caso, especialmente no sentido quantitativo da palavra. Porém, podemos aprender muito com o estudo de uma fábrica ou de organizações. Lembre-se que estamos estudando conceitos e suas relações. Manifestações de nossos conceitos podem surgir com ou mais vezes neste caso. Também estamos especificando as condições sob as quais fatos, acontecimentos ou ações/interações tendem a ocorrer, as formas que assumem e as consequências que geram. Além disso, estamos procurando variações dimensionais e explicações para elas. Se nossos conceitos são abstratos o suficiente, então tendem a ocorrer em formas similares ou variantes em outras organizações. Por exemplo, em nossos estudos de trabalho, o conceito de “fluxo de trabalho” é relevante se ocorre em casa, em um hospital ou em uma fábrica. Podemos aprender muito sobre fluxo de trabalho por meio do estudo de uma organização. Porém, não vamos aprender tudo do que há para saber sobre fluxo de trabalho com um único caso (pessoa, família, fábrica, organização, comunidade ou nação). Nossa teoria será de certa forma limitada em poder explanatório e vai exigir expansão, modificação e extensão por

meio de outros estudos de trabalho em tipos de organizações similares e diferentes. Ao especificar nossos contextos (conjunto de condições nos quais os fenômenos ou conceitos específicos estão localizados), estamos dizendo que isso é o que parece manter o trabalho fluindo aqui. Se existem condições similares em outra organização, então talvez muito do que aprendemos sobre fluxo de trabalho em nosso estudo possa nos ajudar a entender o que está acontecendo em nossa organização. Se forem diferentes, então é importante observar como isso muda o fluxo de trabalho.

Conceitos abstratos, como negociação, mundos sociais, arenas, linha (um curso de ação envolvendo atores múltiplos) e fluxo de trabalho (o fluxo de trabalho através do tempo), surgiram dos estudos que fizemos e tiveram grande aplicação e apelo. Porém, embora alguns de nossos conceitos sejam mais completamente desenvolvidos do que outros, dificilmente podemos dizer que o conhecimento sobre eles está saturado.

Então, se alguém perguntar a um pesquisador: “Este caso é representativo de todos os casos?”, a resposta provavelmente será “não”, e nenhum estudo adicional vai mostrar por que e como. Mas se alguém perguntar: “Há algo que possamos aprender com este caso que nos dê dados e compreensão sobre um fenômeno como conceito de ‘fluxo de trabalho’”, então a resposta é “sim”. Podemos estudar conceitos como negociação em hospitais, em governos, em fábricas e em escolas, e o que aprendermos com o estudo desses locais vai aumentar nosso entendimento dos conceitos e nos dar um ponto de partida para pesquisa adicional.

9. “Devo traduzir minhas entrevistas para codificá-las, ou devo codificá-las na linguagem original (considerando, evidentemente, que falo essa linguagem)?” Traduzir exige muito tempo. Essa pergunta sempre é feita por alunos estrangeiros de doutorado, geralmente pressionados por seus comitês de tese a traduzir suas entrevistas para o inglês.

Resposta: Há muitas razões, acreditamos, para fazer apenas uma tradução mínima. A principal razão para uma tradução *parcial* é que, neste caso, quem lê em inglês pode pelo menos ter um certo grau de sensibilidade ou uma idéia em relação ao que o entrevistado está dizendo e pensando, e também uma idéia de como deve ser a codificação.

Por outro lado, as dificuldades de tradução acurada, e principalmente apropriada, são inúmeras. Poucos de nós são especialmente treinados ou naturalmente habilitados para superar essas dificuldades, especialmente para as passagens mais amplas. Nossos estudantes estrangeiros (a maioria asiáticos) reportaram dificuldades adicionais para tentar codificar em inglês; em geral, não há uma palavra equivalente em inglês capaz de capturar as nuances sutis de significado na linguagem original. Para citar Hoffman (1989), os significados ficam “perdidos na tradução”. Para apresentação ou publicação em um país que não seja aquele em que os dados foram coletados (se a linguagem for diferente), as principais passagens e seus códigos podem ser traduzidos, aproximando-se o máximo possível do original. Po-

rém, como regra geral, diríamos que pode-se perder muito tempo e significado valiosos ao tentar traduzir todo o material de uma pessoa. Além disso, muitas das sutilezas do significado original se perdem na tradução.

Em nossos seminários de pesquisa, quando os alunos apresentam materiais, pedimos a eles para traduzir algumas passagens; de outra forma, outros alunos não poderiam trabalhar com esses dados. Porém, o aluno que está apresentando o trabalho é questionado se uma determinada palavra ou frase traduzida realmente se aproxima do que o entrevistado quis dizer. Por exemplo, uma mãe africana falou sobre o tratamento de seu filho mentalmente doente como "difícil". Quando questionado, o pesquisador nativo concordou que a palavra nativa para "difícil" da forma usada nesta situação, na verdade era bastante equivalente ao termo em inglês. Porém, em outras ocasiões, houve nuances e diferenças que não foram adequadamente identificadas pela tradução para o inglês das palavras nativas. Quando isso ocorreu, o aluno fez o melhor que pode para usar palavras e descrições que transmitissem os significados nativos originais. Em outras palavras, em seminários ou sessões de trabalho em equipe, há oportunidades adicionais para explorar os parâmetros dos significados traduzidos e para evitar a imposição de interpretações estranhas aos dados.

10. "Há problemas especiais em fazer estudos qualitativos em sociedades não-industrializadas ou em fazê-los em culturas industrializadas não-européias? Afinal de contas, coloca-se muita ênfase nesta metodologia em análise linguística fechada."

Resposta: Essa pergunta levanta uma questão espinhosa, que certamente merece sérias considerações. Em um sentido geral, o analista qualitativo enfrenta precisamente as mesmas dificuldades ao tentar compreender os significados de atos, fatos ou objetos quando eles têm natureza profundamente "cultural". É muito fácil para as pessoas que moram em países ocidentais interpretar mal estrangeiros ou pessoas que assimilaram sua cultura apenas parcialmente ao comparar seus atos e palavras com os dos norte-americanos. Como nos ensinaram os antropólogos, para evitar essas más interpretações, os pesquisadores devem passar um bom tempo (alguns dizem muito tempo) em locais estrangeiros e devem engajar-se em muitas observações e conversações (entrevistas informais). Além disso, devem entender pelo menos um pouco da língua estrangeira, além de examinar suas próprias suposições, sempre baseadas em cultura. Mesmo com esse conselho, os antropólogos não podem garantir que não vão ocorrer más interpretações (algumas vezes gritantes).

Porém, se um aluno estrangeiro está estudando aqui mas quer coletar dados em seu próprio país, certamente poderá usar esse método ou outros métodos qualitativos. É importante que outros países não peguem teorias emprestadas; ao contrário, devem desenvolver as suas próprias, que reflitam as culturas e os comportamentos de suas sociedades ou de seus cidadãos. Infelizmente, um erro freqüentemente cometido é que as teorias desenvolvidas em países industrializados são impostas aos não-industrializados ou a outras nações industrializadas que têm po-

pulações e culturas diferentes. As teorias impostas não se ajustam, no todo ou em parte, resultando em má orientação.

Quanto ao uso de procedimentos, não há razão pela qual os procedimentos descritos neste livro não possam ser úteis ao estudar outras culturas além da sua própria ou ao estudar culturas não norte-americanas. Afinal de contas, os procedimentos funcionam ao estudar etnia norte-americana ou outros grupos "sub-culturais", como "punks" e "junkies", cujos significados culturais e comportamentos sempre diferem dos usuais. Um exemplo: uma de nossas alunas norte-americanas estudou concepções de saúde entre os índios Sioux, vivendo entre eles em uma reserva e tendo trabalhado previamente como agente de saúde pública por diversos anos. Ela concluiu que os antropólogos que estudaram essas pessoas não compreenderam acuradamente como a filosofia de mundo dos Sioux afetou suas concepções de saúde e de medicina – idéias bem diferentes das idéias ocidentais comuns.

11. Krystof tem uma massa de dados já coletados. Ele perguntou: "Como posso filtrar meus muitos parágrafos [cerca de 5 mil em 40 entrevistas], encontrando parágrafos específicos para que eu possa codificar? Como escolho os parágrafos por meio de amostragem teórica?"

Resposta: A resposta a essa pergunta é similar à resposta já dada sobre dados previamente coletados. Suponha que um aluno esteja estudando uma organização empresarial que prospera apesar da séria recessão e que ele queira saber como a organização conseguiu esse feito, ou seja, a base para as decisões que a organização tomou, as visões que guiam as ações de seus executivos, os incentivos que ela fornece, etc. Os dados podem consistir apenas de documentos organizacionais, mas em grande quantidade. Para começar, o analista deve escolher alguns documentos e familiarizar-se com seu conteúdo, como se fossem entrevistas. Depois, uma vez que o aluno tenha uma idéia dos tipos de informações que esses documentos contêm, ele pode começar a codificação intensiva. Em seguida o analista pode voltar-se para documentos sucessivos, analisando cada um como se fosse um dado novo em um estudo em desenvolvimento.

Ao fazer *análise secundária* em dados previamente coletados, talvez não seja possível retornar à fonte original para coletar mais dados. Nesse caso, embora o pesquisador ainda possa amostrar teoricamente (baseado em conceitos), a amostragem teria que ser confinada aos documentos em si. Porém, deve haver uma variação ampla dentro dos casos para permitir ao pesquisador comparar conceitos em busca de similaridades e de diferenças e para determinar as principais propriedades de uma categoria e suas dimensões. Algumas categorias podem ser menos densas do que seriam se o pesquisador tivesse acesso aos informantes originais; entretanto, o pesquisador pode conseguir chegar a uma formulação teórica competente e coerente sobre um tópico, mesmo com dados previamente coletados.

12. "O processo analítico pode ser acelerado ou abreviado, considerando que muitos profissionais não têm o tempo exigido para desenvolvimento de teoria em escala total?"

Resposta: Se o objetivo do pesquisador é desenvolver teoria densa e fortemente integrada, então a resposta a essa pergunta é "não". O processo não pode ser abreviado. Porém, nem todas as pessoas que usam os procedimentos descritos neste livro têm como objetivo o desenvolvimento de teoria densa e fortemente integrada ou, na verdade, de qualquer teoria. O objetivo delas pode ser descrição, ordenamento conceitual ou descoberta de categorias para construir escalas de mensuração. Embora em muitas publicações haja referência ao uso desse método, o que as pessoas algumas vezes querem dizer realmente é que elas usam alguns dos procedimentos, como fazer comparações constantes, em vez de adotar o método em sua totalidade. Algumas vezes, usam determinados procedimentos em conjunto com outros métodos qualitativos ou orientações filosóficas.

Isso dá uma base adicional para responder essa pergunta. O pesquisador pode usar alguns procedimentos, mas não todos, para satisfazer seus objetivos de pesquisa. Digamos, por exemplo, que o pesquisador faça alguma codificação teórica (ou seja, identifique categorias ou temas), mas não queira investir tempo para desenvolver as categorias elaboradamente em termos de propriedades; de dimensões, de variações ou de relações. Para identificar categorias, o pesquisador pode usar sistematicamente a análise comparativa e a amostragem teórica. Ele pode buscar palavras e frases *in vivo* que sugiram padrões de ocupações e problemas dos atores. O pesquisador certamente vai tentar capturar pontos de vista dos atores aparentemente mais relevantes. O uso dos procedimentos descritos neste livro deve tornar o pesquisador mais sensível às suas próprias suposições. Se o pesquisador decidir escrever memorandos e diagramas, então eles podem ser modelos menos elaborados e mais teóricos, pois há menos análise com a qual completá-los. Por meio dos passos que acabamos de descrever, pode-se obter conhecimento descritivo muito importante. (Os resultados não necessariamente constituem "teoria", a não ser que os conceitos estejam integrados para formar uma estrutura teórica maior.)

Levantamos dois pontos adicionais aqui. Primeiro, se o pesquisador registra seus procedimentos, poderá explicar especificamente aos públicos como chegou às suas interpretações. Segundo, o pesquisador vai sentir que suas interpretações estão mais firmemente embasadas do que estariam se os conceitos fossem pré-selecionados na literatura disciplinar ou profissional ou na experiência. Terceiro, analistas qualitativos experientes trabalham mais rapidamente do que os iniciantes. Isso é verdadeiro se os pesquisadores experientes estiverem desenvolvendo teoria ou fazendo estudos exploratórios breves. Eles trabalham mais rápido porque internalizam esse modo de pensar e podem usá-lo com um nível menor de autoconsciência.

13. "Vocês podem dizer algo sobre o trabalho envolvido na elaboração de análise qualitativa – quantidade, tipo, etc.?"

Resposta: Novamente, temos uma questão muito complicada. Antes de comentá-la brevemente, citamos algumas observações importantes de Strauss (1987):

[Este tipo de] pesquisa pode ser entendido e analisado como trabalho. Essencialmente, estamos defendendo uma técnica altamente autoconsciente para o trabalho de pesquisa: como ele é e pode ser de fato executado sob diversas circunstâncias, durante suas várias fases, por pesquisadores que mantêm diferentes relações com o trabalho de obter, de examinar e de interpretar informações que se tornam seus dados... O trabalho de pesquisa consiste de mais do que conjuntos de tarefas... Envolve a organização do trabalho – a articulação de tarefas (também um tipo de trabalho), incluindo a administração dos recursos físicos, sociais e pessoais necessários para executar o trabalho de pesquisa, seja sozinho, com outra pessoa ou em equipe (p. 9).

"Mas, *quanto* trabalho?", querem saber os leitores. Essa é uma pergunta impossível de responder definitivamente devido às muitas questões diferentes que podem estar envolvidas. Deixe-nos devolver a pergunta, porque a resposta vai variar adequadamente. O pesquisador está falando sobre um estudo no qual há acesso limitado ou sobre um no qual o acesso é limitado ou difícil de obter? O pesquisador tem algum conhecimento sobre a área que está estudando? É um pesquisador experiente, cuja capacidade analítica está afiada?

Relevante para a *psicologia* da quantidade de trabalho é quem faz o trabalho. Se o pesquisador está fazendo transcrição de entrevistas além de fazer entrevistas e análise de dados, ele tem muito trabalho a fazer. Se a transcrição puder ser feita por outra pessoa, talvez a carga de trabalho possa ser um pouco reduzida. Se o pesquisador encontra dificuldades na coleta ou na análise de dados, então, compreensivelmente, haverá mais trabalho – tanto real como psicologicamente.

Indubitavelmente, a questão mais importante relacionada à quantidade e aos tipos de trabalho é o objetivo final do pesquisador. Se o objetivo é construir teoria densamente conceitualizada, haverá mais trabalho analítico do que em estudos visando ordenamento conceitual. Contudo, o processo de fazer ordenamento conceitual pode ser muito complicado, de forma que, infelizmente, não há uma resposta definitiva para essa questão.

Outra questão é que tipos de trabalho estão envolvidos. Se este livro foi lido cuidadosamente, então o pesquisador está ciente das muitas formas de trabalho envolvidas na coleta e na análise de dados. Há o trabalho de coleta de dados (com todas as suas potenciais dificuldades), o trabalho de registrar e talvez transcrever (ou mesmo traduzir) e os diferentes tipos de codificação. Então, quando todo esse trabalho estiver finalmente terminado, ainda há o trabalho de escrever textos ou livros e fazer apresentações. Antes de começar o estudo, há o trabalho de garantir a redação, de obter consentimento das pessoas, etc. Em resumo, a única grande diferença entre pesquisa para construção de teoria e outros tipos de análise qualitativa ou mesmo outras formas de pesquisa é o trabalho envolvido no processo de codificação. Um computador pode ajudar com o trabalho, mas ainda exige esforço por parte do analista.

Também há a questão dos tipos de recursos necessários para esse tipo de trabalho, além das habilidades exigidas. Na verdade, não é necessário nada além de blocos de notas, um telefone, um gravador e fitas, um computador ou uma máquina de escrever, e a paraferrália usual de pesquisa qualitativa. Algumas vezes é necessá-

rio dinheiro para viagem e ocasionalmente para pagar entrevistas, etc. Uma boa biblioteca de pesquisa também pode ser muito útil ou até mesmo uma necessidade, assim como consultores e/ou amigos. Incluído no conjunto de recursos do investigador, se ele tiver sorte, estará um cônjuge ou companheiro que preste suporte indispensável. Além disso, talvez ele seja afortunado o suficiente para ter uma secretária eficiente e comprometida.

14. "Qual é a relação das explicações da vida diária com nossas explicações teóricas?"

Resposta: As primeiras são os grãos para nosso moinho analítico. Como dissemos anteriormente, devemos ouvir cuidadosamente o que os vários atores estão dizendo. Suas palavras e suas expressões podem fornecer conceitos *in vivo*. Além disso, elas geralmente revelam percepções, ideologias e suposições inconscientes dos atores. Então, aceitamos e respeitamos isso, não porque necessariamente acreditamos nessas explicações leigas, mas, sim, porque precisamos incorporá-las em nossas análises. Nosso objetivo deve ser integrar (não apenas aceitar) as explicações dos atores em nossas próprias interpretações. Se as aceitarmos sem questionamento, então, como diria um antropólogo, "nos tornamos nativos".

15. "Se você foi treinado em teoria psicanalítica, como você integraria isso à análise qualitativa?"

Resposta: As técnicas e os procedimentos para análise qualitativa explicados neste livro podem ser usados por pessoas treinadas em diferentes disciplinas e com suas respectivas abordagens teóricas. Na verdade, a metodologia e seus procedimentos foram usados de forma bem-sucedida por pesquisadores diversamente treinados. Na maioria das vezes, a teoria disciplinar tende a focar os usuários em certos problemas e lhes dá uma perspectiva para interpretação. Por exemplo, uma pessoa que vem de uma perspectiva Freudiana pode estar mais preocupada com motivos ocultos e significados psicológicos profundos do que um sociólogo organizacional, que está mais interessado em processo e em estrutura organizacional social. O importante é estar consciente de que uma perspectiva pode bloquear a descoberta; ou seja, colocar a perspectiva de uma pessoa nos dados (ex.: interpretar todos os dados de uma perspectiva Freudiana) em vez de deixar os dados falarem por si (deixando o significado evoluir) limita a descoberta. Certamente, se for esta a escolha do analista, então os procedimentos analíticos que oferecemos neste texto podem ajudar qualquer analista a descobrir significados profundos e ocultos, desenvolver novas interpretações ou abrir "caixas pretas" (conceitos ambíguos) em suas teorias favoritas. Novamente, é a diferença entre interpretar tudo em termos de uma teoria (atribuindo significados e relações pré-concebidos aos dados) e começar com dados e depois ver onde eles nos levam.

Mais especificamente, há um dogma básico de metodologia relevante para esta questão. *Todas* as suposições de teorias preexistentes estão sujeitas a potencial ceticismo e, dessa forma, devem ser avaliadas à luz dos dados da pessoa. Isso

permite ao pesquisador questionar e qualificar, além de dar consentimento às teorias recebidas. Os conceitos devem "encontrar seu caminho" em um estudo em vez de serem cegamente aceitos e impostos aos dados. (Teorias "recebidas" podem funcionar brilhantemente para alguns dados, mas não tão bem para outros.) Para resumir, teoria psicanalítica, ou qualquer outra teoria, deve passar pelo teste empírico.

16. "Quantas entrevistas ou observações são suficientes? Quando paro de coletar dados?"

Resposta: Essas são perguntas de pesquisa perenes feitas por todos os pesquisadores que usam métodos qualitativos. Para a maioria dos pesquisadores que visam construção de teoria, a coleta de dados continua "até que a saturação teórica ocorra". Isso significa simplesmente (dentro dos limites de tempo e de dinheiro disponíveis) que o pesquisador descobre que nenhum dado novo está sendo revelado. Quaisquer novos dados apenas se somariam, de maneira mínima, às muitas variações dos padrões principais.

Porém, percebemos que sempre há restrições de tempo, de energia, de disponibilidade dos participantes e de outras condições que afetam a coleta de dados. Essas restrições podem impor limites na quantidade e nos tipos de dados coletados. O pesquisador deve se lembrar, porém, que se parar de coletar dados antes da saturação teórica, sua teoria pode não ser totalmente desenvolvida em termos de densidade e de variação. Algumas vezes, o pesquisador não tem escolha e deve aceitar um esquema teórico menos desenvolvido do que o desejado.

17. "Quais as diferenças e as similaridades entre essa metodologia e a análise de casos?"

Resposta: Essa é mais uma daquelas perguntas complicadas, pois, de certa forma, a resposta depende do que significam "caso" e sua análise. O livro *What is a case?* (Ragin e Becker, 1992) refletiu sobre esse problema. Os autores, dois sociólogos, pediram a diversos colegas respeitadas para discutir sobre como usavam casos em suas pesquisas. Houve uma grande disparidade, tanto na natureza dos casos como na maneira como eles eram analisados. Freqüentemente, quando se fala sobre casos, as pessoas os interpretam como entrevistas de pessoas ou de grupos. Em geral, eles assumem a forma de histórias narrativas de vida, de carreira ou de como lidar com crises pessoais. Mas uma reflexão de momento nos diz que um caso também pode ser o estudo de uma organização empresarial, de uma vila africana, da guerra do Vietnã ou de uma celebração pública. Não importa se analisamos uma única organização ou diversas organizações, o processo de análise permanece o mesmo quando usamos essa metodologia. Ainda vamos querer fazer amostragem teórica e continuar mostrando até que as categorias estejam saturadas.

18. "O uso de um 'processo sociopsicológico básico' é a única forma de integrar um estudo? Observe que alguns pesquisadores parecem defender essa idéia."

Resposta: Geralmente, quando as pessoas dizem isso, querem dizer que os resultados são integrados em torno de um conceito e explicados em termos de como o conceito se desenvolve em passos ou fases. Não, não é a única forma de integrar. Essa suposição (certamente não feita na discussão dos processos sociais básicos de Glaser [1978]) representa uma subestimativa grave da complexidade dos fenômenos que podem ser encontrados em qualquer estudo. Ela também atrapalha a potencial flexibilidade dessa metodologia, restringindo as estratégias para integração de análises. Em todos os estudos encontramos processo, mas processo não deve ser limitado a passos e a fases, como informado no Capítulo 11. Nem deve ser restrito a processos sociais ou psicológicos básicos, a não ser que o termo "processo social" também inclua processos familiares, organizacionais, de arena, políticos, educacionais e da comunidade, além de quaisquer outros processos que possam ser relevantes para um estudo. Para resumir, pode ser útil fazer uma codificação para um processo social ou psicológico básico, mas organizar todos os estudos em torno da idéia de passos, de fases ou de processos sociopsicológicos limita a criatividade.

19. "Você enfatizam que seu método é indutivo e dedutivo. Contudo sempre o veio mencionado na literatura como total ou primariamente indutivo. Algumas vezes a referência é favorável, outras vezes é crítica. Você podem comentar isso?"

Resposta: Novamente, há um mal-entendido. Em algum lugar, ele surgiu de um erro de interpretação de *The discovery of grounded theory* (Glaser e Strauss, 1967). Lá, como observado nos Capítulos 1 e 2 do livro de Glaser e Strauss, os autores enfatizaram a indução devido a seu ataque às teorias especulativas não-fundamentadas. O desejo era focar a atenção dos leitores no valor inestimável das teorias fundamentadas para a análise sistemática de dados. Porém, o livro também enfatizava a interação entre dados e pesquisador, ou seja, os dados em si e a interpretação de significado do pesquisador. Como nenhum pesquisador entra no processo com a mente completamente limpa e vazia, as interpretações são as abstrações do pesquisador sobre o que há nos dados. Essas interpretações, que assumem a forma de conceitos e de relações, são continuamente validadas por meio de comparações com novos dados. Os resultados são então validados por meio de comparações com novos dados.

20. "Estou absolutamente abarrotado de entrevistas. Infelizmente, não consegui evitar a enchente. Nunca pensei que me veria nessa situação e que não seria capaz de parar o fluxo de entrevistas. Estou tão cheio de entrevistas e de informações que não posso nem pensar em fazer novas perguntas para entrevistas. Pior ainda, não segui a regra de fazer análise enquanto entrevistava. O que devo fazer?" (Essa pesquisadora é uma ex-aluna que decidiu entrevistar avós negros que criam seus netos porque suas filhas [as mães das crianças] eram viciadas em drogas

ou em álcool. Antecipando que o acesso direto às avós seria difícil [sendo ela uma mulher branca], ela procurou primeiro um pastor negro. Ele falou com sua congregação e descobriu que as avós estavam ansiosas para ser entrevistadas imediatamente.)

Resposta: Sua situação difícil a coloca exatamente na mesma posição da maioria dos entrevistadores que deixam de lado a análise dos dados até que a maior parte dos dados esteja coletada. Essa situação é precisamente o que desencorajamos, pois a coleta adicional de dados deve ser guiada pela análise. Dessa forma, a melhor coisa a fazer neste momento é parar as entrevistas e começar a análise. Anote os telefones e marque datas futuras com os informantes. Você vai precisar dessas pessoas mais tarde para completar as categorias e para validar a teoria resultante.

Resumo

Isso conclui nosso capítulo sobre perguntas e respostas. Há, sem dúvida, muito mais que poderia ser perguntado. Aconselhamos os alunos a não se preocuparem desnecessariamente com cada pequena faceta da análise. Algumas vezes, é necessário usar o bom senso e não se preocupar em saber qual o caminho certo e qual o caminho errado. O importante é acreditar em si mesmo e no processo. Os alunos devem se manter dentro das diretrizes gerais destacadas neste livro e usar os procedimentos e as técnicas de maneira flexível, segundo suas habilidades e as realidades de seus estudos.

- Check, J. (1996). Taking a view: Qualitative research as representation. *Qualitative Health Research*, 6, 492-505.
- Chick, N., Crisp, J., Rodgers, J., & Smith, T. (1996). Publishing workshops number 3. Preparing a manuscript: Reporting qualitative research findings. *Nursing Praxis New Zealand*, 11(3), 19-26.
- Clarke, A. (1990). A social worlds research adventure. In S. Cozzons & T. Ciernyn (Eds.), *Theories of science in society* (pp. 15-35). Bloomington: Indiana University Press.
- Corbin, J., & Strauss, A. (1984). Collaboration: Couples working together to manage chronic illness. *Image*, 16, 109-115.
- Corbin, J., & Strauss, A. (1988). *Unending work and care: Managing chronic illness at home*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Corbin, J., & Strauss, A. (1990). Grounded theory method: Procedures, canons, and evaluative procedures. *Qualitative Sociology*, 13, 13-21.
- Corbin, J., & Strauss, A. (1996). Analytic ordering for theoretical purposes. *Qualitative Inquiry*, 2, 139-150.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Cuevas, N. M., Dinerio, T. E., & Feit, M. D. (1996). Reading qualitative research from a methodological point of view. *Journal of Health and Social Policy*, 8, 73-90.
- Dalton, M. (1954). *Men who manage*. New York: John Wiley.
- Daly, K. (1997). Replacing theory in ethnography: A postmodern view. *Qualitative Inquiry*, 3(3).
- Davis, F. (1963). *Passage through crisis*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill.
- Denzin, N. (1970). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. New York: McGraw-Hill.
- Denzin, N. (1987). *The alcoholic self*. Newbury Park, CA: Sage.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (Eds.). (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dewey, J. (1922). *Human nature and conduct*. New York: Holt.
- Dewey, J. (1934). *Art as experience*. New York: Minton, Balch.
- Dewey, J. (1938). *Logic: The theory of inquiry*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Dey, I. (1993). *Qualitative data analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Diesing, P. (1971). *Patterns of discovery in the social sciences*. Chicago: Aldine.
- Drake, S. (1957). *Discoveries and opinions of Galilea*. Garden City, NY: Doubleday Anchor Books.
- Dzurec, L. C., & Abraham, I. L. (1993). The nature of inquiry: Linking quantitative and qualitative research. *Advances in Nursing Science*, 16, 73-79.
- Elder, N. C., & Miller, W. L. (1995). Reading and evaluating qualitative research studies. *Journal of Family Practice*, 41, 279-285.
- Fagerhaugh, S., & Strauss, A. (1977). *The politics of pain management*. Menlo Park, CA: Addison-Wesley.
- Feldman, M. S. (1995). *Strategies for interpreting qualitative data*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Ferguson, D. L., & Halle, J. W. (1995). Consideration for readers of qualitative research. *Journal of the Association for Persons With Severe Handicaps*, 20(1), 1-2.
- Fielding, N., & Fielding, J. (1984). *Linking data*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Fielding, N., & Lee, R. (Eds.). (1991). *Using computers in qualitative research*. London: Sage.
- Fitch, K. L. (1994). Criteria for evidence in qualitative research. *Western Journal of Communication*, 58(1), 32-38.

- Fujimura, J. H. (1988). The molecular biological bandwagon in cancer research. *Social Problems*, 35, 261-283.
- Gephart, R. R., Jr. (1988). *Ethnostatistics: Qualitative foundations for quantitative research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Gilgun, J. E., Daly, K., & Handel, G. (Eds.). (1992). *Qualitative methods in family research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Glaser, B. (1978). *Theoretical sensitivity*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (1992). *Basics of grounded theory analysis: Emergence versus forcing*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1965). *Awareness of dying*. Chicago: Aldine.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *Discovery of grounded theory*. Chicago: Aldine.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1968). *Time for dying*. Chicago: Aldine.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1975). *Chronic illness and the quality of life*. St. Louis, MO: C. V. Mosby.
- Gliner, J. A. (1994). Reviewing qualitative research: Proposed criteria for fairness and rigor. *Occupational Therapy Journal of Research*, 14(2), 78-90.
- Gortner, S., & Schultz, P. (1988). Approaches to nursing science methods. *Image*, 20, 22-23.
- Greene, J. C., Caracelli, V. J., & Graham, W. F. (1989). Toward a conceptual framework for mixed-method evaluation designs. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11, 255-274.
- Guba, E. (1981). Criteria for judging the trustworthiness of naturalistic inquiries. *ETCI*, 19, 75-91.
- Gubrium, J. E., & Sankar, A. (Eds.). (1994). *Qualitative methods in aging research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Guesing, J. C. (1995). *Fragile alliances: Negotiating global teaming in a turbulent environment* (Michigan Form 9613463). Unpublished dissertation, University of Michigan.
- Hage, J. (1972). *Techniques and problems of theory construction in sociology*. New York: John Wiley.
- Hammersley, M. (1995). Theory and evidence in qualitative research. *Quality and Quantity*, 29(1), 55-66.
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (1983). *Ethnography: Principles in practice*. New York: Tavistock.
- Hathaway, R. S. (1995). Assumptions underlying quantitative and qualitative research: Implications for institutional research. *Research in Higher Education*, 36, 535-562.
- Hoffman, E. (1989). *Lost in translation: Life in a new language*. New York: Penguin.
- Hughes, E. C. (1971). *The sociological eye: Selected papers*. Chicago: Aldine.
- Johnson, J. (1975). *Doing field research*. New York: Free Press.
- Kaplan, R. D. (1996). *The ends of the earth*. New York: Random House.
- Kelle, U. (Ed.). (1995). *Computer aided qualitative data analysis: Theory, methods and practice*. London: Sage.
- Khurana, B. (1995). *The older spouse caregiver: Paradox and pain of Alzheimer's disease*. Unpublished dissertation, Center for Psychological Studies, Albany, CA.
- Kidder, L. (1981). Qualitative research and quasi-experimental frameworks. In M. Brewer & B. Collings (Eds.), *Scientific inquiry and the social sciences*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Kirk, J., & Miller, M. (1986). *Reliability, validity and qualitative research*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Kvale, S. (1994). Ten standard objections to qualitative research interviews-Special issue: Qualitative research. *Journal of Phenomenological Psychology*, 25(2), 147-173.
- Lafaille, R. (1995). Computer programs for qualitative research. *Historical Social Research*, 20(1), 91-97.

- Lakoff, G., & Johnson, M. (1981). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lamont, A. (1994). *Some instructions on writing and life*. New York: Anchor Doubleday.
- Lazerfeld, P. E., & Wagner, I. Jr. (1958). *Academic mind*. New York: Free Press.
- LeCompte, N., & Goetz, J. (1982). Problems of reliability and validity in ethnographic research. *Review of Education Research*, 52, 31-60.
- Lofland, J. (1971). *Analyzing social settings*. Belmont, CA: Wadsworth.
- Lofland, J. (1974). Styles of reporting in qualitative field research. *The American Sociologist* 9, 101-111.
- Lonkilla, M. (1995). Grounded theory and computer assisted qualitative data analysis. In U. Kelle (Ed.), *Computers and qualitative methodology*. London: Sage.
- Maines, D. R. (1991). Reflection, framing, and appreciations. In D. R. Maines (Ed.), *Social organization and social process* (pp. 3-9). New York: Aldine de Gruyter.
- McKeagney, N. (1995). Quantitative and qualitative research in the additions: An unhelpful divide. *Addiction*, 90, 749-751.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Merram, S. B. (1995). What can you tell from an Nof 1? Issues of validity and reliability in qualitative research. *PAAACE: Journal of Lifelong Learning*, 4, 54-60. (Pennsylvania Association for Adult and Continuing Education)
- Merriman-Webster. (1984). *Webster's ninth new college dictionary*. Springfield, MA: Author.
- Miles, M., & Huberman, A. (1994). *Qualitative data analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Morse, J. M. (1991). Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation. *Nursing Research*, 40, 120-123.
- Morse, J. M. & Field, P. A. (1995). *Qualitative research methods for health professionals* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Murdaugh, C. L. (1987). Nursing research: Theory generating through methodological flexibility. *Journal of Cardiovascular Nursing*, 1(4), 81-84.
- Park, R. E. (1967). *On social control and collective behavior* (R. Turner, Ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Parsons, T. (1937). *The structure of social action*. New York: McGraw-Hill.
- Parsons, T. (1951). *The social system*. New York: Free Press.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. Newbury Park, CA: Sage.
- Peshkin, A. (1993). The goodness of qualitative research. *Educational Research*, 22(2), 23-29.
- Plaffenberg, B. (1988). *Microcomputer applications in qualitative research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Pierce, B. N. (1995). The theory of methodology in qualitative research. *TESOL Quarterly*, 29, 569-576.
- Popper, K. (1959). *The logic of scientific inquiry*. New York: Basic Books.
- Porter, E. J. (1989). The qualitative-quantitative dualism. *Image*, 21, 98-102.
- Power, R. (1996). "Quantitative and qualitative research in the additions: An unhelpful divide": Comment. *Addiction*, 91, 146-147.
- Punch, M. (1986). *The politics and ethics of fieldwork*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Ragin, C., & Becker, H. (Eds.). (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Rew, L., Bechtel, D., & Sapp, A. (1993). Self as an instrument in qualitative research. *Nursing Research*, 16, 300-301.
- Richards, J., & Richards, L. (1994). Using computers in qualitative analysis. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 445-462). Thousand Oaks, CA: Sage.

- Rodgers, B. L., & Cowles, K. V. (1993). The qualitative research audit trail: A complex collection documentation. *Research in Nursing and Health*, 16, 219-226.
- Rosenbaum, M. (1981). *Women on heroin*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Sandelowski, M. (1988). The problem of rigor in qualitative research. *Advances in Nursing Science*, 8, 27-37.
- Sandelowski, M. (1993). Theory unmasked: The uses and guises of theory in qualitative research. *Research in Nursing and Health*, 16, 213-218.
- Sandelowski, M. (1995a). Aesthetics of qualitative research. *Image*, 27, 205-209.
- Sandelowski, M. (1995b). Sample size in qualitative research. *Research in Nursing and Health*, 18, 179-183.
- Sandelowski, M. (1996). Triangles and crystals: On the geometry of qualitative research. *Research in Nursing and Health*, 18, 569-574.
- Schatzman, L. (1991). Dimensional analysis: Notes on an alternative approach to the grounding of theory in qualitative research. In D. Maines (Ed.), *Social organization and social process* (pp. 303-314). New York: Aldine de Gruyter.
- Schatzman L., & Strauss, A. (1973). *Field research*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Schneider, J., & Conrad, P. (1983). *Having epilepsy: The experience and control of the illness*. Philadelphia: Temple University Press.
- Selye, H. (1956). *The stress of life*. New York: McGraw-Hill.
- Shapiro, W. L., et al. (1993). Metamorph: Computer support for qualitative research. *Midwestern Educational Researcher*, 6(2), 30-34.
- Shibutani, T. (1966). *Imprisoned news: A sociological study of rumor*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill.
- Silverman, D. (1993). *Interpreting qualitative data*. Newbury Park, CA: Sage.
- Star, S. L. (1989). *Regions of the mind: Brain research and the quest for scientific certainty*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Star, S. L., & Ruhleder, K. (1996). Steps toward an ecology of infrastructure: Problems of design and access in large-scale information systems. *Information Systems Research*, 7, 27-57.
- Stiern, P. N. (1980). Grounded theory methodology: Its uses and processes. *Image*, 12, 20-23.
- Stewart, C. R. (1941). *Storm*. New York: Random House.
- Strauss, A. (1969). *Mirrors and masks*. Mill Valley, CA: Sociology Press. (Republished in 1997 [New Brunswick, NJ: Transaction])
- Strauss, A. (1970). Discovering new theory from previous theory. In T. Shibutani (Ed.), *Human nature and collective behavior: Papers in honor of Herbert Blumer* (pp. 46-53). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Strauss, A. (1978). *Negotiations: Varieties, contexts, processes, and social order*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Strauss, A. (1987). *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge, UK: University of Cambridge Press.
- Strauss, A. (1995). Notes on the nature and development of general theories. *Qualitative Inquiry*, 1, 7-18.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1988). *Shaping a new health care system*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research* (1st ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Strauss, A., & Corbin, J. (Eds.). (1997). *Grounded theory in practice*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Strauss, A., Fagerhaugh, S., Suezek, B., & Wiener, C. (1981). Patients' work in the technologized hospital. *Nursing Outlook*, 29, 404-412.
- Strauss, A., Fagerhaugh, S., Suezek, B., & Wiener, C. (1982). The work of hospitalized patients. *Social Science and Medicine*, 16, 977-986.

- Strauss, A., Fagerhaugh, S., Szeczek, B., & Wiener, C. (1985). *Social organization of medical work*. Chicago: University of Chicago Press. (Republished in 1997 [New Brunswick, NJ: Transaction])
- Strauss, A., Schatzman, L., Bucher, R., Ehrlich, D., & Sabshin, M. (1964). *Psychiatric ideologies and institutions*. New York: Free Press.
- Street, A. (1996). Writing qualitative research for publication [editorial]. *Contemporary Nurse*, 5(1), 6-11.
- Stringer, E. (1996). *Action research: A handbook for practitioners*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative research: Analysis types and software tools*. New York: Falmer.
- Thomas, W. I. (1966). *On social organization and social personality* (M. Janowitz, Ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Weber, M. (1958). *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Scribner.
- Weltzman, E. A., & Miles, M. B. (1995). *Computer programs for qualitative data analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Westbrook, L. (1994). Qualitative research methods: A review of major stages, data analysis techniques and quality controls. *Library and Information Science Research*, 16, 241-245.
- Whyte, W. (1955). *Street corner society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Wiener, C. (1983). *The politics of alcoholism: Building an arena around a social problem*. New Brunswick, NJ: Transaction.
- Wiener, C., Fagerhaugh, S., Strauss, A., & Szeczek, B. (1979). Trajectories, biographies and the evolving medical scene: Labor and delivery and the intensive care nursery. *Sociology of Health and Illness*, 1, 261-283.
- Wolcott, H. F. (1990). *Writing up qualitative research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Wolcott, H. F. (1994). *Transforming qualitative data*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Wolcott, H. F. (1995). *The art of fieldwork*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Abraham, I. L., 39
- Ações/Interações estratégicas, 127-134
- Adler, P.A., 47-48
- Agar, M., 252
- Altheide, D.L. 251-252
- Avermann, D.E., 235
- Ambert, A.M., 251-252
- Amostragem, 24-25
- tradicional *versus* teórica, 207
- Ver também* Amostragem teórica
- Amostragem aberta
- habilidades de observação, 199-200
- habilidades para fazer entrevista, 199-201
- no local, 200-201
- seleção de entrevistados, 199-200
- seleção de locais para observação, 199-200
- técnicas, 200-203
- Amostragem discriminada, 204-205
- Amostragem relacional, 203-204
- Amostragem teórica, 79, 83-84, 86-87, 97, 119-121, 159, 195, 223-224
- aprendizado, 207-208
- codificação aberta, 199-201
- considerações iniciais, 196-198
- consistência, 196-197
- cumulativa, 196-197
- entrevista inicial, 198-199
- entrevistas desestruturadas, 198-199
- flexibilidade, 196-197
- guias observacionais, 198-199
- importância, 196
- meta, 196
- modelo e, 185
- por equipes, 206
- procedimentos, 198-206
- saturação, 207
- Amostragem variacional, 203-204
- Análise comparativa, 83-84, 96-101, 106-107
- Análise de dados, 40-41, 65-66
- aspectos, 65-66
- coleta de dados e, 52-53
- experiência e, 66-67
- inferção, 57
- Análise de frase, 95-97
- Análise de palavras, 95-97
- Análise de processo, 164-176
- exemplos, 172-175
- nível de teoria geral, 174-176
- nível macro, 172-173
- nível micro, 172-173
- Análise de sentenças, 95-97
- Análise linha por linha, 65-67, 74-75, 77-78, 111-112, 119-120. *Ver também* Microanálise
- Análise qualitativa, 66-67
- teorias preexistentes, 272-273
- trabalho envolvido, 270-272
- Ver também* Pesquisa qualitativa
- versus* análise de caso, 273-274
- Análise secundária, 206, 263-265
- seleccionando materiais relevantes, 269-270
- Apresentações verbais, 236-239, 250
- Atkinson, P., 144, 200-201
- Avaliação. *Ver* Base empírica do estudo, avaliação de critérios para
- Ayers, L., 39-40
- Base empírica do estudo, avaliação de critérios para:
- associações conceituais, 255-257
- conceitos sistematicamente relacionados, 255-256
- condições explicadas, 256-257
- processo de pesquisa, 253-256
- processo levado em consideração, 256-257
- resultados significativos, 257
- teste de tempo, 257
- variação da teoria, 256-257
- Bechtel, D., 19-20
- Becker, H., 24-25, 238-239, 273-274
- Begley, C.M., 54-55
- Bibliotecas, amostrando dados em, 205-206. *Ver também* Análise secundária
- Bienacki, P., 244-245
- Blumer, H., 23, 36-37, 103-104

- Bradley, I., 251-252
 Breitmayer, B.J., 39-40
 Bresler, L., 53-54
 Broadbent, R., 244-245
 Bucher, R., 42-43, 81-82, 244-245, 265-266
- Capacidade de reprodução, 252-254
 aumentando o significado de, 252-253
- Caracelli, V.J., 39-40
 Caselli, C., 24-25
- Categoria central, 145-148, 159
 critério de seleção, 145-147
 dando nome à, 154-155
- Categorias, 103, 104-105, 114-115, 124-125, 128-129
 associações entre, 127-128
 conceitos como, 144-145
 contexto de pesquisa, 114-115
 dando nomes a, 114-117
 definição, 121
 descoberta, 114-121
 desenvolvimento, 116-121
 e fenômenos, 114-115, 123-124, 128-130
 maldesenvolvidas, 156-157, 159
 saturadas, 135
- Cathupe, E., 244-245
 Charraz, K., 24-25, 244-245
 Check, J., 53-54
 Chick, N., 235-236
 Clarke, A., 41-42
- Classificação
 formas múltiplas, 105-107
 Codificação, 17, 24-25, 56, 65-66, 214-215
 descritiva, 73
 teórica, 73, 91-92
- Codificação aberta, 43-44, 93-94, 103, 128-129, 135, 143, 198-199, 202-203, 207-208, 210-211, 214-220, 264-265
- amostragem em, 199-201
 diagramas, 219-220
 formas de fazer, 119-121
 lecionando, 66-67
 meta, 199-200
 microanálise, 65-66
 notas de código, 215-216
 notas operacionais, 217-218
 notas teóricas, 215-220
- Ver também Amostragem aberta
- Codificação axial, 43-44, 93-94, 103-104, 119-120, 123, 135, 143, 164-165, 198-199, 202-203, 207-208, 215-216, 219-227, 264-265
- demonstração, 135-139
 diagramas, 225-227
 fazendo corte cruzado no nível dimensional, 125-126
 mecanismos de registro, 138-141
 memorandos, 220-221
 meta, 139-141, 203-204
 microanálise, 65-66
 notas de codificação, 220-225
 notas operacionais, 223-224
 notas teóricas, 222-226
- objetivo, 123-124, 220-221
 processo, 123-127
 tarefas básicas, 125-126
- Codificação de parâmetro, 120-121
 Codificação de sentenças, 120-121
 Codificação seletiva, 93-94, 103-104, 143, 159, 198-199, 207-208, 226-227
 amostragem em, 204-205
 diagramas em, 227-228, 230
 integradora, 43-44
 meta, 204-205
 notas de código em, 226-228
- Ver também Amostragem discriminadora
- Códigos *in vivo*, 106-107, 144-145, 270-271
 dando nome à categoria, 115-117
- Coleta de dados, 40-41
- Comparação sistemática, 97-100
 objetivo, 97-98
- Comparações constantes, 73-74
 Comparações fechadas, 97-98
 Comparações inconclusivas, 86-87, 97
 exemplo, 98-99
- Comparações teóricas, 83-90, 97, 98-99
 como ferramentas, 85
 fazendo, 73-74, 79, 161
 técnica de aceitar a bandeira vermelha, 99-101
 técnica *flip/flip*, 97-98
- Comparabilidade de observação da teoria, 252
- Componentes do paradigma, 127-128. Ver também Condições; Conseqüências; Ações/intervenções estratégicas
- Computadores, análise qualitativa e, 260-263
 Conceitos, 103-105, 196, 263-264
 como categorias, 144-145
 como fenômeno rotulado, 104-105
- Conceitualização, 104-112, 121
 ato de, 106-107
 conduzindo à classificação, 104-106
 exemplo, 107-111
- Condições, 127-131
 causal, 130-131
 contextual, 131-132
 interventora, 130-132
 propriedades, 130-131
 rotulação, 130-135
- Condições/conseqüências macro, 177
 Condições/conseqüências micro, 177
- Conrad, P., 244-245
 Conseqüências, 127-129, 133-135
 Consistência, 252
- Contingências, 177
- Corbin, J., ix, 23, 67-68, 154-155, 183-185, 240, 244-245, 248-250, 253-254, 256-257
 Cowies, K.V., 258
- Cresswell, J.W., 41-42
 Crisp, J., 235-236
 Cuevas, N.M., 39-40
- Dados, 23-25
 analisando para processo, 164-176
 catálogos, 65-66

- diários, 21-22
 entrevistas, 65-66
 manuais, 65-66
 memorandos, 65-66
 notas de campo observacionais, 65-66
 organização, 32-33
 transformando-se em teoria, 144
 vídeos, 65-66
- Dalton, M., 174-175
 Daly, K., 24-25, 36-37
 Dando nome, 107-111
 Davis, F., 244-245
- Declarações relacionais
 como hipóteses, 134-135
 construídas, 144-145
 declarações explanatórias, 144-145
- Dedução, indução e, 135-136, 274-275
- Densidade, 156-157
- Demzin, N., 24-25, 44-45, 244-245
- Descrição, 29-33, 37
 comparações, 29-30
 detalhes seletivos, 31-32
 julgamentos estéticos, 31-32
 julgamentos morais, 31-32
 metáforas, 29-30
 objetivo, 30-31
 ordenamento conceitual e, 32-33
 persuasiva, 31-32
 teorização e, 32-33
 vocabulário, 29-30
- Dewey, J., 17-18, 23, 79-80, 178-180
- Dey, J., 57, 91-92, 120-121, 139-140, 235-236
- Diagramação, 24-25, 152, 209-210
 estilo, 211-212
- Diagramas, 209-210, 231, 270-271
 características gerais, 210-213
 características técnicas, 212-215
 classificação, 227-228, 230-231
 codificação aberta, 219-220
 codificação axial, 139-140, 225-227
 codificação seletiva, 227-228, 230
 funções, 211-212
 integridades, 152, 212-228, 230
 uso de, 147-148, 152, 159
- Diesing, P., 252
- Dimensionalização, 121
- Dimensões, 103, 117-118
- Dinero, T.E., 39-40
- Discernimento, 57
- Distância analítica, 73
- Drake, S., 15
- Dzince, L. C., 39
- Einhlich, D., 42-43, 81-82, 244-245, 265-266
- Elder, N. C., 251-252
- Enredo, redação, 147-149, 159
- Entrevistas
 número necessário, 272-274
- Especificação, 121
- Estrutura, 123
 e processo, 126-127, 162-165, 175-176, 192-193
- Explicação, acuidade da, 35-36
- Explicações teóricas, explicações da vida diária e, 272
- Fagerhaugh, S., 154-155, 201-202, 237-239, 244-245, 249-250
- Fazendo entrevistas:
 parando, 275
 Feit, M. D., 39-40
- Feldman, M. S., 91-92
- Fenômenos, 103, 123-125, 129-130
 conceito como rotulado, 104-105, 123-124
- Ferguson, D.L., 251-252
- Ferramentas analíticas, 91-92, 101
 objetivo das, 91-93
- Ver também Análise comparativa; Análise de frases; Questionamento; Análise de sentenças; Análise de palavras
- Field, P.A., 24-25, 51, 235-236
- Fielding, J., 39
- Fielding, N., 39, 210-211
- Fitch, K. L., 251-252
- Fujimura, J.H., 41-42, 173-174
- Generalização, 252-254
versus poder explanatório, 252-253
- Gephardt, R.P., Jr., 40-41
- Gilgun, J. F., 24-25
- Glaser, B., 23, 23, 35-37, 59-60, 84-85, 106-107, 116-117, 154-155, 205-206, 210-211, 235-236, 239-240, 253-254, 274-275
- Glinert, J.A., 253-254
- Goetz, J., 253-254
- Gorner, S., 252
- Graham, W.F., 39-40
- Greene, J.C., 39-40
- Guba, E., 252-254
- Gubrium, J.F., 24-25
- Guesting, J.C., 184-185, 188-189
- Hage, J., 34-36
- Halle, J.W., 251-252
- Hammersley, M., 36-37, 144, 200-201
- Handel, G., 24-25
- Hathaway, R.S., 51
- Hipóteses, 103-105
 como declarações relacionais, 134-135
 exemplos, 134-135
 provisionais, 74-75
- Hoffman, E., 268-269
- Huberman, A., 24-25, 91-92, 120-121, 153-154, 253-254
- Hughes, E.C., 23, 86-87
- Importância, 252
- Indução, dedução e, 135-136, 274-275
- Integração, 144-146, 159
 descobrindo a categoria central, 145-148
 memorandos de enredo, 149-151
 redigindo enredos, 147-149, 159
 revendo/classificando memorandos, 147-148, 152-155, 159

- técnicas para auxiliar, 147-155, 159
usando diagramas, 147-148, 152, 159
usando programas de computador, 159
Interpretação de dados, 40-41, 65-66
- Johnson, J., 200-201, 251-252
Johnson, M., 29-30
- Kaplan, R.D., 63
Kelle, U., 210-211
Khanana, B., 135
Kiddler, L., 253-254
Kirk, J., 252-254
Krafl, K.A., 39-40
Kvale, S., 39-40
- Lafaille, R., 259
Lakoff, G., 29-30
Lamont, A., 93-94, 233, 238-239
Lazerfeld, P.F., 23, 39-40
LeCompte, N., 253-254
Lee, R., 210-211
Leque de variação, 143, 156-157
Lincoln, Y., 24-25
Literatura:
 como ferramenta analítica, 57
 dando nome às categorias, 115-116
 não-técnica, 47, 48-50, 61-62
 técnica, 47-50, 58-62
 uso de, 57-62
- Lofland, J., 24-25, 235-236
Lonilla, M., 210-211
- Maines, D.R., 19-20, 123-124
McKagney, N., 39-40
Mead, G.H., 17-18, 23
Memorandos, 111-112, 152, 209, 231, 270-271
 características gerais, 210-213
 características técnicas, 212-215
 de enredo, 226-228
 formatos, 209-210
 funções, 211-212
 integradores, 226-228
 na codificação axial, 220-221
 objetivo, 209-210
 resumo, 211-213
 revelado/classificado, 147-148, 152-155, 159,
 227-228, 230-231
 Ver também Notas de codificação; Redação de
 memorandos de enredo, 149-151
- Merriam-Webster, 79-80, 252
Microdologia, 17-18
 senso de visão, 21-22
Métodos, 17
 21-22
Métodos qualitativos-quantitativos
 interação, 42-46
 Microanálise, 65, 72-76, 110-112
 características, 65-66
 exame de dados, 65-66
- Interpretação de dados, 65-66
leque de potenciais significados, 110-111
 processo analítico, 76-78
 Ver também Análise linha por linha
- Miles, M., 24-25, 91-92, 120-121, 153-154, 253-254
Miles, M.B., 91-92, 120-121, 210-211, 262-263
Miller, M., 252-254
Miller, W.L., 251-252
- Ministérios
 na codificação axial, 139-140, 139-141
 Ministérios, 265
- Modelo condicional/consequencial, 177-184, 192-193
acompanhando a trajetória condicional, 189-192
amostragem teórica e, 185
áreas, 188-190
áreas substantivas, 189-190
como guia conceitual, 187-188
descrição de, 186-193
diagrama, 186-189
fazendo escolhas analíticas, 184-185
importância de, 177-180
objetivos, 185-186
padrões diversos de conectividade, 183-184
para evitar erro comum, 191-193
Modelo conceitual de análise, 73
- Monografia, redação, 238-246, 250, 266-267
auto-confiança, 240-242
escolhendo o tópico principal, 240-241
estilo de aprendizagem, 243-245
evolução, 241-243
procedimentos, 238-240
públicos, 242-245
redigindo teses e, 243-246
- Morse, J.M., 24-25, 39-40, 51, 235-236
Murdaugh, C.L., 39-40
- Negociação, 81-82
Notas de campo
 descrevendo nas, 265-266
 usando citações, 265-267
- Notas de codificação, 209-210
codificação aberta, 215-216
codificação axial, 220-225
codificação seletiva, 226-228
redação, 120-121
- Notas operacionais, 209-210
na codificação aberta, 217-218
na codificação axial, 223-224
- Notas teóricas, 209-210
na codificação aberta, 215-220
na codificação axial, 222-226
- Objetividade, 47
abertura, 53-54
atitude ética, 56
mantendo a, 53-56
obtenção pontos de vista múltiplos, 54-55
pensando comparativamente, 53-55
seguindo procedimentos de pesquisa, 56
sensibilidade e, 52-58, 62
verificando suposições com novos dados, 55-56

- Ordem negociada, 81-82
Ordenamento conceitual, 29-30, 32-34, 37, 43-44,
265-266
 por autores/ações, 34
 por pontos/estágios, 34
 precursor da teorização, 33-34
 relatos etnográficos, 33-34
- Padrões, 117-118
Paradigma, 123, 126-141, 177-178
 terminologia, 127-128
 temas básicos, 127-128
 Ver também Componentes do paradigma
- Parcilmônia, 35-36
Park, R.E., 23
Parsons, T., 36-37
Patton, M.Q., 24-25
- Perguntas
 especial, 95-96
 informacionais, 95-96
 níveis múltiplos, 79-80
 orientadoras, 83-84
 práticas/estruturais, 82-83
 sensibilização, 82-83
 sobre padrões, 95-96
 sobre regras, 95-96
 sobre valores culturais/moral, 95-96
 temporal, 95-96
 teórica, 81-83
 Ver também Questionamento
- Peshkin, A., 21-22
- Pesquisa qualitativa, 23-25, 45-46
 componentes principais, 23-25
 e pesquisa quantitativa, 39-40
 em sociedades não-industrializadas, 268-269
 foco, 263-264
 popularidade, 21-22
 razões válidas para, 23-24
 Ver também Análise qualitativa
- nrns* pesquisa quantitativa, 39-40, 262-263
- Pesquisa quantitativa, 45-46
 e pesquisa qualitativa, 39-40
 nrns qualitativa, 39-40
- Pesquisa
 elaborada, 43-44
 fluxo de trabalho, 40-41
 planejada, 43-44
 Ver também Pesquisa qualitativa; Pesquisa quantitativa
- Pesquisadores qualitativos:
 aberta, 18-19
 adequação, 19-20
 atributos necessários, 19-20
 características, 17-21
 flexível, 18-19
 preceitos científicos e, 252-254
- Pfaffenberg, B., 210-211
Pierre, B.N., 50-51
Poder explanatório, 252-253
Popper, K., 252
Porter, E.J., 39
Power, R., 39
- Precisão, 252
Previsão, precisão de, 35-36
Problema de pesquisa, 47, 62
 atribuído, 47-48
 experiência pessoal/profissional, 49-50
 financiamento, 48-49
 fontes, 47-51
 literatura técnica/não-técnica, 48-50
 observação profissional/universitária, 48-49
 pesquisa, 49-50
 sugerido, 47-48
- Procedimentos, 24-25
 combinações, 41-42
- Procedimentos de codificação:
 aplicação fluida, 56, 103
 aplicação habilidosa, 56
 objetivos, 25-26
- Processo, 123, 161-163
 conceitualização, 163-165
 estrutura e, 126-127, 162-165, 175-176, 192-
 193
 natureza variável, 163-164
 personalização, 170-171
 subprocessos, 166-167, 170-171
- Programas de computador, 159, 259-260
ATLAS, 209-210, 260-263
Ethnograph, 259
NUDIST, 209-210, 260
- Proposições, 103-104
Propriedades, 103, 117-119
- Publicação de pesquisa
 escolhendo a publicação, 247-249
 inicial, 247-248
 objetivos da, 235-237
 obrigação, 247-248
 por convite, 247-248
 prazos do editor, 247-248
 pressão, 247-248
 publicações redigidas em equipe, 246-247
 Punch, M., 47-48
- Questão de pesquisa, 47, 50-51, 62
 perguntando, 51-53
- Questionamento, 79, 161
 mudanças sociais e, 81-82
 uso de, 79-84, 89-90, 92-96
 Ver também Perguntas
- Ragin, C., 273-274
Redação, 235-236
 para colegas, 246-247
 para leitores leigos, 246-247
 para profissionais, 246-247
 para publicação, 246-250
 sobre questões metodológicas, 249-250
 sobre questões políticas, 246-247
 Ver também Monografias, redação; Teses, redação
- Redação de memorando, 24-25, 209-210
estilo, 211-212
Relatórios, 24-25
Rev. L., 19-20

- Richards, L., 120-121
 Richards, T., 120-121
 Rodgers, B.L., 238
 Rodgers, J., 235-236
 Rosenbaum, M., 244-245
 Rotinas, 132-133
 Rotulação, 107-111, 120-121. *Ver também* Condições
 Ruhldeier, K., 41-42
- Sabshin, M., 42-43, 81-82, 244-245, 265-266
 Sandulowski, M., 24-25, 39-40, 34-55, 57, 253-254
 Sankar, A., 24-25
 Sapp, A., 19-20
 Saturação, 135, 143, 156-157, 159, 205-206, 273-274
 Saturação teórica. *Ver* Saturação
 Schatzman, L., 24-25, 42-43, 47-48, 81-82, 120-121, 123-124, 200-201, 210-211, 244-245, 265-266
 Schneider, J., 244-245
 Schultz, P., 252
 Selge, H., 53-54
 Sensibilidade, 47
 Amostragem teórica e, 198-200
 experiência pessoal, 57-58
 experiência profissional, 57-58
 literatura, 57
 objetividade e, 52-58, 62
 para significados nos dados, 56-58
- Shapiro, W.L., 259
 Shibusaki, T., 244-245
 Silverman, D., 48-49, 65-66
 Smith, T., 235-236
 Star, S.L., 41-42, 244-245
 Stern, P.N., 23-24
 Stewart, G.R., 180-181
 Strauss, A., viii, ix, 18-21, 23-25, 35-37, 42-43, 47-48, 59-60, 67-68, 81-82, 84-85, 105-107, 116-117, 120-121, 123-126, 131-132, 145-146, 154-155, 174-176, 183-185, 200-202, 205-206, 210-211, 219-220, 225-228, 235-236, 237-242, 244-245, 248-254, 256-257, 265-266, 271-272, 274-275
- Street, A., 235-236
 Stringer, E., 47-48
 Subcategorias, 103-105, 114-115, 119-120, 124-125, 128-129
 Suczek, B., 154-155, 201-202, 237-239, 249-250
- Suposições:
 não-reconhecidas, 76-77
 reconhecidas, 76-77
- Symon, G., 24-25
- Tarefas analíticas, 104-105. *Ver também* Categorias,
 definição; Categorias, desenvolvimento;
 Conceitualização
 Tendência, 99-100, 101
 reconhecendo, 91
- Teoria, 29, 34-37, 45-46, 143
 abstrata, 35-36
 aplicando, 157-158
 casos remotos e, 157-159
 construindo em variação, 158-159
 dados transformando-se em, 144
 escopo, 35-36
 especulativa, 36-37
 formal, 35-36
 refinando, 154-159
 revisando em busca de consistência interna/lógica,
 154-157
 substantiva, 35-36
 testando, 206-207
 validação, 157-158
- Ver também* Explicação, acuidade da; Participação;
 Previsão, precisão da; Teorização
 Teoria descritiva, 265-266
 Teoria fundamentada, 24-27
 história, 23-23
 micro-análise e, 77-78
- Ver também* Base empírica do estudo, critérios de
 avaliação para
 Teóricos baseados
 características, 20-21
 criatividade, 24-26
- Teorização, 34-37
 concebendo ideias, 34
 conceitos errôneos, 36-37
 fluxo de trabalho complexo, 40-41
 formulando ideias, 34
 interação de indução/dedução, 34-35
 meta, 39
 surgimento, 44-46
- Tesch, R., 120-121, 210-211
 Teses, redigindo, 250
 Teorias de conectividade, 177
- Teses, redigindo, 250
 autoconfiança, 240-242
 escolhendo o tópico principal, 240-241
 evolução, 241-243
 monografias e, 243-246
 procedimentos, 238-240
 públicos, 242-245
- Thomas, W. I., 23
 Traduzindo entrevistas, 267-269
 Trajetórias de conectividade, 177
- Verificação, 252
- Wagner, T., Jr., 39-40
 Weber, M., 81-82
 Wetzman, E. A., 91-92, 120-121, 210-211, 262-263
 Westbrook, L., 24-25
 Whyte, W., 244-245
 Wiener, C., 154-155, 172-174, 201-202, 237-239, 249-250
 Wolcott, H. E., 29-32, 47-48, 235-236

HULLEY, CUMMINGS & COLS. — Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica (2.ed.)

JEKEL, ELMORE & KATZ — Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva (2.ed.)

KINCHELOE & Berry - Pesquisa em educação: conceituando a prática

*LANKSHEAR & KNOBEL — Pesquisa pedagógica: do projeto à implantação

LAVILLE, D. — A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas

MALHOTRA, N. — Pesquisa de marketing (3.ed.)

MAY, T. — Pesquisa social: questões, métodos e processo

POLLIT, BECK & HUNGLER — Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e aplicação (5.ed.)

POPE & MAVS — Pesquisa qualitativa na atenção à saúde (2.ed.)

RIGO ARNAVAT & GENESCA DUEÑAS — Como elaborar e apresentar teses e trabalhos de pesquisa

SACKETT, D. L. — Medicina baseada em evidências: prática e ensino (2.ed.)

STIGEL & CASTELLAN — Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento (2.ed.)

STRAUSS & CORBIN — Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada (2.ed.)

THOMAS & NELSON — Método de pesquisa em atividade física (3.ed.)

YIN, R. — Estudo de caso (3.ed.)

*Livro em produção no momento da impressão desta obra, mas que muito em breve estará a disposição dos leitores em língua portuguesa.